



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**“ANDAR PELO MUNDO” E “MORAR NO SÍTIO”: MIGRAÇÃO,
TRABALHO E TERRITORIALIDADE DE FAMÍLIAS DE
AGRICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO**

MACIEL COVER

Orientadora: Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes

CAMPINA GRANDE – PB

2015

MACIEL COVER

**“ANDAR PELO MUNDO” E “MORAR NO SÍTIO”: MIGRAÇÃO,
TRABALHO E TERRITORIALIDADE DE FAMÍLIAS DE
AGRICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes

CAMPINA GRANDE – PB
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

C873a Cover, Maciel.

“Andar pelo mundo” e “morar no sítio”: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do Sertão Paraibano. / Maciel Cover. – Campina Grande, 2015.

262 f.: il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof.^a Dr.^a Marilda Aparecida de Menezes".

Referências.

1. Migração. 2. Territorialidade. 3. Trabalho. 4. Rural. I. Menezes, Marilda Aparecida de. II. Título.

CDU 314.15(043)

MACIEL COVER

**“ANDAR PELO MUNDO” E “MORAR NO SÍTIO”: MIGRAÇÃO,
TRABALHO E TERRITORIALIDADE DE FAMÍLIAS DE
AGRICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO**

Prof^a. Dr^a. Marilda Aparecida Menezes
PPGCS/UFCG
Orientador

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva
UFRN
Examinador Externo

Prof. Dr. Marcelo Saturnino Silva
UEPB
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Mércia Batista Rangel
PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento
PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Campina Grande - PB
2015

AGRADECIMENTOS

Tudo o que se faz, tudo o que se aprende é fruto de um trabalho coletivo, onde muitas mãos ajudam a construir. Assim é a pesquisa, por isso é tão bom agradecer e, em primeiro lugar, é a Deus que dou graças.

Agradeço a minha família pelo apoio e compreensão. A meus pais, Maximiliano e Carmela; minhas irmãs e irmão: Vanilce, Elizete e Márcio; meus sobrinhos e sobrinhas: Alysson, Gabrielly, Ana Amália, Guilherme e Anielly; a meus cunhados Nilso e Amarildo.

A Patrícia, meu grande amor, super companheira que me acompanha nessa trajetória, me apoia, me cuida e me encanta todos os dias.

A minha orientadora, Professora Marilda Menezes, pela sua competência, pelos seus ensinamentos e apoio. Meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial ao Professor Aldenor e a Professora Mércia, por colaborem na leitura do texto de qualificação. A todos e todas colegas estudantes e aos funcionários do PPGCS.

Aos colegas que me ajudaram na seleção do doutorado: Valdênio Menezes, Paulo Cândido e Marcelo Saturnino, este por sua vez, um educador e mestre sobre o mundo dos canaviais. A todos e todas que estiveram comigo em campo para a coleta de dados: Marilda, Jaqueline, Giovana, Renata, Leonardo (o Barbosa e o Reis), Daniel, Marciel, Junior, Lucio, Juliana.

Em São José de Piranhas devo muitos agradecimentos. A Gerlândia, Damião, Antônio Diniz (in memoriam) e a todo o apoio recebido pela diretoria e funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Agradeço também as famílias de agricultores e trabalhadores que me acolheram e me apoiaram na pesquisa: Joaquim e Novinha; Chico e Kelly; Severine, Cleonaldo, Junior, Dallane e Ângela em Boa Vista. A Rosangela, que apoiou nossa equipe em Serra do Braga. A Damião e família que nos apoiaram em Peba dos Vicentes.

Ao povo brasileiro, que através da CAPES/MEC, concedeu-me uma bolsa de pesquisa durante os quatro anos do curso, como também pela oportunidade de participar do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Também agradeço ao Professor John Sharp, da Universidade de Pretória, por ter me acolhido no Human Economy Programme, e a todos os colegas daquele programa.

Aos amigos e amigas da Pastoral da Juventude Rural, em especial ao Mansan, Kleitinho, Laécio, que sempre me apoiaram. Aos colegas de apartamento: Jeferson, Marília, Abel e Leonardo. Ao amigo Leonardo, pelas transcrições e pelo apoio na coleta de dados no trabalho de campo. Ao amigo Sérgio, um interlocutor presente nesta pesquisa, contribuindo com questões, revisões e parcerias. A Verena, pelas reflexões e ensinamentos em campo.

A todas e todos meus reconhecimentos e meu muito obrigado.

RESUMO

A proposta desta tese é compreender a mobilidade territorial de famílias de agricultores do Sertão Paraibano verificando se a mesma é constituinte das condições de reprodução social e de diferenciação social bem como de processos de transformação dos territórios por onde estes circulam. Buscou-se analisar as transformações no mundo do trabalho canavieiro e seus efeitos nas famílias de trabalhadores migrantes; compreender as transformações no meio rural do Sertão Paraibano nos últimos 30 anos; compreender a experiência da migração em diferentes gerações de agricultores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca combinar diferentes técnicas como observação direta, análise de histórias de vida e utilização de dados secundários, numa perspectiva sincrônica e diacrônica. Como achados desta pesquisa observa-se que as transformações territoriais ocorridas nas últimas décadas convivem com a diversidade de situações de acesso à terra e trabalho das famílias de agricultores estudados.

Palavras-Chaves: Migração –Territorialidade –Trabalho – Rural.

ABSTRACT

This thesis is about the territorial mobility of small farmers families and migrant workers from Sertão Paraibano as making of their conditions of social reproduction and social differentiation as well as the processes of transformation of the territories throughout they circulate. In this sense it has tried to understand the changes in the Sugarcane Mills and its effects over such families; it has tried understand the changes in the rural areas of Sertão da Paraíba in the last 30 years; and to analyse the experience of migration in different generations of small farmers and migrants workers. It is a qualitative research that seeks to combine different approach such as ethnographic, oral history and secondary data, in a synchronic and diachronic perspective. As findings of this research it is observed that the territorial transformations in recent decades coexist with the diversity of land access situations and work of families farmers.

Key Words: Migration - Labour - Territoriality – Rural.

RESUMÉ

Cette thèse porte sur la mobilité territoriale des familles d'agriculteurs et les travailleurs migrants du Sertão Paraibano que faire de leurs conditions de reproduction sociale et de différenciation sociale ainsi que les processus de transformation des territoires à travers elles circulent. Dans ce sens, il a essayé de comprendre les changements dans la canne à sucre Mills et de ses effets sur les familles des travailleurs migrants; il a essayé de comprendre les changements dans les zones rurales du Sertão da Paraíba dans les 30 dernières années; et Análise l'expérience de la migration dans les différentes générations d'agriculteurs et travailleurs migrants. Il est une recherche qualitative qui cherche à combiner différentes techniques telles que ethnographique, l'histoire orale et les données secondaires, dans une perspective synchronique et diachronique. Comme résultats de cette recherche, on observe que les transformations territoriales au cours des dernières décennies coexistent avec la diversité des situations d'accès aux terres et le travail des agriculteurs familles.

Mots clés: Migration - Travail - Territorialité - Rural.

LISTA DE SIGLAS

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

CAI – Complexo Agroindustrial

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil

FAESP – Federação de Agricultura do Estado de São Paulo

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NAFTA – North America Free Trade Agreement (Tratado de Livre Comércio da América do Norte).

ONU – Organização das Nações Unidas

PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas Rurais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Pesquisa Agrícola Municipal

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ÚNICA – União da Indústria da Cana-de-açúcar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalhadores mostrando uma faixa durante uma mobilização de greve na Usina Vista Alegre, interior de São Paulo (2011)	89
Figura 2 - Mapa de São José de Piranhas com a demarcação das localidades pesquisadas	140
Figura 3 - Vista Aérea do Povoado de Boa Vista	145
Figura 4 - Vista Parcial da Serra do Braga	159
Figura 5 - Vista Aérea de Peba dos Vicentes	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Número de Colhedeiças x Número de Cortadores Manuais	73
Quadro 02 – Número médio mensal de pessoas ocupadas nas categorias profissionais sucroalcooleiras, 2011 a 2013, estado de São Paulo	75
Quadro 03 – Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, Estado de São Paulo (Brasil), 2013 e 2014	76
Quadro 04 – Área de colheita de cana crua e queimada no Estado de São Paulo, em hectares, e taxas de crescimento (TC), 2006 a 2011	77
Quadro 05 - Contratação de Trabalhadores Migrantes por Usinas de Cana-de-açúcar. São José de Piranhas/PB e municípios vizinhos	77
Quadro 06: Relação de mobilizações de trabalhadores nos canaviais no período de 2007 a 2013, noticiados pela imprensa	84
Quadro 07: População Residente em São José de Piranhas/PB na Zona Urbana e Zona Rural: total e por sexo	105
Quadro 09 – População Urbana x Rural em São José de Piranhas 1970-2010	105
Quadro 10 – Estabelecimentos Agropecuários no Município de São José de Piranhas/PB	106
Quadro 11 - Distribuição dos Imóveis Rurais	120
Quadro 12 - Número de estabelecimentos agropecuários/ Número de Estabelecimentos/Área dos Estabelecimentos do Município de São José de Piranhas	122
Quadro 13 – Utilização das Terras em São José de Piranhas – Censo Agropecuário 2006	123
Quadro 14 – Utilização das Terras em São José de Piranhas	124
Quadro 15 – Efetivo de Rebanhos em São José de Piranhas. 1975 – 2009.	125
Quadro 16 – Produção de Origem Animal em São José de Piranhas. 1975 – 2009	125
Quadro 17 – Vacas Ordenhadas em São José de Piranhas 1975-2009	125
Quadro 18 – Benefícios emitidos pelo INSS em São José de Piranhas	126
Quadro 19 – Quantidade de Beneficiários do Programa Bolsa Família no município de São José de Piranhas e Valor Total do Programa em São José de Piranhas, no Estado da Paraíba e no Brasil (2004-2014)	132

Quadro 20 – Quantidade de Beneficiários do Programa Pescador Artesanal no município de São José de Piranhas e Valor Total do Programa em São José de Piranhas, no Estado da Paraíba e no Brasil (Período de 01/12/2013 à 28/02/2014)	133
Quadro 21 – Quantidade de Beneficiários do Benefício Garantia Safra no município de São José de Piranhas e Valor Total do Programa em São José de Piranhas, no Estado da Paraíba e no Brasil (2010-2014)	134
Quadro 22 – Quadro Resumo de Beneficiários x População em Idade Ativa	134
Quadro 23 - Chuvas Acumuladas por ano no município de São José de Piranhas – 2004-2014	140
Quadro 24 - Chuvas Acumuladas por mês no município de São José de Piranhas (mm) (2011-2014)	141
Quadro 25 - Calendário Agrícola dos agricultores do Povoado de Boa Vista	141
Quadro 26 – Situação, tamanho e quantidades de pessoas por domicílio em Boa Vista	143
Quadro 27 - Década em que os atuais domicílios se instalaram em Boa Vista	145
Quadro 28 – Pirâmide Etária – Sexo – Escolaridade – Índice de Analfabetismo em Boa Vista	146
Quadro 29 - Escolaridade entre adultos acima de 18 anos em Boa Vista	147
Quadro 30 - Perfil das Ocupações de Trabalho x Média de Anos na Escola e Idade em Boa Vista	147
Quadro 31 – Acesso a Terra x Trabalho Migrante Assalariado x Programas Sociais em Boa Vista	149
Quadro 32 - Relação entre domicílios beneficiários de programas sociais e domicílios com trabalhadores migrantes	150
Quadro 33 – Tipo de acesso à terra em Boa Vista	151
Quadro 34 – Unidades Familiares que trabalham em terras de terceiros	152
Quadro 35 – Domicílios que estiveram na condição de Morador	152
Quadro 36 – Domicílios que estavam na condição de Moradores e acessam os Programas Sociais	152
Quadro 37 - Perfil de sexo e idade dos beneficiários do INSS de Boa Vista	153
Quadro 38 - Culturas Agrícolas de Boa Vista	153
Quadro 39 – Produção Pecuária em Boa Vista	154
Quadro 40 – Domicílios envolvidos e pessoas envolvidas no trabalho migrante em Boa Vista	154
Quadro 41 - Escolaridade e Faixa Etária – Trabalhadores Migrantes no corte de cana em Boa Vista	155
Quadro 42 - Perfil dos trabalhadores migrantes vendedores em Boa Vista	156
Quadro 43 – Investimentos realizados pelos trabalhadores migrantes do corte de cana em Boa Vista	156
Quadro 44 – Investimentos realizados pelos trabalhadores migrantes das vendas em Boa Vista	157
Quadro 45 – Pirâmide Etária – Sexo – Escolaridade – Índice de Analfabetismo em Serra do Braga	159
Quadro 46 - Escolaridade entre adultos acima de 18 anos em Serra do Braga	160
Quadro 47 – Situação, tamanho e quantidade de pessoas por domicílio em Serra do Braga	160
Quadro 48 – Desde que década a unidade familiar está em Serra do Braga	160
Quadro 49 - Perfil das Ocupações de Trabalho em Serra do Braga	161

Quadro 50 – Relação entre acesso à terra, migração e acesso a programas sociais em Serra do Braga	161
Quadro 51 – Relação entre Domicílios que tem trabalhadores migrantes do corte de cana e que acessar programas sociais em Serra do Braga	162
Quadro 52 – Perfil etário e de sexo dos beneficiários do INSS em Serra do Braga	163
Quadro 53 – Tipo de acesso à terra	163
Quadro 54 – Relação de domicílios de não proprietários que trabalham em terras de terceiros em Serra do Braga	164
Quadro 55 – Domicílios que estavam na situação de Morador e atual acesso à terra	165
Quadro 56 - Culturas Agrícolas em Serra do Braga	165
Quadro 57 - Produção Pecuária em Serra do Braga	165
Quadro 58 – Domicílios e pessoas envolvidas com o trabalho migrante do corte da cana e da venda de roupas em Serra do Braga	166
Quadro 59 - Escolaridade e Faixa Etária dos trabalhadores migrantes do corte de cana em Serra do Braga	166
Quadro 60 – Relação entre domicílios que estiveram em condição de Morador e com trabalhadores migrantes no corte de cana em Serra do Braga	167
Quadro 61 – Investimentos realizados com o dinheiro recebido assalariamento no corte de cana em Serra do Braga	167
Quadro 62 - Perfil etário e escolaridade dos trabalhadores migrantes em vendas de Serra do Braga	168
Quadro 63 - Investimentos dos trabalhadores migrantes envolvidos com vendas de Serra do Braga	168
Quadro 64 – Pirâmide etária x sexo x escolaridade em Peba dos Vicentes	170
Quadro 65 - Escolaridade entre Adultos acima de 18 anos em Peba dos Vicentes	171
Quadro 66 – Situação, quantidade e pessoas por domicílio em Peba dos Vicentes	171
Quadro 67 - Desde que década mora na localidade Peba dos Vicentes	172
Quadro 68 - Perfil das Ocupações de Trabalho em Peba dos Vicentes	172
Quadro 69 – Situação do acesso à terra em Peba dos Vicentes	173
Quadro 70 – Acesso a Programas Sociais em Peba dos Vicentes	173
Quadro 71 – Perfil de idade e sexo dos beneficiários do INSS em Peba dos Vicentes	173
Quadro 72 - Culturas Agrícolas Peba dos Vicentes	174
Quadro 73 - Produção Pecuária em Peba dos Vicentes	174

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO, TRABALHO E TERRITORIALIDADES NOS MUNDOS RURAIS	34
1.1 - Migrações rurais contemporâneas: a circulação em diferentes territórios.....	34
1.2 - As migrações rurais no Brasil: o fluxo rural-urbano e o fluxo sazonal	45
CAPÍTULO 2 – O CORTE DE CANA ESTÁ SE ACABANDO	57
2.1 - A necessidade das Usinas Canavieiras e dos agricultores do Sertão.....	58
2.2 - A mecanização da colheita de cana de açúcar e os trabalhadores migrantes	67
CAPÍTULO 3 – QUEREMOS VOLTAR PARA A NOSSA TERRA	80
3.1 - Formas públicas de resistência: os canavieiros também fazem greve.....	82
3.2 - O caso da greve da Usina Vista Alegre	88
CAPÍTULO 4 - TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS	103
4.1 – A formação do espaço agrário e as situações de trabalho no campo	103
4.2 – A distribuição de terras e a produção agrícola-pecuária no município.....	119
4.2.1 – <i>O aumento do efetivo de rebanhos</i>	124
4.2.2 – <i>O recuo de áreas destinadas às lavouras temporárias e permanentes</i>	126
4.3- Programas Governamentais e Transferência de Renda	130
CAPÍTULO 5 - CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS NO MEIO RURAL	138
5.1 – O Povoado de Boa Vista.....	143
5.2 – O Sítio Serra do Braga.....	158
5.3 – O Sítio Peba dos Vicentes.....	169
CAPÍTULO 6 – DAS MARGENS DA TERRA AO MEIO DO MUNDO	182
6.1 – Carlos e Mateus	184
6.2 – Elias, Lucas e Tomás	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS	210
ANEXOS.....	226

INTRODUÇÃO

“Andar pelo meio do mundo” e “morar no sítio” se apresentam como duas oportunas imagens para compreender a vida cotidiana das famílias de agricultores do Sertão Paraibano. Tais famílias estão inseridas em uma dinâmica de migração temporária, na qual alguns de seus membros, sobretudo os jovens homens, ficam, durante uma parte do ano, trabalhando em locais distantes. “Meio do mundo” é uma expressão êmica usada pelos trabalhadores migrantes para indicar a saída de suas localidades para trabalhar seja no “corte de cana¹”, no interior do estado de São Paulo, seja na venda ambulante de roupas, a “furadinha”², no interior dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Suas vidas são compassadas por viverem “no meio do mundo” e sempre retornarem ao Sertão do Estado da Paraíba, aos seus sítios, distritos rurais, moradias nas áreas urbanas dos pequenos municípios, como é o caso dos trabalhadores migrantes que estudamos em São José de Piranhas.

A partir desse cenário, esta pesquisa teve como objetivo geral entender como a mobilidade territorial desses agricultores e trabalhadores migrantes é constituinte das suas condições de reprodução social³ e de diferenciação social bem como dos processos de transformação dos territórios em cena, sendo esses o Sertão Paraibano e as usinas canavieiras do estado de São Paulo.

O contato com as famílias que integraram a nossa pesquisa teve seu início durante a minha pesquisa de mestrado realizada no ano de 2010. Nesse momento, analisei as relações de dominação e de resistência entre trabalhadores migrantes e supervisores nos espaços de moradia e trabalho no interior de uma usina canavieira do estado de São Paulo.

¹ “Corte de cana” é a atividade da colheita da cana-de-açúcar, em que muitos agricultores do Sertão trabalham como migrantes sazonais no período de março a dezembro de cada ano.

² O termo “furadinha” é utilizado, nesta região, para se referir à atividade de venda ambulante de roupas porta a porta. Na década de 1990, havia, no Sertão Paraibano, uma atividade de venda de mercadorias, tais como relógios e brinquedos, que funcionava como um jogo, ou seja, a pessoa pagava um valor x para participar, furava uma cartela e, debaixo desta cartela, estava o nome da mercadoria que a pessoa ganharia. É algo parecido com o sistema de jogos de “raspadinha”, onde a pessoa raspa uma cartela e pode ganhar prêmios. A venda de roupas em domicílios começou dessa maneira e então a semelhança das atividades levou as pessoas a nomearem essa atividade comercial como “furadinha”. Neste estudo, onde estiver escrito “furadinha”, deve-se entender como a atividade de economia informal de venda de roupas ambulante praticada por homens que circulam por diversos territórios.

³ Por reprodução social, entendemos como o processo social de atividades desenvolvidas por estas famílias garantir a sobrevivência dos indivíduos e de seu grupo social. Outros estudos, como o de Menezes (1985) e Garcia Jr (1989), já se dedicaram a estudar a migração e o processo de reprodução social do campesinato na Região Nordeste.

Nesse período, o primeiro contato foi realizado com alguns trabalhadores na cidade de São José de Piranhas em virtude do vínculo criado pela minha professora orientadora Marilda Menezes e seu grupo de pesquisa “Campesinato, migrações e políticas públicas” da UFCG. Para a pesquisa de doutorado, mantivemos contato com muitos dos trabalhadores e ampliamos a rede de relações para outras localidades no interior do mesmo município. Os contatos que estabelecemos e as redes sociais construídas na pesquisa foram principalmente com trabalhadores do gênero masculino, o que nos conduziu a privilegiar a ação dos homens, sejam eles jovens ou adultos. Foi necessário limitar os participantes da pesquisa aos trabalhadores, embora compreendamos a importância do papel e da ação das mulheres na composição da vida social das famílias.

Primeiramente, o interesse inicial nesta pesquisa de doutorado era compreender os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar nas migrações sazonais com o objetivo de compreender os novos caminhos que tomariam estes agricultores e trabalhadores migrantes diante do cenário de fechamento de postos de trabalho. Apenas os “qualificados” para operarem máquinas teriam lugar, estariam classificados para continuar no trabalho, os demais paulatinamente seriam demitidos, “desclassificados.” As percepções e perspectivas de trabalho e vida destes possíveis “desclassificados” nos chamaram a atenção para compor um objeto de estudo no campo das migrações de trabalhadores rurais.

Posteriormente e com o decorrer da pesquisa, adequamos o foco para compreender melhor o processo de reprodução social destas famílias. A intenção foi olhar com mais cuidado e atenção para as condições sociais de reprodução destas famílias na região do Sertão Paraibano e compreender como se dá o acesso ao trabalho e à terra. Em termos de acesso ao trabalho, não abandonamos a discussão sobre a mecanização da colheita da cana, que tem impactos diretos na redução da oferta de emprego e conseqüentemente afeta a organização e as estratégias de entrada no mercado de trabalho por parte destas famílias. No entanto, por mais que a migração para o corte de cana seja relevante na composição da renda e na organização do cotidiano destas famílias, observar outros aspectos como a relação com a terra e a constituição de redes de amizade e parentesco poderiam ser caminhos satisfatórios para aprofundar a temática e relacionar essa vida compassada entre “andar pelo mundo” e “morar no Sítio”.

Para avançar na problematização sobre o processo de reprodução social das famílias de agricultores do Sertão Paraibano, a pesquisa teve como objetivos específicos:

- a) compreender as transformações no mundo do trabalho canavieiro e seus efeitos nas famílias de trabalhadores migrantes;
- b) compreender as transformações no meio rural do Sertão Paraibano nos últimos 30 anos;
- c) compreender a experiência da migração em diferentes gerações de agricultores.

Por ter elencado os objetivos acima mencionados, é fundamental mencionar que o assalariamento na colheita da cana-de-açúcar é uma atividade que teve o envolvimento de muitos trabalhadores da região do Sertão da Paraíba no final da década de 1980, mesmo período em que a produção de algodão chegava ao fim em toda a região de clima semiárido do Nordeste do Brasil. Mediante tal fato, foi feito o recorte neste período histórico, que consiste entre o final da década de 1980 até os dias atuais, o que sinaliza que essa experiência de migração em virtude do trabalho já alcança diferentes gerações de agricultores. Neste sentido, para dar conta de compreender a trajetória histórica do espaço estudado e o contexto atual das famílias de agricultores, houve a necessidade de englobarmos uma visão sincrônica e diacrônica.

O trabalho de campo foi realizado principalmente em São José de Piranhas, onde a maioria dos contatos da pesquisa reside, no entanto, também foram realizadas visitas de campo no estado de São Paulo, em usinas canavieiras nos municípios de Santa Bárbara d'Oeste, Piracicaba, Capivari e Rio das Pedras; no estado do Ceará, nos municípios de Barro e Mauriti; e também em outros municípios da Paraíba como Cajazeiras, Monte Horebe e Bonito de Santa Fé.

Em São José de Piranhas, foram realizadas entrevistas com agricultores de diferentes sítios e distritos e a observação se deu centralmente no distrito de Boa Vista, por ser o local no qual alguns trabalhadores migrantes conhecidos na pesquisa nos canaviais em 2010 moram, e, posteriormente, no Sítio Serra do Braga e Sítio Peba dos Vicentes. A seleção desses lugares deve-se à apresentação de situações diferentes de acesso à terra por parte dos agricultores. No distrito de Boa Vista, o quadro predominante é de famílias sem acesso à propriedade de terra, de agricultores que trabalham como rendeiros, ou seja, usam a terra de um terceiro e, em troca, pagam com uma parte da

produção. Nos Sítios Serra do Braga e Peba dos Vicentes, também se apresenta o quadro de famílias sem a propriedade da terra que trabalham como rendeiros, mas há, nestes dois sítios, um quadro com maior número de pequenos proprietários rurais. No Sítio Peba dos Vicentes, não há trabalhadores envolvidos com o corte de cana e nem com a venda de roupas, o que chamou a atenção para compreender também tal especificidade.

Para responder à questão central da pesquisa, ou seja, entender como se dá o processo de reprodução social destas famílias agricultoras e migrantes, apoiamo-nos em uma série de outras questões como entender quem são estes agricultores, como lidam com a experiência da migração, onde se inserem, como percebem suas experiências do trabalho e como enfrentam as mudanças em seus espaços de trabalho. Dentro do amplo quadro que se pode construir para entender a reprodução social destas famílias, serão privilegiados os recortes da migração, do trabalho e da territorialidade.

Adotamos o termo “agricultores” por ser uma identidade que comumente os pesquisados autodenominam-se. É uma identificação genérica e que tem relação com o tipo de trabalho que todos eles desenvolvem. No entanto, “agricultor” não é o único termo com o qual estes pesquisados se identificam. Há outras identificações como morador, trabalhador rural, cortador de cana, vaqueiro, rendeiro, diarista. Estas identificações não são sinônimas, pois guardam em si diferentes formas de como estes agricultores têm acesso à terra e de como são realizadas as relações de trabalho, no entanto, todas elas, ou seja, todos estes diferentes atores, têm um ponto em comum, no mínimo, que é o fato de cultivar a terra, de desenvolver a agricultura.

Em termos acadêmicos, o grupo social estudado pode ser identificado com características do chamado campesinato e parte deles com características da chamada agricultura familiar. Diferentes disciplinas têm reconhecido e observado a condição camponesa na atualidade e em diferentes partes do mundo. De acordo com a apresentação da coleção “História Social do Campesinato” (WELCH et.al, 2009), que reúne artigos acadêmicos de reconhecidos pesquisadores sobre o tema, é possível elencar alguns princípios mínimos para abordar a presença da forma da condição camponesa.

Primeiro princípio: o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo, em âmbito local, nacional e internacional. De maneira geral, trata-se de

grupos sociais com um jeito próprio de trabalhar com a terra, de desenvolver a agricultura e que tem variadas formas de relação com os mercados.

Segundo princípio: esses estudos analisam a coexistência do modo de produção social camponês com outros modos de produção. Em nosso caso, temos observado a relação com o modo de produção capitalista. O desenvolvimento da agricultura na Região Nordeste no período colonial, por exemplo, é marcado por quatro características principais: o latifúndio, a monocultura, o uso do trabalho escravo e a primazia pela exportação. No entanto, ao lado destas “plantations” criaram-se pequenas glebas responsáveis pela produção de alimentos e de mão de obra para a economia exportadora. Desenvolveu-se assim uma relação entre campesinato e grandes proprietários, marcada por relações de tensão (PALLACIOS, 2009) e de exploração, além de reciprocidade vertical (LEWIN, 1993) ou reciprocidade assimétrica, como é o caso do sistema de morada.

Terceiro princípio: uma característica do campesinato é a diversidade de atores sociais que o compõem. No Brasil, encontram-se pequenos agricultores, rendeiros, meeiros, assentados da reforma agrária, reassentados de projetos de barragens, povos e comunidades tradicionais, moradores, usuários de fundo de pasto, quebradeiras de coco, extrativistas. A orientação metodológica, neste caso, é perceber a diversidade de formas e expressões que compõe este grupo social.

Quarto princípio: outra orientação metodológica ressaltada nos estudos sobre o campesinato é de observar não apenas os aspectos econômicos que compõem a vida social camponesa, mas também olhar para aspectos políticos e culturais. No âmbito cultural, o estudo do parentesco se apresenta como bastante oportuno para compreender formações sociais camponesas.

Quinto princípio: o acesso ao uso da terra é um elemento central para a discussão de campesinato. A reprodução social do campesinato perpassa pelo uso da terra para produção de alimentos para o consumo familiar e também para o intercâmbio com o mercado externo.

Esta pesquisa ancorou-se teoricamente nestes princípios para compreender o grupo social estudado, tendo como importante a observação de aspectos acima citados

como a estrutura agrária, a diversidade quanto ao acesso aos recursos naturais, quanto aos modos de produzir e de vida social, a organização familiar, as redes sociais de amizade e parentesco, as relações de reciprocidade simétrica e assimétrica, a atuação política.

No que tange à atuação política do campesinato, adotamos um caminho metodológico de observação proposto por James Scott (1985, 2000, 2002), que distingue duas formas de resistência associada aos camponeses: a resistência oculta e a resistência pública. No caso analisado aqui, a relação que estes trabalhadores rurais têm com as empresas canavieiras também foi observada, notando, por vezes, que os trabalhadores resistem às formas cotidianas de exploração do trabalho levadas a cabo pelas usinas, como também, em outros momentos, utilizam de estratégias públicas como greves, a fim de realizar seus objetivos, em suas lutas cotidianas para garantir a reprodução social de suas vidas e famílias.

Em relação ao processo de migração Nordeste-Sudeste, um elemento interessante a considerar é o fato de que este movimento migratório inter-regional sofreu alterações. Desde o processo de industrialização da Região Sudeste, na década de 1930, o quadro comum era de um movimento expressivamente maior de nordestinos rumo à São Paulo e região. No entanto, na última década, em termos de números totais, de acordo com o IPEA (2010), a migração de retorno de nordestinos que estavam na Região Sudeste é maior do que o ingresso de novos migrantes. Neste novo quadro do cenário das migrações internas no Brasil, são relevantes os fluxos de migração sazonal para áreas de agricultura intensiva.

A migração sazonal é lida, por Maria Aparecida Moraes da Silva (1999), como “migração temporária permanente”. Este raciocínio reconhece que as migrações são temporárias por serem sazonais e acontecerem em uma parte do ano. No entanto, se observarmos o intervalo dos últimos 30 anos, poderemos constatar que praticamente em todos os anos estes agricultores fizeram o mesmo trajeto, o que dá um caráter de permanente ao processo.

Neste sentido, autores como Menezes (2012), Flores (2010), Bendini (2012) e Pedreño (2012) têm considerado o conceito de mobilidade territorial adequada para descrever e analisar esses processos de migração sazonal de trabalhadores rurais para mercados de trabalho formal e informal. Este conjunto de autores argumenta que o

conceito de mobilidade territorial é útil para descrever com mais precisão o processo de migração que envolve trabalhadores rurais e conecta territórios.

Uma das preocupações centrais deste trabalho é compreender a relação entre a mobilidade territorial e as estratégias de reprodução social dos agricultores investigados. No Brasil, a discussão sobre migração de trabalhadores rurais perpassa por diferentes perspectivas de análise, como explica Menezes (2012). Uma primeira perspectiva foi de compreender a migração como um canal de transferência de pessoas de regiões consideradas arcaicas e estagnadas para regiões desenvolvidas do ponto de vista capitalista. Esta perspectiva dualista, influenciada sobretudo pela obra de Jaques Lambert (1959) “Os dois Brasis”, distinguiu a Região Norte e Nordeste como arcaicas e a Região Sudeste como moderna.

Muitos estudos da década de 1960 e 70 preocuparam-se em compreender a inserção dos trabalhadores rurais nas sociedades urbanas metropolitanas (DURHAN, 1973). Para Silva e Menezes (2006), estes estudos se situam em paradigmas que foram criticados e, de certo modo, historicamente superados, tanto pela análise teórica de Francisco de Oliveira, *A Crítica à Razão Dualista*, de 1972, como pela análise empírica, através dos movimentos migratórios múltiplos e da existência de espaços de pobreza dentro das regiões metropolitanas do Sudeste e de espaços de modernização e desenvolvimento na Região Nordeste (os polos industriais e de desenvolvimento agrícolas de frutas e grãos para o mercado nacional e internacional).

Estudos posteriores se preocuparam em observar os diferentes espaços socioeconômicos, observando também as transformações nas regiões de origem que contribuíram para o processo de migração de áreas rurais da Região Nordeste para as áreas urbanas da Região Sudeste (MENEZES, 1985; WOORTMANN 1990; GARCIA JR, 1989) e da Região Nordeste (PARRY SCOTT, 1991). Uma consideração importante desta fase de estudos foi a observação de que as migrações não eram um caminho de mão única, mas haviam também migrações de retorno. As migrações de retorno não foram lidas somente como um fracasso dos que não conseguiram se adaptar nas grandes cidades. Como demonstrou Garcia Jr (1989), a ida para o “Sul” representava uma forma de acumular recursos para voltar para o Nordeste, adquirir um patrimônio fundiário, “o roçado”, e sair da condição de “sujeito”, ou seja, de morador dos grandes proprietários,

para a condição de “liberto”, desenvolvendo autonomia em relação ao latifundiário e à morada.

Na década de 2000, diversos autores se preocuparam em compreender os movimentos de migração sazonal de trabalhadores rurais da Região Nordeste para as usinas canavieiras da Região Sudeste. A preocupação central destes estudos (SILVA, 2006; SILVA, 2011; NOVAES, 2007; ALVES, 2007; SILVA, 2007; GUANAIS, 2010; CANDIDO SILVA, 2011) tem sido analisar o processo de exploração sobre estes trabalhadores migrantes que acontecem nas usinas canavieiras, regiões de destino dos trabalhadores migrantes. De maneira bastante competente, o livro organizado por Novaes e Alves (2007) apresenta uma série de artigos que explicitam o quadro de crescimento do setor sucroalcooleiro, tanto em termos de área ocupada como de produtividade. Desde a década de 1990, houve um aumento na contratação de trabalhadores migrantes. Um dos pontos que caracterizam o setor é da intensificação da exploração do trabalho migrante que, em duas décadas, duplicaram a produtividade do trabalho (ALVES, 2007). Um dos fatores que incrementou o aumento da exploração foi o pagamento via o salário por produção (GUANAIS, 2010). No entanto, há também processos de resistência por parte dos trabalhadores, seja ela de maneira cotidiana, como relatam os trabalhos de Silva (2011) e Cover (2011), ou através de greves ou “paradeiros” como relata o trabalho de Cândido Silva (2011).

Em termos de instrumentos analíticos, para compreender o processo de migração de trabalhadores rurais, o conceito de territórios de mobilidade tem sido apresentado para elucidar a organização da vida social em determinados lugares. Na tentativa de se inserir em diferentes mercados de trabalho, as pessoas adotam a migração como uma estratégia de reprodução social, seja ela: migração internacional, como nos casos de México-Estados Unidos (FARET, 2010), Marrocos-França (TARRIUS, 2010; BERRIANE, 2010), Leste Europeu-Europa Central (VLADIMIROVA, 2010); migrações internas, como nos casos de diferentes regiões de agricultura intensiva no México (FLORES, 2010), de áreas frutíferas na Argentina (BEDINI, STEIBREGER, 2010) e de regiões canavieiras no Brasil (SILVA, 1999,2007; MENEZES, 2002, 2009; SILVA, 2006, 2011; CÂNDIDO SILVA, 2011) . Um dos pontos centrais nestas análises é o reconhecimento da migração como prática de conexão entre diferentes territórios. Territórios de origem e territórios de destino são categorias limitadas para analisar os processos migratórios aos

quais nos referiremos, uma vez que a mobilidade de indivíduos e famílias vem compondo uma prática social contínua entre gerações assim como os territórios se recompõem através dos fluxos de pessoas, mercadorias e tecnologias.

Para compreender as transformações de um território, pode-se considerar as transformações que acontecem em outros territórios ao qual se conecta, a fim de perceber como que um influencia no outro. Em outras palavras, estamos partindo da ideia de que o território do Sertão Paraibano é caracterizado historicamente por importante mobilidade/migrações de sua população rural e que as transformações dos territórios onde circulam os migrantes, a exemplo o território das usinas de cana de açúcar no estado de São Paulo, implicam em transformações e redirecionamento de estratégias dos trabalhadores rurais na região do Sertão Paraibano.

Dentro das relações estabelecidas entre os territórios, há o do conceito de residência-base, como proposto por Domenach e Picouet (1995), que, para esta pesquisa, seria o que a cidade de São José de Piranhas é para os trabalhadores investigados. Entretanto, estes trabalhadores circulam por outros lugares, em busca de trabalho fora do município. Os trabalhos que envolvem um considerável número de indivíduos são o “corte da cana”, colheita da cana-de-açúcar realizado nas usinas canavieiras da Região Sudeste do país, e a “furadinha”, venda ambulante de roupas nos estados do Maranhão e Pará.

Como o conceito de mobilidade territorial permeará toda esta pesquisa, é fundamental que se tenha o entendimento primeiramente do conceito de território e do debate existente sobre territorialidades.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". (HAESBAERT, 2007, p. 20)

De acordo com Haesbaert (2007), território compreende uma noção material (o espaço físico) e uma noção simbólica (o espaço apropriado, usufruído, inspirado, criado, recriado). Ao falarmos de territorialidade, referimo-nos a uma construção permanente do território, no sentido material, mas, sobretudo, no sentido simbólico, cultural, de

reprodução de um modo de vida, de formas de se relacionar e de compreender o mundo que podem transcender as fronteiras geográficas. Essa produção e reprodução de um modo de vida contém relações de parentesco, relações políticas e relações de conflito entre grupos sociais e de disputas por acesso a determinadas mercadorias, bens ou recursos necessários para a manutenção e reprodução destes grupos.

A partir desta compreensão de território, que engloba também os aspectos culturais, levantamos também a discussão sobre territorialidades. Segundo Nogueira (2010, p.20), “a territorialidade é definida como o processo pelo qual aquela sociedade constrói seu espaço de vida”.

A constituição de uma identidade, de uma noção de pertencimento dos seus partícipes também deve ser considerada, para perceber como este território está presente na organização da vida destas pessoas mesmo quando elas não estão no espaço físico de origem.

Uma prática histórica presente no território investigado é a migração. Podemos afirmar que a migração é uma prática social com relativa importância no decorrer do século XX, estando presente nas trajetórias inter-geracionais de indivíduos e famílias.

Esses processos migratórios nos levam a pensar como o Sertão Paraibano se configura historicamente como territórios de mobilidades, em que as pessoas têm um sentimento de pertencimento ao local, mas estão recorrentemente saindo em busca de meios de reprodução social da vida. Dessa forma, busquei compreender a trama dos agricultores do Sertão Paraibano no contexto de suas práticas migratórias, de sua inserção no trabalho e de suas constituições de territorialidade.

Para discussão deste tema, como foi dito anteriormente, selecionamos o município de São José de Piranhas, localizado na microrregião de Cajazeiras, localizada no Sertão do estado da Paraíba, na Região Nordeste do Brasil. A escolha deste município seria uma forma de dar continuidade ao estudo sobre esta parcela do campesinato e suas estratégias de reprodução social, iniciado no mestrado (COVER, 2011).

O segundo ponto que nos levou a optar por estudar esta região é de que a migração foi apontada como uma estratégia de reprodução social do campesinato neste município no estudo realizado por Menezes (1985). Sua pesquisa observava que havia, entre os

trabalhadores rurais de São José de Piranhas, Monte Horebe e Bonito de Santa Fé, quatro diferentes situações: os pequenos proprietários, os rendeiros, os assalariados rurais e os moradores. Muitos destes trabalhadores migravam para as grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, para trabalhar na construção civil e no setor de serviços. O assalariamento nestes setores tinha diferentes significados para cada situação na qual a família estava inserida no meio rural. Assim, para os moradores, por exemplo, migrar significava uma oportunidade de sair da condição de moradia. Já para os pequenos proprietários, migrar poderia significar uma estratégia de buscar recursos financeiros para ampliar o patrimônio fundiário. A prática da migração, na maioria das vezes, estava conectada a uma estratégia familiar. Quase três décadas depois, o exercício de voltar ao mesmo campo de pesquisa e verificar as mudanças que ocorreram poderia ser uma tarefa interessante e rica para o trabalho sociológico.

A pesquisa trata de trabalhadores rurais ou agricultores em São José de Piranhas em seu conjunto, no entanto, buscamos observar com mais profundidade alguns territórios no interior do município. Desta maneira, a opção é por entender de forma qualitativa como se desenvolvem as estratégias familiares de reprodução social destes trabalhadores e compreender os processos de mobilidade territorial em que eles estão envolvidos, considerando a diversidade de situações de acesso à terra nas quais estas famílias estão inseridas.

Em se tratando de pesquisa social, a relação entre pesquisador e objeto da pesquisa tem suas peculiaridades, uma vez que compreendemos que tanto pesquisador quanto pesquisados são sujeitos. Trata-se assim de uma relação intersubjetiva (MENEZES et.al., 2004), que se dá em diálogo ou em interação de conversas.

Os dados coletados são influenciados pelas concepções que orientam a ação social do pesquisador. Nem sempre estas concepções estão explícitas, ao mesmo tempo em que nem sempre são concepções ocultas. O exercício de trazer à luz as ideias que regem o jeito de pensar do pesquisador é reconhecer a necessidade constante de se refletir sobre o como se faz pesquisa e o como se apresenta os resultados. Em outras palavras, este exercício faz parte do “Ofício do Sociólogo”. Os ensinamentos de Bourdieu et. al. (1999) orientam que a vigilância epistemológica deve caminhar durante toda a trajetória da pesquisa, tanto no que se refere a repensar as técnicas a serem utilizadas para responder as questões, como nos pontos de vista sobre a construção das questões. Assim, o que se

pretende, além de apresentar os dados da pesquisa, é aprender a pesquisar em cada nova empreitada que se realiza.

Para dar conta de responder a questão proposta, optei por duas ferramentas metodológicas: a etnografia e a história oral, que são comumente utilizadas em estudos das ciências sociais. Dos estudos etnográficos, aprendemos a delinear o trabalho de campo: como escolher, como entrar, o que olhar, como olhar, como se portar, como dialogar. Há diversas formas de se estudar grupos sociais de trabalhadores rurais. A opção pela etnografia é feita por entender que o acompanhamento, por um período de tempo, possibilitaria elucidar com mais propriedade determinadas questões sobre as estratégias de sobrevivência das famílias.

O uso de entrevistas, que descreveremos a seguir, permite-nos captar um discurso, que é uma das dimensões da comunicação. Como explica Augras (1997), “o informante não nos oferece dados, ele nos fornece discurso”. Acompanhar a trajetória do “informante” permite checar constantemente o discurso e seus desdobramentos na vida cotidiana. Isso não implica que seja uma versão definitiva do que se sucede na realidade, visto que etnografia é uma interpretação dos fatos que envolve “pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 1998, p. 43).

O uso de dados secundários, de resultados de questionários e de estatísticas oficiais, que também será feito neste trabalho, é de fundamental importância para termos um quadro mais amplo, uma noção mais abrangente das transformações do cenário de São José de Piranhas e das famílias de trabalhadores rurais. No entanto, o acompanhamento a longo prazo, a observação participante, possibilita-nos adentrar para ver além do que os números têm a dizer, para ver as pessoas e o que elas nos contam, os problemas, as alegrias, os desafios, o fazer-se cotidiano.

Compreendemos a pesquisa social e, neste caso, a etnografia como uma relação de poder, uma negociação permanente com os demais sujeitos que produzem informações ao texto que se apresenta. Trata-se de uma relação intersubjetiva, nos termos de Menezes et. al. (2004). É comum e corrente o uso de etnografias para interpretar o mundo rural, o mundo camponês, o mundo dos trabalhadores. E, neste caso, para captar as estratégias de sobrevivência destes pesquisados, a observação torna-se um lugar privilegiado para a

interpretação sociológica, seja a observação da vida cotidiana, das relações que são estabelecidas, das crenças e dos valores que balizam o agir das pessoas e das formas de lidar com as situações que aparecem.

Além da observação da vida cotidiana, uma orientação etnográfica é a observação de determinados eventos que nem sempre colocam a vida cotidiana como um acontecimento contínuo, e sim, a vida cotidiana tem seus momentos de descontinuidades, de rupturas, de extraordinário que mudam o ordinário que caminhava dia após dia. A análise destes eventos também podem nos ajudar a compreender as relações sociais que se dão no cotidiano como mostraram os conhecidos estudos de antropologia de Gluckman (1986), Boissevan, (1986), Berreman (1987) e Geertz (1973).

Assim, traremos para a discussão, no decorrer deste trabalho, o evento de uma greve de cortadores de cana, que ilustra a atuação política destes trabalhadores em uma face que ainda não tínhamos captado. Até então, o acompanhamento que fazíamos nos indicava que estes trabalhadores desenvolviam uma resistência cotidiana como discurso oculto, nos termos de James Scott (1990). A emergência de uma greve nos chamou a atenção para a possibilidade de se observar um discurso público destes trabalhadores na reivindicação de melhores condições de trabalho, como também de perceber que a atuação política é um elemento importante na discussão sobre reprodução social do campesinato.

O uso das fontes orais vai além de buscar discursos. Evidentemente que a entrevista gera um discurso. No entanto, nossa busca era de compreender a trajetória familiar destes trabalhadores rurais. Trajetória que remete a considerar a história, em fazer um recorte de tempo.

No caso que analisamos, o tempo recortado é de três gerações: filho, pai e avô. Um demarcador que nos balizou foi o que chamamos de período pós crise do algodão, que resultou em mudanças na vida cotidiana das pessoas do município. Em termos de ano, poderíamos partir da década de 1980.

Para “coletar” as entrevistas ou os discursos que podem se tornar dados, os métodos de pesquisa que se agregam em torno da história oral orientam formas de abordagem que possibilitam não apenas compreender o que foi dito durante a entrevista,

mas ter claro como foi o antes de ligar o gravador (o contato e o enquadramento institucional) e o durante (a forma de abordagem, o diálogo, os ditos e os não-ditos).

Dessa maneira, combinando a etnografia, a história oral e também os dados secundários, constituímos o quadro metodológico para discutir as estratégias de reprodução social destas famílias.

Durante a pesquisa, pude fazer visitas de campo no município de São José de Piranhas e em alguns alojamentos de cortadores de cana-de-açúcar de Usinas Canavieiras no estado de São Paulo. As informações que apresentei neste trabalho sobre a atividade da *furadinha* foi coletado em entrevistas e conversas com os trabalhadores.

O primeiro contato estabelecido com pessoas de São José de Piranhas foi no ano de 2009, em uma atividade do Serviço Pastoral do Migrante⁴, na cidade de Cajazeiras. Nesta ocasião, conheci Gerlândia, que faz parte da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e Claudio, que é professor de Geografia. Fui ao encontro com a Professora Marilda Menezes e outros colegas do grupo de pesquisa “Campesinato, Migrações e Políticas Públicas”. Dois fatos me chamavam a atenção neste município: primeiro, a considerável quantidade de trabalhadores que migravam para o corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e segundo, o fato de ser um município por onde passava um dos canais da polêmica obra de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

A primeira vez que fui ao município de São José de Piranhas foi em fevereiro de 2010, novamente com a Professora Marilda Menezes e colegas do grupo de pesquisa da UFCG. Ficamos hospedados em um hotel na cidade. Esta visita de campo foi mediada por Gerlândia, que nos recebeu na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde fizemos algumas entrevistas com trabalhadores rurais e arregimentadores de turmas para o corte de cana. Posteriormente, circulamos por algumas localidades da zona rural do município, sendo guiados por um Agente Comunitário de Saúde, indicado por Gerlândia. A segunda visita aconteceu em março de 2010. Fui com dois colegas, Marcos e Jaqueline, desta vez, ficamos hospedados na casa do Professor Claudio. Nesta visita, nosso objetivo foi acompanhar a saída dos ônibus de cortadores de cana, rumo ao estado de São Paulo.

⁴ Serviço Pastoral do Migrante é uma organização ligada à Igreja Católica que realiza trabalhos sociais e religiosos com os trabalhadores migrantes. A atividade citada fora um Seminário de discussão sobre as migrações sazonais de trabalhadores rurais da Paraíba para as usinas canavieiras paulistas.

Em maio e outubro de 2010, acompanhei os trabalhadores migrantes em alojamentos no estado de São Paulo. Tive a oportunidade de morar por algumas semanas em um alojamento em que havia trabalhadores de São José de Piranhas e região. Este fato possibilitou a criação de uma rede de contatos. Foi, em São Paulo, que conheci os irmãos “Sardinha” (Chico, Severino e Taz) do distrito de Boa Vista, que assim são chamados pelo fato de terem sardas no rosto. Al também conheci Junior, Albertino, Raimundão e Bibi, que foram peças fundamentais para novas idas a campo.

Em dezembro de 2010, voltei a São José de Piranhas, com um colega da UFCG, o Leonardo, e nos hospedamos na casa dos irmãos “Sardinha”, que moram no distrito de Boa Vista e também na casa do Bibi, no Sítio Lobo, em Mauriti/CE.

Em 2011, estive em São José de Piranhas apenas uma vez, com as colegas Jaqueline e Giovana, e ficamos hospedados na casa destes amigos em Boa Vista. Em 2011, estive duas vezes em alojamentos no estado de São Paulo, em maio durante 4 dias e julho por mais 4 dias, juntamente com o Serviço Pastoral do Migrante. Nestas ocasiões, fique na casa de agentes da Pastoral do Migrante.

Em 2012, fiz cinco visitas a São José de Piranhas. Em fevereiro, março, abril, maio e novembro. Na visita de fevereiro, fui até à casa de Chico no distrito de Boa Vista e falei da minha intenção de alugar uma casa em Boa Vista para conviver com o pessoal durante alguns meses. Não foi possível alugar pois os imóveis da localidade tinham sido todos alugadas por pessoas que passaram a trabalhar nas obras da transposição do Rio São Francisco. Diante deste fato, Chico ofereceu a casa dele e dos pais para me hospedar quando eu quisesse. Nas visitas de março, abril e maio, hospedei-me, então, na casa de dos pais de Chico, Joaquim e Novinha, e também de Junior, que conheci no alojamento em São Paulo. Também fiquei em uma casa que pertencia à Gerlândia e posteriormente no alojamento da sede nova do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Conteí com o apoio de Junior, que conduziu-me de moto para realizar algumas entrevistas em outras localidades do município como de Serra do Braga e Piranhas Velhas. Também conteí com o apoio de Damião, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que conduziu-me de moto até as localidades de Serra do Vital e Enjeitado.

Em 2013 estive em São José de Piranhas por três vezes. Em janeiro, fevereiro e junho. Hospedei-me na casa de Seu Joaquim, o pai de Chico, em Boa Vista e no

alojamento da sede do STR. Contei com o apoio de Marcel e Daniel, filhos de Damião que é diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para me locomover pelas localidades de Piranhas Velha, Sitio Santa Rosa, Peba dos Vicentes e Peba dos Liras.

Em 2014, estive por três vezes. Em Janeiro, hospedei-me novamente na casa de Seu Joaquim em Boa Vista. Em setembro do mesmo ano, estive em campo com a colega Verena, professora da UFCG e nos hospedamos na sede do STR. A locomoção até a localidade de Boa Vista foi de moto-táxi e de carro até a Serra do Braga. E, em dezembro de 2014, estive em campo junto com a professora Verena e novamente com o amigo Leonardo que nos auxiliou na coleta de dados. O objetivo desta visita foi de aplicar questionários nas localidades de Boa Vista, Peba dos Vicentes e Serra do Braga. Ficamos hospedados no Sindicato.

Um tema a tratar sobre a pesquisa de campo é o enquadramento institucional, ou seja, a forma com que o pesquisador é apresentado e como passa a ser demarcado nas relações com os sujeitos que estão sendo pesquisados. Nesta pesquisa, o primeiro enquadramento institucional que sempre mencionamos é o de ser um estudante da UFCG, que está interessado em compreender a vida rural e as migrações que acontecem a partir de São José de Piranhas. O fato de contar muito com o apoio do STR, na pessoa de Gerlândia e também dos demais diretores, nos coloca também este enquadramento de ter alguma relação com o sindicato.

No distrito de Boa Vista, o fato da hospedagem na maioria das vezes acontecer na casa de Seu Joaquim e Dona Novinha, também deu outro enquadramento institucional: de ser amigo ou parente desta família. O fato de ser amigo era expresso nos seguintes dizeres: “é o rapaz que anda com os meninos de Novinha”. Ouvi esta expressão em uma ocasião no campo de futebol ou nas apresentações para fazer entrevistas com outros habitantes do local. Joaquim e Novinha, assim como seus filhos, faziam o papel de anfitriões. Na maioria das vezes, alguém da família acompanhava na localidade de Boa Vista, em visitas a outras casas para fazer entrevistas, nos eventos comunitários como rezas e festas. Mas o fato de ser enquadrado como um parente veio à tona em janeiro de 2014, quando foi feita uma visita de apenas um dia. Ao chegar na casa de Doutor, que já havia conhecido em 2012, ele falou com Joaquim sobre o fato de alguém na localidade ter um filho que morava em São Paulo, parente da família de Joaquim e Novinha e que um dia este filho voltaria, e, no caso, viam em mim a volta deste parente. Não cheguei a

verificar o final desta história, por considerar que talvez fosse um assunto mais íntimo da família. O que trago para a reflexão é que tive também o enquadramento institucional de parente.

No caso, até onde consegui identificar foram alguns enquadramentos institucionais: o de estudante da UFCG, que era como eu me apresentava; o de ligação com a Pastoral dos Migrantes, que era também como Gerlândia me via; o de ligação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que era como uma grande parte dos entrevistados viam; o de amigo e parente de uma família; o de pesquisador ligado às usinas canavieiras do estado de São Paulo; e o de pesquisador do Censo. Certamente estes enquadramentos institucionais foram medidos na hora de falar ou ocultar informações por parte dos entrevistados e das pessoas com qual tive contato em campo. A intensidade da influência que determinados enquadramentos institucionais têm sobre a fala dos entrevistados é difícil de ser medida.

Apresentei acima algumas informações das visitas a campo, como e onde me hospedei e quem esteve comigo durante as entrevistas, para mostrar que por mais desconhecido e estranho que eu fosse aos sujeitos pesquisados, eu tomei a opção de estar com alguém do local que me abriam os caminhos para poder conversar com as pessoas. Dessa maneira, minha intervenção não se apresenta como neutra, pelo fato de estar sempre sobre o enquadramento institucional que é demarcado a partir das pessoas e instituições que me acompanhavam em campo como também pelo tipo de ação que eu estava desenvolvendo, de observar, perguntar, de exercer o papel de intruso e indesejado que muitas vezes é atribuído ao etnógrafo, como já destacou Berreman (1987).

Durante o ano de 2014, entre fevereiro e agosto, realizei um período de estágio doutoral no Programa Interdisciplinar de Economia Humana, da Universidade de Pretória na África do Sul, dentro do Programa de Doutorado Sanduíche da CAPES. A experiência de estar em contato com pesquisadores de outras partes do mundo possibilitou-me ter acesso a outras leituras sobre migrações, mobilidade territorial e campesinato no contexto atual, diferente das que eu dispunha. Como resultado das leituras e debates durante os seminários que participei, percebi que poderia refletir melhor sobre dois pontos de meu trabalho: os programas sociais de transferência de renda e as greves espontâneas. De certo modo, já eram pontos que vínhamos observando em nosso trabalho de campo. O diálogo

com a realidade do extremo-sul da África nos possibilitou realçar e pensar mais sobre os assuntos.

Este estudo pretende dialogar com as outras pesquisas já desenvolvidas na área e também, de certo modo, inovar em aspectos pouco analisados como a migração sazonal de longa distância, a mobilidade territorial, o detalhamento da diversidade do campesinato na Região Nordeste do Brasil e suas condições sociais de reprodução.

O “Sítio” e o “Meio do Mundo” são duas categorias nativas que já foram utilizadas por outros pesquisadores para explicar contextos de migração rural no nordeste brasileiro. Russel Parry Scott (1981) escreveu sobre as expressões “cativeiro” e “meio do mundo” para ilustrar como as famílias de agricultores do agreste de Pernambuco realizavam a prática da migração, em outras palavras, ir para o “meio do mundo”, para sair da condição de morada, ou o “cativeiro”, como era nomeada esta situação pelos próprios agricultores. Afrânio Garcia Jr (1989) utilizou os termos “Sul” e “caminho do roçado” para descrever uma situação semelhante na região do Brejo Paraibano. Verena Sevá Nogueira (2010) usou a expressão nativa “Sair pelo Mundo”, um jeito de se referir à prática da migração na região sul do estado da Bahia.

Na pesquisa de campo, constantemente os agricultores utilizavam o termo “Meio do Mundo” para se referir aos lugares destinos de suas viagens migratórias. O “Meio do Mundo” é um lugar amplo: são os canaviais paulistas, aonde eles vão todos os anos; são as localidades do Maranhão e do Pará, aonde eles vão vender roupa; são as cidades do estado de São Paulo, ou Brasília, onde eles têm parentes que migraram e se mudaram em definitivo.

A noção de “Sítio”, categoria bem explorada em termos antropológicos por Ellen Woortmann (1981), é uma categoria nativa comumente utilizada pelos agricultores para se referir às localidades rurais onde eles moram no interior do município. Além de indicar um lugar físico, indica também uma identificação de parentesco, porque geralmente o “sítio” foi a gleba de terras onde viveu um ancestral comum e que muitas vezes até dá o nome ao lugar. Neste sentido, o “Sítio” além de indicar um lugar físico, indica também um lugar cultural, e assim, pode-se dizer que indica uma noção de território e territorialidade.

O “Sítio” e o “Meio do Mundo” são duas imagens, dois lugares, dois “territórios” que utilizo como convite para compreender este contexto de mobilidade territorial destas famílias de agricultores. Trata-se mais de um artefato didático do que de uma tentativa de simplificação da questão, pelo menos esta é a tentativa.

O desenvolvimento desta pesquisa buscou se inspirar em alguns ensinamentos do campo de estudos sobre populações rurais do Brasil. Em primeiro lugar, compartilhamos com Garcia Jr. (1983, p.13) que “a qualidade dos dados não depende de maior realização de entrevistas (...) formular questões relevantes dependia do conhecimento que pudéssemos adquirir sobre esta vida”. No caso desta, com o tempo, melhores questões foram realizadas para aproveitar melhor o conhecimento que os entrevistados apresentavam.

Em segundo lugar, os ensinamentos de Moacir Palmeira (1978), que reflete sobre a necessidade de investir teorias em dados, no sentido de que articular o material empírico com a teoria traz resultados para responder as questões propostas pelo pesquisador. Moacir Palmeira (2013) também orienta que, nem sempre, a simplificação de categorias é a resposta para os problemas sociológicos relacionados ao campo, antes disso, a descrição das diferenças pode se apresentar como um rico artefato para ler a realidade. Em termos desta pesquisa, a primeira tentação era de classificar todos como camponeses, proletários ou como agricultores familiares, entretanto, a realidade apresenta-se como mais complexa, em que dentro da mesma categoria do campesinato é possível encontrar uma série de atores com práticas diferenciadas ao mesmo tempo com algo em comum que os caracteriza em seu modo de viver e trabalhar no Sertão Paraibano. E, em relação às categorias já classificadas:

Estabelecer como dados da realidade categorias induzidas por esquemas analíticos construídos a partir de análises feitas em outros períodos históricos ou em outros lugares tende, a meu ver, a esvaziar o sentido contemporâneo da sociologia. Afinal, não estudamos apenas para aprender a classificar o mundo social, mas para desafiar as limitações próprias das categorias de que dispomos com descobertas presentes (por meio da pesquisa). O presente tem a obrigação de repensar o passado. (ROSA, 2011, p.210)

O exercício realizado neste trabalho foi de buscar a descrição de particularidades, a conjugação de teoria com dados e o deixar-se questionar pela realidade a fim de compreendê-la melhor.

Esta tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo recupera uma revisão de literatura sobre a migração e mobilidade territorial em diferentes partes do mundo, com o intuito de perceber alguns pontos em comum nesta gama de experiências migratórias. É uma tentativa de construir um estado da arte da questão da mobilidade territorial com o objetivo de ter ferramentas de leitura da situação de migração e mobilidade territorial que estamos tratando.

Os capítulos 2 e 3 são voltados para apresentar algumas transformações do “Meio do Mundo” por onde circulam os agricultores do Sertão. O segundo capítulo trata da situação do trabalho migrante no plantio e colheita da cana-de-açúcar nas usinas canavieiras do Estado de São Paulo. Abordamos como se dá o processo de contratação dos trabalhadores migrantes, o papel dos arregimentadores e das redes sociais na seleção dos mesmos. Também analisamos o impacto da mecanização da colheita da cana-de-açúcar no mundo do trabalho do canavieiro, tanto no que diz respeito à redução de postos como à reorganização das tarefas. A frase que intitula o capítulo “O corte de cana está se acabando” foi tomada emprestada de um de nossos entrevistados, que a usou para explicar como essa alternativa de trabalho ia se exaurindo ano após ano para os trabalhadores de São José de Piranhas.

O terceiro capítulo traz com mais detalhes as transformações deste mundo do trabalho canavieiro em que estão inseridos estes agricultores do Sertão, abordando a greve como uma forma de resistência e também como a expressão da territorialidade destes trabalhadores. O título “Queremos voltar pra nossa terra”, foi uma frase encontrada em uma faixa feita pelos trabalhadores e usada em uma das manifestações durante a greve em 2011.

Os três últimos capítulos são destinados a pensar o “sítio” onde moram estes agricultores e suas famílias. O capítulo quatro aborda transformações sociais e econômicas ocorridas a partir da década de 1980 para compreender o processo de reprodução social das famílias de agricultores, desde o espaço do Sertão Paraibano.

O capítulo cinco expõe três localidades – um distrito rural e dois sítios – com o objetivo de perceber, a partir de diferentes situações de acesso à terra, quais são as condições de reprodução social destas famílias do meio rural.

Por fim, o capítulo seis aborda a história de vida de alguns trabalhadores, para perceber como que a mobilidade territorial se apresenta como constituinte das condições sociais de reprodução social de suas vidas, onde suas trajetórias se passam a margem do acesso integral ao recurso natural da terra, por diferentes gerações.

Desta maneira, ao articular as transformações no mundo do trabalho canavieiro, a atuação política dos trabalhadores migrantes que informa noções de territorialidade, as transformações no mundo rural do Sertão Paraibano, as diferentes situações de acesso à terra e a trajetória de vida de agricultores trabalhadores migrantes, buscamos montar um quadro explicativo sobre as condições de reprodução social destas famílias de agricultores do Sertão Paraibano.

CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO, TRABALHO E TERRITORIALIDADES NOS MUNDOS RURAIS

A migração em áreas rurais é um fenômeno que perpassa todo o século XX. O fluxo rural-urbano teve mais destaque, visto que, nos últimos 50 anos, cerca de 800 milhões de pessoas migraram do campo para a cidade (VARGAS-LUNDIUS et. al, 2008). Os diagnósticos da ONU apontam que, a partir de 2009, metade da população mundial passou a viver em áreas urbanas (UN, 2014). De acordo com Lara Flores (2012), em termos de América Latina, a migração rural-urbana começa a se enfraquecer na década de 1980 devido a um esgotamento do modelo econômico que tornou as metrópoles menos atrativas. Para a autora, o enfraquecimento da migração rural-urbana deixou em evidência outros movimentos migratórios que também foram importantes no século XX como as migrações de trabalhadores de áreas rurais para empreendimentos de agricultura intensiva em diversos pontos do continente.

Em termos de Brasil, por exemplo, de acordo com Silva (2006), um dos fatores que explica o crescimento de migrações de trabalhadores rurais do Sertão Nordeste para as usinas canavieiras da Região Sudeste é o fato de que as ofertas de emprego nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a exigir um índice de escolarização mais elevado, dificultando assim o acesso a este mercado de trabalho por parte deste perfil de trabalhadores, que, em sua grande maioria, são caracterizados pelo baixo índice de escolaridade.⁵

Com este capítulo, pretendemos percorrer pela literatura acadêmica contemporânea, aprendendo com diferentes situações empíricas que envolvem o meio rural, afim de pontuar aspectos do debate sobre migrações, trabalho e territorialidades na atualidade;

1.1 - Migrações rurais contemporâneas: a circulação em diferentes territórios

⁵ De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE 2013), 13,4 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade estão na condição de analfabetas no Brasil. A Região Nordeste é a que proporcionalmente mais tem analfabetos. O índice é concentrado entre os idosos, mas há jovens também nos índices. (PERES, 2011).

A migração temporária e, em alguns casos, permanente de trabalhadores rurais para empreendimentos de agricultura intensiva e mineração é um fenômeno tanto ao nível de migração internacional como ao de termos de migrações internas.

Burawoy (1976) cunhou o termo *sistema de trabalho migrante* para explicar os fluxos de migração que partiam de regiões rurais do México para o trabalho agrícola na Califórnia/Estados Unidos e o deslocamento dos trabalhadores de diferentes países da África Austral⁶ para as minas de ouro na África do Sul.

O autor parte do pressuposto que “para a economia capitalista funcionar, sua força de trabalho precisa se manter, por isso que historicamente os trabalhadores recebem um mínimo diário determinado para sua sobrevivência. Neste sentido, um sistema de trabalho migrante é caracterizado pela diferenciação institucional e separação física dos processos de reprodução e manutenção da força de trabalho” (BURAWOY, 1976, p. 1048). É um processo de diferenciação institucional porque os países que recebem estes migrantes não precisam arcar com as despesas de suas famílias, tais como educação e saúde, visto que as mesmas ficam nos países de origem e sobrevivem da agricultura de subsistência. A separação entre o processo de reprodução das famílias (que ocorre nos países de origem) e de manutenção dos trabalhadores (que se dá nos países de destino) diminui o custo da força de trabalho, sendo vantajoso para estas companhias, do setor agrícola e de mineração, contratar trabalhadores migrantes.

Burawoy (1976) ainda chama a atenção para o fato de que a compreensão da função e da reprodução do trabalho migrante depende da observação não apenas dos fatores individuais, mas também dos fatores externos de coerção institucional que garantem este processo migratório. Neste caso, além dos trabalhadores migrantes, há em cena outros atores como os estados nacionais e as empresas capitalistas que desenham o quadro institucional das migrações.

Esta perspectiva analítica ajuda-nos a compreender os processos migratórios internacionais que envolvem trabalhadores rurais ou camponeses e também pode ser útil para entender os deslocamentos dentro de um mesmo país, como é o caso brasileiro que estamos tratando.

Do ponto de vista de migrações de trabalhadores rurais, em sua maioria sazonais, que perpassam as fronteiras nacionais, existem fluxos que partem do México para os Estados Unidos (LARA FLORES, 2012; CANALES, 2010), do México e América

⁶ África do Sul, Moçambique, Lesoto, Suazilândia, Namíbia, Botsuana, Malauí, Zimbabué e Zâmbia são os países que se localizam na África Austral ou Extremo Sul do continente africano.

Central para o Canadá (HERNANDEZ;MALDONADO, 2014; PRIEBISCH, 2011), do Chile e da Bolívia para a Argentina (BENDINI et.al, 1999; BENENCIA; GEYMONAT, 2005), da Nicarágua para a Costa Rica (BAUMEISTER et.al, 2008); de Marrocos, Tunísia, Colômbia, Equador e Peru para a Espanha e França (PEDREÑO CANÓVAS, 2010; HERMAN, 2007), de Moçambique, Lesoto, Suazilândia e Zimbábue para a África do Sul (FARRÉ, 2013; RUTHERFORD; ADDISON, 2007). Chamamos a atenção para estes casos uma vez que podem nos apresentar lições para o processo de migrações que estamos estudando.

Lara Flores (2010, 2012), a partir da análise de dados estatísticos e *surveys*, apresenta o panorama de migrações de comunidades rurais mexicanas para regiões de agricultura de exportação no México e nos Estados Unidos. A autora constata que os tratados de livre comércio que o México assinou com os Estados Unidos e Canadá (NAFTA) geraram uma crise na pequena e média agricultura mexicana, degradando as condições de vida da população rural. Ao mesmo tempo, estas políticas favoreceram grandes grupos econômicos de agricultura de exportação nas áreas da floricultura, horticultura e fruticultura. O novo contexto também afetou as rotas de migração rural.

Assim, o que havia sido o padrão de migração predominante durante décadas, que permitia o abastecimento de mão de obra temporária para as empresas de agricultura capitalista intensiva por meio de migrações de caráter temporário ou pendular, de camponeses pobres que partiam de suas localidades de origem com a finalidade de trabalhar como diaristas para depois voltar a trabalhar nos seus próprios lotes deixou de ser relevante. Em nossos dias, é frequente os trabalhadores agrícolas já não retornarem ao seu lugar de origem, mas sim, eles circulam por várias regiões ou ficam em algum lugar de trabalho no qual encontram as condições propícias para se assentar e desde ali se dirigir para outros destinos de busca de emprego (Lara Flores, 2010, p. 251).

A alteração do padrão de migração denota uma circularidade destes trabalhadores, que passam a desenvolver itinerários entre zonas de agricultura intensiva tanto no México como nos Estados Unidos⁷. Lara Flores descreve que muitas vezes, os empreendimentos de agricultura intensiva têm um caráter predatório no meio ambiente, utilizando altas quantidades de agrotóxicos, aproveitando das fontes de água, tendo um manejo inadequado do solo que, em algumas áreas do país, geraram desertificação. Estas mesmas empresas pagam salários baixos aos trabalhadores migrantes e, na maioria das vezes, os contratos são verbais, informais, sem seguridade e direitos sociais. O vínculo entre as

⁷ De acordo com Canales (2010, p.216): “os imigrantes latino-americanos são segregados em diversas ocupações de baixos salários. Em particular, destaca-se o caso dos diaristas (*jornaleros*) agrícolas mexicanos, que representam nacionalmente mais de 25% da força de trabalho agrícola, cifra que aumenta para mais de 50% em estados como a Califórnia. Cabe assinalar que se trata de empregos mais precários e pior remunerados nos Estados Unidos e que concentra o maior número de imigrantes sem documentação”

empresas e os trabalhadores migrantes se dá através de intermediários, chamados de capitães e coiotes. Em muitos casos, os trabalhadores se alojam em acampamentos caracterizados por casebres de papelão, piso de terra, sem água potável e energia elétrica. Mesmo nestas condições, os salários que são pagos, nestas áreas de agricultura intensiva, são maiores do que os rendimentos que estes camponeses e indígenas empobrecidos têm em suas localidades de origem.

Este novo cenário nas migrações de trabalhadores rurais mexicanos faz a autora sugerir o uso de categorias explicativas como *territórios de migração*, *espaços transnacionais*, *territórios de circulação*, devido ao fato desses trabalhadores estarem em permanente movimento, dado ao caráter sazonal do trabalho agrícola. Também poderíamos ler este movimento como uma permanente mobilidade territorial, visto que boa parte destes trabalhadores mantém um vínculo com suas comunidades rurais e indígenas de origem, enviando remessas de dinheiro para as esposas, filhos e familiares.

Ainda no contexto de migrações sazonais rurais na América do Norte, Hernandez e Maldonado (2014) descrevem o fluxo de mexicanos do estado de Tlaxcala para as lavouras de maçã, tabaco e hortaliças na região de Québec no Canadá, que fazem parte do Programa de Trabalhadores Agrícolas Temporários México-Canadá⁸. Trata-se de migrações realizadas pelos homens em idade produtiva. Os autores descrevem que, para grande parte da população, especialmente da área rural, migrar “se constitui como uma estratégia de reprodução e sobrevivência frente à incapacidade do sistema em gerar empregos para a crescente população em idade de trabalhar que já não veem progresso na agricultura” (HERNANDEZ e MALDONADO, 2014, p. 16). São migrações que duram de 4 a 8 meses, a depender do tipo de trabalho, seja na preparação das lavouras ou na colheita. No final da safra, os trabalhadores são devolvidos ao país de origem. Este público de trabalhadores rurais mexicanos é considerado de vulnerabilidade social porque as famílias nas áreas de origem enfrentam restrições alimentares até receberem a primeira remessa de dinheiro enviada pelos maridos, quando estes recebem o primeiro salário.

Baumeister, Fernández e Acuña (2008) informam, com base em dados secundários e revisão de literatura, que existe um considerável fluxo de migrações

⁸ Historicamente o Canadá necessitou importar força de trabalho migrante para o trabalho agrícola. Desta maneira, o governo canadense, de longa data, tem programas que estimulam a migração de trabalhadores rurais. Na última década, o maior número de migrantes é oriundo do México e Guatemala, sendo também significativa a presença de trabalhadores de países do Caribe (Jamaica, Trinidad e Tobago e Barbados) e da Ásia (Tailândia, Filipinas). O quadro de trabalho nestas fazendas é caracterizado como precário, especialmente porque os trabalhadores, caso não atinjam as metas de trabalho, podem ser deportados do país. Isso causa um ambiente de insegurança e competição entre os trabalhadores (PREIBISCH, 2011).

sazonais oriundas de diferentes regiões rurais da Nicarágua para fazendas agroexportadoras de cana-de-açúcar, café e fruticultura (laranja, melão, banana, abacaxi) em Costa Rica. São homens, mulheres e núcleos familiares, caracterizados pela baixa escolaridade e oriundos basicamente de zonas de clima seco. Na maioria dos casos, o processo de inserção é realizado por intermediários “contratistas”, agentes terceirizados, que se responsabilizam pela contratação e comando ou controle dos trabalhadores migrantes durante a safra. As condições de trabalho são precárias, pois os trabalhadores têm pouco acesso a equipamentos de proteção e são expostos a intoxicações causadas pelo uso dos agrotóxicos.

No caso da América do Norte, existem acordos entre os governos como o *Programa Braceros* (México e Estados Unidos) e o Programa de Trabalhadores Agrícolas Temporários México-Canadá, que, a partir da análise de Buroway (1976), permite-nos observar que os sistemas de trabalho migrante configuram a participação de atores como as empresas, os migrantes e os estados nacionais.

A presença de trabalho migrante encontra-se também na agricultura de exportação na Europa⁹. Neste caso, trata-se de migrações internacionais. Pedreño Canóvas (2012) analisou o caso dos trabalhadores em empreendimentos de hortaliças e frutas da Espanha, que apresenta o fluxo maior de imigrantes de Marrocos e do Equador. Pedreño Canóvas (2012, p. 334) informa ainda que o mercado de trabalho agrícola espanhol contrata imigrantes por ser “mão de obra obrigada a aceitar salários mais baixos e piores condições de trabalho, pelo menos no momento que se coloca num mercado de trabalho exterior.”

Os trabalhadores de Marrocos saem de Oujda. Há indícios que esse processo migratório para a Europa ocorre desde os anos 1980, exatamente no período em que a região passou por uma crise de descapitalização da economia informal em virtude de diversos fatores, entre eles: o fechamento da fronteira entre Marrocos e Argélia, que impactou negativamente no contrabando, que era a fonte de renda para os habitantes da região; o fechamento de uma mina, que empregava muitos trabalhadores, e; uma seca estrutural, que ocasionou o empobrecimento dos agricultores da região.

⁹ Nas áreas de agricultura intensiva na França é comum o emprego de trabalhadores imigrantes oriundos do Norte da África (Marrocos e Tunísia) e da América do Sul (Colômbia, Peru e Bolívia) (HERMAN 2007, 2013). A agricultura da Grã-Bretanha é um destino de migrações sazonais oriundas do Leste Europeu sobretudo de países como Romênia e Bulgária (BBC, 2013; VLADIMIROVA, 2010). Na agricultura italiana é encontrada a presença de imigrantes de Marrocos, Albânia, Romênia, Índia e Polónia; e na agricultura grega há migrantes procedentes da Albânia, Índia, Paquistão e Bangladesh. (AVALLONE, 2013).

A imigração marroquina sofreu modificações no decorrer do tempo. Inicialmente os marroquinos migravam de maneira sazonal para trabalhar nas lavouras de hortaliças e frutas. Com o passar dos anos, os homens solteiros e jovens que migravam foram se casando na Espanha e os casados passaram a trazer a família para se assentar na Espanha. A consolidação desses trabalhadores no trabalho agrícola espanhol aconteceu via redes sociais.

No caso dos equatorianos, a saída de seu país de origem ocorre em decorrência dos fatores econômicos como a dolarização e o crescente desemprego estrutural, ocorridos na década de 1990. Os migrantes são de diversas regiões do país, tanto das metrópoles Quito e Guayaquil como das regiões rurais de Machala e Cañar. Na Espanha, passaram a se empregar no crescente mercado da agricultura de exportação.

Dentro do processo migratório, o papel assumido pelas mulheres varia de acordo com o território de destino, entretanto, há muitas dificuldades enfrentadas por elas para arrumar emprego na agricultura, colocando-as em uma posição mais difícil do que a dos homens. Normalmente quando são empregadas, ocupam trabalhos subordinados aos homens, o que sinaliza uma transferência de papéis definidos pela dominação do gênero masculino. Exemplo de subordinação feminina dentro do mercado de trabalho é o que ocorre na agroindústria, uma vez que o homem é o encarregado, cabendo à mulher o trabalho manual, exatamente como acontecia anteriormente com as europeias. Um outro exemplo é o caso das marroquinas, que, na sua maioria, ficam cuidando dos filhos enquanto os homens são os provedores do sustento da família, trabalhando fora (PEDREÑO CANÓVAS, 2012).

Quando a questão envolve os jovens dessas famílias, há um investimento para que não tenham o mesmo destino dos pais de diaristas agrícolas. Há uma tendência em estudar para seguir outras profissões. Entretanto, o estigma de imigrante permanece, “os jovens imigrantes não deixam de sentir o peso de uma herança cujo o lastro corre o risco de ser mais pesado, mais complexo, mais perverso...” (PEDREÑO CANÓVAS, 2010, p. 364).

Pedreño Canóvas (2012) sugere que compreendamos o processo de migração dos diaristas agrícolas sob a ótica da globalização. E, ao analisar os regimes de trabalho agrícola que empregam migrantes na Argentina e na Espanha, conclui que “a globalização da agricultura não está apresentando uma hegemonização das condições de trabalho dos diaristas agrícolas, mas sim, está implicando uma convergência global de determinadas pautas de trabalho” (PEDREÑO CANÓVAS, 2012, p. 175).

Para este autor, é pertinente falar em taylorização do campo como uma possibilidade para compreender as mudanças na composição social do trabalho sazonal, onde há um processo crescente de feminização e um protagonismo dos trabalhadores migrantes e imigrantes. Criam-se regiões ou empreendimentos de agricultura de exportação, com altos investimentos de capital e tecnologia, que contratam trabalhadores migrantes de outras regiões dos países ou mesmo de outros países, para desenvolver o trabalho agrícola, que, na maioria das tarefas, requer pouca escolarização, mas exige um alto dispêndio de energia física e disciplina.

O contexto das migrações temporárias protagonizadas pelos camponeses-trabalhadores (FIRST, 1983; THEBE, 2012; FARRÉ, 2013) na África Austral é bastante particular. Em muitos casos, tratam-se de migrações internacionais, sobretudo em direção à África do Sul, onde estão localizados diversos empreendimentos minerais e de agricultura intensiva como cana-de-açúcar, milho, laranja e uvas. Nos casos da agricultura, os trabalhadores têm o visto para permanecer no país durante a safra. No caso das minas, o visto é dado somente ao trabalhador pelo prazo de 12 meses e depois o mesmo terá que sair do país, para renovar o visto. A migração é realizada principalmente por homens e as famílias permanecem na zona rural do país de origem (BUROWAY, 1976; FARRÉ, 2013).

O difícil contexto político e econômico pelo qual vem atravessando o Zimbábue faz com que muitos zimbabuenses migrem para a África do Sul em busca de melhores condições de vida. Um dos setores da economia sul-africana que empregam os zimbabuenses é a agricultura. Entre os meses de abril a setembro, época da colheita da laranja, muitos migrantes sazonais chegam à Província de Limpopo, no norte da África do Sul, vindos das regiões semiáridas do Zimbábue aonde retornam no período de chuvas entre setembro e março e desenvolvem agricultura de subsistência.

Rutherford e Addison (2007) estimam, com base em pesquisa de campo com os proprietários de fazendas, que 80% da mão de obra agrícola da Província de Limpopo é composta por imigrantes do Zimbábue. Muitos migrantes entram de maneira ilegal pela fronteira e não têm documentos. Desta maneira, conseguem se empregar nestas fazendas e recebem um salário mais baixo do que o mínimo estabelecido. Em 2006, a média recebida foi de 570 rands (142 reais) por mês, enquanto que o salário mínimo sul-africano era de 785 rands (194 reais). Na colheita da laranja, o sistema de pagamento é o salário por produção. Em 2005, cada trabalhador recebia 28 centavos de rands (7 centavos de real) por saca colhida. Em relação às condições de trabalho, os autores comentam que:

A maioria dos trabalhadores com quem conversamos viam sua situação como sombria. Muitos se queixaram das condições de trabalho - salários baixos, longas jornadas, cálculos não transparentes no pagamento e deduções salariais mensais, exposição a pesticidas, etc. - e sobre as suas condições de vida - como muitos trabalhadores estavam vivendo em um quarto lotado, água imprópria para consumo, sujo ou sem sanitários. O racismo e assédio sexual também foram queixas comuns. Os trabalhadores tiveram exemplos de como os agricultores Afrikaner (como são chamados os proprietários brancos) tratavam os africanos (negros) como "uma espécie diferente". Também há relatos de abuso sexual ocasional nas mulheres trabalhadoras por parte de capatazes e gerentes que usaram de suas posições de poder, para exigir favores sexuais de mulheres trabalhadoras. (RUTHERFORD E ADDISON, 2007, p. 629)

Crush et.al (2010) comentam que migração sazonal para áreas agrícolas da Província sul-africana do Estado Livre é uma rota comum dos trabalhadores de Lesoto com pouca escolaridade. Na maioria dos casos, os trabalhadores são contratados pelas empresas sul-africanas ainda no país de origem, no Lesoto, e ficam na África do Sul até o término das colheitas. Como se trata de migrações que obedecem às normas legais, os trabalhadores recebem o salário mínimo sul-africano. No entanto, há também trabalhadores que migram por conta própria para buscar trabalho nas fazendas. As jornadas de trabalho começam por volta das 5 ou 6 horas da manhã e se estendem até às 8 ou 9 horas da noite, durante os setes dias da semana.

Bendini, Radonich e Steimbregger (1999) como também Bendini, Radonich e Steimbregger e Tsakoumagkos (2012) expõem o cenário das migrações sazonais dos trabalhadores *golondrinas* (andorinhas¹⁰) que buscam trabalho nos empreendimentos de fruticultura na região da Patagônia Argentina.

Bendini, Radonich e Steimbregger (1999) apresentam um contexto histórico de migração de trabalhadores rurais oriundos do Chile e de Províncias do norte argentino (Tucumán, Salta, Jujuy) para trabalhar sazonalmente no raleio e colheita de peras e maçãs na Bacia Frutífera do Rio Negro, nas províncias meridionais de Neuquén e Rio Negro. As autoras informam que a presença dos *golondrinas* na região são datadas a partir da década de 1930, época em que a fruticultura era desenvolvida por pequenos e médios produtores que combinavam o trabalho familiar com a alocação de trabalhadores externos no período da safra. Na década de 1960, consolidou-se um complexo agroindustrial na região, abrindo assim vagas de trabalho sazonal. Mesmo com a crise no setor frutícola

¹⁰ Andorinhas é um termo também utilizado por José de Souza Martins (1986) ao analisar as migrações brasileiras.

dos anos 1970, as migrações *golondrinas* continuaram, sendo que, em 1971, os dois países Argentina e Chile assinaram um acordo binacional para regulamentar as formas de contratação e seguridade destes assalariados temporários. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores chilenos era contratada sem documentação.

A categoria *golondrinas* engloba trabalhadores que vivem em áreas rurais, urbanas, moradores das bordas das médias cidades do interior argentino. São trabalhadores com baixo nível de escolarização e com alta rotação entre as atividades em estabelecimentos com momentos de desocupação, devido à sazonalidade das lavouras. Assim, no ano de trabalho, há períodos de intensas jornadas de trabalho e outros períodos de trabalhos ocasionais. O fato dos trabalhadores serem contratados sem documentação e da inexistente ou baixíssima sindicalização debilitava a capacidade de negociação destes trabalhadores, gerando um quadro de salários baixos e instáveis. As autoras concluem que “o trabalhador *golondrina* segue sendo fundamental para as necessidades empresariais como força de trabalho ‘flutuante’ para as colheitas de peras e maçãs” (Bendini, Radonich, e Steimbregger, 1999, p. 22).

Em um trabalho posterior, Bendini e Steimbregger (2010) verificam, a partir de uma pesquisa quantitativa, que, em 2002, os trabalhadores *golondrinas* eram em sua maioria (68%) pessoas com faixa etária entre 20-39 anos. Apenas 13% eram mulheres e 70% chegavam acompanhados com as famílias, porém, apenas os homens se empregavam devido à especificidade do trabalho, considerado pesado para mulheres. 85% dos “*golondrinas*” já haviam se empregado nas colheitas em anos anteriores, o que indicava um cenário de trabalhadores “temporários permanentes”. As autoras chamam a atenção para as formas de acesso a este mercado de trabalho e as redes sociais tem um papel relevante devido ao fato de mais da metade conseguir trabalho a partir das referências de um familiar direto, amigo ou conhecido (Bendini e Steimbregger, 2010, p. 297). As formas mais habituais de contratação são: 1) através de líderes ou organizadores que atuam nas áreas de origem e organizam turmas de 30 a 40 pessoas. Estes mesmos líderes se ocupam de supervisionar o trabalho de suas turmas durante o período de colheita, o que é similar ao que acontece com os “turmeiros” e arregimentadores no processo de migração para o corte de cana no Brasil¹¹; 2) por contatos das empresas com as prefeituras ou outras instituições e organismos públicos das áreas de origem; 3) através de motoristas de ônibus que atuam como “turmeiros”; 4) e através dos sindicatos rurais.

¹¹ O papel dos “turmeiros” nas migrações sazonais brasileiras é debatido por Silva (2011) e Gomes (2013)

Outra característica destes trabalhadores “golondrinas” é a inserção em diferentes rotas migratórias no decorrer de um ano. As autoras Bendini e Steimbregger (2010) reconhecem que estes trabalhadores alternam sua participação na colheita da cana-de-açúcar e cítricos na região de Tucumã, de tabaco e hortaliças na região de Jujuy, ambas no norte argentino, com a colheita de peras, maçãs e, em alguns casos, de uvas, no sul argentino. A partir deste cenário, as autoras comentam que:

A permanente mobilidade espacial denominada também de migração de tipo circular ou nomadismo trabalhista, imprime um ritmo de vida particular à vida social e às relações sociais destes trabalhadores, constitui em termos de enquadramento uma pauperização da vida cotidiana e de sua integração social. A maioria dos migrantes temporários entrevistados não tem intenções de se radicar na região de destino; pelo contrário, expressam que seguirão viajando sozinhos para as colheitas e regressando sempre ao seu lugar de pertencimento (BENDINI; STEIMBREGER, 2010, p.301)

Os trabalhadores participam destas migrações circulares, no entanto, sempre regressam para seus locais de origem e pertencimento, a sua residência base (DOMENACH; PICOUET, 1995) ou ao que Lara Flores (2006) chama de territórios de migração, ou seja, a localidade de origem destas famílias, de onde partem e para onde voltam. Bendini, Radonich, Steimbregger, Tsakoumagkos (2012) retratam que as áreas de origem destes trabalhadores, o Noroeste Argentino, composto pelas províncias de Jujuy, Salta, Santiago del Estero, Tucumán, Catamarca e La Rioja, têm índices de desemprego superiores à média nacional. No entanto, existem diversos cultivos comerciais como cana-de-açúcar, fumo, horticultura, citricultura e grãos. Estes estabelecimentos agrícolas de grande porte não necessitam de mão de obra o ano inteiro. Dessa maneira, os trabalhadores ficam um tempo empregado nestas fazendas do noroeste e outro tempo buscam empregos nas áreas frutícolas do sul. Os autores comentam que:

Desta maneira, a migração foi se incorporando como uma estratégia de reprodução social de inúmeras famílias do noroeste argentino, e assim como apresentaram Giarraca, Bidaseca y Mariotti (2001), estas migrações de estação se constituíram nas trajetórias vitais de muitas famílias e grupos de trabalhadores, de tal maneira que alguns migrantes tem acompanhado seus pais e tios e posteriormente reproduziram esta mesma estratégia com o seu próprio grupo familiar. (BENDINI; RADONICH; STEIMBREGER; TSAKOUMAGKOS, 2012, p.122)

Ao observar o caráter intergeracional destas migrações, estes autores propõem o uso das análises de trajetória de vida como ferramenta metodológica para compreender este fenômeno de migrações.

Ainda no meio rural argentino, Quaranta e Blaco (2012) descrevem que a Província de Santiago Del Estero é marcada pela migração dos seus assalariados rurais e

agricultores familiares para diferentes culturas agrícolas do país. Por ser uma região economicamente pobre, quando comparada às demais províncias, é caracterizada historicamente por fluxos de migrações sazonais. As migrações têm se intensificado com um processo de descampesinização ocasionado pelo avanço do latifúndio da soja sobre as terras de comunidades camponesas.

As rotas de migrações sazonais são diversas e dependem do período do ano. Entre janeiro e setembro, há as colheitas de batatas e cebola na Província de Buenos Aires. Durante o período entre março e outubro, o destino pode ser as colheitas de limão, cana de açúcar, morangos e mirtilo em Tucumán. Nos meses de maio a agosto, há o trabalho nas lavouras de milho nas províncias de Santa Fé e Buenos Aires. Entre os meses de outubro a abril, é o período das colheitas de uvas e outras frutas em Mendonza e San Juan.

Os processos de contratação destes trabalhadores acontecem de 4 diferentes formas: 1) através de intermediários da própria localidade de origem, que contratam os trabalhadores pelo sistema de redes sociais¹²; 2) as empresas comunicam através dos rádios locais as vagas de trabalho e um agente é deslocado até as cidades de origem para analisar os currículos. Os escolhidos têm a passagem paga e se encaminham de ônibus para as regiões de destino; 3) há casos em que os migrantes já trabalharam e apenas telefonam para as empresas a fim de serem recontratados e; 4) funcionários das próprias empresas que se dirigem aos locais de origem dos trabalhadores para fazer uma seleção.

Quaranta e Blanco (2012) analisam o caso das migrações para a colheita de oliva e identificam diferentes situações. Em casos mais antigos de migrações, as famílias colocam a agricultura como segunda fonte de renda, visto que o trabalho assalariado sazonal gera mais recursos para o grupo familiar. Um segundo caso é quando os pais vão para a colheita de oliva e os filhos ficam na propriedade cultivando culturas alimentares e o gado. Há um terceiro grupo de migrantes que são os assalariados que vivem nas periferias das cidades e não têm terra.

A renda proveniente da migração compõe a metade da renda de localidades onde residem os assalariados e um terço da renda de agricultores familiares que combinam a migração com a produção de agricultura de subsistência. Os autores informam que:

A renda proveniente da migração nestes lugares se destina às necessidades de consumo da família e no investimento em bens duráveis como eletrodomésticos e motos, ou em melhorias e ampliação das casas. Não se

¹² As redes sociais cumprem um papel relevante também na constituição de territórios de bolivianos que se deslocam para o trabalho agrícola na horticultura na Província argentina de Córdoba (BENENCIA; GEYMONAT, 2005).

observa que a renda obtida através do trabalho temporário migrante forme uma estratégia de capitalização da atividade agropecuária como acontecia classicamente em certos estabelecimentos camponeses. Além disso, a diferença de sentido histórico da produção familiar é a atividade produtiva que representa maiores oscilações e estas oscilações, muitas vezes, têm a ver com a decorrência da migração. (QUARANTA; BLANCO, 2012, p. 149)

No campo argentino, no cenário das migrações rurais internas, as análises elaboradas pelos autores acima citados concluem que o uso da renda proveniente da migração se dirige mais para o bem estar da família do que propriamente para estratégias de capitalização das pequenas propriedades.

Migrações sazonais agrícolas são frequentes também na Índia. Deshingkar e Start (2003) apresentam que a migração sazonal para a colheita da cana de açúcar é uma estratégia de sobrevivência de famílias de pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra e que envolvem cerca de 10 milhões de pessoas no país. O uso de redes sociais e de relações de confiança também faz parte deste cenário migratório.

No panorama acima apresentado, podemos ver que, em diversas partes do mundo, existem processos de migração sazonal e mobilidade territorial, que, guardadas suas especificidades, contam com aspectos similares como o de pequenos agricultores ou trabalhadores rurais sem terra migrarem para trabalhar em empreendimentos agrícolas de grande porte; a relevância das redes sociais para o recrutamento e controle dos trabalhadores; a presença de intermediários entre os trabalhadores e as empresas contratantes; a observação dos aspectos de gênero e geração para compreender que os significados do processo migratório podem ser diferentes para cada indivíduo. Estas características se repetem também em casos brasileiros como estamos analisando neste trabalho.

1.2 - As migrações rurais no Brasil: o fluxo rural-urbano e o fluxo sazonal

A partir do processo de industrialização no Brasil na década de 1930, as migrações rurais urbanas passaram a ser mais frequentes. Na década de 1970, o Brasil passou a ter mais população morando em zonas urbanas que em zonas rurais. De lá para cá, o movimento populacional tem indicado um gradativo aumento da população urbana em contraste com a redução da população rural¹³.

¹³ O último censo, realizado em 2010, aponta que o número de habitantes da zona rural está em 15,6 %, enquanto que na zona urbana vivem 84,4 % (IBGE, 2010). O Censo de 2010 apresentou que a taxa de migração rural-urbana, na década 2000-2010, reduziu-se em comparação à década anterior. No entanto,

O censo do IBGE de 1960 apontava que havia 54,9 milhões de habitantes na zona rural e 45,1 milhões de habitantes na zona urbana. Já na década de 1960, 56 % da população vivia em zonas urbanas e 44 % em zonas rurais.

Como pontuou Palmeira (1989), entre as décadas de 1940 a 1980, ocorreu uma grande inversão populacional no Brasil, onde a maioria da população passou a morar na zona urbana. Este autor informa que, de acordo com os dados do IBGE, em 1970, dos 30 milhões de migrantes, total acumulado de residentes em municípios distintos daqueles em que nasceram, 21 milhões "se dirigiram para as áreas urbanas".

Autores dos campos da demografia, sociologia e economia (LOPES, 1971; SINGER, 1973; MARTINE, 1990¹⁴) abordaram a migração interna, rural-urbana, como um processo de mobilidade linear, de transferência de população do campo para a cidade. Para Singer (1973), as migrações rural-urbana na América Latina são explicadas por fatores econômicos de *expulsão* das localidades de origem, combinada com fatores de *atração* pelas regiões de alta dinamicidade na economia, como o sudeste brasileiro em ascendente industrialização e necessitando de um grande número de trabalhadores.

Os fatores de expulsão que levam as migrações são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (...) e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da terra pelos grandes proprietários (o Agreste no Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos). (...) Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em conseqüência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. (SINGER, 1973, p.38)

A combinação dos *fatores de mudança*, decorrentes da adoção da tecnologia que eliminavam postos de trabalho no campo, com os *fatores de estagnação*, oriundos do aumento populacional e da concentração da propriedade da terra, em detrimento à capacidade socioeconômica destas localidades de absorverem esta força de trabalho,

estima-se que, a cada ano, 100 mil jovens (idade entre 15 a 29 anos) deixam a zona rural para viver na zona urbana (BARCELLOS, 2014).

¹⁴ Vários estudos como o de Martine (1990) foram realizados na tentativa de explicar um importante movimento migratório que se ocorreu no Brasil, a partir dos anos 1950, com o deslocamento em massa de populações do campo, especialmente provenientes (não apenas) da região Nordeste, para trabalhar nas indústrias nascentes, principalmente no estado de São Paulo e também no Rio de Janeiro.

impulsionava este “exército industrial de reserva” a buscar trabalho em outras áreas, para melhorar as condições de vida das famílias.

A demanda de emprego na grande São Paulo, na indústria e na construção civil, atraía milhares de pessoas de todas as regiões do Brasil, sobretudo da Região Nordeste. Ainda em termos de detalhar os *fatores de estagnação*, das áreas que *expulsavam* migrantes, Singer denota que estas:

[...] apresentam estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando às vezes como “viveiros de mão de obra”¹⁵ para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas. É sabido que áreas de minifúndio, onde atuam tipicamente os fatores sedimentares de estagnação, são muitas vezes a origem de importantes fluxos migratórios sazonais: numerosos trabalhadores se deslocam para outras áreas agrícolas, onde participam das colheitas e depois retornam à própria gleba. (SINGER, 1973, p. 39)

Detalhando as migrações internas no Brasil, Singer (1973) apresenta também a existência dos fluxos migratórios sazonais, de áreas de minifúndio para áreas de agricultura capitalista como também de latifúndios. O uso de mão de obra sazonal oriunda de áreas de minifúndio pelos latifúndios é um aspecto que faz parte da história da agricultura brasileira desde o período colonial (SÁ JR, 1973) e que, no período recente, persiste com novas configurações como estamos a detalhar neste estudo.

Em *A sociedade industrial no Brasil*, Juarez Brandão Lopes (1971) considera a migração como um processo de transferência de população das áreas rurais, vistas como *arcaicas* e *estagnadas*, para as regiões metropolitanas, vistas como áreas de desenvolvimento capitalista, neste sentido, expõe que:

Com o desenvolvimento econômico, novas partes do Brasil são incorporadas à sociedade urbano-industrial. Um aspecto desse quadro são as migrações internas, que significam “abandono do Brasil arcaico e incorporação ao novo”. Elas fornecem parte preponderante da mão-de-obra da nova economia e incluem a migração nordestina, que, impulsionada pelas condições mesológicas daquela região, se [sic] dirige para a agricultura e indústria do Sul, bem como o êxodo de gente da zona rural circundante para as cidades, principalmente para as metrópoles. (LOPES, 1971, p.21)

O êxodo rural do campo para a cidade e a migração interna são duas características marcantes neste período de inversão populacional, nos anos 1960 e 70. O fluxo maior era em direção à região Sudeste em expansão industrial, no entanto, havia também fluxos para as médias cidades e para as capitais dos estados, para empregos na indústria,

¹⁵Silva e Menezes (2006) analisam que metáfora “viveiros de mão de obra” indica uma noção utilitarista do “sujeito”, como se o mesmo ficasse à mercê do andamento da macroeconomia ou da macroestrutura da sociedade, não sendo considerada a capacidade de agência do sujeito. Dessa maneira, as autoras sugerem que o termo apresenta limites enquanto metáfora explicativa.

construção civil e setor de serviços. Existe também a dinâmica migratória histórica do Nordeste:

No Nordeste, implantou-se o padrão de migração para o Sul. Embora haja notícias de secas periódicas desde o início do século XVIII, parece que só no final do século passado a fuga à inclemência do meio levou os flagelados a sair da região. Primeiro foi a Amazônia e a borracha que atraíram os nordestinos; agora, São Paulo com os seus cafezais e indústria. Hoje a migração tornou-se talvez mais contínua, não se restringindo apenas aos períodos de seca. (LOPES, 1971, p.30)

O autor destaca também que a maneira como eram feitas estas migrações estavam relacionadas com uma organização do núcleo familiar:

O fato de nem toda a família abandonar a propriedade no Nordeste, ou mesmo, quando o faz, de não vender seu pedaço de terra, facilita a volta no caso de necessidade, mesmo que aqui resida há vários anos e seja de esperar que se radique. Por outro lado, outro fator possível de instabilidade na indústria resulta do valor dado por esses campônios, paulistas ou nordestinos, às atividades comerciais em pequena escala, mormente considerando-se as oportunidades para pequenos negócios existentes na grande cidade. (LOPES, 1971, p.33)

Dois aspectos são importantes para serem ressaltados: primeiro, o migrante oriundo de áreas rurais do Nordeste, ao se mudar para São Paulo, não se desligava definitivamente do mundo rural de origem, que lhe servia como “refúgio” em caso de necessidade; segundo, uma tendência apresentada nos estudos da década de 1970 era destes migrantes buscarem desenvolver “pequenos negócios” na metrópole. Neste sentido, o estudo antropológico de Eunice Durhan (1973), intitulado *O caminho da cidade*, descreve e analisa o processo de migração das zonas rurais, também da região Nordeste, e a integração destes migrantes na cidade de São Paulo. A autora ressalta que estes trabalhadores migram com o projeto de mudar de vida, buscar um padrão de vida “melhor”. Porém, pelo fato de não terem a qualificação profissional adequada para ocupar postos de trabalho que melhor remuneram, os migrantes ocupam os trabalhos “marginais”, como chapa, servente de pedreiro e emprego doméstico. Estas ocupações, na maioria das vezes, eram realizadas sem um contrato legal e com uma remuneração baixa. Com o passar do tempo, através das redes de amizade e parentesco, a tendência era dos migrantes se tornarem operários, com carteira assinada e, posteriormente, buscarem trabalhar por conta própria, tendo o seu negócio, geralmente no ramo do comércio. Um elemento interessante no trabalho de Durhan (1973) é perceber a família como uma unidade que permanece neste processo de migração de uma área rural para uma área urbana industrializada.

A tônica destes estudos publicados da década de 1970 era a integração dos migrantes rurais na grande metrópole. No entanto, no contexto rural, havia outras dinâmicas migratórias em questão e que foram exploradas e explicadas por estudos publicados a partir da década de 1980.

Os trabalhos de Garcia Jr (1989), Menezes (1985) e Woortmann (1990) analisaram as condições de vida e trabalho do campesinato de diferentes localidades da Região Nordeste (Brejo e Alto Sertão Paraibano, Sertão Sergipano) entre os meados da década de 1970 até o final dos anos 1980, buscando compreender os significados da migração a partir das áreas de origem.

O trabalho de Afrânio Garcia Jr (1989), *O Sul: o caminho do roçado*, é fruto de sua pesquisa de doutorado realizada no final da década de 1970, no Brejo Paraibano, mais especificamente nos municípios de Areia e Remígio. Garcia Jr.(1989) verificou que a migração dos trabalhadores rurais não implicava somente em transferência de população do campo para a cidade, devido ao fato de que haviam movimentos de retorno, que podiam ser lidos como uma conquista ou reprodução da condição camponesa.

O autor observa que a migração dos trabalhadores rurais da região do Brejo Paraibano tinha diferentes significados de acordo com a categoria social a que pertenciam. No caso dos moradores, migrar significava uma possibilidade de transitar da condição de *sujeito* para a condição de *liberto*. O autor considerou que, por mais que a distinção entre sujeito e liberto tinha origens no período anterior a 1888, período do sistema escravocrata, estas noções ainda eram constituintes do imaginário social dos trabalhadores como representações das relações sociais com os proprietários de terras ou com os patrões no contexto do seu estudo, ou seja, um século posterior ao fim da escravidão. *Sujeito* era o trabalhador rural que não detinha a posse da terra e que trabalhava na condição de *morador*, isto é, estabelecia a residência na propriedade do patrão, com uma relação de dependência direta. A relação entre o morador e o proprietário dava-se da seguinte maneira: o proprietário sedia uma casa, com *terreiro*, *chão de terra* ou *fundo de casa*, que são espaços para *botar roçado*, plantar os alimentos do consumo familiar. Por outra parte, era “o dever do morador de trabalhar para o estabelecimento” (PALMEIRA, 2009, p. 208). O tempo de permanência na terra dependia da decisão do patrão, como também o morador podia pedir para sair e ir em busca de outra morada.

Já o *liberto* era o trabalhador que não residia na propriedade do patrão, mas tinha um pedaço próprio de chão, onde construía a casa na zona rural ou na sede do município.

Este por sua vez trabalhava como diarista ou rendeiro nas terras dos patrões, que, neste caso, eram senhores de engenho.

Assim, migrar para o Rio de Janeiro ou São Paulo era uma forma de obter recursos fora do trabalho na propriedade do patrão, para conseguirem ter seu próprio “chão de casa” e se tornar *liberto*, sem ter que cumprir obrigações com o grande proprietário. Garcia Jr (1989) explica que a migração para o “Sul” contribuía para o enfraquecimento do sistema de morada e de certa forma diminuía o poder dos coronéis/senhores de engenho sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, ficar “livre”/ sair da propriedade do patrão implicava em ficar desprotegido, visto que o morador, por mais subserviente e cativo que fosse, tinha asseguradas as condições de sobrevivência como casa e alimentação, por parte do patrão. O autor explica que o sistema de morada foi se desmantelando no Brejo Paraibano por diversos fatores como o surgimento dos sindicatos que auxiliavam os trabalhadores rurais a exigirem os direitos trabalhistas previstos no Estatuto do Trabalhador Rural e também pelo processo de migração para o “Sul”. Garcia Jr (1989), no caso analisado, não encontra contradição entre o trabalho assalariado e o campesinato, visto que o “Sul” podia tanto ser um caminho para a proletarização como também um “caminho para o roçado”.

O trabalho de Menezes (1985) buscou compreender o processo social de migração do campo para a cidade e da cidade para o campo. O estudo foi realizado com trabalhadores rurais dos municípios de Bonito de Santa Fé, Monte Horebe e São José de Piranhas, no Sertão Paraibano, que migravam para a região metropolitana de São Paulo. A autora detecta que, nas diferentes categorias de trabalhadores rurais (tanto em famílias de moradores como de rendeiros, assalariados e pequenos proprietários), a migração é uma decisão da unidade familiar, visto que a renda do trabalho agrícola na região é insuficiente para atender as demandas de reprodução social destas famílias. Como explica a autora:

As estratégias dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros para complementação da parca produção direta serão decididas em função das condições objetivas a que estão sujeitos estes produtores, bem como do momento do ciclo de vida da unidade familiar. Entre estas estratégias, a migração ocupa um lugar destacado, pois raramente encontramos uma família de trabalhador que não tenha filhos em São Paulo ou cujo chefe ou filhos já não tenham migrado. (MENEZES, 1985, p. 77)

Sendo uma estratégia das unidades familiares, as redes de parentesco tinham um papel importante do processo migratório, visto que, em São Paulo, os irmãos ou parentes

que já tinham migrado acolhiam os novos migrantes e geralmente davam o primeiro suporte até os novatos conseguirem se estabelecer na região de destino. A autora argumentou que as categorias origem e destino não têm uma separação estanque, visto que os migrantes mantinham os vínculos entre os dois pontos após terem saído da localidade de origem.

A forma como eram enfrentadas as situações adversas de acesso a emprego em São Paulo eram realizadas de maneira diferente entre os filhos dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais que não tinham propriedade da terra. Em situações de perda de emprego na cidade paulista, a tendência dos filhos dos pequenos proprietários rurais era de voltar para sua terra natal, a fim de trabalhar na propriedade dos pais. Já os filhos de trabalhadores rurais não proprietários, como os rendeiros e moradores, a tendência era de ficar em São Paulo, para tentar outro emprego ou migrar para outras regiões do Brasil, alternativas que seriam melhores em relação a voltar para a Paraíba e trabalhar como moradores, condição que era vista como “cativeiro”, ou seja, onde havia privação de certas liberdades.

A migração era encarada por estas famílias não como uma saída definitiva, e sim como uma estratégia temporária de sobrevivência. No momento em que as condições de acesso a emprego em São Paulo ficavam difíceis, a tendência dos trabalhadores era de voltar para estes municípios paraibanos.

Este estudo de Menezes (1985) contribui para compreender a migração como um processo dinâmico da ligação do campo com a cidade, dois espaços socioeconômicos com influência do desenvolvimento capitalista, onde estes trabalhadores circulavam e se reproduziam socialmente em condições precárias de trabalho e moradia.

Klass Woortmann (1990), no texto *Migração, família e Campesinato*, a partir de sua pesquisa no Sertão Sergipano, expõe que a migração era utilizada como um recurso de reprodução social do campesinato:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiro de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. (WOORTMANN, 1990, p. 35)

As dificuldades de acesso a trabalho e à renda no campo que impulsionavam os processos de migração não implicavam em uma saída definitiva do meio rural, visto que,

de acordo com o autor, a migração poderia se apresentar também como uma estratégia de captação de recursos para voltar e se estabelecer com melhores condições de vida. A descrição de Woortmann (1990) sobre a migração aborda aspectos geracionais. O autor identifica três modalidades: a migração pré-matrimonial, a migração do pai e a migração definitiva. No que tange à migração pré-matrimonial, que envolve sobretudo os jovens, o autor explica que:

A migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade com o status transformado de *rapaz* para o de *homem*. A comparação entre *fracos* e *fortes* é útil justamente porque ela nos permite perceber essa dimensão simbólica, que poderia ficar oculta por trás das necessidades práticas dos *fracos*. Para tornar-se *homem* é preciso enfrentar o *mundo*, mesmo entre os *fortes*, e retornar vencedor, o que será atestado pelo dinheiro trazido na volta. Embora a migração para “São Paulo” implique assalariamento, ali não se é *alugado*, como nos canaviais, mas *empregado*, por mais árduas que sejam as condições de trabalho, e geralmente o são. Submetendo-se a condições de vida difíceis, gastando o mínimo para poupar o máximo, o filho retorna com algum dinheiro, com o qual comprará gado, ou mesmo o material necessário para a construção da casa, ou até mesmo terra. (WOORTMANN, 1990, p. 36)

Neste caso, além dos problemas de ordem econômica, a migração vai se engendrando também como um ritual para o jovem entrar no mundo adulto, mudar seu status de rapaz para homem, pai de família, com maiores responsabilidades perante o grupo social. O recurso obtido pelo processo de migração é investido na compra de terra e na construção da casa, que são aspectos importantes para a consolidação de um novo núcleo familiar.

Migrar continua sendo uma prática entre os homens casados. A isso, Woortmann (1990) chama de *migração do pai*, que consiste em migração cíclica de homens casados, geralmente logo após o casamento, até conseguir levantar fundos para realizar seus projetos. Há casos também de *emigração definitiva*, com aqueles jovens que não tem o acesso à terra ou optam em não ficar na sua localidade de origem. Na migração *pré-matrimonial*, como na *migração do pai*, a saída da área rural, das atividades agrícolas, de maneira temporária, não implica em um processo definitivo, mas sim em uma forma de captação de recursos para o retorno e o investimento em um projeto de vida baseado em uma concepção de mundo ou em uma ordem moral, que o autor chamou de campestre.

Estes estudos da década de 1980 oferecem um quadro analítico que nos possibilita entender as migrações como uma estratégia das famílias do campo, com a característica

de ser um processo dinâmico e não estanque, de constatar ligação entre campo e cidade, e que é vivenciada de maneira diferente a depender de algumas variáveis como categoria do campesinato, sexo e geração.

Em relação à temática das migrações rurais, o trabalho de Maria Aparecida Moraes da Silva (1999), *Errantes do fim do século*, apresenta a situação de trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha mineiro que migravam para as fazendas agrícolas da região de Ribeirão Preto/SP. Esta pesquisa realizada na década de 1990 apresenta o processo de expropriação e empobrecimento dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, que encontraram uma saída para sobreviver na migração para a agricultura de São Paulo. A dificuldade de inserção destes migrantes nos municípios paulistas, a presença dos mediadores, os chamados “gatos” no processo de seleção e contratação dos migrantes e as longas e exaustivas jornadas de trabalho são descritas pela autora, que conclui que o processo de exploração-dominação é constituído em três organizações sociais: classe, gênero e etnia/raça, que não apresentam hierarquia entre si, mas que operam no cotidiano destes trabalhadores.

Estudos publicados nos anos 2000 enfocam a migração de trabalhadores rurais do Nordeste para as lavouras de cana de açúcar da região Sudeste e Nordeste. A expansão do setor sucroalcooleiro, na primeira década do novo milênio, criou uma demanda de vagas de trabalho na colheita da cana de açúcar. Estes estudos enfocam, acima de tudo, a super exploração do trabalho, a questão da dominação e resistência.

Os anos 2000 são marcados pela expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil. O aumento da adição de etanol na gasolina e a propagação da imagem de que o etanol seria uma energia limpa em detrimento ao petróleo, que é visto como o grande vilão da poluição e aquecimento global, foram fatores que estimularam a produção de cana de açúcar para o etanol. Assim, entre 2000 a 2009, a produção do setor aumentou em mais de 100% (UNICA, 2010) e isto implicou no aumento do número de lavouras e da necessidade de mais trabalhadores nas colheitas. 40% dos cortadores de cana em São Paulo, nesta primeira década do milênio, eram provenientes da região Nordeste (UNICA, 2010).

Vários estudos (ALVES, 2007; NOVAES; ALVES, 2007; SILVA, 2006; SCOPINHO, 2000) revelam o aumento da exploração e a degradação das condições de trabalho. As médias de produtividade têm aumentado. Na década de 1980, as usinas

exigiam que o trabalhador cortasse em média de cinco a oito toneladas/dia de cana. Em 1990, esse número aumentou, ficando entre oito a nove toneladas/dia, chegando até dez toneladas por dia. Em 2000, subiu para doze a quinze toneladas/dia (SILVA, 2006). Além da intensidade do trabalho, que ocasiona um desgaste prematuro, doenças e até casos de morte¹⁶, as formas de controle sobre os trabalhadores estão presentes nos seus espaços de moradia como é o caso dos alojamentos (MENEZES, 2002; COVER, 2011).

Silva (2006), ao pesquisar sobre as migrações dos jovens rurais da região de Princesa Isabel/PB para as regiões canavieiras de São Paulo, aponta que, a partir da década de 1990, houve um redirecionamento das migrações, que antes eram dirigidas para empregos nas cidades e que agora os fluxos acontecem com maior quantidade para as regiões agrícolas. Estas migrações são temporárias, visto que os trabalhadores viajam para a colheita da cana de açúcar, que dura entre os meses de março e novembro. Durante os meses de dezembro a fevereiro, estes trabalhadores, majoritariamente homens, ficam nas localidades de origem. Um dos grandes objetivos dos jovens que migram é conquistar a autonomia financeira da família, materializada na compra da moto, objeto que distingue os “vencedores” dos demais.

No seu trabalho de doutorado, Silva (2011) descreve o processo de dominação e resistência destes trabalhadores migrantes da região de Princesa Isabel/PB e de Serra Talhada/PE nas usinas canavieiras da região de Sertãozinho/SP. Na extensa etnografia, o autor relata as “mil e umas artes” de sobrevivência no “inferno”, expressão utilizada por seus interlocutores para explicar o mundo social dos canaviais, marcado pelas longas jornadas de trabalho, que demandam um grande esforço físico, ocasionando muitos problemas de saúde e até mesmo mortes por exaustão. Todavia, Silva (2011) apresenta as formas de resistência destes trabalhadores que vão desde técnicas para ludibriar os fiscais até às ações judiciais. A inovação do trabalho de Silva é apresentar este lado da resistência cotidiana, até então ausente na maioria dos trabalhos sociológicos sobre o tema, que estavam mais preocupados em descrever o processo de dominação.

Cândido da Silva (2011) descreve os “paradeiros” realizados pelos trabalhadores migrantes oriundos do sertão alagoano nas usinas canavieiras do litoral deste estado nordestino entre 2007 e 2009. Diante das condições precárias de trabalho, estes migrantes

¹⁶ Os trabalhos de Silva, Nunes e Costa (2013) e de Silva, Bueno e Melo (2014) e de Alves (2006) apresentam um panorama da situação de degradação física de trabalhadores em canaviais, decorrente das condições de trabalho e exploração.

realizavam paralisações para negociar melhores condições de trabalho e salários. O fato novo apresentado no quadro das relações de trabalho em Alagoas era de que estas mobilizações não eram iniciadas por sindicatos ou movimentos sociais do campo. Tratava-se de paralisações espontâneas, iniciadas por alguns trabalhadores migrantes e que ganhavam a adesão da maioria dos trabalhadores. Cândido da Silva (2011) lê este fenômeno como um ato de resistência social. Em Alagoas, Verçosa (2012) também assinala que, em respostas às greves e mobilizações dos trabalhadores, os usineiros alagoanos aceleraram o processo de mecanização da colheita da cana de açúcar.

Com relação ao papel dos “turmeiros” no processo de migração sazonal, Gomes (2013) em pesquisa realizada em Guanambi na Bahia, analisa que são atores responsáveis pela organização de turmas de trabalhadores migrantes e mediar seu emprego junto às Usinas Canavieiras ou fazendas de algodão do Estado de São Paulo. A autora ressalta que estes agentes mediadores exercem liderança e se tornam referências na comunidade de origem por parte dos trabalhadores e também de políticos locais.

Já ao que se refere ao papel das mulheres dos “canistas” (trabalhadores migrantes do corte de cana) que têm origem no município de Tavares - Paraíba, Lucas (2013) observa que o período em que os maridos estão no corte da cana é marcado pela espera, por contatos telefônicos, por redes de vigilância das práticas das mulheres por parte da comunidade local.

Ainda no quadro de estudos sobre trabalhadores migrantes na agroindústria canavieira, temos o trabalho de Guanais (2010), que analisa a “quadra fechada”, um método de pagamento construído em conjunto entre as usinas, trabalhadores e o sindicato dos empregados agrícolas de Cosmópolis-SP.

O trabalho de Reis (2012) conclui que o processo de mecanização da colheita da cana de açúcar é acompanhado por um processo de intensificação da colheita manual, o que ocasiona uma elevação na taxa de exploração dos trabalhadores. Neste mesmo sentido, Favoretto (2014) explana que a mecanização do corte de cana tem ocasionado redução de empregos e conseqüentemente empobrecimento para os trabalhadores da região de Barrinha-SP.

A presença de trabalhadores migrantes provenientes de áreas rurais é uma característica contemporânea em empreendimentos que exploram recursos naturais como a agricultura intensiva (agronegócio) e a mineração. Em termos gerais, os estudos da área

apresentam um quadro explicativo nos seguintes moldes: as oportunidades de geração de renda que as áreas rurais oferecem são insuficientes para a satisfação das necessidades das famílias e os trabalhadores buscam emprego em empreendimentos capitalistas, que, por sua vez, contratam trabalhadores migrantes por fatores como a alta produtividade de trabalho e o baixo custo desta mão de obra. Este processo de migração é marcado pela utilização de redes sociais de amizade e parentesco, como também por atores que intermedeiam a contratação.

Os estudos acima mencionados compõem um quadro do estado da arte sobre migração e trabalhadores rurais na atualidade. Nos capítulos a seguir, abordaremos o cenário das transformações no mundo do trabalho canavieiro e seus efeitos com os trabalhadores que fazem parte de famílias agricultoras no Sertão Paraibano, no contexto de fechamento de postos de trabalho, como também trataremos das condições de reprodução social destas famílias.

CAPÍTULO 2 – O CORTE DE CANA ESTÁ SE ACABANDO

“O corte de cana está se acabando” e “as máquinas estão tomando conta de tudo” foram frases repetidas constantemente pelos trabalhadores para se referir à migração para a colheita da cana de açúcar no estado de São Paulo.

Em 2010, ao acompanhar uma turma de trabalhadores migrantes cortadores de cana no interior do estado de São Paulo, duas cenas chamaram a atenção. A primeira foi em uma tarde ensolarada de outubro, no canavial, no final da jornada, por volta das 16 horas. Alguns trabalhadores estavam guardando seus facões no porta-malas do ônibus, outros bebiam água, outros já esperavam todos se organizarem para adentrarem no ônibus e voltar para o alojamento depois de mais um dia de trabalho puxado. Ao fundo, a cerca de 2 km de onde estávamos, duas colheitadeiras mecânicas, ou máquinas colhedoras de cana, estavam a operar. Os trabalhadores comentavam entre si que as máquinas estavam tomando o lugar que até então estava sendo ocupado por eles.

Eles viam o avanço das máquinas e ouviam os comentários que, para 2014, seriam totalmente proibidas as queimadas na cana de açúcar, a mecanização da colheita avançaria e o número de trabalhadores braçais reduziria. Os fatos que aconteceram posteriormente confirmaram a previsão. Essa usina, que, em 2010, empregava 50 trabalhadores da Região de São José de Piranhas, em 2014, ofertou apenas 14 vagas. A redução das vagas de trabalho também aconteceu em outras usinas, como veremos neste capítulo.

A segunda cena que chamou a atenção ocorreu no alojamento, onde moravam estes trabalhadores migrantes. Após voltarem do canavial, os trabalhadores lavavam suas roupas, tomavam banho e se dirigiam ao refeitório para jantar. No mesmo outubro de 2010, já no horário de verão, era por volta das dezoito horas e o sol ainda não tinha se posto. Um grupo de trabalhadores conversava sobre o avanço das máquinas nos canaviais e a redução da contratação dos trabalhadores braçais, das dificuldades que encontrariam para se tornar maquinista, visto que era necessário dominar bem a leitura, coisa difícil para uma parcela de trabalhadores que não teve nenhum ano de escolaridade ou teve até mesmo poucos anos, porém, insuficientes para a proficiência na leitura. Comentavam também que os poucos trabalhadores braçais que seriam contratados passariam a ter um trabalho muito mais pesado, visto que deveriam cortar a cana verde, sem estar queimada, e isso, além de ser mais difícil, de exigir mais força física, de deixá-los exposto às cobras, rendia menos cana cortada, ou seja, o salário tenderia a ficar menor. Diante do cenário

futuro, que se apresentava cada vez com menos possibilidades de trabalhar no corte de cana, um trabalhador comentou que nem sempre eles foram cortadores de cana e, antes de “andar pelos cortes de cana”, eles sabiam fazer outras coisas. Ele se referia ao fato de que todos aqueles trabalhadores migrantes, naquele caso oriundos do sertão da Paraíba e do Ceará, desenvolviam outros trabalhos antes de cortarem cana. Todos trabalhavam com a agricultura, seja como pequenos proprietários ou como rendeiros. Uma boa parte sabia lidar com o gado. Alguns já tinham feito viagens para vender roupas no Pará e no Maranhão, outros sabiam trabalhar de pedreiros, carpinteiros ou serventes. E um deles tinha um bar.

As duas cenas indicavam elementos do cenário que começava a tomar contornos: 1) o inevitável fechamento dos postos de trabalho devido à proibição da queimada da cana e à consequente mecanização; 2) o pertinente questionamento destes trabalhadores sobre a que emprego ou trabalho iriam se lançar; 3) a menção de que, antes de serem cortadores de cana, eles faziam e fazem outras coisas além das desenvolvidas no canavial.

A intenção deste segundo capítulo é apresentar como se deu a inserção dos agricultores do Sertão no trabalho sazonal da colheita da cana de açúcar e posteriormente refletir sobre o processo de fechamento dos postos de trabalho, ocasionados pelo avanço da colheita mecanizada. Foi neste sentido que selecionamos este material de pesquisa, com estes dados sobre a composição da trama migratória do mundo do trabalho canavieiro que compõe o quadro explicativo sobre as condições de reprodução social destas famílias de agricultores.

2.1 - A necessidade das Usinas Canavieiras e dos agricultores do Sertão

A inserção de trabalhadores migrantes da Paraíba no setor sucroalcooleiro paulista iniciou-se no final da década de 1980. As usinas canavieiras de São Paulo passaram a preferir trabalhadores da Paraíba e do Ceará por considerar que estes eram mais assíduos e menos adeptos a participar de greves. As greves realizadas por trabalhadores migrantes oriundos da Bahia e de Minas Gerais, no início da década de 1990, foram um dos motivos que influenciaram as usinas a substituírem os trabalhadores, demitindo os baianos e mineiros, preferindo os paraibanos e cearenses (COVER, 2011).

De acordo com Silva (2011), os gerentes de recursos humanos das Usinas argumentam que faltam trabalhadores no local. No entanto, esse argumento contrasta com o diagnóstico das prefeituras que apontam o desemprego como um dos maiores problemas

dos municípios na região de Ribeirão Preto – SP, indicando que há mão de obra disponível na região canavieira. Sucede, todavia, que essa mão de obra “desempregada” não está disposta a atender as atuais médias de produtividade do setor nas condições de trabalho atualmente vigente nos canaviais. Os chamados “boias-frias” que residem nas áreas canavieiras não reproduzem trabalhadores para as usinas, pois os filhos são orientados pelos pais a seguirem outras trajetórias profissionais¹⁷ (SILVA, 2007). Um segundo argumento que explica a contratação de trabalhadores migrantes é a diferença de remuneração entre o setor canavieiro e as oportunidades de trabalho em seus municípios de origem, nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, nos quais as expectativas salariais não superam mais que um terço do salário recebido nas usinas. Uma das frases mais recorrente entre os cortadores de cana de açúcar das regiões pesquisadas é que “*na cana, o trabalho é pesado, mas o salário é bom*”.

Geralmente os trabalhadores migrantes são motivados pelo desejo de conseguir um salário melhor para atender às suas necessidades durante a estadia em São Paulo, bem como para manter a família que fica nos municípios nordestinos e, ainda, se possível, conseguir poupar algum dinheiro visando à concretização de seus projetos pessoais e familiares (comprar terrenos, motos, gado etc.), o que contribui para tornar o trabalhador-migrante mais adaptados às exigências das empresas, em termos de produtividade e dispêndio de energia (ALVES, 2007). Assim, a contratação dos migrantes não se explica apenas pela necessidade quantitativa, mas é também uma questão da qualidade/perfil¹⁸ dos trabalhadores requeridos pelo complexo agroindustrial canavieiro.

O aumento da contratação de migrantes pelas usinas canavieiras do Estado de São Paulo está relacionado igualmente à organização dos trabalhadores “locais”¹⁹ durante a década de 1980, ocasião em que os trabalhadores do setor irromperam na cena pública, reivindicando melhores condições de trabalho e salário, movimento esse cuja maior expressão foi a greve de Guariba, ocorrida em 1984²⁰.

¹⁷ Silva (2007, 2011) constata que os cortadores de cana de açúcar tendem a apostar de forma muito incisiva na escola para seus filhos, na esperança de que a educação represente para os mesmos o acesso a um trabalho mais decente.

¹⁸ Segundo Alves (2007:44), a qualidade não se refere a habilidades exigidas pelo avanço tecnológico, mas antes se trata de que sejam trabalhadores acostumados à execução de determinadas atividades repetitivas, cansativas, que requerem resistência física. Os migrantes seriam os “mais aptos a suportar os rigores da produção canavieira do que os trabalhadores locais, fundamentalmente da região canavieira de Ribeirão Preto”.

¹⁹ Trata-se de trabalhadores-migrantes que se estabeleceram na região, nas décadas de setenta e oitenta do século passado.

²⁰ No dia 15 de maio de 1984, a praça central do município de Guariba - SP, localizado na região de Ribeirão Preto, foi ocupada por milhares de trabalhadores rurais que incendiaram o prédio da Companhia de

A organização dos trabalhadores canavieiros através das greves e dos sindicatos interferiu nas estratégias de controle das usinas sobre os trabalhadores. O aumento da contratação do trabalhador migrante permitiria, pois, aos usineiros contar com uma quantidade e qualidade de trabalhadores que se diferenciava daqueles que já tinham residência permanente na região canavieira e que já haviam vivenciado o processo de proletarização.

Outro fator que devemos considerar, quando analisamos a preferência dos trabalhadores-migrantes pelas usinas canavieiras, é que a fase de expansão atualmente vivenciada pelo setor é caracterizada pela desregulamentação, que significou menos intervenção estatal, favorecendo a concorrência interna entre as unidades produtivas e, dessa forma, a busca de rebaixamento dos custos de produção (ALVES, 2007). Essa nova fase de expansão favoreceu, por parte das usinas, uma maior demanda por trabalhadores disciplinados, treinados, capacitados a realizar uma tarefa que exige um dispêndio elevado de energia humana e que seja controlado, inclusive subjetivamente, para que aumente a produtividade do trabalho. Nesses termos é que se fundamentam as relações de dominação no processo de trabalho.

Todavia, a possibilidade de contratação de trabalhadores migrantes só é possível devido à existência de um trabalhador “disponível”: seja por ter vivenciado processo de expropriação de seus meios de produção, dentre eles, a terra, tal como analisado por Silva (1999); seja pela dificuldade de acesso à terra ou pelo significado partilhado dessa migração, percebida enquanto meio de reprodução do grupo familiar e concretização de projetos pessoais de autonomia; seja, ainda, pelas configurações dos pequenos municípios paraibanos, pernambucanos e cearenses que não oferecem muitas alternativas de emprego e geração de renda. As famílias dos trabalhadores migrantes residem nos núcleos urbanos

Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp; saquearem um supermercado, de propriedade de um ex-agenciador de trabalhadores para a colheita de cana; além de enfrentarem a polícia militar. Embora o episódio esteja vinculado à cidade de Guariba, é importante ter presente que o movimento dos trabalhadores rurais extrapolou os limites desse município, uma vez que cortadores de cana de vários outros municípios também estavam em greve, a qual se estendeu igualmente por outras regiões do estado bem como entre outras categorias de trabalhadores, a exemplo dos colhedores de laranja. Para Vettorassi (2007, p. 21), a greve de Guariba foi uma ocasião em que “os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, espontaneamente, levantaram-se contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, em um regime que poderia ser considerado de semiescravidão”. Alves (1991) por sua vez, aponta quatro consequências da greve de Guariba, a saber: (I) As condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais tornaram-se visíveis tanto para a sociedade quanto para os próprios trabalhadores; (II) os trabalhadores perceberam que as duras condições de vida e de trabalho não se deviam a um bom ou mau patrão, mas eram constituintes desta relação de trabalho; (III) o Movimento Sindical passou a se preocupar mais com a organização e com as reivindicações dos trabalhadores assalariados rurais; (IV) criação de novos sindicatos em municípios onde não havia, bem como a emergência de direções sindicais comprometidas com a luta dos trabalhadores assalariados rurais.

e áreas rurais, denominadas de sítio, dos pequenos municípios situados no sertão dos estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará. Trata-se de municípios com menos de 20.000 habitantes, nos quais predominam a agricultura de autoconsumo e poucas oportunidades de empregos.

Até onde temos informações, os trabalhadores migrantes partem de 25 municípios do Sertão Paraibano. Estes municípios estão geograficamente localizados próximos de municípios dos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, sendo que existem turmas mistas, como é o caso da maioria das turmas provenientes do município de São José de Piranhas, que são compostas também por trabalhadores de Barro/CE, Mauriti/CE, Bonito de Santa Fé/PB, Monte Horebe/PB, Cajazeiras/PB, entre outros.

A grande maioria migra em turmas, com o trabalho já garantido, em ônibus organizados pelas usinas. Há também quem migre por conta e tente buscar trabalho diretamente na usina. O processo de migração já atravessou diferentes fases. Na década de 1990, os trabalhadores eram contratados por empresas terceirizadas, que tinham contratos com as usinas para atuarem no setor agrícola. Eram os chamados “gatos”, que intermediavam a contratação dos trabalhadores, isentando as usinas de terem problemas trabalhistas. As relações de trabalho entre os “gatos” e os trabalhadores em muitos casos não eram mediadas pela legislação e pelas instituições do estado. A situação de trabalho era precária, em muitos casos, os trabalhadores não tinham acesso a condições de moradia e à alimentação decentes e a jornada de trabalho não era regulada, ultrapassando por vezes dez a doze horas. As denúncias dos próprios trabalhadores, com apoio da sociedade civil através de movimentos sociais e sindicatos, fizeram com que o Ministério Público do Trabalho fiscalizasse o setor. Uma das medidas tomadas pelo MPT foi de proibir a existência de “gatos”, fazendo com que os trabalhadores passassem a ser empregados diretamente nas usinas, o que possibilitaria aos assalariados terem asseguradas as condições de moradia e de trabalho consideradas decentes.

Há diferentes tarefas que os trabalhadores migrantes ocupam nas lavouras de cana de açúcar. A grande maioria vai para cortar a cana, no entanto, em cada turma, há também zeladores de alojamentos, fiscais, medidores e seguranças. Há também turmas, em número reduzido, que se deslocam para o plantio da cana. Estes por sua vez migram na entressafra, dos meses de dezembro a março.

O argumento da falta de trabalhadores na região canavieira e a abundância em áreas rurais da região Nordeste do Brasil têm sido muito recorrente em diversas análises. Embora essa realidade exista, entendemos que a preferência das usinas por trabalhadores

migrantes explica-se como uma estratégia política de dominação dos trabalhadores. Pesquisas realizadas na década de 1990 com trabalhadores das usinas no Estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil, verificaram que a estratégia de contratar trabalhadores das regiões de agricultura camponesa era uma resposta ao aumento da organização sindical (NOVAES, 1993; MENEZES, 2002).

As usinas de cana de açúcar no Brasil, ao contarem com os trabalhadores migrantes, pretendem ter um maior controle político sobre eles, considerando a heterogeneidade de origens constitutiva dessa fração da força de trabalho: eles são mineiros, baianos, pernambucanos, paraibanos, cearenses, maranhense; sua fragmentação política e o seu caráter de *temporários* nas regiões canavieiras, que, mesmo sem impedirem, dificultam uma atuação política. Entre os vários mecanismos de dominação e controle sobre os trabalhadores migrantes, destacamos aqui o sistema de recrutamento e seleção realizado por agentes mediadores das próprias localidades dos migrantes.

O trabalhador pode ser contratado diretamente pela usina/fornecedor ou por alguma empresa terceirizada (empreiteiros). Eles devem contratar o trabalhador em seu local de origem, além de providenciar transporte para o local de destino e deste para a origem no final da safra. Devem também providenciar moradia e alimentação segundo os parâmetros legais²¹.

A arregimentação e a seleção desses trabalhadores são realizadas por uma rede de agentes – intermediários entre os trabalhadores e as empresas (usinas/fornecedores). Esses recebem denominações diversas, são chamados de arregimentadores, chefes de turma, turmeiros, fiscais. Mas a forma de identificação mais corrente é o nome do arregimentador (MENEZES; SILVA 2008). Assim, os trabalhadores normalmente dizem: eu vou com a turma de João ou de José, em geral, uma pessoa da rede pessoal do trabalhador. Assemelham-se aos antigos “gatos” de que Silva (1999) fala, uma denominação atribuída aos empreiteiros, uma espécie de empregador terceirizado, que contrata trabalhadores para executar as tarefas das usinas. A diferença principal entre o arregimentador e o empreiteiro é em relação ao contrato de trabalho. No caso do recrutamento realizado por esses intermediários, os trabalhadores são contratados formalmente pela usina. Atualmente, a fiscalização das Delegacias Regionais do

²¹ Tais parâmetros nem sempre são respeitados pelas empresas do setor, assim há empresas que providenciam transporte para os trabalhadores e outras nas quais os trabalhadores são chamados a se deslocarem por “conta própria”. O mesmo é válido também para a moradia.

Trabalho²² tem contribuído para diminuir a contratação via empreiteiros, favorecendo a contratação direta pela usina, as quais, cada vez mais têm se utilizado de arregimentadores oriundos dos locais de moradia dos migrantes para realizarem uma espécie de “primeira triagem” dos trabalhadores (SILVA; MENEZES, 2008).

Os arregimentadores atuam como “agenciadores de mão de obra”, função que se situa tanto nos locais de saída, arregimentando os futuros cortadores de cana, providenciando o transporte – o ônibus - e organizando a saída; quanto nos locais de destino, na qualidade de “chefes de equipes”, fazendo a mediação entre membros da turma e os turmeiros, fiscais, empreiteiros, sendo, portanto, responsáveis pela turma que levam de seus locais de origem. Assim, os arregimentadores, também chamados de chefes de turma, na estrutura hierárquica da usina, atuam como mediadores entre o capital e o trabalho (MENEZES, 2002).

Tais arregimentadores são antigos cortadores de cana de açúcar e, portanto, conhecedores do ofício, que conquistaram a confiança de fiscais e de outros funcionários da usina. Eles detêm conhecimentos tanto nos locais de trabalho - conhecimento das atividades da produção de cana de açúcar (plantio, limpa, corte) - bem como das regras de gestão do trabalho das usinas através da experiência do cotidiano das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, eles pertencem às redes sociais dos trabalhadores migrantes nas localidades de origem. Ao se utilizarem desse “olhar nativo”, as usinas podem garantir um maior controle da força de trabalho contratada em cada safra, haja vista a possibilidade maior de contratação de pessoas que “trabalhem e não deem trabalho”, ou, em outras palavras, de um corpo produtivamente útil e politicamente dócil, tanto mais útil quanto mais dócil (FOUCAULT, 1987).

Os arregimentadores ou agenciadores de mão de obra assumem várias faces. Há, em primeiro lugar, o cortador de cana de açúcar, que, sem abandonar o seu ofício, ou seja, cortar cana, é anualmente incumbido da tarefa de arrumar outros trabalhadores, em seu local de origem. Um segundo tipo de arregimentador é aquele que, embora já tenha sido cortador de cana de açúcar, não exerce mais este ofício, dedicando-se inteiramente à função de arregimentar os trabalhadores para cada safra. Tais arregimentadores são,

²² As Delegacias Regionais do Trabalho são órgãos ligados à Superintendência Regional do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego, do Poder Executivo Federal, e têm como missão “assegurar o cumprimento das Normas de Proteção ao Trabalho, bem como executar as políticas públicas de promoção do emprego e de qualificação profissional, buscando o equilíbrio da relação capital-trabalho”, de acordo com o Sítio Oficial do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível em <http://portal.mte.gov.br/delegacias/sp/missao-valores-visao/>, acesso em 03.07.2015.

geralmente, “promovidos” a fiscais, motoristas ou zeladores dos alojamentos. Em geral, são responsáveis por turmas de 50 trabalhadores cada.

Os arregimentadores contam com a colaboração dos informantes. Diferente do arregimentador, o informante é apenas um trabalhador, cortador de cana de açúcar, que já faz parte da lista do arregimentador. O informante é aquele que, fazendo uso de suas relações com os arregimentadores, informam um parente ou amigo, solicitando uma vaga para os mesmos. Embora não percebam qualquer valor em espécime por ter “informado” o nome de alguns trabalhadores para o arregimentador, contribuindo com a tarefa deste, o fato de *conseguir* vaga para alguém (parente ou amigo) representa a oportunidade de oferecer uma dádiva, em forma de favor, a qual gera expectativa de retribuição futura (MAUSS, 1974). Além disso, ser informante é ter a possibilidade de alocar alguém em uma empresa do setor canavieiro, recurso cuja mobilização representa acúmulo de capital social tanto entre o próprio grupo, quanto no âmbito da empresa. Em ambos os espaços, os informantes tornam-se mais conhecidos e respeitados, o que favorece o acesso a outras possibilidades (SILVA, 2007, 2011).

O início do ano é a época em que os trabalhadores migrantes estão de volta às suas localidades – sítios, povoados, distritos, bairros e vilas dos pequenos municípios, como é o caso de São José de Piranhas. Iniciado o novo ano, muitos dos que voltaram, em novembro ou dezembro do ano anterior, começam a fazer planos de, mais uma vez, retornarem aos canaviais do Estado de São Paulo, para darem início a mais uma safra.

A primeira providência para os que decidem voltar ou iniciar tal itinerário migratório é conseguir uma vaga em alguma usina ou fornecedor de cana de açúcar²³. Arrumar alguém que “toque turma”, “leve gente,”²⁴ para ter o nome incluído na “lista”, na “relação”, passando a fazer parte da turma de algum turmeiro²⁵.

²³ Fornecedor de cana de açúcar é alguém que possui a cana e que fornece, mediante a venda, essa matéria-prima para uma determina usina.

²⁴ *Tocar turma e levar gente* são expressões nativas que se referem à organização de turmas pelos turmeiros das empresas canavieiras.

²⁵ *Turmeiro* é um trabalhador responsável por uma turma (um grupo) de cortadores de cana de açúcar. Cada turma possui entre 45 a 50 trabalhadores. O turmeiro tem a função de arregimentar a turma nos locais de origem dos trabalhadores; além de organizar também o transporte dos trabalhadores para o Estado no qual se localiza a usina. Diariamente é também o turmeiro que transporta a *sua* turma para o local de trabalho e, no final do dia, transporta-a de volta aos espaços de moradia. Além do turmeiro/motorista, cada turma tem também um ou dois fiscais que são responsáveis pelo acompanhamento/fiscalização do serviço. Em algumas usinas, o turmeiro assume também a função de *medidor*, isto é, encarregado de medir a produção diária de cada trabalhador e passá-la para o fiscal, que tem a responsabilidade de fazer o registro diário dessa produção. Em outras usinas, a função de *medidor* é realizada por um dos fiscais de turma ou por um trabalhador contratado exclusivamente para esta finalidade. Para cada grupo de quatro ou cinco turmas (equivalente a duzentos ou duzentos e cinquenta trabalhadores),

Mas não são apenas os trabalhadores que estão buscando as usinas e os fornecedores, estes também estão disputando trabalhadores, nessa fase do ano. Alguns turmeiros possuem ajuda de antigos trabalhadores, que atuam como informantes durante o período da entressafra, podendo ser o colaborador, informando a existência de vagas aos familiares e amigos, que são pretensos trabalhadores, ou a indicação de trabalhadores aos turmeiros.

Tomamos o caso da Usina Franz Kafka, localizada no município de Capivari, São Paulo. O turmeiro desta usina arregimenta 400 trabalhadores para o corte de cana. É um senhor que se chama Bráulio, natural de São José de Piranhas, o qual começou a migrar na década de 1990 para cortar cana. Demonstrou ser um trabalhador produtivo, obediente às regras da usina e com capacidade de liderança, sendo convidado a organizar turmas. É contratado permanente da usina desde 2005 e pode contar com a colaboração de 10 homens do município de São José de Piranhas, que o ajudam no processo de seleção dos trabalhadores. As turmas habitualmente de 40 a 50 homens são montadas com o esforço de muitos colaboradores. Nesse caso, os 10 homens colaboradores ou informantes, que ocupam a função de cortadores de cana, ajudam a formar as turmas na expectativa de terem uma função superior e melhor remunerada, deixando de cortar cana e passando a ser fiscal, apontador de produção ou até mesmo uma função menos pesada como zelador de alojamento. O turmeiro é responsável por sua turma em todos os períodos da safra (de abril a novembro de cada ano) e tem que zelar pela boa conduta em termos da qualidade e quantidade de produção e da convivência social.

Outro exemplo seria o da usina Dulce Maria, localizada no município de Novo Horizonte, interior do Estado de São Paulo. Anualmente essa empresa arregimenta trabalhadores, sobretudo, na região de Princesa Isabel – Paraíba e Serra Talhada – PE. Josué de Tenor e José Roberval são os funcionários responsáveis pela seleção dos trabalhadores e organização da turma. Ambos são naturais do município de Princesa Isabel – PB, que começaram a migrar para o corte de cana de açúcar na década de 1990, sendo posteriormente contratados pela usina na função de *encarregados agrícolas*. Anualmente a usina arregimenta nas duas regiões citadas cerca de dois mil (2.000) trabalhadores. Na época do recrutamento, os dois encarregados contam também com a

há outro fiscal, denominado de *fiscal de frente*, cuja função é dar suporte aos fiscais de turma. A esse conjunto de turma liderado pelo fiscal de frente, dá-se o nome de *frente de trabalho*. Acima dos *fiscais de frente*, há o *encarregado agrícola*, denominado pelos trabalhadores de *fiscal geral* que acompanha, dando suporte, os fiscais de frente. São eles também que repassam, com base no planejamento da empresa, o serviço diário aos fiscais de frente.

ajuda de alguns trabalhadores, os quais eles denominam de *ajudantes*, cuja função é recrutar trabalhadores para o corte de cana de açúcar na referida usina. Esses ajudantes, recrutados entre os próprios trabalhadores migrantes, assumem, no âmbito da empresa, as funções de fiscais ou motoristas, diferenciando-se, dessa forma, dos demais.

Por proceder do mesmo espaço dos trabalhadores, os arregimentadores estão envolvidos em relações de parentesco e de amizade e se utilizam desse conhecimento prático para selecionarem trabalhadores para cada safra. A inserção dos trabalhadores nas *frentes de trabalho* das usinas/fornecedores demanda, dos mesmos, a mobilização de seus laços sociais. Dessa forma, os trabalhadores são convocados ou se fazem convocar por seus próprios parentes (pai, irmão, tio, cunhados) e amigos; geralmente alguém que já faz parte de determinada *turma* e cujo desempenho laboral e disciplinar já teve seu reconhecimento, tornando-se extensivo aos demais membros de sua família.

Nossos próprios informantes relatam-nos que tomam conhecimento de que determinado turmeiro está buscando trabalhadores através de parentes e amigos. A pesquisa realizada por Silva (2011), através de questionário aplicado, no ano de 2010, junto a trabalhadores-migrantes dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, informa que a maioria dos entrevistados (83%) respondeu que soube da existência de vagas nas usinas através de parentes e amigos. Esse dado reforça ainda mais a importância das redes de parentesco, amizade e vizinhança, no processo de arregimentação de trabalhadores para os canaviais paulistas.

Os critérios para um trabalhador ter acesso a uma vaga no corte de cana são baseados em três conceitos: *produtividade*, *frequência* e *obediência*. Produtividade pode ser traduzida pela expressão “*vontade de trabalhar*” e faz referência à motivação do trabalhador em atingir e até mesmo ultrapassar a média de produtividade estipulada pelas empresas. Se tais metas não são atingidas, o trabalhador pode ser demitido ou simplesmente “queimado”, “refugado”, expressões que equivalem a ter o nome inscrito nas listas negras, não podendo ser mais admitido nas safras posteriores.

Quanto ao critério *frequência*, há um indicativo que o trabalhador é capaz de suportar a safra completa, sem pedir demissão antes do término da safra e que ele não está disposto a colocar atestados médicos, sobretudo quando tais atestados são desprovidos de motivos explícitos (acidentes, adoecimentos sérios etc.). Dessa forma, os trabalhadores que, ao chegarem a São Paulo, quiseram voltar antes de terminar a safra, por motivos não justificáveis como saudade ou cansaço, serão eliminados das turmas no ano seguinte.

Por fim, *obediência* pode ser traduzida nas expressões “que não se envolva em confusão”, “que não dê trabalho”: envolver-se em confusão implica em “dar trabalho”, “causar problemas” tanto para o *chefe de turma* quanto para os outros funcionários da usina. “Confusão” é um termo nativo utilizado para representar um evento em que o trabalhador desobedece às regras colocadas pela usina. Por exemplo, a palavra greve ou paralisação é muito pouco utilizada neste meio, usa-se o termo “confusão” para denominar eventos desta natureza. “Confusão” também é usada para denominar eventos nos quais os trabalhadores se envolvem em brigas com outros trabalhadores por motivos pessoais (mulheres, jogo, stress). Trabalhador que se envolve em “confusão” também é eliminado das turmas no ano seguinte.

A expressão “não dar trabalho” equivale a seguir o padrão da usina, ou seja, *you deve todo dia cumprir com a tarefa do trabalho*, como nos informou o senhor Lucas (São José de Piranhas- PB, arregimentador local). Os que dão trabalho são conhecidos como “nó cego”, a referência é a um nó difícil de desatar e, portanto, trabalhoso. Ser um trabalhador “nó cego” é atitude difícil de prever antecipadamente, ou seja, durante o processo de seleção, só se revelando, muitas vezes, no espaço do trabalho. Os arregimentadores costumam falar que, nos lugares de moradia, durante o período de contratação, todos os trabalhadores se apresentam como *bonzinhos*, entretanto, nem sempre esta imagem é sustentada durante o processo de trabalho.

Em linhas gerais, este é o quadro no qual se realiza o processo de migração sazonal dos agricultores do Sertão para as usinas canavieiras. As usinas buscam força de trabalho disciplinada e produtiva e os agricultores do Sertão têm poucas alternativas de trabalho. A contratação, a partir dos anos 2000, passou a ser feita diretamente pelas usinas, ainda assim, o papel que o gato cumpria não foi eliminado, sofreu alterações em termos de responsabilidade legal, mas continuou na função de arregimentar as turmas. A arregimentação é realizada a partir de redes de amizade e parentesco, o que favorece para o desenvolvimento de um trabalho disciplinado, controlado e organizado para render cada vez mais. Um dos pontos que caminha em paralelo à contratação de trabalhadores migrantes nos canaviais é a mecanização da colheita. Nos últimos dez anos, a mecanização avançou de maneira muito significativa, como trataremos no item a seguir.

2.2 - A mecanização da colheita de cana de açúcar e os trabalhadores migrantes

A rapidez com que a mecanização das lavouras avança, pelo menos no estado de São Paulo, expressa um “novo ciclo de modernização”²⁶ na agricultura canavieira, baseado na expansão acelerada das colheitadeiras de cana. A modernização, no entanto, não é nova, pois a história da agricultura canavieira é acompanhada nas transformações na base tecnológica, nos processos produtivos e nas relações de trabalho.

Como lembra Alves (2007, p.25), durante a década de 1960, o Estado brasileiro impôs ao Complexo Agroindustrial Canavieiro – CAI um processo de modernização “visando atender à necessidade de crescimento das exportações”. Todavia este mesmo pesquisador nos alerta para o fato de que, naquele momento, a mecanização não avançou igualmente em todas as fases da produção e processamento da cana de açúcar, tendo sido mais intensa na preparação do solo e em partes do plantio²⁷. Tratando-se, dessa forma, de um processo de semi-mecanização. Quanto à fase da colheita, esta também passou por uma mecanização apenas parcial, que atingiu, sobretudo, a atividade de carregamento e transporte, deixando intacta a fase do corte ou a fase da “colheita propriamente dita, que é retirar a cana do solo e prepará-la para o carregamento” (ALVES, 2007, p. 25).

Na década de 1990, o CAI canavieiro viveu o período da desregulamentação, com a saída parcial do Estado, houve um acirramento da concorrência interna e, conseqüentemente, uma busca por baixar os custos de produção, por parte das unidades produtivas. Nesse momento, a estratégia de mecanização volta a ser acionada por parte das empresas do setor, como forma de reduzir os custos de produção. Aliado a este fator, há que considerar, também, o papel e o peso da greve de Guariba, ocorrida em 1984, quando “os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, espontaneamente, levantaram-se contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, em um regime que poderia ser considerado de semiescravidão” (VETTORASSI, 2007, p. 21). Ao crescimento do nível de organização e do poder de barganha dos trabalhadores, os empresários do CAI canavieiro responderam com a introdução da mecanização, sobretudo na fase do plantio e do corte de cana de açúcar, com o objetivo de baixar os custos de produção e pressionar os trabalhadores, visando quebrar-lhes a resistência (ALVES, 2007).

²⁶ Para diferenciar do período de modernização impulsionado pela chamada Revolução Verde na década de 1970 e 1980.

²⁷ Segundo Alves (2007, p. 25), o plantio envolve (1) o transporte das mudas até o eito, (2) a abertura dos sulcos ou valas, (3) a colocação das plantas nesses sulcos/valas, (4) o fechamento dos mesmos e (5) a adubação. No momento considerado (1960), todas as fases do plantio, menos a terceira (colocação da planta, nos sulcos ou valas), foram mecanizadas.

A expansão da mecanização do corte de cana intensificado na década de 2000 pode ser entendido por uma série de fatores, dentre os quais, merece destaque a intensificação da tecnologia, o discurso ambiental e o aumento nos custos do trabalho manual.

Baccarin e Gebara (2010) realçam que a mecanização da colheita de cana de açúcar não atingiu um patamar significativo até a metade da década de 1990. Para os autores, este fato não significa a existência, no período, de uma preocupação, por parte dos empresários do setor canavieiro, com a preservação dos empregos dos cortadores de cana. A adoção da colheita mecânica implicava, além do alto custo da colheitadeira, em modificações na planta produtiva, como passar a utilizar cultivares apropriadas ao processo de mecanização e isso geraria em um elevado investimento.

No entanto, de acordo com Arnaldo Antônio Bortoletto, presidente do Sindicato Rural Patronal de Piracicaba, “a tecnologia tem avançado rápido, já temos colheitadeiras com sensores que permitem melhor aproveitamento da cana. Em alguns anos, isso (a dificuldade do corte mecanizado em terrenos muito acidentados) já estará resolvido”²⁸. O que também é confirmado por Edison Ustulin²⁹, presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar da FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), para quem, o avanço da tecnologia deve se refletir na diminuição do preço das máquinas, contribuindo para adensar ainda mais o processo de mecanização. Embora reconheça que a tecnologia tem avançado, Ustulin chama a atenção para a necessidade de avanços nas pesquisas, objetivando tornar ainda maior o aproveitamento da cana colhida pelas máquinas, “aumentar o potencial de colheita em área de declive, além de diminuir o desperdício com restos de cana”.

Pelo exposto, podemos concluir que, embora novos modelos de colheitadeiras sejam colocados constantemente no mercado, há sinais de que o preço e a manutenção dessas máquinas sejam, ainda, muito altos, o que tem levado, ao menos, algumas empresas a permanecerem com o corte manual, como explica este gerente de recursos humanos de uma usina localizada na região de Catanduva³⁰:

²⁸ Entrevista concedida ao jornal eletrônico CAPITALNEWS. Disponível em: http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=64631&ed=Agroneg%C3%B3cio&cat=Not%C3%ADcia. Acesso em 14 de Novembro de 2010.

²⁹ Idem, Ibidem.

³⁰ As entrevistas com o Sr. Agemiro e com o Sr. Edivelton foram realizadas pelo colega pesquisador Professor Dr. Marcelo Saturnino Silva, a quem sou muito grato por compartilhar o material. Neste trabalho,

A empresa prefere o corte manual, ele é mais rentável, ele fica um pouco mais caro, mas você ganha em produção. A safra com máquina fica mais barato, mas o corte manual é mais produtivo. Por quê? A cana acaba o terreno, se você cortar cana com máquina e demorar muito para chover, no próximo ano, a produção cai bastante, uma planta de cana, ela é pra seis anos, em média, tem uns que chega a seis, a quatro, tem até sete, hoje... Com a máquina não é possível com a mesma planta você cortar cinco anos (Agemiro, Departamento de Recursos Humanos, Março de 2010)

Em conversa com um dos fiscais gerais desta mesma usina, ficamos sabendo que os custos da máquina colheitadeira ainda é um empecilho para a empresa.

Pesquisador: Tem muita máquina já, Edivalto?

Fiscal: Tem, tem bastante... O projeto é para 2017 se tudo máquina... Só que a usina aqui tem uma visão que enquanto puder cortar queimada, ele vai cortar porque uma máquina é um absurdo... Um milhão de reais uma máquina... A peça mais barata dela é duzentos reais...

Pesquisador: Quebra muito?

Fiscal: Quebra... Oh, ela não precisa quebrar nada, a manutenção dela mensal, se ela não quebrar nada... Nós tá fazendo um curso lá, o cara tava falando... É onze mil por mês, ela dá, só de manutenção, sem quebrar nada... Se você quebrar um pino de centro dela, tem um pino que gira o elevador, ele custa seis mil reais... (Entrevista realizada em julho de 2009).

A questão é que, segundo os dados e cálculos disponíveis, no momento, para cortar uma tonelada de cana crua, o custo do corte manual é 12 reais e do corte mecanizado é oito reais.

Dessa maneira, o processo de mecanização implica em uma série de *modificações*, *adaptações* e *limitações* na produção e processamento da cana, bem como dos equipamentos. Estas questões técnicas influenciam na velocidade do processo de mecanização.

Uma dessas modificações é o espaçamento em que as ruas de canas são plantadas. A colheita mecanizada exige um espaçamento diferente do corte manual, as ruas devem ser mais longas de modo que permitam a máquina fazer o mínimo de viradas possíveis. Tomamos o caso da Usina Peperoni, de Santa Bárbara d'Oeste/SP, que, desde 2005, vem plantando e replantando canaviais de acordo com as medidas necessárias à colheita mecanizada.

Como exemplo de adaptação, podemos citar o esforço do setor agrícola da referida usina, visando diminuir os declives e a quantidade de pedras na área do plantio, facilitando, assim, a introdução/consolidação do corte mecanizado. Como resultado dessas manobras, restaram, para o corte manual, as áreas de maiores declives, onde não é

foram utilizados nomes fictícios para representar as pessoas que entrevistamos e as empresas as quais nos referimos.

possível a entrada de máquinas. Essas limitações topográficas se constituem, portanto, como um limite para a eliminação total do corte manual, sinalizando para o fato de que haverá sempre necessidade de trabalhadores manuais, mesmo que em menor quantidade do que a atual, tanto para realizar a colheita nas áreas em declive, quanto para fazerem o caminho para que as máquinas possam adentrar nos canaviais.

Por fim, e também a título de exemplo, um *limite* é que, quando a cana é cortada manualmente, continua produzindo por oito anos, sem necessidade de replantio, já na colheita mecânica, há necessidade de replantio a cada cinco anos. Porém, neste esforço de adaptação à mecanização, no quinto ano após o primeiro plantio, a usina tem reiniciado o plantio consoante às exigências do corte mecanizado.

De acordo com um funcionário do Setor Agrícola da Usina Peperoni por nós entrevistado, uma máquina substitui apenas 50 pessoas e não 100, porque nem todas as máquinas são superpotentes e também porque a mecanização exige novos postos de trabalho como motoristas, mecânicos, maquinistas e etc.

Outro esforço de adaptação que a usina faz é em relação à indústria, já que, com o corte mecanizado, feito com a cana crua, a matéria-prima (cana) chega às unidades processadoras (usinas) contendo um maior nível de sujeira e palhas, o que também exige uma adaptação nas máquinas da indústria.

Para a entrada de uma máquina na lavoura, é necessário considerar mudanças no jeito de plantar, transportar e moer a cana, bem como na forma de lidar com os bagaços, que já são utilizados na produção de energia. Sendo assim, a mecanização do corte de cana exige um processo maior de adaptação tanto do setor agrícola quanto do setor industrial das empresas canavieiras.

O segundo elemento que consideramos importante ressaltar e que vem contribuindo para o atual processo de mecanização do setor canavieiro tem sido o discurso ambientalista, principalmente quando tal discurso impregna práticas de atores sociais diversos, tais como o mercado consumidor nacional e internacional; os órgãos reguladores e parcelas da sociedade civil organizada, cujo resultado tem sido a pauta do fim das queimadas na agenda do Estado.

A demanda, por parte *do mercado consumidor, sobretudo no nível internacional*, por um combustível (etanol) realmente limpo torna-se a cada dia mais incompatível com

as imagens de cidades poluídas e de populações sofrendo com os efeitos das queimadas de canaviais, além dos riscos aos quais trabalhadores do corte manual são expostos devido à fuligem da cana. Além de que a colheita manual, nos moldes em que vem sendo realizada, representa a degradação do trabalho humano e fonte de adoecimento e mesmo de morte dos trabalhadores.

Neste contexto, mecanizar a colheita da cana de açúcar contribui para fortalecer a imagem de que o etanol é um combustível limpo e de que o setor canavieiro tem essa preocupação ambiental também com as cidades que estão localizadas as margens dos canaviais, nas quais a população é prejudicada com a fumaça oriunda da queima da cana na época da colheita (ALVES, 2009).

Um terceiro elemento está relacionado ao aumento do custo da força de trabalho. Este aumento tem sua origem, por um lado, nas novas exigências legais para a contratação de trabalhadores por parte das usinas, como consequência da atuação da sociedade civil organizada e do Ministério Público que tem contribuído para a observância da legislação trabalhista por parte do patronato do setor canavieiro.

Fazem parte desse processo as inúmeras ações que os trabalhadores do setor canavieiro têm levado à Justiça do Trabalho, visando cobrar os direitos desrespeitados durante o período da safra. Em trabalho recente, Silva e Ribeiro (2010, p. 24) fazem referência “ao grande número de processos trabalhistas movidos contra as empresas, visando ao respeito do cumprimento das normas trabalhistas”. Esses mesmos autores chamam atenção para o fato de que as audiências públicas e as fiscalizações feitas pelo Ministério Público nos canaviais, indicam o aumento do poder dos trabalhadores, no sentido de que passam a existir agentes no campo jurídico que atuam para defender os interesses dos trabalhadores e impor barreiras a exploração patronal.

A possibilidade explicativa de que a mecanização do corte de cana de açúcar deve ser vista/lida também como uma resposta do patronato do setor canavieiro a essas exigências da sociedade civil e dos trabalhadores pode ser verificada no discurso de Fioravanti Mazzo³¹, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Novo Horizonte – SP:

Os trabalhadores vão dando trabalho, as leis vão ficando mais exigentes, as empresas optam pelas máquinas. Os trabalhadores não são mais moderados, eles são bem mais expertos, estão mais escolarizados, ele então cobram mais,

³¹ Entrevista realizada pelo Professor Dr. Marcelo Saturnino da Silva, Universidade Estadual da Paraíba.

atuam mais, tudo isso encarece a empresa, que passa a preferir as máquinas.
(Entrevista realizada em junho de 2010)

Nesse sentido, a orquestração desses fatores tem favorecido a intensificação da mecanização da colheita de cana de açúcar, trazendo à pauta as discussões sobre os impactos desse processo para o destino de importante parcela de trabalhadores migrantes, que tem encontrado uma estratégia de reprodução de seu grupo familiar e de concretização de seus projetos pessoais no trabalho de cortar cana.

Se a utilização da colhedeira não implica em humanização do trabalho para os seus operadores, também não tem contribuído para amenização do trabalho para os trabalhadores que atuam no corte manual. A introdução das máquinas colhedeiros altera também o trabalho dos cortadores manuais, que, cada vez mais, têm que cortar “para as máquinas”, como dizem os trabalhadores. Trata-se de cortar cana nos locais declinados, onde as máquinas não alcançam e/ou de abrir caminho, corredores, para a passagem das máquinas. Cortar nestas condições dificulta a boa produtividade diária do trabalhador, passando, conseqüentemente, a receber menos. Cortando cana crua, na palha, os trabalhadores passam a se expor bem mais aos riscos decorrentes de acidentes com animais peçonhentos.

Entretanto, o maior impacto do trabalho morto [as máquinas] sobre o trabalho vivo está relacionado à possibilidade de extinção ou no mínimo de extrema diminuição do corte manual de cana de açúcar. Dessa forma, a colheita manual de cana de açúcar viveria atualmente uma morte anunciada pela evolução descrente da demanda de trabalhadores para o corte, por parte das empresas canavieiras, conforme visto nos dados de contratação dos trabalhadores.

Tomamos o caso da Usina Peperoni, que colheu 18 mil hectares de cana na Safra de 2011. Metade desta colheita foi realizada de forma mecanizada e a outra metade, de maneira manual. Em 2010, a Usina colheu 16 mil hectares de cana. Houve, assim, uma expansão na área plantada e, concomitantemente, um decréscimo no número de trabalhadores contratados para o corte.

Quadro 01 – Número de Colhedeiros x Número de Cortadores Manuais

Ano	Colhedeiros	Cortadores Manuais
2005	2	380

2006	3	-
2007	4	380
2008	5	-
2009	5	340
2010	8	340
2011	8	340

Fonte: Usina Peperoni/Unidade Santa Bárbara d'Oeste. Trabalho de Campo, 2011.

É possível ver pelo quadro que, como esperado, a inserção das máquinas colhedeiras diminui o número de cortadores manuais, mesmo em um contexto de aumento da área plantada. No entanto, pelo menos no caso considerado, a diminuição dos cortadores manuais não é tão acentuada quanto os cálculos que se faz (uma máquina elimina 100 postos de trabalho), sobretudo, em razão do processo de adaptação que as usinas estão inseridas. Os terrenos da Usina Peperoni permitem uma mecanização de apenas 70%, porque 30% são muito declivados.

É necessário considerar, conforme já ressaltado, que o corte mecanizado não é possível em terrenos que apresentam altos declives, o que contribui para a necessidade contínua de trabalho manual, como nos informa Adilson, encarregado pela frente do corte da cana de açúcar de uma Usina localizada no município de Santa Bárbara D'Oeste – São Paulo: *“os gerentes da usina querem aumentar o corte mecanizado todos os anos, mas os terrenos não ajudam, têm que entender que uns 40% das terras do grupo é terreno ruim, que máquina não entra, e ali vão precisar de gente do norte para cortar”* (Adilson, cearense, encarregado. Entrevista realizada em outubro de 2010).

Dessa forma, mesmo considerando a mecanização atual da colheita de cana de açúcar, ainda assim, as empresas terão necessidade do trabalho manual mesmo que sua função seja reduzida à abertura de caminhos para as máquinas, como nos revela o senhor Agemiro, responsável pelo setor de Recursos Humanos de uma usina localizada na região de Catanduva.

Pesquisador: A tendência com a máquina é diminuir o número de trabalhadores?

Agemiro: Com a máquina vai diminuir um pouco, mas também tem o problema da expansão da usina de... , que a usina de... já foi projetada pra ser aumentada. Só que é o negócio, também se não tivesse a mecanização, não tinha hoje o

pessoal suficiente para cortar cana, se não tiver mecanização, o número de trabalhadores disponível não dão conta de cortar manual... Eu acho que ainda vai demorar e ainda vai precisar de muita gente, porque mesmo onde as máquinas cortam, nós ainda usaremos turmas para cortar as curvas. Não chega a 100% de mecanização e mesmo quando chega, a gente ainda vai usar o trabalhador. (Entrevista realizada em janeiro de 2010).

A segunda observação é sobre o processo de expansão atualmente vivido pelas unidades produtivas que tem contribuído para amenizar a tendência de queda na demanda por trabalhadores para o corte manual, isto é, se não fosse a expansão das atuais unidades produtivas e o surgimento de novas unidades concomitantemente à manutenção do atual nível de mecanização, a demanda por trabalhadores para o corte manual estaria sujeita a uma queda ainda mais drástica.

Considerando todas as questões elencadas acima, o que se verifica em termos gerais, é uma redução na contratação de cortadores de cana. Vejamos o quadro a seguir, com dados do Cadastro Geral de Empregados do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre o Estado de São Paulo.

Quadro 02 – Número médio mensal de pessoas ocupadas nas categorias profissionais sucroalcooleiras, 2011 a 2013, Estado de São Paulo

Atividade/Ano	2011	2012	2013	2014
Trabalhadores Canavieiros	126.538	112.268	94.425	73.271
Total Ocupação Sucroalcooleira	298.785	299.148	289.488	264.157

Fonte: MTE (2015).

Nota-se que, do período de 2011 até 2014, há um decréscimo anual da média mensal de pessoas ocupadas no setor sucroalcooleiro. A atividade que mais tem fechado postos de trabalho é a colheita manual, como também podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 03 – Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, Estado de São Paulo (Brasil), 2013 e 2014

Categorias Profissionais	Pessoas Ocupadas		Variação	
	2013	2014	Absoluta	Porcentual
1 - Pessoas na Agricultura	145.347	124.256	-21.091	-14,5
1.1 - Trabalhadores Canavieiros	94.425	73.271	-21.154	-22,4
1.2 - Pessoas na Mecanização	42.547	42.312	-235	-0,6
1.3 - Outras Agrícolas	8.375	8.673	298	3,6
2 - Pessoas na Indústria	47.407	45.921	-1.486	-3,1

3 - Pessoas no Administrativo	91.110	91.056	-54	-0,1
4 - Pessoas não Sucroalcooleiras	5.620	2.923	-2.697	-48,0
Total	289.484	264.157	-25.327	-8,7

Fonte: MTE, 2015. Baccarin et.al. (2015).

Em relação ao ano de 2014, podemos observar que houve redução de postos de trabalho em praticamente todas as atividades do setor sucroalcooleiro. O destaque está entre os trabalhadores canavieiros, no corte manual. Podemos observar também que houve fechamento de postos de trabalho, em número menor, também entre os maquinistas.

O constante aprimoramento tecnológico nas colheitadeiras permite, a cada ano, o avanço da mecanização no corte de cana, visto que a pesquisa no setor mecânico tem desenvolvido máquinas que reduzem os problemas de impacto dos solos, destruição da soca da cana, colheita em áreas de declive. Uma colheitadeira substitui em média 80 homens. Segundo a UNICA (União das Indústrias da Cana de açúcar) e o IEA (Instituto de Economia Agrícola), em 2013, 85% da colheita de cana já é realizada por meio de máquinas³².

No Estado de São Paulo, a lei ambiental (Lei Estadual das Queimadas, nº 10.547/2000) estabeleceu o fim das queimadas nos canaviais. E, em 2007, o protocolo firmado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e a União da Indústria de Cana de açúcar – UNICA, denominado de Protocolo Agroindustrial, já previa a antecipação do fim das queimadas para 2014 (áreas mecanizáveis) e para 2017 em áreas não mecanizáveis. Dessa forma, após o ano de 2014, as usinas podem queimar apenas 20% de suas áreas, já que, em 2017, a queima da cana estará proibida.

Como já frisado, o fim da queima de cana de açúcar é mais viável economicamente diante da possibilidade de mecanização da colheita, pois, do contrário, isto é, considerando a permanência do corte manual, não haveria como garantir, sem a queima, os mesmos níveis de produtividade alcançados pelo setor. Assim, falar em fim das queimadas no âmbito dos canaviais implica em anunciar o aumento da mecanização da

³² Boia Fria dá lugar a operador que ganha até 2,6 mil reais por mês. UOL. Disponível em <http://economia.uol.com.br/agronegocio/noticias/redacao/2013/11/29/boia-fria-da-lugar-a-operador-de-colhedora-de-cana-que-ganha-ate-r-26-mil.htm>. Acesso em 18 de novembro de 2014.

atividade de colheita da cana, o que de fato já vem ocorrendo, como podemos observar no quadro 04.

Quadro 04 – Área de colheita de cana crua e queimada no Estado de São Paulo, em hectares, e taxas de crescimento (TC), 2006 a 2011

Ano	Cana Crua			Cana Queimada			Total
	Área	%	TC (%)	Área	%	TC (%)	
2006	1.110.120	34,24		2.131.990	65,76		3.242.110
2007	1.764.992	46,56	58,99	2.025.448	53,44	-5,00	3.790.440
2008	1.924.075	49,06	9,01	1.997.630	50,94	-2,38	3.921.705
2009	2.266.403	55,59	17,79	1.810.531	44,41	-9,37	4.076.934
2010	2.627.025	55,56	19,91	2.101.110	44,44	16,04	4.728.135
2011	3.125.619	65,17	18,98	1.670.521	34,83	-21,54	4.796.140
2006/11			183,84			-21,65	

Fonte: Dados do Projeto CANASAT (INPE, 2012).

Como podemos observar, a área de colheita de cana crua cresceu, de 2006 a 2011, em uma taxa de 183,84%, ao passo que a área de colheita de cana crua decresceu em 21,65%. O aumento da colheita na cana crua, relacionado com a diminuição da contratação de trabalhadores, indica o aumento na colheita mecanizada.

Em nossa pesquisa de campo, realizamos um levantamento com os arregimentadores e notamos uma redução na contratação de trabalhadores da região de São José de Piranhas.

Quadro 05 - Contratação de Trabalhadores Migrantes por Usinas de Cana de açúcar de São José de Piranhas/PB e municípios vizinhos

USINA/ANO	2010	2011	2012	Diferença 2011-2012
J. Pilon/SP	136	136	136	0
Furlan/SP	37	37	40	3
Serra d'Água – Grupo Raizen/SP	200	180	28	-152

Areia Branca – Grupo Raizen/SP	380	350	310	-40
Limoeiro – Grupo Raizen/SP	200	180	150	-30
Raffard – Grupo Raizen/SP	200	148	96	-52
Vista Alegre/SP	0	400	0	-400
Zambianki/SP	350	300	243	-57
Damião Cabelo (fornecedor)/SP	14	17	20	3
Agrovale/BA	100	0	0	0
Usinas de João Pessoa/PB	20	20	20	0
Total	1637	1768	1043	-725

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Como podemos observar a maioria das usinas reduz ano a ano a quantidade de trabalhadores migrantes contratados. A redução dos empregos é percebida pelos trabalhadores no período de contratação. Um dos responsáveis pelo recrutamento do Grupo Raizen (o maior conglomerado de usinas do Brasil) nos informou que, desde 2010, eles passaram a reduzir em 20% ao ano o número de trabalhadores contratados na região de São José de Piranhas. Os contratados já ficam cientes que as tarefas a serem executadas nos canaviais paulistas não serão cortar cana queimada, mas, sim, abrir espaços na cana verde, para a entrada das máquinas. É como se a protagonista central dos canaviais passasse a ser a máquina colheitadeira: é para ela que se abrem os caminhos, é sobre ela que existe a possibilidade de emprego.

Este cenário é traduzido na frase “*o corte de cana está se acabando*” percebido cotidianamente pelos trabalhadores e pelas famílias de agricultores do Sertão que passam a mais uma vez ter que redirecionar suas atividades, tendo presente este contexto.

Contexto este por sua vez marcado pelas mudanças no cenário do mundo do trabalho canavieiro. É esse pedaço de “meio do mundo” que vai dispensando boa parte dos trabalhadores que “moram nos sítios”. O que parece ser um caminho sem volta, o fechamento de uma porta do mercado de trabalho, não deve necessariamente ser lido como o fim de uma estratégia de reprodução social que se ancora na busca de dividendos fora de seu lugar de pertencimento. “O corte da cana” pode estar se acabando, mas restaram contatos, redes sociais, sabedorias, conhecimentos, que são utilizados para acessar outros trabalhos.

No próximo capítulo, trataremos com mais proximidade a relação de trabalho e o conflito entre trabalhadores migrantes e usinas, que nos ajuda a detalhar melhor o contexto de mecanização da colheita da cana, o papel das redes sociais e o senso de territorialidade ou de pertencimento ao território natal.

CAPÍTULO 3 – QUEREMOS VOLTAR PARA A NOSSA TERRA

A imagem que selecionamos para abrir este capítulo faz parte de um vídeo gravado através de um aparelho de telefone celular, por um trabalhador migrante, de São José de Piranhas, durante a greve da Usina Vista Alegre, em setembro de 2011, no município de Itapetininga, São Paulo³³.

Figura 1 – Trabalhadores mostrando uma faixa durante uma mobilização de greve na Usina Vista Alegre, interior de São Paulo (2011).



Foto: Pesquisa de Campo, 2012.

“Queremos voltar para a nossa TERRA” é a frase escrita na faixa de pano estendida por dois cortadores de cana em uma das manifestações realizadas durante a greve. Os 400 trabalhadores eram procedentes de São José de Piranhas e municípios vizinhos. O trabalhador que gravou o vídeo, para “ter uma recordação”, repassou o arquivo ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, que nos repassou. Durante a pesquisa, pudemos entrevistar o autor do vídeo que nos forneceu mais detalhes sobre esta greve.

³³ Para ver a localização de Itapetininga, dispomos do mapa no anexo 4.

A greve na Usina Vista Alegre foi um evento que envolveu diretamente uma considerável parte dos trabalhadores migrantes de São José de Piranhas e indiretamente marcou o imaginário coletivo, revelando posições acerca do conflito entre os trabalhadores rurais e a Usina Canavieira. Este evento serviu para refletir sobre a mobilidade dos trabalhadores migrantes como constituinte das suas condições de reprodução social e de diferenciação social bem como dos processos de transformação dos territórios em cena. Em particular, para pensar elementos que compõem a territorialidade destes trabalhadores migrantes, a partir de suas relações de trabalho.

Em uma época marcada pela inserção de tecnologia e pelo, cada vez mais, crescente desemprego, os olhos e a ação destes trabalhadores terminaram por se voltar para estratégias focalizadas na busca da garantia do emprego, o que implicou, inclusive, em abrir mão de alguns direitos já conquistados. Neste contexto de incerteza em que o medo ronda a mente de cada trabalhador, a luta aberta torna-se uma opção remota, o que não significa que os trabalhadores aceitem o nível de dominação e exploração ao qual estão expostos. Todavia, um olhar atento sobre o cotidiano do mundo do trabalho é capaz de revelar que tal aceitação é apenas aparente e que a luta não deixou de existir, apenas se faz em outros planos. Nesse sentido, embora tenham como lócus próprio os bastidores, há sempre a possibilidade de que essas formas cotidianas de resistência irrompam no palco, na cena pública, o que tem sido atestado pelos inúmeros episódios de greves, paralisações, acesso à justiça trabalhista, protagonizados pelos trabalhadores migrantes.

A proposta deste capítulo é compreender algumas formas de resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais de São Paulo, de modo a reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima em que, geralmente, são colocados para o lugar de sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir das possibilidades concretas e objetivas. Assim, eles atuam com as armas de que dispõem e com outras possíveis de serem “fabricadas” com o material de suas interações sociais cotidianas.

Analisaremos as ações públicas e coletivas dos trabalhadores migrantes, como as *greves em usinas do Estado de São Paulo*³⁴ que acontecem de “forma espontânea”, ou seja, que são ações iniciadas de forma autônoma e espontânea pelos trabalhadores,

³⁴ Greves é a nomeação que os próprios trabalhadores atribuem a essas paralisações. Em Alagoas, são chamadas de paradesiros, conforme analisou Cândido Silva (2011).

embora, no decorrer da mobilização, outros atores possam entrar no cenário como lideranças sindicais, Ministério do Trabalho e Procuradoria do Trabalho. Tentaremos problematizar alguns pontos da emergência e desenvolvimento dessas greves, tais como se inicia a ação; se existem e como atuam as lideranças entre os trabalhadores; que estratégias são utilizadas para mobilizar os trabalhadores; que atores sociais estão envolvidos: Sindicatos, procuradores do trabalho, agentes da Pastoral dos Migrantes.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o caso da greve na Usina Vista Alegre em Itapetininga-SP em setembro no ano de 2011. Os trabalhadores, que eram da região de São José de Piranhas do Estado da Paraíba e do município do Barro do Estado do Ceará, realizaram uma paralisação de duas semanas, exigindo pagamento justo e melhores condições de moradia. Os relatos, colhidos em entrevistas gravadas em áudio e também em vídeos, mostram as péssimas condições de alojamento e também o descumprimento da expectativa salarial, que motivaram o protesto.

Em janeiro de 2012, acompanhamos o processo de recrutamento e seleção dos trabalhadores em suas regiões de origem na Paraíba. Os trabalhadores que participaram da greve ficaram socialmente marcados, não sendo recontratados pela Usina Vista Alegre e tendo dificuldades de arrumar trabalho em usinas daquela região de São Paulo. Ao mesmo tempo, constatamos que, através das redes sociais de amizade e parentesco, os trabalhadores se mobilizaram para buscar vagas em outras turmas, que prestam serviços para outras usinas.

Selecionamos este evento para explorar melhor a reflexão sobre o tema da resistência do processo de reprodução social destas famílias de agricultores. A greve nos informa uma faceta da ação política destes atores e também nos permite ter uma dimensão mais apurada sobre o “meio de mundo” por onde estes trabalhadores tem andando.

3.1 - Formas públicas de resistência: os canavieiros também fazem greve

Estamos nos fundamentando na concepção de “resistência cotidiana”, proposta por James Scott (1985, 1990, 2002)³⁵, para compreender as formas do discurso oculto, caracterizadas por ações individuais, dissimuladas, fragmentadas, invisíveis, e do

³⁵ As ideias de James Scott foram objeto de duas resenhas bibliográficas, a de Menezes (2002) e de Monsma (2000).

discurso público, caracterizadas por ações coletivas espontâneas ou conduzidas por organizações sociais e políticas, como os sindicatos e movimentos sociais.

A noção de discurso público é formulada por James Scott no livro *Dominations and the Arts of Resistance*, que argumenta:

Eu usei o termo ‘transcrição pública’ como um caminho abreviado para descrever as interações abertas entre subordinados e aqueles que os dominaram (...). Público aqui se refere à ação que é abertamente dirigida à outra parte nas relações de poder e transcrição é usado quase em seu sentido jurídico (processo verbal) de um registro completo do que foi dito. Este registro completo, entretanto, pode também incluir atos não verbais, tais como gestos e expressões. (SCOTT, 1990, p. 2)

A noção de discurso oculto remete a formas de resistência que acontecem “ [...] fora do palco (*offstage*), “para além da observação direta de detentores do poder” (Scott, 1990: 4). Exemplos desta prática são: rumores, fofocas, folclore, piadas, músicas, rituais, códigos e eufemismos” (SCOTT, 1990, p. 19). A análise de algumas formas cotidianas de resistência foi objeto de pesquisa em alguns de nossos trabalhos anteriores (MENEZES, 2002; COVER, 2011) e do trabalho de Silva (2011). Analisamos expressões do discurso oculto, tais como esconder o serviço mal feito, absenteísmo, códigos de comunicação secretos entre os trabalhadores para driblar as regras de controle, uso de atestados médicos para justificar falta ao trabalho, confrontos pessoais entre trabalhador e os chefes imediatos (os turmeiros e fiscais). Também observamos algumas formas invisíveis de resistência às regras nos alojamentos, como assistir TV em horários não permitidos e ingerir bebidas alcoólicas.

Essas práticas conseguem amenizar as condições de exploração e controle do trabalho, no entanto, raramente conquistam melhorias das condições de trabalho e de alguns direitos. Elas são as armas possíveis dos trabalhadores migrantes no contexto das formas específicas de dominação e controle do trabalho, como as regras de qualidade, a exigência de quantidade de cana cortada, ameaça de punições, a exemplo dos “ganchos” e das “listas negras”, e os espaços vigiados dos alojamentos bem como de outros espaços de sociabilidade.

Além das práticas cotidianas de resistência, existem também formas públicas de reivindicação das demandas dos trabalhadores, como paralisações, greves, passeatas, protestos. A reação por parte da categoria patronal se apresenta como enérgica, por vezes com o uso da força policial, como aconteceu na greve de Guariba, em 1984. O uso das

listas negras também é uma forma de dominação utilizada por parte do setor patronal, a fim de manter o controle dos trabalhadores, uma vez que consiste em inserir os nomes daqueles trabalhadores grevistas, “cabeças de greve” ou que “apresentam problemas” em uma relação para que nenhuma usina venha a contratá-los.

Mesmo assim, a existência destas formas de manifestações dos trabalhadores para reclamar por aumento de salários, pagamento justo da produção realizada e condições adequadas de moradia e trabalho continua em diferentes regiões canavieiras do país. Os paradeiros no Estado de Alagoas foram tratados na tese de Doutorado de Paulo Cândido da Silva (2011). Tratava-se de revoltas “espontâneas” de trabalhadores migrantes, originários de regiões rurais do semiárido nordestino, que vão para a colheita da cana de açúcar no litoral alagoano³⁶.

Os relatos de trabalhadores envolvidos na greve na Usina Vista Alegre, em 2011, no município de Itapetininga, São Paulo, indicavam que não era a primeira vez que haviam participado de um evento desta natureza. Tentamos buscar informações em outras fontes, como site da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP), Pastoral dos Migrantes, alguns sindicatos da região de Campinas, mas esses não têm registro sobre essas ações dos trabalhadores. Realizamos um levantamento nos veículos de imprensa e contabilizamos 14 registros de greves de canavieiros de 2007 a 2013. As fontes das notícias são diversificadas, aparecendo registro de manifestações de cortadores de cana em sítios eletrônicos de jornais de circulação regional (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Diário, TV TEM), entidades sindicais (CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil), sítios independentes (Blog do Sakamoto, Portal Mídia Independente) e partidos políticos (Portal do PSTU, Vermelho). Contabilizamos 14 greves. Vejamos no quadro abaixo.

Quadro 06: Relação de mobilizações de trabalhadores nos canaviais no período de 2007 a 2013, noticiados pela imprensa

Período	Região	Usina	Trabalhadores	Motivo	Desfecho	Fonte
Junho 2007	Araraquara-SP	Diversas	5.000	Reajuste Salarial	Sem Informação	Portal do PSTU ; Carvalho (2007)

³⁶ Para um detalhamento sobre os paradeiros de Alagoas, ver a tese de doutorado de Cândido Silva (2011).

Dezembro 2007	Andradina-SP	Cosan	300	Descumprimento de acordo coletivo	Sem Informação	O Estado de São Paulo(2007)
Junho 2008	Paraguaçu Paulista-SP	Cocal	300	Aumento Salarial e Melhores Condições nos Alojamentos	Demissão dos Trabalhadores	Jornal <i>O Diário</i> de Ribeirão Preto (2008)
Agosto 2008	Ribeirão Preto-SP	Bela Vista	Sem informação	Reajuste no Preço da Cana	Aumento em 10% no preço da cana cortada	Brasil Agro (2008)
Agosto 2008	Pontal-SP	Bela Vista	150	Reajuste de 10% no preço da cana	3 líderes presos e 6 feridos pela polícia	Portal Vermelho (2008)
Outubro 2008	Sertãozinho-SP	Diversas	10.000	Reajuste, Condições de Alojamento	Sem Informação	Blog do Sakamoto (2009)
Novembro 2008	Caiuá-SP	Decasa	500	Descumprimento de acordo coletivo	Sem Informação	Portal Mídia Independente (2011)
Agosto 2009	Sertãozinho-SP	Aralco	600	Reajuste	Sem Informação	Folha de São Paulo; Vale (2009)
Outubro 2009	Araraquara-SP	Tamoio	300	Reajuste de 100%	Sem Informação	Portal da CTB (2009)
Fevereiro 2010	Florestópolis-PR	Cofercatu	1.300	Atraso salarial	Dispensa dos Trabalhadores	Gazeta do Povo; Costa e Araujo (2010)
Agosto 2011	General Salgado-SP	Aralco	300	Reajuste do metro cortado	Sem Informação	TV TEM; HERNANDES (2011)
Setembro 2011	Itapetininga-SP	Vista Alegre	400	Reajuste salarial e	Demissão dos Trabalhadores	Entrevistas dos Autores

				melhores condições de alojamento		
Junho 2012	Marabá Paulista-SP	Decasa	700	Recolhimento do FGTS e INSS	Sem Informação	Portal Ifronteira; Mathias (2012)
Janeiro 2013	Marabá Paulista-SP	Decasa	300	Salário	Sem Informação	Portal Prudentino (2013)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os motivos das greves giram em torno de três pontos: questões salariais, preço da cana e condições de alojamento. Há casos em que os trabalhadores conseguem seus pleitos, há casos em que as greves são derrotadas, todavia, isso não implica que o recurso *greve* venha a ser descartado pelos trabalhadores, pois todos os anos ocorre este tipo de paralisações.

O jornalista Leonardo Sakamoto relata uma notícia a respeito das características destas greves, descrevendo os acontecimentos de 2008, no estado de São Paulo, da seguinte maneira:

“Foi quase uma Guariba”. A frase é do sindicalista Zaqueu Ribeiro de Aguiar, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ao descrever o grau de conturbação que marcou a safra 2007/2008 na região de Ribeirão Preto (SP), umas das principais áreas canavieiras do país. A referência é à histórica greve dos cortadores de cana ocorrida no município de Guariba, na mesma região, em 1984, e que reuniu cerca de cinco mil trabalhadores na luta por melhores salários. De acordo com Aguiar, 28 anos depois, em outubro de 2008, pelo menos 10 mil cortadores cruzaram os braços em diferentes cidades paulistas, como Colômbia, Viradouro, Terra Roxa, Morro Agudo, Pontal e Sertãozinho. Mas o movimento não se unificou e ficou isolado em cada usina. Assim como na época de Guariba, as greves não surgiram de uma articulação sindical centralizada, mas foram fruto da insatisfação comum com a remuneração oferecida pelas empresas. Após as greves, muitas companhias aumentaram o piso salarial e o valor pago pela tonelada da cana, mas permaneceu um hábito que relembra o passado: a perseguição aos chamados “cabeças da greve” – trabalhadores considerados “mais conscientes” e que possuem influência sobre os outros. (SAKAMATO, 2009³⁷)

Uma das características apontadas é que a greve é motivada pela insatisfação dos trabalhadores por questões salariais e é uma ação coletiva iniciada de forma autônoma e

³⁷ Disponível em <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/01/20/demissao-de-grevistas-azedou-lavouras-de-cana-de-acucar/>. Acesso em 7 de agosto de 2013.

espontânea pelos trabalhadores. Assim, a mobilização não é uma estratégia conduzida por organizações de representação política dos trabalhadores como os sindicatos. No entanto, o que temos observado é que, no tempo da greve, outros atores vão se incorporando, seja porque são chamados pelos trabalhadores ou por outros atores como alguma liderança sindical, Ministério do Trabalho ou Ministério Público. Além das reivindicações por melhoria de salário, existem também outras queixas sobre as condições dos alojamentos³⁸ e alimentação, como veremos no caso da Usina Vista Alegre. Há também casos de denúncia de situações de humilhações a que são submetidos os trabalhadores como relatada nesta notícia:

Denúncias de desrespeito e humilhações: "Os trabalhadores denunciaram este e outros fatos à Feraesp, ontem, em Sertãozinho, e as medidas judiciais cabíveis serão encaminhadas", disse a assessora jurídica da entidade, a advogada Olga Melzi. A advogada diz que denúncias "chegam às dezenas, sendo que em todas as empresas os gatos estão dispensando tratamento desumano aos trabalhadores que não suportam mais as humilhações"³⁹.

O regime de pagamento dos cortadores de cana de açúcar, na maioria dos casos, é salário por produção. O trabalhador recebe pela quantidade de cana cortada por dia. A medição da quantidade de cana cortada é realizada da seguinte maneira: cada cortador tem um trecho de cinco ruas (fileiras) de cana para cortar. O fiscal medidor da usina mede a quantidade de metros que o trabalhador cortou durante o dia. Há diferentes classificações de cana de açúcar, a partir do tamanho apresentado pelas plantas e também da situação em que a lavoura se encontra: se está queimada ou se está com a palha; se for cana de primeira corte ou de segundo corte. Em cada situação, é estabelecido um preço diferente, pois se a cana está em pé, em boas condições e tiver um peso bom, o cortador conseguirá derrubar mais toneladas por dia; se a cana estiver enrolada e apresentar pouco peso, o cortador irá derrubar menos toneladas, por vezes, utilizando o mesmo esforço físico. Há casos de equiparação do preço: se a cana estiver “feia”, paga-se um pouco mais. Há casos em que não há equiparação. A discordância sobre o preço da cana é um dos grandes fatores que causa greves⁴⁰. A perseguição aos chamados “cabeças de greve” é uma tática constantemente utilizada pelas usinas, que dificilmente recontratam os trabalhadores que tomam à frente das paralisações.

³⁸ O documentário “O CONFLITO”, do Prof. José Roberto Novaes da UFRJ, registra alguns momentos da greve, retratando também as péssimas condições da fonte de água que a usina disponibilizava para o uso dos trabalhadores. A água era contaminada por dejetos de cozinha.

³⁹ Disponível em http://www6.rel-uita.org/sindicatos/rurais_riberao_preto.htm. Acesso em 7 de agosto de 2013.

⁴⁰ Sobre pagamento de trabalhadores, indica-se o trabalho de Guanais (2010).

A partir do movimento espontâneo dos trabalhadores, outros atores sociais são mobilizados como os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério de Trabalho e Emprego. Das 14 greves que temos notícias, apenas uma não teve a presença do sindicato, foi a greve na Usina Boa Vista, em Pontal, que acabou com três líderes presos e seis pessoas feridas no confronto com a polícia⁴¹.

3.2 - O caso da greve da Usina Vista Alegre

Em março de 2011, 400 trabalhadores partiram do sertão da Paraíba e do Ceará para trabalharem na colheita da cana de açúcar, na Usina Vista Alegre, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo. A seleção dos trabalhadores foi realizada por um turmeiro, o Silvio, que é funcionário da Usina. O turmeiro ou também chamado arregimentador é o principal mediador entre os trabalhadores migrantes e a organização burocrática da usina, como Setor de Recursos Humanos, os chefes dos fiscais e o engenheiro de produção. O turmeiro atua como mediador em todos os tempos, espaços e eventos que envolvam a relação dos trabalhadores migrantes com a usina, tais como seleção, exames médicos, contratação, acerto de contas, gestão do trabalho no cotidiano dos canaviais e interlocutor das reclamações e demandas dos trabalhadores, assumindo, não raras vezes, a mediação dos conflitos. Os 400 trabalhadores foram distribuídos em 10 turmas de 40 pessoas cada. A grande maioria realizava a função de cortador de cana, porém, havia também cozinheiras, fiscais e zeladores dos alojamentos. Para muitos destes trabalhadores, não era a primeira vez que faziam este trajeto. Todos os anos, algum “turmeiro” organiza os trabalhadores interessados em “tirar uma safra” e, no mês de março, seguem em ônibus para o Estado de São Paulo.

Ao serem contratados, os trabalhadores são informados do preço da cana por tonelada, quais são as exigências da usina em termos de produtividade e de qualidade da produção, das boas condições de alojamento e alimentação e assistência médica em caso de doença ou acidente de trabalho. O processo de contratação é realizado ainda no Nordeste, onde são explicados os termos do contrato para os trabalhadores aderirem. No entanto, a realidade vivenciada foi bem diferente da promessa, como relatado por Ivan, migrante do município do Barro, Ceará.

⁴¹Disponível em http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=39850&id_secao=8. Acesso em 7 de agosto de 2013.

É que a (Usina)⁴² Vista Alegre, quando ela veio contratar o pessoal aqui, eles prometeram muito pra gente né. Uma boa alimentação, boa estadia, alojamento, assistência médica. Só que quando a gente chegou lá que foi trabalhar aí a gente viu que as coisas não era aquilo que eles prometeram. Começou ser diferente, tinha muitas coisas que começou a vir com abuso, da parte deles. Daí aquilo veio gerar um transtorno e a greve no final. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

O relato de Ivan indica que as expectativas dos trabalhadores não corresponderam ao que encontraram na Usina. Em agosto de 2011, os trabalhadores do corte de cana decidiram entrar em greve pelo fato de observarem que o volume de trabalho daquele mês era o mesmo dos meses anteriores, porém, o pagamento chegou em uma quantidade bastante reduzida. O trabalhador Cid nos explica:

Pesquisador – A gente também queria saber como foi essa paralisação, por que teve essa paralisação?

Entrevistado - Preço de cana. O preço da cana tava muito baixo. Que quando foi pra gente sair daqui eles prometeram que não ia ter preço de cana de menos de dez centavos. Por metro né? Você entende. E a gente tava cortando e eles estavam pagando de oito e nove centavos muitas canas. (Ciro, cortador de cana de São José de Piranhas. Entrevista realizada em março de 2012)

O argumento de que o preço de cana fora o motivo inicial da paralisação também é apontado pelo trabalhador Valmir, que explica como se iniciou o protesto:

Pesquisador: Aí teve esse lance. O pessoal atrasou o pagamento?

Entrevistado – Não! Foi assim: Os pagamentos estavam vindo bom. Aí começou vim uns preço de cana errado. Cana que a gente cortava de quarenta centavos, estava vindo de vinte centavos. Aí os caras foi e pararam. Aí os pagamentos começaram vir baixo. No meu salário mesmo veio quatrocentos contos a menos. Aí uma turma parou, aí disse amanhã ninguém vai pra roça e não vai mesmo não. Foram atrás da Carlita. Nossa turma mesmo tava todo mundo pronto pra trabalhar na roça, o problema foi os outros. Aí a gente não ia brigar com os companheiros daqui né. (Valmir, cortador de cana de São José de Piranhas. Entrevista realizada em março de 2012).

Neste relato é possível perceber que o movimento da greve começa a partir da iniciativa de um grupo de trabalhadores e que os demais aderem seja por solidariedade ou porque apoiaram a ação adotada. Entrevistamos um trabalhador que era contra a greve, que afirmou “*os meninos acharam o pagamento ruim né, a gente parou*” (Jorge, zelador,

⁴² O uso de parênteses nas citações é para indicar adendos meus para esclarecer certas questões que ficam incompletas na entrevista.

de São José de Piranhas/PB. Entrevista realizada em março de 2012). No desenvolvimento da greve, há posicionamentos diferentes dos trabalhadores. Entrevistamos Eduardo que disse:

a gente pegou a roupa pra trabalhar e ficava uns cara [sic] lá dizendo ‘isso é um lote de babão’. Aí um monte de cara ia inventar de falar alguma coisa. É melhor ficar quieto (...). Eles diziam assim, ‘vai tirar essa roupa lote de babão, fica babando os homens aí, não sei o que’” (Eduardo, cortador de cana de São José de Piranhas. Entrevista realizada em março de 2012).

Esse fragmento de fala mostra que uma tática utilizada pelos que inicialmente apoiavam a greve foi a atribuição de símbolos identitários àqueles que continuaram trabalhando. A expressão “lote de babão” demonstra que eles estavam do lado do patrão. A expressão “vai tirar essa roupa lote de babão” pode ser interpretada como um apelo para o trabalhador sair de sua posição ao lado do patrão e se converter para o lado dos trabalhadores.

O depoimento deste trabalhador demonstra também que sua posição era desprezada pelos outros trabalhadores que aderiram à greve. Um dos líderes da greve, Ivan, conta como se iniciou o movimento:

Pesquisador– Aí vocês decidiram parar?

Entrevistado – É, a gente decidiu parar. Era muita coisa que gerou um problema pra gente. Porque a gente tinha mau trato, comida ruim, assistência de saúde deles era péssima e a cana totalmente diferente o preço. E a gente tirou um pagamento lá que todos nós ficamos satisfeito, se eu não me engano foi o pagamento do mês de julho trabalhado. Aí no pagamento do mês de agosto, deu quebra de cinquenta por cento em todos no geral. Isso a gente tinha quatrocentos e poucas pessoas lá no pessoal do corte. Isso causou uma revolta muito grande no pessoal. Porque uma diferença tão grande assim. Se em um mês se trabalha vinte e seis dias e você tira x e no outro mês os mesmos vinte e seis dias trabalhados, você recebe uma diferença de cinquenta por cento. E a gente chamou eles até pra negociar um preço da cana. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

A greve foi precedida de tentativas de negociação com o chefe imediato – o turmeiro – e com o funcionário do Setor de Recursos Humanos, que não foram eficazes, não avançando para atendimento da reivindicação dos trabalhadores.

A primeira negociação foi com o arregimentador, o responsável paulista pela contratação dos trabalhadores nordestinos. Os trabalhadores têm a carteira assinada

diretamente com a Usina ou com o fornecedor, porém, quem os administra é o “arregimentador” ou “turmeiro” que os contratou nas localidades de origem, pelo fato de conhecer o pessoal e ter desenvolvido relações mais próximas.

Por mais que a terceirização de corte de cana seja um ato combatido pelas instituições reguladoras do estado, o sistema de controle do trabalho fundamenta-se em agentes diretos como os arregimentadores e turmeiros cuja vigilância sobre os corpos, espaços e linguagem dos trabalhos é diuturna. É o chamado “gato”, que, na moderna organização das usinas, ganham novas roupagens como comenta Silva (1999) e que ainda tem funções relevantes no processo de contratação. Na ocorrência do conflito, o primeiro a buscar o controle dos trabalhadores é este agente, como nos explica Ivan:

Pesquisador– E o Sílvio?

Entrevistado – O Sílvio (o arregimentador) também! Porque eles lá servia como porta-voz. Daí quando começou a apertar a coisa mesmo, o pessoal da usina nem vinha lá, quem vinha era o Sílvio. A gente fazia proposta e mandava pro Sílvio, dizia o ajeite com o pessoal que o pagamento não é esse. Teve pessoas lá que chegou a tirar até dois mil de pagamento dois mil e pouco e depois caiu pra mil, quem tirou mil tirou quinhentos. Então não tinha condições o pagamento como foi feito. Aí eles bateram o pé e disse que o pagamento é esse aí, quem quiser trabalhar trabalha quem não quiser peça as contas. Aí foi onde gerou toda a revolta, começaram a parar aí parou todo mundo. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013)

O arregimentador foi o interlocutor durante todo o tempo, sobretudo nos momentos mais críticos. A estratégia inicial foi o diálogo com o turmeiro, chefe imediato e de maior proximidade, na expectativa de que ele seria sensível à reclamação dos trabalhadores e encaminharia alguma solução junto aos chefes superiores da usina, como os funcionários do Setor de Recursos Humanos. No entanto, a mediação não resultou em uma possibilidade de negociação, mas em uma tentativa de fazer os trabalhadores se calarem, através da ameaça de demissão, caso não aceitassem o valor do pagamento.

Os trabalhadores não se intimidaram e decidiram parar como uma estratégia de serem ouvidos e conquistarem seus pleitos. Nesse momento, o Setor de Recursos Humanos dialogou diretamente com os trabalhadores, como relatado por Ivan:

Pesquisador– Aí parou o primeiro dia e eles continuaram negociando com vocês e o Sílvio?

Entrevistado – É, a gente parou primeiro dia, aí apareceu gente da usina. Mas como a gente já tava ciente de que eles não iam ajeitar o pagamento do pessoal, já fomos procurar o pessoal do ministério. E nisso veio um rapaz da usina lá que era diretor de recursos humanos e representava a usina e que gerenciava lá dentro. E já veio com uma conversa totalmente diferente. A ideia deles é que

a gente fosse trabalhar, mas só que a gente poderia até voltar a trabalhar, mas só que a gente queria que eles ajeitasse o nosso pagamento. Mas aí eles falavam que o pagamento era aquele mesmo (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Neste processo, Ivan detalha como se dava a organização dos trabalhadores. Alguns trabalhadores já haviam participado de outras greves e também conheciam pessoas do sindicato, como a sindicalista Carlita, Diretora do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, que foi convocada para auxiliar na paralisação.

Embora tenham desenvolvido uma ação dentro da ordem estabelecida, ou seja, sem cruzar os braços, não foram ouvidos pelos mediadores da usina. A emergência da greve foi compreendida como uma estratégia necessária para expressar seu sentimento de indignidade e lutar contra o roubo na produção.

A greve emerge como uma “ação espontânea”, ou seja, resultado dos próprios trabalhadores, sem mediação de lideranças do sindicato ou de outros movimentos sociais. Estamos assumindo aqui a nomeação adotada pelos trabalhadores para essa ação coletiva “greve”. Ao entrevistarmos a Presidente do Sindicato de Cosmópolis, que foi chamada para dar apoio e orientação aos trabalhadores, ela nos explica que é uma paralisação e não propriamente greve:

Entrevistada - A gente chama paralisação porque a greve é mais intensa, ela pode ser de dez/quinze dias, agora as paralisações ocorrem três, quatro ou cinco dias e já para. Então não considero isso como greve, é uma paralisação. Geralmente ela ocorre no pé do eito, no local de trabalho mesmo, ela permanece localizada, o pessoal vai de manhã, fica lá, quando são migrantes, fica no alojamento, mas não saem para a cidade, paralisando tudo. (Carlita, Presidente do Sindicato de Cosmópolis. Entrevista realizada em 29 de julho de 2013).

Embora seja uma paralisação espontânea, sem a direção de lideranças do sindicato ou de outras organizações, podemos observar a partir dos relatos dos grevistas, que havia uma organização, como nos explica Ivan:

Pesquisador– Aí vocês tinham uma equipe que coordenava os trabalhadores?
Entrevistado – Não, era cada um por si. Como o problema era com todos e como a gente vai em equipe, então a gente tem muitos conhecidos e sempre se junta. E como a gente vai trabalhar todos os anos, nós sabemos a capacidade da gente. E víamos que não tinha condições da gente trabalhar ganhando bem menos do que o esperado. Então foi onde começou formar aqueles grupos de pessoas que não concordava com o pagamento e desejavam parar. E sempre tinha uns que era pela usina, mesmo sabendo que a usina errada eles querem correr junto à usina e continuar trabalhando. Daí o outro grupo já dizia que tinha que parar todo mundo. Porque se um vai trabalhar é o que eles querem,

daí ao invés de corrigir o erro que estão cometendo, eles vão querer punir, mesmo estando errado. Então eles vão dizer que trabalho tem, mas o trabalhador que não quer trabalhar, então eles vão punir. E como eles vão punir? Vão botar uma falta lá, um gancho, que eles chamam de gancho, eles cortam remunerado da semana, vêm os dias em que você não ganha nada, cortam cesta básica, daí se você for trabalhar ,você vai ganhar em torno de vinte, trinta reais num dia. Aí se você falta um dia, eles fazem um desconto que, quando chega o final do mês, fica em torno de duzentos, duzentos e cinquenta a trezentos reais, é uma coisa que é fora do comum. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Há quatro elementos importantes nesta narrativa. Primeiro, o fato dos trabalhadores serem “conhecidos”, ou seja, são parentes, amigos, vizinhos cujos laços sociais remetem às suas localidades de origem, são dos mesmos sítios, bairro ou municípios no Sertão da Paraíba e do Ceará. Isso constitui uma base social de confiança e de reciprocidades para a ação coletiva. Segundo, eles não são “marinheiros de primeira viagem”, mas são trabalhadores experientes nas usinas e conscientes de sua “capacidade”, que podemos compreender em diversos sentidos, tanto da capacidade produtiva quanto da sua importância para as usinas, afinal, sem cortador de cana em quantidade e qualidade no período da safra, a moagem pode ficar comprometida.

Terceiro, o comentário sobre a greve circulava entre os trabalhadores gerando posições favoráveis e contrárias. A estratégia organizativa para dar uma base inicial de ação coletiva foi formar grupos de trabalhadores que eram a favor da greve, que estavam assumindo o risco de levar gancho. Isso permitiu uma mobilização inicial e outros trabalhadores foram aderindo e parando. Quarto, a motivação para a greve não é propriamente uma reivindicação de maior salário, mas se fundamenta em uma noção de justiça, ou seja, de que o salário era menor do que a produção em toneladas de cana cortada.

O Documentário *O Conflito*, dirigido por José Roberto Novaes, exhibe um momento em que a sindicalista Carlita discute com o arregimentador Sílvio. Os dois estão sobre um barranco e, mais abaixo, no pátio, um grupo de mais de 50 trabalhadores assiste.

Sílvio fala: - “eu não sou ladrão”.

Em seguida, um sindicalista do sindicato de Cosmópolis, César, falou aos trabalhadores: “O Sílvio tá dizendo que não é ladrão, e a gente quer acreditar. Mas olhando os holerites de vocês, e vendo que sendo cana crua, cana queimada, cana de primeiro corte, cana de segundo corte, todas as canas o preço é só dez centavos, não dá

pra chamar isso de outra coisa”. César estava se referindo ao fato de que isso seria uma forma de roubo da Usina e do arregimentador”.⁴³ Os trabalhadores gritaram e aplaudiram o sindicalista.

Os trabalhadores migrantes reivindicavam um pagamento justo, a frase: “*víamos que não tinha condições da gente trabalhar ganhando bem menos do que o esperado*” indica uma percepção da diferença entre o preço justo da cana, que foi o prometido pela usina, e a quantidade produzida. Assim, não há propriamente uma reivindicação por maior salário, mas apenas do cumprimento do que é justo. Baseado na noção de economia moral de James Scott (1976), entendemos que a noção de justiça não é um *a priori* na orientação da conduta e percepção dos grupos sociais, mas é uma construção de grupos sociais em situações de dominação específicas.

No referente às relações de exploração no trabalho, o julgamento varia em uma escala gradativa do que é concebido como justo e legítimo. Se os grupos que estão em situação de dominados avaliam uma relação de desigualdade, de poder, de exploração como uma ‘troca equilibrada’⁴⁴, é porque responde às suas expectativas. Scott (1990) propõe uma diferença entre frustração e indignação, para explicar a motivação das formas de resistência, seja do discurso oculto ou público, como é o caso da greve. Entendemos que a greve representa uma passagem de um discurso oculto para um público, ela explicita, torna visível de modo coletivo e com enfrentamento dos detentores do poder o sentimento do “roubo”, o qual é recorrentemente e cotidianamente expresso por cortadores de cana através de práticas de dissimulação que tentam amenizar essa forma de exploração⁴⁵.

⁴³ O documentário também exhibe as condições dos alojamentos, os colchões e travesseiros estragados, as péssimas condições dos ônibus que transportam os trabalhadores para os canaviais e também o reservatório de água que abastece o alojamento, que fica localizada logo abaixo de uma fossa; a poça de água se apresenta com uma camada de sujeira na superfície, indicando para qualquer leigo que não está em condições para o uso humano.

⁴⁴ “[...] the idea of a balance of reciprocity or a balance or exchange implies a continuum of possible links, ranging all the way from equality of exchange to unreciprocal relationships of pure coercion” (Scott, 1976:174).

⁴⁵ Ferrante na análise das greves dos boias-frias da década de 1980 em São Paulo, esboça uma compreensão da relação entre práticas do discurso oculto e público, embora nos textos a autora não utilize terminologia conceitual de James Scott: “Importantes descobertas se fizeram presentes nesse movimento. Pequenas lutas, movimentações que ocorriam de modo quase silencioso, traços distintivos de práticas sindicais passaram a exigir mudanças do entendimento da realidade, que não ocorreram magicamente. Seu passo a passo registra um duplo movimento: de um lado, minhas buscas de fazer visível o que se ocultou, de ouvir, através de registros de arquivos, dos árduos processos trabalhistas, as falas dos atores, de entender a dominação não

No início da paralisação, não procuraram o sindicato local nem outro agente e instituição no município, mas telefonaram para a Presidente do Sindicato de Cosmópolis, a Senhora Carlita, que tem uma boa imagem entre os trabalhadores migrantes pelo fato de sua atuação política na defesa dos trabalhadores.

Em entrevista que realizamos com Carlita⁴⁶, ela conta como foi o contato:

Eu tava aqui no sindicato e ligaram, mas eu não podia ir naquele dia. Aí depois passou uns quatro dias, eles vieram aqui, veio dois ou três trabalhadores e eu combinei de ir no dia seguinte. Eles disseram que estavam parados. Aí fomos e fizemos um trabalho legal, porque eu falo assim: esse povo que consegue paralisar e botar a cara de fora são guerreiro na atual conjuntura. Eu valorizei muito o que eles fizeram. (Carlita, Presidente do Sindicato de Cosmópolis. Entrevista realizada em 29 de julho de 2013)

A Usina Vista Alegre não está na base do Sindicato de Cosmópolis, por esse motivo, Carlita consultou o Presidente da FERAESP, Sr. Helio Neves, que concordou que ele acompanhasse os trabalhadores. A Sra. Carlita chamou o Ministério do Trabalho e a Procuradoria para ajudar na orientação aos trabalhadores. Essa sindicalista tem buscado em suas ações o apoio do Ministério e Procuradoria, pois entende que ela tem legitimidade, mas essas instituições têm muito mais poder.

Os auditores do Ministério do Trabalho e o procurador do Trabalho de Sorocaba foram acompanhar a mobilização dos trabalhadores e fiscalizar as condições de trabalho e alojamento. Também entrou em cena a advogada e uma funcionária do escritório da FERAESP em Itapetininga. Nos relatos dos trabalhadores, as presenças dos quatro atores aparecem compondo o cenário dos mediadores:

Procuramos o ministério, lá o pessoal que foram procurar o ministério lá não foram bem recebido. Já apareceu o cara da usina, já foi lá conversar com o pessoal do ministério dizer que era o pessoal que tava se recusando a ir trabalhar. Daí o pessoal já foi procurar o sindicato dos trabalhadores, que é uma área que fica lá em Cosmópolis. Pegar a Doutora Carlita e assim lá ela recebia o pessoal bem e se comprometeu em resolver os problemas da gente. É tanto que ela veio aparecer lá uns dois dias depois, quando ela chegou lá foi que fechou mesmo, que ela disse não aqui tá tudo errado e não pode ser dessa forma ninguém vai trabalhar e começou a falar o que a usina tinha que acertar com agente. E a usina botaram o pé também e vamos partir pra reunião. Depois começou a embolar e passar os dias. E o sindicato com a usina começaram a negociar. Aí veio aparecer o ministério do trabalho aí apareceu outro pessoal

como um pacote homogêneo e castrador, mas um conjunto de respostas igualmente modificadas na espreita de sinais de resistência” (FERRANTE, 1989/90, p.75).

⁴⁶ Entrevista realizada pela Professora Dra. Marilda Aparecida de Menezes.

que é da FERAESP de Itapetininga e começaram negociar. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

O documentário “O Conflito”, que retrata a greve dos cortadores de cana da Usina Vista Alegre, foi dirigido por Novaes, que foi informado da greve pelos sindicalistas de Cosmópolis e, então, foi até Itapetininga com um cinegrafista da Unicamp para entrevistar os trabalhadores e fazer imagens das mobilizações. No filme, também são incluídas imagens captadas pelos trabalhadores, através de seus aparelhos celulares.

No documentário, há entrevistas dos trabalhadores, explicando os motivos da greve; há momentos em que a sindicalista Carlita discursa para um grande grupo de trabalhadores, que escuta atentamente as orientações por ela proferidas. Há também uma entrevista com o Procurador do Ministério Público do Trabalho de Sorocaba, que relata que foi acionado pela FERAESP.

Os mediadores tendiam ao atendimento da reivindicação do pagamento justo e o retorno ao trabalho. No entanto, para os trabalhadores, a motivação inicial tinha sido o roubo no pagamento, mas no processo mesmo da paralisação, vai se gestando um desejo de reivindicar o acerto de contas e o direito de retornar às suas casas. Observamos, em outros contextos, que, quando os trabalhadores se envolvem em ações de enfrentamento às condições de exploração e dominação em usinas, eles contam com a possibilidade de retornar às suas casas (MENEZES, 2002).

Ivan nos explica que o desejo de ir embora é porque eles têm medo de que as condições de exploração continuem. Mas entendemos também que deixar a usina no auge da safra também se expressa como uma ação de resistência, como uma arma dos fracos contra os fortes nos termos propostos por Scott (1990). O relato abaixo nos dá elementos para compreender o sentimento e percepção dos trabalhadores:

Eu que estava na frente junto com o pessoal achei que aquilo ia ser resolvido, que eles iam acertar os pagamentos e diante daquilo ali tinha muitos que estavam revoltados e não queria mais trabalhar. Porque eles achavam que se fossem trabalhar o pessoal da usina ia continuar fazendo da mesma forma. E geralmente é assim, quando um desanima, quer vir embora, aí vai um atrás do outro. Porque o pessoal que vai para o corte de cana é mais em família, vai um, aí leva um irmão, um primo, cunhado, tio, sobrinho. Aí quando chegar, diz não eu não vou embora pra deixar meu irmão sofrendo aqui. Aí o outro diz ah, o meu tio vai, eu vou também. Aí ficou aquela coisa, nós vamos embora. Eles não queriam negociar pra gente vir embora, eles queriam negociar pra gente voltar a trabalhar. A intenção de Carlita era essa. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Os trabalhadores já tinham uma clareza do que queriam, no entanto, agora era apenas mais um ator no cenário de outros atores que também tinham seus interesses específicos e formas diferenciadas de conduzir a negociação entre trabalhadores e usina. O trabalhador tinha pressa, queria uma solução rápida, mas o tempo dos atores é outro, levando a greve durar 17 dias.

Só que ninguém era obrigado ficar trabalhando forçado. Porque se fosse pra gente ficar lá, a gente ia ficar forçado. Por que trabalhar sem intenção? Trabalho, por pior que seja a pessoa tem que trabalhar com gosto, com prazer, sentir vontade de fazer. Se você não tiver vontade, então não adianta. Porque você tá trabalhando, pensando que o cara está lhe roubando, ei diz eu não fico e não fica mesmo. E lá no começo, eu digo não, eles vão resolver né. Eles estão agindo de boa forma e vão resolver essa questão, mas só que, com o decorrer do tempo, eu mesmo vim ver que eles estavam trabalhando individual. O ministério queria trabalhar de uma forma, o sindicato de outra forma e a FERAESP também. Cada um queria fazer do seu jeito, porque era uma questão muito grande. O pessoal entre cortador zelador, cozinheiro, era em torno de quatrocentos e trinta pessoas. Então, aquele que conseguisse resolver a questão seja FERAESP, ministério ou sindicato. Eles iam crescer o nome na região, por isso que eles trabalham individual. Porque eles deveriam trabalhar em conjunto, a condição de trabalho aqui está difícil e vamos ajeitar. Ai sim teria sido muito fácil e tinha conseguido resolver de uma hora pra outra. Mas o sindicato trabalha de uma forma, a FERAESP de outra, aí fica difícil. E acabou que a gente ficaram dezessete dias de sofrimento. As cozinheiras foram dispensadas, as cozinhas foram fechadas. E também o dinheiro das cozinheiras é muito pouco, a comida é péssima. Que também as cozinheiras não tinha tanta culpa (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

O trabalhador Ivan relata o momento em que ele, enquanto representante dos trabalhadores, como líder da greve, foi ao escritório do Ministério do Trabalho juntamente com um integrante da FERAESP:

Aí quando eu cheguei lá com o Ciro da FERAESP, eles começaram a conversar como já fossem conhecidos há muito tempo. Ele disse “É Ciro, esse pessoal aí, a usina depositou tanta confiança neles. Foram lá no Nordeste dar serviço pra eles aqui, eles foram logo com desordem dentro da usina, queriam botar fogo, aí fizeram aí essa muvuca toda e terminou nisso aí. Agora eles estão aí nessa canseira”. Aí eu disse: Dr. Celso, eu não vou dizer que o senhor está mentindo porque é uma falta de respeito com a sua pessoa, mas eu acho que o senhor está muito equivocado. Eu tive à frente de todo trabalho dentro da usina, representando o pessoal e lá não houve essa manifestação desse pessoal não, querer atirar fogo em alojamento nem em ônibus não. Muito pelo contrário, a parte que a gente mais se preocupava era em danificar a usina. Porque a gente tem certeza que se fizesse isso seria crime e a gente ia ter que arcar com isso aí depois. Então a gente não queria danificar material de ninguém, a gente queria buscar os nossos direitos. Aí eles desconversou e ficou em nada. Aí foi onde eu tirei a conclusão de que eles estavam fazendo cada um por si. Porque era uma causa muito grande, quem fizesse ia ganhar respeito com isso aí. Agora se a FERAESP deixou a desejar, foi quem fez mais por nós. Pelo menos

eles acompanharam a gente até na hora de viajar a doutora Adriana esteve presente com a gente lá e mais uma auxiliar dela. Pra mim, foi uma ótima pessoas, apesar do que vem acontecendo até ali foi uma ótima pessoas. Eu não sei, cara, mas possa ser que eu receba alguma coisa. (Ivan, cortador de cana de Barro/CE. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Esse fragmento de fala evidencia o jogo dos atores no cenário da greve dos trabalhadores migrantes. Observamos certa crítica negativa em relação à atuação do agente do Ministério do Trabalho, mas embora indique falhas dos agentes da FERAESP, evidencia que foram eles que efetivamente os defenderam.

É importante observar que a Presidente do Sindicato de Cosmópolis, a Sra. Carlita, que foi acionada no início da greve devido ao respeito e confiança que os trabalhadores migrantes lhe tinham, desapareceu de cena. De fato, ela teve um papel importante em mobilizar todos os atores, no entanto, na fase de negociação com a usina para os acordos finais, a FERAESP, enquanto instituição oficial representante dos empregados rurais do Estado de São Paulo, assumiu a liderança, dispensando a presença de Carlita. É nesse jogo de disputa entre atores, que os representantes da FERAESP ganham mais legitimidade entre os trabalhadores migrantes.

Esse jogo entre os atores e a busca por legitimidade institucional é captado na frase de Ivan: *“aí foi onde eu tirei a conclusão de que eles estavam fazendo cada um por si. Porque era uma causa muito grande, quem fizesse ia ganhar respeito com isso aí”*.

O documentário *O Conflito* mostra que, no diálogo entre a Usina, a FERAESP e os trabalhadores, foi possível chegar ao acordo de demissão dos trabalhadores com pagamento das indenizações trabalhistas e também com acerto dos pagamentos atrasados. Após 17 dias de paralisação, chegou-se a um acordo para finalizar a greve. Os trabalhadores optaram pela demissão, pois a maioria queria voltar para o Nordeste. A Usina financiou os ônibus que levaram os trabalhadores para suas casas na Paraíba e no Ceará e também pagou uma parte do acerto de contas em São Paulo e a outra parte alguns meses após, na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB. As últimas cenas do documentário exibem o momento em que os sindicalistas e um dos líderes da greve, o Ivan, organizam os momentos dos encaminhamentos, após o resultado positivo das negociações, em que os trabalhadores alcançaram seu pleito, ser demitidos e recuperar os pagamentos. Um trabalhador começa a gritar e os demais em coro o seguem dizendo “o povo, unido, jamais será vencido”.

O desfecho da greve foi a conquista que os trabalhadores queriam, ou seja, sair da usina com os direitos e retornarem às suas casas. Assim, tanto mostraram sua força política colocando a usina em situação frágil perante o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, quanto revelaram que são capazes de mobilização e ação coletiva de forma autônoma e espontânea.

Algumas questões merecem uma reflexão, teriam os trabalhadores perdido a autonomia e outros atores ganhado espaço político? Podemos caracterizar esse movimento como espontâneo diferenciando-se de um movimento conduzido pelo sindicato? Que aspectos da territorialidade camponesa podemos perceber neste movimento espontâneo de greve?

Sobre a autonomia, entendemos que não há propriamente perda mais de diferentes significados nos tempos e espaços diferenciados da mobilização. Se a negociação final é marcada pela negociação entre FERAESP e a usina, não significa uma perda de autonomia para os trabalhadores, já que esse ato final é resultado de uma ação coletiva promovida pelos trabalhadores e o fato de conquistarem a sua reivindicação demonstra a capacidade de liderança. As greves dos “boias-frias” que marcaram a década de 1980 também foram marcadas por ações dos trabalhadores e não conduzidas pelas lideranças sindicais. Há diversas visões sobre a relação entre esses atores⁴⁷, concordamos com a perspectiva de Ferrante em seus textos (1988; 1989/90; 1994) sobre o ciclo de greves nas usinas do Estado de São Paulo na década de 1980. Ela questiona algumas polaridades como espontâneo e organizado e defende a idéia de atores múltiplos:

Em cada uma das lutas, em cada acontecimento coletivo, os pesquisadores tendem a ver atores integrais se fazendo sujeitos através de suas práticas. Não há mais qualificações bipolares tipo espontâneo/consciente, lutas econômicas/lutas políticas, práticas de fôlego curto/amplo, pelo menos como qualificações prévias. Não há também, portanto, hierarquias de importância políticas previamente estabelecidas. Não há mais 'consciência' atribuída e, portanto não há mais 'adequação' ao oposto." (20: 67). Com esta noção de atores múltiplos, integrais, cujo coletivo se forma pela articulação das diversas situações de dominação contestadas por seus movimentos, a avaliação do que "as classes populares são perde o sentido, para se transformar numa avaliação daquilo que os grupos estão enfrentando e estão sendo. (FERRANTE, 1989/90, p.74)

Sobre a organização da greve, merece destaque que não chamaram a representação sindical do município de Itapetinga, demonstrando o não reconhecimento das lideranças

⁴⁷ Ver Claudinei Coletti. A Estrutura Sindical no Campo, Campinas, Ed. UNICAMP, 1998.

desse sindicato, mas, ao chamar uma liderança reconhecidamente e legitimada entre os trabalhadores, demonstram o reconhecimento da representação dessa liderança e do Sindicato dos Empregados Rurais. Esses detalhes nos mostram que é temerária uma interpretação que contraponha trabalhadores aos sindicatos, mas antes que suas ações políticas também possam ter desdobramentos sobre a representação e ação sindical. Novamente concordamos com Ferrante quando evidenciava a diferenciação dos sindicatos no período do ciclo de greves da década de 1980, que teve como marca a Greve de Guariba em 1984:

Afinal, o trabalho de resgatar invisibilidades nos trouxe como legado o desafio de trabalhar com uma montagem na qual faz-se necessário caminhar analiticamente sobre as diferenças em termos de concepções, trajetórias e desfechos. Assim como revelou-se nesse percurso a impossibilidade de discutir a ação dos boias-frias, homens-mulheres, em um bloco homogêneo, também os sindicatos, peças ausentes ou presentes no cenário das lutas, devem ser analisados em movimentos sob a ética de diferenciação de suas práticas. (FERRANTE, 1989/90, p.81)

Sobre o caráter espontâneo da greve, merece algumas problematizações. É espontâneo no sentido estrito de que a motivação e o início da mobilização não foram conduzidos por liderança dos sindicatos. No entanto, essa forma não significa que não tenha havido organização e liderança.

Um processo semelhante a estes movimentos espontâneos, narrados neste capítulo e comentados também por Candido Silva (2011), vem acontecendo também na África Austral, tendo como destaque a greve de Marikana, na África do Sul, em agosto de 2012, que terminou com o massacre de 34 mineiros, boa parte deles trabalhadores migrantes, assassinados pela polícia (ALEXANDER et.al, 2013). Tais movimentos têm sido chamados de *wildcat strikes* ou “greves de gatos selvagens”, em tradução livre, devido ao seu caráter espontâneo e astuto. Como comenta Laterza (2015, p.165): tratam-se de “uma forma de mobilização de trabalhadores fora do processo formal de autorização dos sindicatos e acontece fora do quadro legal de barganha coletiva”. O fato dos empresários terem poder suficiente para demitir os trabalhadores que entrarem em greve, faz com que a linha entre a legalidade e a não legalidade das greves seja muito tênue. Os sindicatos tendem a entrar posteriormente para mediar os conflitos criados neste tipo de mobilização. De acordo com Laterza (2015, p. 166)

O foco analítico aqui é observar que as greves emergem e se espalham espontaneamente, sem o planejamento coordenado pelos sindicatos formais, onde a dinâmica de organização da multidão tem um papel fundamental no desenvolvimento e dissolução da ação coletiva. Os termos “gato selvagem” ou “greve de gatos selvagens” são usados

sobretudo para se referir a tais instâncias da ação coletiva. (LATERZA, 2015, p.166)

A semelhança entre os movimentos espontâneos dos cortadores de cana, com as greves espontâneas dos migrantes austro-africanos, entre outros aspectos, é de que são movimentos de resistência dos trabalhadores, que podem ser demitidos pelo patronato caso organizem as greves e, por isso, fazem de maneira espontânea, para driblar este tipo de punição. Outro aspecto semelhante é o fato dos sindicatos entrarem em cena depois do movimento já deflagrado.

No caso da greve na Usina Vista Alegre, podemos sintetizar a organização do movimento nas seguintes etapas: 1) os trabalhadores insatisfeitos com os pagamentos decidiram parar, motivados por um sentimento de injustiça; 2) o primeiro ator a negociar com os trabalhadores foi o “turmeiro”, ou seja, o agente que foi para o Nordeste recrutar as turmas; 3) como o “turmeiro” não resolveu o problema, as negociações passaram a ser diretamente com o Setor de Recursos Humanos; 4) buscar apoio na liderança do Sindicato de outra cidade, que é referência de luta dos trabalhadores da cana; 5) esse sindicalista mobiliza o Ministério do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho; 6) a FERAESP entra em cena; 7) acontece a disputa entre os atores pela representatividade dos trabalhadores: MPT, FERAESP, Sindicato, Turmeiro.

Sobre as lideranças, um aprendizado dessa greve é o surgimento de lideranças que se constroem no próprio fazer-se da mobilização e da construção da ação coletiva. Ivan, que foi nosso principal narrador neste capítulo, despontou como uma liderança importante, tornando-se o interlocutor no cenário dos atores. Por fim, os trabalhadores optaram em voltar para seus municípios no Sertão da Paraíba e Ceará e a usina pagou uma parte da dívida ainda em São Paulo e a outra parte alguns meses após, na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB.

O fato dos trabalhadores estenderem a faixa a afirmarem “queremos voltar para a nossa terra”, permite-nos fazer algumas ponderações sobre a territorialidade camponesa que se expressa em diferentes situações, nas relações que estes trabalhadores estabelecem. Como explica Marco Aurélio Saquet:

A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biologicamente e socialmente. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de

cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações. (SAQUET, 2013, p. 129)

A expressão “queremos voltar para nossa terra” indica que, entre outras possibilidades de análise, estes trabalhadores têm um lugar, pertencem a um lugar, compõem e são compostos por uma territorialidade que se expressa em seu agir cotidiano, mesmo que estejam a muitos quilômetros de seu lugar de origem, seu lugar de pertencimento, neste caso, o Sertão Paraibano.

A greve indica também, que estes agricultores do sertão, quando se encontram no “meio do mundo” e se veem injustiçados, em outras palavras, tem sua noção de justiça ferida, aceleram a possibilidade de entrar em conflito. A greve e o conflito não são os primeiros recursos utilizados. Primeiramente buscou-se uma resolução através do diálogo, que não surtiu efeito e fez com que os trabalhadores tomassem atitudes mais enérgicas.

A greve e a resolução da greve, com a inegociável proposta dos trabalhadores de voltaram para suas cidades de origem, indica também um cansaço, tanto do ponto de vista físico, pelas longas e exaustivas jornadas de trabalho nos canaviais, quanto do ponto de vista da relação com este mundo social, ou seja, um cansaço com o arremetedor que “enrola”, com os sindicatos e agentes do estado que disputam a representatividade, com a usina que ao lhes roubar o valor monetário feriu sua noção de justiça.

O lema “queremos voltar para a nossa terra” ou em outras palavras, “queremos voltar para o nosso Sítio”, pode ser lido também como um clamor para voltar para um mundo em que eles estão mais acostumados a lidar, no qual foram socializados, no território no qual sua noção de justiça é respeitada e os faz se sentirem mais seguros e confortáveis. No entanto, isso não quer dizer que o território do Sertão, ao qual eles sentem pertencimento, esteja imune do conjunto de contradições sociais que os empurra para ganhar a vida fora dali.

Neste sentido, os próximos três capítulos estão dedicados a compreender as transformações que aconteceram a partir da década de 1980 no Sertão Paraibano, para construir uma noção sobre este “morar no sítio” que faz parte da condição de reprodução social destas famílias de agricultores.

CAPÍTULO 4 - TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS

Uma das tarefas postas aqui para compreender a reprodução social das famílias de agricultores do Sertão Paraibano foi de descrever algumas transformações territoriais que aconteceram nas últimas três décadas a fim de alargar a visão sobre a atuação destas famílias no que diz respeito à mobilidade territorial, ao acesso ao trabalho e à terra e a outros ganhos que venham a compor suas condições econômicas e sociais. A perspectiva de território adotada nesta pesquisa, baseada em Haesbaert (2007), já exposta na introdução deste trabalho, agrega uma compreensão tanto no âmbito material quanto simbólico. Em outras palavras, território no âmbito físico pode ser visto como a terra, mas também no âmbito simbólico, pode-se ver as relações sociais e os significados que as pessoas dão para estas relações e para a apropriação do território, o que se faz sobre a terra, como é o acesso à terra, etc.

Este capítulo busca elencar algumas transformações territoriais, alguns fatos e acontecimentos registrados em São José de Piranhas, a fim de ter elementos para compreender o cenário das migrações sazonais e da reprodução social destas famílias.

O recorte histórico feito aqui contempla o período posterior à década de 1980, pois, de acordo com nossos levantamentos, através de entrevistas e relatos orais, é no final da década de 1980, em que os primeiros trabalhadores passam a migrar para a colheita da cana de açúcar no Estado de São Paulo. Como estamos observando o processo de reprodução social das famílias a partir dos recortes da migração, do trabalho e da territorialidade, pareceu interessante recortar este período histórico para observar algumas mudanças. Dessa maneira, a primeira parte deste capítulo é voltada para confeccionar algumas informações da formação histórica e da ocupação do espaço agrário do município. Posteriormente, iremos nos deter em observar alguns aspectos da estrutura agrária, da produção agrícola e pecuária e também das políticas sociais existentes no município e que são acessadas pelas famílias que estamos pesquisando.

4.1 – A formação do espaço agrário e as situações de trabalho no campo

Nossa busca para compreender o mundo social dos camponeses trabalhadores migrantes nos levou ao Sertão Paraibano, ao município de São José de Piranhas. Há muito o que se falar dos municípios do interior brasileiro. Existem 5570 municípios no Brasil,

destes, 4074 têm até 20 mil habitantes, onde vivem 32.660.256 pessoas, o que corresponde a 17% da população total do país. A maioria da população destes municípios vive em zonas urbanas, ainda que a taxa de urbanização seja menor neste extrato de municípios em relação aos municípios maiores. Como regra geral, quanto mais populoso for o município, maior é sua taxa de urbanização (IBGE, 2010).

Dos 223 municípios paraibanos, apenas 32 têm a população acima de 20 mil habitantes, onde vivem 61% da população deste estado. São José de Piranhas é o 33º município mais populoso da Paraíba, com 19099 habitantes e faz parte dos 191 municípios que têm menos de 20 mil habitantes e que juntos contém 39% dos habitantes da Paraíba.

Certamente há muitos elementos sobre São José de Piranhas e de outros municípios da Paraíba a serem tratados. Cada lugar carrega sua história, seus grupos sociais, seus costumes, suas particularidades. Neste capítulo, nosso objetivo é observar a localização geográfica, as mudanças no âmbito agrário, a produção agrícola, o papel dos programas sociais de transferência de renda. Estes elementos são importantes para perceber o que tem acontecido do município após o período de decadência do algodão e servem para descrever o contexto no qual muitos trabalhadores rurais passaram a se inserir em rotas de migração sazonal.

São José de Piranhas está localizado na microrregião de Cajazeiras⁴⁸, na mesorregião do Sertão Paraibano⁴⁹, no estado da Paraíba, Região Nordeste do Brasil. Faz limite com os municípios de Cachoeira dos Índios, Cajazeiras e Nazarezinho ao norte; Carrapateira e Aguiar ao leste; São José de Caiana, Serra Grande e Monte Horebe ao Sul e Barro/CE ao oeste. (Ver mapas nos Anexos 1 e 2).

⁴⁸ A Microrregião de Cajazeiras é composta pelos municípios de Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo, Uiraúna. Esta microrregião tem uma área de 3.423,125 km² e conta com uma população de 174.671 habitantes (IBGE, 2010).

⁴⁹ É composta por 83 municípios, divididos em sete microrregiões. Sua área territorial é de 22.720,482 km², tendo 893.108 habitantes (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do Censo de 2010, a população deste município é de 19.096 habitantes, sendo que 8.301 vivem na zona rural e 10.795 residentes na zona urbana.

Quadro 07: População Residente em São José de Piranhas/PB na Zona Urbana e Zona Rural: total e por sexo.

Ano	Zona Rural	Zona Urbana	Homens Zona Rural	Homens Zona Urbana	Mulheres Zona Rural	Mulheres Zona Urbana
2010	8.301	10.795	4.312	5.217	3.989	5.578

Fonte: IBGE, 2010.

O município tem a 33ª maior população da Paraíba, a 9ª maior população da Mesorregião do Sertão Paraibano e a 2ª maior população da Microrregião de Cajazeiras. Em termos de população residente na zona rural, São José de Piranhas tem a 23ª maior população rural nos municípios da Paraíba, a 4ª maior população rural da Mesorregião do Sertão Paraibano e a 3ª maior população rural da Microrregião de Cajazeiras.

Em termos de números absolutos, a população do município vem crescendo continuamente desde o ano 1996, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 08: População de São José de Piranhas 1970-2010

Ano	São José de Piranhas	Paraíba	Brasil
1970	16.729	2.382.463	93.134.846
1980	18.030	2.770.346	119.011.052
1991	17.625	3.201.114	146.825.475
1996	16.901	3.290.081	156.032.944
2000	17.876	3.443.825	169.799.170
2007	18.898	3.641.395	183.987.291
2010	19.096	3.766.528	190.755.799

Fonte: IBGE.

No período de 1991 a 1996, a população municipal diminuiu em 724 pessoas. Porém, no período posterior, a população voltou a crescer. Ainda em termos de população, de acordo com os dados do IBGE, a população da zona rural, em 1970, representava 80,84% do total da população do município, ao passo que, em 2010, a população rural estava em 43,47% do total.

Quadro 09 – População Urbana x Rural em São José de Piranhas 1970-2010

Ano	População Urbana (%)	População Rural (%)
1970	19,16	80,84
1980	23,97	76,03
1991	34,47	65,53
2000	45,37	54,63
2010	56,53	43,47

Fonte: Pesquisa de Amostra por Domicílios, IBGE.

Como podemos perceber, a inversão populacional ocorreu no período entre 2000 a 2010, São José de Piranhas passou a ter mais população morando na zona urbana do que na zona rural.

São José de Piranhas está entre os 170 municípios paraibanos que fazem parte da área de abrangência geográfica do clima semiárido, caracterizada: pelas precipitações pluviométricas médias anuais iguais ou inferiores 800 mm; pela insolação média de 2.800 h/ano; pelas temperaturas médias anuais 23 a 27°C; pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade (espaço/tempo), ou seja, as chuvas ocorrem em um período de dois a quatro meses e não são uniformes, em determinados pontos geográficos, pode chover mais que, em outros, pode não chover. O ecossistema desta região é a Caatinga. Os solos, em sua maioria, são areno-argilosos. Em termos de água, o semiárido é caracterizado por limitações pluviométricas e baixa retenção dos solos, pela presença de rios temporários, de águas subterrâneas em bacias sedimentares de boa vazão e qualidade. A região do semiárido agrega 57,53 % da área territorial da Região Nordeste e congrega 40,54 % da população nordestina, sendo responsável por 21,6 % de seu PIB (SUDENE, 2014)⁵⁰. Fazem parte da região semiárida 1033 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. (Ver mapa da Região de Clima Semiárido no Anexo 3).

A ocupação do espaço agrário de São José de Piranhas faz parte da história de ocupação do espaço agrário do interior da Região Nordeste. Na leitura deste processo

⁵⁰ Informação obtida no Sítio Oficial da SUDENE. Disponível em <http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao-da-sudene/semiariado> e em http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/Portaria_inter_01.pdf. Acesso em 10 novembro 2014.

histórico, temos chaves para entender as formas de apropriação da terra e as relações sociais no meio rural.

Manuel Correia de Andrade (1986), no livro *A terra e o homem no Nordeste*, explica que a colonização europeia se instalou no litoral do Nordeste no século XIV e desenvolveu a exploração da cana de açúcar. O processo de colonização do interior da Região Nordeste se deu pela interiorização da criação de gado, que servia para sustentar a *plantation* canavieira do Nordeste e também a atividade mineradora do Sudeste (nas Minas Gerais) com animais de tração e também com a carne para alimentação.

O processo de colonização do interior, ou do sertão, tem duas direções: a primeira via é a do litoral de Pernambuco, que se adentra pelo Rio Paraíba e seus afluentes; a segunda vem da Bahia, via do Rio São Francisco, atravessando o que hoje vem a ser o estado de Pernambuco, até chegar no que hoje vem a ser o Sertão da Paraíba.

A concessão de terras no sertão, através de sesmarias, foi realizada pela Casa da Torre⁵¹ de Garcia d'Ávila. Cabe registrar que essa ocupação colonial foi marcada por vários conflitos violentos entre os colonizadores e os povos nativos que, a exemplo do que aconteceu em todo continente, foram quase exterminados. No período colonial, temos o registro da Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris⁵² (1683-1713) entre os povos nativos do interior das capitanias do Rio Grande do Norte e da Paraíba contra a colonização portuguesa que se adentrava com os bandeirantes para a criação do gado.

Antes da colonização portuguesa, de acordo com Moreira e Targino (1997), a região por onde correm os Rios do Peixe, Rio Piranhas e Rio Piancó, onde atualmente se encontra a mesorregião do Sertão Paraibano, era habitada por povos denominados de Tarairus, das tribos Árius e Panatis e por Cariris, das tribos Icós e Coremas.

Neste processo de ocupação territorial, no território onde hoje conhecemos por Sertão Paraibano, desde o século XVII, estabeleceram-se grandes fazendas de criação de

⁵¹ Casa da Torre foi um grande latifúndio, concedido pela Coroa Portuguesa, no Sistema de Capitánias Hereditárias, ao senhor Garcia D'Ávila. O território deste latifúndio se estendeu pelo que corresponde aos atuais territórios norte da Bahia, Sul do Piauí, Oeste de Pernambuco, Sul do Ceará e Oeste da Paraíba. Para uma análise mais aprofundada sobre este assunto, vale recorrer a: Lima (2010), Bandeira (2000) e Pessoa (2010).

⁵² A respeito disso, ver PUNTONI, Pedro. A GUERRA DOS BÁRBAROS: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. EdUSP, 1998.

gado, que, segundo Moreira & Targino (1997); Guimarães (1968) Furtado (1959) e Prado (1985), eram caracterizadas por: a) grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização para a implantação de uma fazenda: as grandes extensões de terras cobertas pela vegetação da caatinga davam conta de alimentar o gado, bastava apenas construir uma casa e preparar os currais para ocupar 18 km de terra, cedidos em forma de Sesmaria, pelo sistema de Capitânicas Hereditárias; c) combinação entre trabalho livre e escravo: os vaqueiros e os escravos das fazendas eram melhor remunerados que os escravos do litoral. A pecuária permitiu acesso à propriedade aos homens pobres e livres, porque o vaqueiro era pago por ¼ de produção do gado e, para criar este gado, o vaqueiro arrendava terra ou se apossava; d) relações menos dependentes do mercado internacional: apesar de existir exportação de couro e também de depender indiretamente da economia agroexportadora do açúcar no litoral, que consumia o gado sertanejo, a economia do sertão dependia bem menos do mercado externo do que a cultura da cana de açúcar litorânea. Isso permitia menos vulnerabilidade da fazenda em relação ao mercado exterior e a suas crises.

O historiador Deusdedit Leitão (1985) explica que as áreas em redor do Rio Piranhas começaram a serem dominadas pelos proprietários de Souza e de Piancó por volta do ano de 1759, com o intuito de “consolidar seu poderio territorial com a aquisição de novas glebas devolutas no oeste da capitania” (LEITÃO, 1985, p. 12). Leitão comenta que:

Os historiadores paraibanos não fazem referência ao fundador de São José de Piranhas, mas é fora de dúvida que esse título cabe ao sesmeiro Francisco Xavier de Miranda que, a 26 de janeiro de 1761, obteve por sesmaria, as terras do Sítio São José. Esse documento é, por conseguinte, a mais antiga informação relacionada com a fundação da localidade. (LEITÃO, 1985, p. 13)

De acordo com o documento de Sessão de Sesmaria que o autor cita, que fora transcrito por João Lyra de Tavares, no livro *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*, as terras concedidas para este e para outros sesmeiros que vieram a se instalar na região nos anos posteriores pertenciam à Casa da Torre de Garcia d’Ávila. Leitão (1985) aponta que com base nestes documentos pode-se pressupor que existiam colonos no local (São José) antes da chegada do sesmeiro, pois posteriormente iniciou-se a constituição de um povoado.

Desde o período de ocupação do espaço agrário do Sertão, as relações de trabalho eram marcadas pela existência de três diferentes grupos: a classe de proprietários que obtinham a terra pela concessão da Sesmaria; os vaqueiros: homens livres que cuidavam do gado do senhor e recebiam um quarto da produção como descrito acima; e também a presença de pessoas escravizadas trazidas da África.

Franco (1969) descreveu que, na fazenda sertaneja de gado, assim como existia na *plantation* canavieira do litoral, a produção de alimentos era encarregada ao que define como “homens livres na ordem escravocrata”. Não eram escravos, porém, não tinham o domínio ou a concessão das terras como os fazendeiros. A existência dessa condição camponesa continuou no seguinte ciclo econômico com o algodão. Neste novo período, duas formas de exploração do trabalho têm destaque: a meação, que implica em ceder a terra para outro agricultor e cobrar como arrendo metade da produção e a morada, em que o trabalhador mora em uma casa cedida na terra do patrão em troca de um pedaço de terra para produzir seus próprios alimentos e proteção para sustentar a família.

No sertão, o cultivo do algodão era comum no período pré-colonial, sendo utilizado pelos índios na fiação de tecidos. Oliveira (1977, p. 46-47) expõe que: “O Nordeste semiárido é ecologicamente propício à produção do algodão de fibra longa, conhecido ali como algodão-mocó ou seridó”. De acordo com Moreira & Targino (1997), no final do século XVIII, fatores externos como o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa, o aumento da demanda do mercado internacional e o afastamento dos EUA do mercado mundial, devido à Guerra de Secessão, fizeram com que o algodão passasse a ter destaque na economia paraibana. Oliveira (1977) afirma que:

O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a ‘plantation’, porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno próprio à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas ‘culturas de subsistência’ do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto um baixo valor que é apropriado à escala de circulação de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas (OLIVEIRA, 1977, p. 47).

O algodão passou a ser cultivado no sertão, tanto nas grandes fazendas de gado, como também nos lotes de terra menores, ocupados pelos vaqueiros e pequenos produtores de alimentos. O algodão era cultivado em consórcio com a pecuária e com as culturas de subsistência. “Com a consolidação da cotonicultura no Sertão, estabeleceu-se a combinação gado-algodão-policultura, trinômio, marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano, até a metade do século XX.” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 77)

O declínio da cultura do algodão começou por volta do final da década de 1940, quando entrou em cena o algodão produzido no centro-sul do país, economicamente mais competitivo, devido à redução dos custos de produção ocasionados pela mecanização das lavouras. Nunes (2010, p.24) acrescenta que, “nesse contexto, a praga do bicudo (que sempre existiu) foi apenas um pretexto para justificar a crise do algodão, relacionada principalmente com a incapacidade de concorrer a nível regional e mundial”.

Dessa maneira, o trinômio gado-algodão-policultura perdeu um de seus pilares. A atividade da pecuária passou a ocupar um espaço maior no sertão. As grandes propriedades se voltaram para a produção de gado e as pequenas propriedades para a produção de subsistência, como também para a criação de gado, porém, em menor escala. As migrações para a Região Sudeste, iniciadas na década de 1930, com o processo de industrialização, intensificaram-se neste período, como uma forma dos trabalhadores buscarem empregos urbanos para garantirem sua sobrevivência.

A ocupação do espaço agrário de São José de Piranhas, como também no Sertão Paraibano, é marcada por diferentes formas de acesso à terra e exploração das relações de trabalho. Ao analisar as condições de reprodução dos trabalhadores no campo, buscando perceber como a experiência da migração era vivida pelos camponeses, sobretudo em São José de Piranhas, no começo da década de 1980, Menezes (1985) descreve quatro categorias de trabalhadores rurais presentes naquela época: os pequenos proprietários, os moradores, os rendeiros e os assalariados permanentes. Na observação realizada nesta pesquisa, verificamos a existência das mesmas situações.

Os pequenos proprietários são caracterizados por ter a posse da terra, geralmente entre 1 a 100 hectares. Eles orientam a produção agrícola a partir das necessidades de subsistência da família. Uma das dificuldades na década de 1980 era de acesso a crédito para financiar a produção. Nas condições de produção agrícola da região, o tamanho de propriedade de até 100 hectares geralmente não era suficiente para garantir a sobrevivência da família.

A segunda categoria descrita por Menezes eram os moradores. Tratavam-se de camponeses sem a posse da terra, que trabalhavam para um proprietário, geralmente médio ou grande. O morador residia em uma casa que pertencia ao patrão com quem trabalhava e, em troca, era autorizado a cultivar cereais para o consumo da própria família.

A morada é uma forma de relação social bastante comum na Região Nordeste, tanto no litoral quando no sertão. Moacir Palmeira, aponta que, no senso comum urbano, *morar* significa “habitar”. No entanto, para os trabalhadores da cana no litoral pernambucano, “*morar* significa ligar-se a um engenho e ligar-se de uma maneira muito particular” (PALMEIRA, 2009, p. 204). O autor vai adiante na descrição:

Ninguém se define apenas como *morador* (como se define como *trabalhador rural* ou *camponês*), mas sempre como morador de um engenho singular. Antes de *pedir morada* ou entre uma *morada* e outra, o trabalhador não é um *morador*. É só quando estabelece um “contrato” particular que o liga a um senhor de engenho particular, isto é, é só quando se põe em “relação com” que o trabalhador potencial se torna um *morador*. (PALMEIRA, 2009, p. 204) (adendos do autor).

Em termos de Sertão, a ligação do morador se dá em relação com um grande proprietário. O morador sempre é referido como “morador de fulano” “morador do proprietário tal”. Não é qualquer proprietário que tem condições de abrigar moradores. Para tal, é necessário ter uma grande propriedade de terra e sobre ela construir as “casinhas pros moradores”.

O “contrato particular” entre o morador e o proprietário geralmente acontecia nos seguintes termos: o proprietário sedia uma casa, com *terreiro*, *chão de terra* ou *fundo de casa*, que são espaços para *botar roçado*, ou seja, plantar os alimentos do consumo familiar. A contrapartida é “o dever do morador de trabalhar para o estabelecimento” (PALMEIRA, 2009, p. 208). A fidelidade da qual o trabalhador necessitava ter com o patrão era também lidar com o *cativeiro* (SCOTT, 2009) e *sujeição* (GARCIA JR, 1989). Na observação de Menezes (1985), no sertão, a criação de gado era vetada aos moradores. O tempo de permanência na terra dependia da decisão do patrão, como também o morador podia pedir para sair e ir em busca de outra morada.

Em 1963, foi sancionado, no Brasil, o Estatuto do Trabalhador Rural, que passou a prever os direitos da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas também aos trabalhadores rurais. Com o passar do tempo, os trabalhadores passaram a acionar na justiça, a *botar no pau* os patrões para cobrar os direitos previstos na lei. Este fato fez com que cada vez menos os médios e grandes proprietários passassem a oferecer morada para trabalhadores

rurais. Baseada nesta observação, Menezes (1985) apontava a tendência destes moradores se converterem em assalariados.

Como constatado nesta pesquisa, existem médios proprietários (com imóveis de 100 a 500 hectares) que geralmente vivem fora do município e mantêm os vaqueiros como moradores nas fazendas a fim de cuidar do gado. Maia (2013), ao estudar as transformações das grandes propriedades da região de Catolé do Rocha, também no Sertão Paraibano, detecta a presença de assalariados agrícolas, que antes eram moradores e que na atualidade tem contrato formal, nas fazendas que se dedicam a criar gado como também a beneficiar derivados de leite. Por mais que estes trabalhadores sejam localmente chamados de moradores, a relação que se estabelece entre trabalhador e proprietário contém também o contrato formal.

A terceira categoria de trabalhadores rurais no Sertão Paraibano correspondia aos rendeiros, camponeses que mudavam de patrão e que geralmente moravam na sede do município ou nos povoados, para ter acesso aos serviços públicos (saúde, rede escolar). Por não morar na propriedade do patrão, o rendeiro não se encontrava em condição de *cativo*, como acontecia com o morador, tendo, portanto, menos obrigações. O único controle que o patrão podia exercer era sobre a produtividade do trabalho, geralmente pago por peça, a chamada “empreitada”.

Por fim, a quarta figura presente no cenário dos trabalhadores rurais no Sertão Paraibano na observação de Menezes (1985) eram os assalariados permanentes, que existiam em número menor. Eram trabalhadores contratados com carteira assinada, para realizar tarefas específicas.

Em nosso trabalho de pesquisa, desde 2010, temos observado a presença destas quatro categorias de trabalhadores rurais, de agricultores. A predominância atual é de pequenos agricultores e rendeiros, existindo ainda algumas situações de moradores. Os assalariados rurais no próprio município existem em um pequeno número e se concentram na área de produção pecuária.

Desde o período colonial até os dias presentes, a agricultura e a pecuária são atividades socioeconômicas relevantes na organização social de diversos lugares no Brasil. Ao redor da atividade agrícola, organiza-se o trabalho, o tempo, as festividades, a política, etc. O sertão nordestino fora chamado de “civilização do couro” por Manuel Correia de Andrade, devido à centralidade que a pecuária teve no processo de desenvolvimento histórico e social da região. A produção de algodão foi, durante um século, a protagonista central no cenário agrícola e agrário, com muita influência na vida

social do Sertão Paraibano. Na pesquisa de campo, mais de uma vez, ouvimos a alcunha de “ouro branco” atribuída ao algodão.

Até a década de 1980, a agricultura, em São José de Piranhas e no Sertão Paraibano de maneira geral, estava organizada tendo a produção de algodão como pilar estruturante. O algodão era plantado em consórcio com lavouras de milho e feijão. Nas mesmas terras, era possível criar o gado, que se alimentava com sobras vegetais do algodão. Essa combinação de técnicas agrícolas e pecuárias era desenvolvida nas pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Com o final da produção de algodão e a redução da oferta de trabalho, uma das saídas encontradas, principalmente para os trabalhadores mais pobres, para os agricultores com pouca terra ou sem-terra, foi de migrar para São Paulo. Como mostraremos no decorrer deste texto, praticamente todas as famílias do município têm algum membro que já foi ou que está morando fora, sobretudo no estado de São Paulo, como é o caso da família de Ricardo, que é agricultor e empresário.

Pesquisador – O senhor tem algum parente que migrou pra São Paulo?

Entrevistado – Tenho. A maioria é pra São Paulo mesmo. Mas tem. Da época que houve o intercâmbio, (no sentido de mudança e não no sentido de troca de experiência) tava acabando o algodão aí e não sabia o que fazer. Ainda não existia estes corte de cana. Era realmente a migração muito forte pra São Paulo.

Pesquisador – Pra cidade? Pra trabalhar na construção civil?

Entrevistado – Na construção civil...quem tinha mais uma capacitaçãozinha, ia pras metalúrgica. (Ricardo, comerciante e pecuarista, Entrevista realizada em fevereiro de 2013). (Adendo meu).

O período a que o entrevistado se refere são as décadas de 1970 e 80, em que a produção algodoeira começava a ruir e muitas pessoas se dirigiam para São Paulo a fim de buscar trabalho. Pelos relatos orais e também pelo constatado no trabalho de Menezes (1985), a migração de pessoas de São José de Piranhas para o estado de São Paulo se iniciou nas décadas de 1930/40 com o advento da industrialização. O movimento migratório continuou nas décadas de 1960 e 1970. Como explica Menezes (1985), as relações familiares tinham um papel central no processo migratório, visto que as pessoas migravam até a região metropolitana de São Paulo e, nos primeiros momentos, alojavam-se nas casas de parentes que já haviam migrado, até arranjar um trabalho e ter condições de pagar aluguel e se estabelecer na cidade.

O processo de migração da zona rural de São José de Piranhas para a região metropolitana de São Paulo era direcionado para diversos trabalhos urbanos como o trabalho na construção civil e na indústria de metalurgia como nos informou o entrevistado acima.

A partir da década de 1980, temos registro do início da migração sazonal para o trabalho nas lavouras de cana de açúcar, como dito por Mateus, que migrou pela primeira vez, em 1988, para trabalhar como cortador de cana e depois tornou-se *turmeiro*, organizador de turmas de trabalhadores locais para a usina no estado de São Paulo. A entrevista com Mateus foi realizada em 2011, na casa dele, onde estavam também sua esposa, que participou da conversa, e nossa colega Giovana, que colaborou na elaboração das perguntas.

Pesquisadora -O senhor tem terra (é proprietário de terras)?

Entrevistado-Não

Pesquisadora -Os meninos ali estavam dizendo que tinham, mas nas unhas. (Risos)

Entrevistado -Não, mas não tenho não. (Risos)

Pesquisadora -O senhor, faz tempo que trabalha migrando?

Entrevistado -Faz.

Pesquisadora -Qual o primeiro ano?

Entrevistado -Faz na faixa de vinte e dois anos

Entrevistada (Esposa do entrevistado) – em 1988.

Pesquisador– Ah! O primeiro ano foi com o Mandarin, o senhor foi com o Mandarin?

Entrevistado –Não, o Mandarin foi no primeiro ano, já no segundo eu fui com ele.

Pesquisador -Ele foi o primeiro cara da Boa Vista a ir?

Entrevistado –Foi.

Pesquisador-Ele foi para a (Usina) BARBAM também?

Entrevistado -Para a (Usina) BARBAM também. Só lá, ele tem na faixa de 1988 a 1997, ele tem uns onze anos só lá.

Pesquisador- O Feliciano, seu cunhado, foi também?

Entrevistado - Também foi em 1988, junto com a gente.

Pesquisador-Então o Mandarin foi em 1987?

Entrevistado - O Mandarin foi em 1987, naquela época, era difícil ir, tudo era diferente de agora, não é? No outro ano, o pessoal se reuniu, e foi mais, foi parece que um ônibus com onze pessoas, no outro ano, só daqui da região foram vinte e duas pessoas. Ele continuou levando uma turminha. Até 1997, ele levou. Depois deu um problema, uns caras que não queriam trabalhar nesse negócio, toda época teve. Aí não sei o que aconteceu que ele não... aí cortaram ele de lá.

Pesquisador -Lá da (Usina) BARBAM ?

Entrevistado –Sim.

Pesquisador -Ele trabalha com Jango? Hoje não é?

Entrevistado - É, trabalha com Jango.

Pesquisador -Antes de 1987, ninguém ia cortar cana aqui?

Entrevistado -Rapaz, ia. Daqui não ia não. Ia mais desses lugares. Dalí de cima tinha uns cabras ali que iam, a gente nem sabia desse negócio de cana, mas sabia que eles iam, diziam que eles iam para a lagoa de cana, aí era a mesma coisa entendeu.

Pesquisador - Mas eram poucas pessoas?

Entrevistado - Eram poucas pessoas. Era como se fosse um município desses e fossem umas 10 pessoas, e hoje vai mais de mil. E naquele tempo não era bom não, a gente ia, porque sei lá, ganhava, mas era pouco, eu achava muito pouco.

(...)

Pesquisadora - Ai quando vocês foram a primeira vez, foram vocês que procuraram, foram lá, ou alguém de lá veio procurar vocês, quem informou a vocês que existia o corte?

Entrevistado -Aí de Mandarim, Não sei se você chegou a ver um velho forte que trabalha na carregadeira hoje no carregamento. Ele é daqui da Serra do Vital, ele já morava lá, ele tinha um... tempão bem para trás, aí ele veio aqui e chamou uns dez ou doze e foram nessa época de 1987.

Pesquisadora-Velho Coca?

Entrevistado - Sim, ele sempre trabalha, até o ano passado ele trabalhava, não sei esse ano, na carregadeira, enchendo caminhão, aí ele foi quem levou esses meninos aí, então depois a usina gostou dos serviços dos meninos daqui, aí no outro ano foi que colocou Mandarim, para levar um pessoalzinho, levou vinte e dois, e foi aumentando, aumentando, chegue que quando terminou já tava em cinquenta ou cinquenta e cinco. (Mateus. Turmeiro. Entrevista realizada em março de 2011). (Adendos meus).

O relato de Mateus nos oferece questões interessantes para compreender a gênese e o desenvolvimento da migração sazonal para o trabalho nas lavouras de cana de açúcar. Primeiro, o entrevistado não é proprietário de terra e o pai dele também não (como veremos no capítulo a seguir). A expressão que nossa colega fez “tem terra debaixo da unha”, que ouvimos de outro cortador de cana, é uma forma hilária de brincar com a própria situação social. Não ter terra implica em ser mais vulnerável e se sujeitar a trabalhar para quem tem terra. Como temos analisado, migrar para o corte de cana foi uma saída encontrada primeiramente pelos trabalhadores que não tinham acesso à terra. Pelo relato, a migração para o corte de cana começou com poucos trabalhadores, aumentando o número posteriormente.

O relato de Ronaldo, um médio proprietário, ex-produtor de algodão e atualmente aposentado e criador de gado, dá uma dimensão das transformações que ocorreram neste período.

Pesquisador – E aí as pessoas foram saindo e foram morar na rua, ou foram para São Paulo e outros lugares?

Entrevistado – Tem gente espalhado por tudo quanto é canto. Eu acho que a maioria dos que saíram daqui foram para São Paulo. Aí hoje para São Paulo dificilmente vai alguém para ficar morando. Agora essa camada mais pobre vai muito para o corte de cana. É Rio das Pedras em São Paulo. Aquele pessoal que vivia aqui só mendigando e esse pessoal agora tem casa própria, tem moto. Esse corte da cana os trabalhadores espertos vão e se dão bem. E aqui não se pode pagar mais dia de trabalhador porque a agricultura não rende. E também o trabalhador só dá prejuízo. Porque eles trabalham pouco. Os trabalhadores querem trabalhar muito caro a um preço que o agricultor não pode pagar. (Ronaldo, proprietário Rural aposentado, 79 anos, Sítio Peba dos Liras. Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2013)

O entrevistado é proprietário de 500 tarefas (220 hectares de terra). A quantidade de terra está dentro do tamanho de um estabelecimento de agricultura familiar, pois ele possui o limite máximo que são de quatro módulos fiscais. No entanto, no passado, o estabelecimento rural do entrevistado estaria enquadrado fora do parâmetro de agricultor

familiar, pelo fato do empreendimento não ser estritamente familiar por ter moradores, ou seja, a exploração do trabalho permanente fora do núcleo familiar.

O trecho é interessante porque o proprietário detalha diferenças do período anterior às migrações sazonais para o corte de cana. No discurso, podemos identificar que a dificuldade dos proprietários maiores de encontrar trabalhadores ocorre pelo fato de que as “camadas pobres” que antes iam “mendigar” a morada para o proprietário, agora têm acesso a moradia e a ter moto, pelo fato de trabalharem no corte de cana. A segunda dificuldade encontrada é da incapacidade do proprietário de pagar a diária, pelo fato dos trabalhadores terem encontrado um mercado de trabalho mais rentável e que lhes possibilita mais autonomia.

O relato deste médio proprietário também indica um tom de lamentação com o tempo passado em que as relações trabalhistas eram mediadas por um vínculo de dependência e sem renda monetária. O fato de não ter mão de obra barata disponível como anteriormente também é um motivo que favorece na aposta em criar gado, já que a pecuária demanda menos trabalhadores quando comparada à produção agrícola.

Para as famílias que não têm propriedade de terra ou que a propriedade de terra é insuficiente para atender as demandas, dependendo do trabalho assalariado, a possibilidade de ter emprego fora de município expressa uma conquista de melhores salários. O relato de um jovem trabalhador, que, na época cortava cana, filho de ex-morador, mostra outro ponto de vista sobre este processo, que ao mesmo tempo se complementa com a reclamação dos proprietários:

Pesquisador - Por que o pessoal saiu das fazendas e começou a morar na Boa Vista ou passou a morar em qualquer lugar?

Entrevistado - Qualquer lugar eles tão morando. Fazendo sua casa, compra às vezes seu pedaço de terra e morando. E não tem mais aquele dono de terra com renda não, eles faz vez hoje, um dono de terra, que tem muita terra, aqueles fazendeirão rico daquela época, os caras sempre dão terra de graça trabalhar e os caras não quer trabalhar.

Pesquisador - Preferem vir cortar cana. Dá mais?

Entrevistado - Dá mais lucro.

Pesquisador - Então tu teria a alternativa de trabalhar lá, mas tu prefere vir trabalhar aqui.

Entrevistado - Se fosse pra viver pior do que eu vivo hoje eu tinha.

Pesquisador - Por que paga muito mal?

Entrevistado - Paga mal demais.

Pesquisador - Tipo uma diária é quanto lá?

Entrevistado - Hoje tá [sic] vinte reais⁵³mas teve tempo aí de chegar, não, hoje, você trabalhando de diária lá na Paraíba, vou dizer pra você. Nós trabalhava

⁵³ O salário mínimo brasileiro em 2010 era de R\$ 510, 00. O preço pago pela diária de trabalho era de vinte reais, portanto, 4% do valor do salário mínimo. A questão é que não havia demanda por trabalho agrícola durante todos os dias no mês.

na diária de primeiro aí, não dava nem pra ir pra cidade, nem uma passagem pra ir pra cidade. Hoje você trabalhando na diária lá dá pra ir pra cidade, comprar um quilo de carne, mas hoje. Mas na época o cara trabalhava a semana todinha pra comprar dois quilos de feijão, dois quilo arroz.

Pesquisador - Era miserável?

Entrevistado- Era miserável mesmo. Aí quando apareceu isso, o pessoal não quer mais se escravizar. Aqui o cara não ganha muito, mas sempre trabalhando um mês, ganha pelo ano todinho na Paraíba.

Pesquisador - Aí vale a pena vir pra cá.

Entrevistado - Sim, por isso. (Antônio, cortador de cana. Entrevista realizada em outubro de 2010).

O fragmento desta entrevista nos oferece informações importantes para compreender o cenário das últimas três décadas no meio rural do município. A primeira informação a analisar é que este jovem, filho de ex-morador, trabalhou muitos anos no corte de cana e hoje trabalha com venda de roupas, menciona que os proprietários com mais terra, “os fazendeirão rico”, oferecem a terra em condições melhores do que antigamente, “de graça”. Entretanto, os trabalhadores, os rendeiros e os agricultores com pouca terra têm constantemente recusado estas ofertas de trabalho, pelo fato de que o “corte de cana paga mais”. Em outras palavras, o salário oferecido pelo mercado de trabalho do setor canavieiro paulista é mais atrativo do que o mercado de trabalho da agricultura tradicional local. Trabalhar como rendeiro ou diarista, para o trabalhador que não possui terra, possibilitaria “viver pior do que eu vivo hoje”, nas palavras de Antônio.

Antônio comenta que “ai quando apareceu isso”, referindo-se ao corte de cana, “o pessoal não quis mais se escravizar”, reportando-se ao trabalho na agricultura local. A afirmação deste trabalhador nos revela que não se trata puramente de uma opção por motivações econômicas. Evidentemente que existem as motivações econômicas, mas há também outra motivação: sair de uma condição de “escravo”, em outras palavras de “cativo”, como comentam os trabalhos de Garcia Jr. (1989), de Scott (1981) ao se referirem à condição de moradia e da relação entre trabalhadores sem a posse de terra e os grandes proprietários. Por mais árduo e penoso que se apresente o corte da cana, os canaviais paulistas se apresentam como uma melhor opção econômica, por pagarem melhor, e também social, por existir a relação formalizada com a usina através de um contrato de trabalho, diferentemente da condição de morador cuja relação, na maioria das vezes, é informal e fundamenta-se em práticas de dependência personalizada do dono da terra.

A segunda informação a ser destacada neste fragmento de entrevista é a inserção da carne entre os produtos possíveis de serem comprados com a diária paga em 2010. Ao se referir ao passado, o entrevistado comenta que, trabalhando durante uma semana, era

possível comprar arroz e feijão. A carne passa a ser possível de ser comprada no período recente. A comparação do valor da diária, através da “moeda simbólica” carne, revela-nos um fato interessante para se compreender alguns significados sociais. Em seu estudo sobre a migração de jovens de Tavares – PB, Silva (2006) comenta sobre as festas que os “canistas” fazem quando voltam de São Paulo nos meses de dezembro e janeiro, festas “churrascos”, ou seja, reuniões festivas com carne assada no cardápio. Comer carne significa, além do aspecto nutritivo de ingerir proteínas, o aspecto social de dialogar com um passado onde não se comia carne.

Na dieta alimentar regular de uma família de pequenos agricultores, no período anterior ao trabalho assalariado, o acesso à proteína era basicamente através de ovos e carne de galinha, que as famílias conseguiam criar. A carne de gado era comprada nas feiras semanais quando havia o ganho monetário, porque o boi era de propriedade do patrão e raramente os pequenos o possuíam ou tinham condições para criar. Além de um alimento a comer, a carne de gado pode ser interpretada como um símbolo de melhora de vida, conquistado, no período recente, com o acesso ao mercado de trabalho assalariado.

No que tange a transformações das relações de trabalho, pode-se notar que a possibilidade de trabalho formalizada, seja na cidade ou nas safras agrícolas canavieiras, expressa conquistas de melhores salários e acesso a direitos trabalhistas, antes não possíveis no sistema de morada. Este fato permitiu maior autonomia aos trabalhadores em relação às formas de exploração e dominação do trabalho no Sertão.

A frase dita por Antônio, “o pessoal não quis mais se escravizar”, tem uma força simbólica importante, pois representa que as relações de morada estavam para os trabalhadores assim como as relações de escravidão, ou seja, havia poucas possibilidades de liberdade e as condições sociais de exploração impediam de ter condições decentes de vida.

Os três relatos acima listados oferecem elementos para compreender o recente período no Sertão Paraibano, que foi palco do final da produção de algodão, do aumento das migrações para a região metropolitana de São Paulo, do enfraquecimento e quase desaparecimento do sistema de morada e da inserção de trabalhadores rurais na colheita da cana de açúcar no estado de São Paulo.

A seguir, vamos observar o quadro da distribuição de terras, o quadro de produção agrícola e pecuária e também o quadro dos programas sociais no município, pois são dimensões importantes para compreender as transformações territoriais que aconteceram nas últimas três décadas.

4.2 – A distribuição de terras e a produção agrícola-pecuária no município

Em São José de Piranhas, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, existem 1.509 estabelecimentos agropecuários, sendo que 1.364 são considerados familiares e 145 não familiares. Dos estabelecimentos agropecuários familiares, 69% são de proprietários, ou seja, são famílias que têm a posse e a titulação da terra, que se enquadram dentro do que podemos chamar de agricultores familiares. No conjunto dos 31% de não proprietários, encontram-se os rendeiros e os moradores que realizam seus empreendimentos agrícolas na terra dos pequenos, médios ou grandes proprietários. No quadro a seguir, podemos observar os números.

Quadro 10 – Estabelecimentos Agropecuários no Município de São José de Piranhas/PB⁵⁴.

Tipo	Familiar	Não Familiar	Total
Total	1.364	145	1.509
Proprietários	940	106	1.046
Arrendatário	294	20	314
Parceiro	42	10	52
Ocupante	48	8	56
Produtor Sem Área	40	1	41

Fonte: IBGE, 2006.

O município tem uma área territorial de 677,305 km², tendo a 12^a maior área territorial entre os municípios da Paraíba, a 4^a maior área territorial da Mesorregião do Sertão Paraibano e tendo a maior área territorial entre os municípios da microrregião de

⁵⁴ De acordo com a Lei 11.326, de 24/07/2006, é considerado “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 5 de janeiro de 2011. De acordo com o INCRA, um módulo fiscal na região estudada corresponde a 45 hectares.

Cajazeiras. Ou seja, em termos da região onde está inserido, é um município de grande porte geográfico.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a partir dos dados do Cadastro Territorial Rural, existem, nesse município, 1800 imóveis rurais, que somam 57.521 hectares. No quadro abaixo, podemos observar a distribuição dos imóveis rurais classificados de acordo com sua área.

Quadro 11 - Distribuição dos Imóveis Rurais

Em Hectares	Ano	1998	2003	2009***	2012	2014	% em relação ao total
Até 1	Nº Imóveis	20	14	66	68	72	4%
	Total (h)	11	8	36	38	41	0,07%
De 1 a menos de 2	Nº Imóveis	40	37	71	74	74	4%
	Total (h)	54	51	100	104	104	0,18%
De 2 a menos de 5	Nº Imóveis	133	131	201	202	220	12%
	Total (h)	463	457	692	696	773	1,34%
De 5 a menos de 10	Nº Imóveis	194	197	255	282	312	17,3%
	Total (h)	1431	1434	1870	2053	2274	3,95%
De 10 a menos de 25	Nº Imóveis	310	320	404	471	515	28%
	Total (h)	5040	5272	6668	7731	8448	14,6%
De 25 a menos de 50	Nº Imóveis	231	231	263	291	313	17,3%
	Total (h)	8173	8193	9356	10310	11066	19,23%
De 50 a menos de 100	Nº Imóveis	138	130	147	167	178	9,8%
	Total (h)	9539	8812	10179	11483	12322	21,42%
De 100 a menos de 200*	Nº Imóveis	67	62	74	93*	79*	4,3%
	Total (h)	8977	8242	9873	13426*	10624*	18,4%
De 200 a menos de 500**	Nº Imóveis	34	26	35	24**	35**	1,9%
	Total (h)	10343	7997	10733	8191**	10671**	18,55%
	Nº Imóveis	2	2	2	2	2	0,1%

De 500 a menos de 1000	Total (h)	1194	1194	1194	1194	1194	2,07%
Total Imóveis		1169	1244	1518	1674	1800	100%
Total (h)		45.228	44.384	50.707	55.231	57.521	100%
<p>*A partir de 2012, o INCRA mudou a classe de área que antes era de 100 a menos de 200 passou a ser de 100 a menos de 250 hectares.</p> <p>** A partir de 2012, o INCRA mudou a classe de área que antes era de 200 a menos de 500 passou a ser de 250 a menos de 500 hectares.</p> <p>*** A partir de 2010, 295 imóveis foram indenizados em virtude da construção da barragem de Cuncas, parte do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Esta barragem atingirá 52,55 km², que equivalem a 7,76% da área total do município (MI, 2005).</p> <p>FONTE: Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária.</p> <p>Os dados completos podem ser vistos no Anexo 5.</p>							

No recorte entre 10 e 25 hectares, está localizada a maior parte dos imóveis rurais do município. São 515 imóveis, que correspondem a 28,6% do total. Como podemos ver, cerca de 94% dos imóveis têm menos de 100 hectares de terra e concentram 62% das terras. Acima de 100 hectares, temos 6% dos imóveis, que concentram 38% das terras do município.

O fracionamento das pequenas propriedades, como podemos ver no quadro 5, é um dos fatores que explica o crescimento do número de imóveis rurais com até 1 hectare, de 1 a 2 hectares, de 2 a 5 hectares, de 5 a 10 hectares, de 10 a 25 hectares e de 25 a 50 hectares. Na outra ponta do quadro, percebemos que os 2 imóveis com mais de 500 hectares se mantiveram de 1998 a 2014. O fracionamento de terras vem acontecendo no interior das pequenas propriedades. Se cruzarmos as informações do INCRA com as informações do Censo Agropecuário, perceberemos que existem 1800 imóveis para 1500 proprietários, ou seja, a proporção média é de 1,2 imóveis por proprietário.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários está concentrada no público da agricultura familiar, que, de acordo com a Lei 11326/2006, é considerado como estabelecimento da agricultura familiar a unidade que estiver entre 1 a 4 módulos fiscais e fizer uso principalmente do trabalho familiar. No caso de São José de Piranhas, o módulo fiscal corresponde a 55 hectares de terra. Assim, a unidade de produção familiar que produzir em até 220 hectares de terra é considerada como agricultura familiar. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 12 - Número de estabelecimentos agropecuários/ Número de Estabelecimentos/Área dos Estabelecimentos do Município de São José de Piranhas.

Grupo de Área Total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Menos de 5 hectares	482	31,95	1005	2,59
De 5 a menos de 10 há	288	19,09	2.078	5,37
De 10 a menos de 20 há	268	17,76	3.710	9,6
De 20 a menos de 50 há	242	16,04	7.479	19,34
De 50 a menos de 100 há	111	7,36	7.712	19,95
De 100 a menos de 200 há	48	3,18	6.434	16,64
De 200 a menos de 500 há	25	1,66	7.329	18,96
De 500 a menos de 1000 há	4	0,27	2.916	7,54
Produtor sem área	41	2,72	0	0

Fonte: Quadro 2006 – Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

Os estabelecimentos de até 200 hectares correspondem a mais de 90% do total de produtores e ocupam 73,5% da área total que foi pesquisada pelo Censo. Isso demonstra que a chamada Agricultura Familiar é predominante no município. Os estabelecimentos acima de 200 hectares correspondem a 1,95 % do total e ocupam 26,5% das terras. A distribuição dos estabelecimentos agropecuários no município configura um quadro que contém desigualdades, no entanto, não tão acentuadas quanto no conjunto da Região do Semiárido Brasileiro, onde 27% dos estabelecimentos com menos de 2 hectares ocupam 0,8% da área total. Outros 33% do total têm área maior que 2 e menor que 5 hectares e ocupam apenas 2,1% da área. Na região do Semiárido, os estabelecimentos com área superior a 200 hectares representam 2,3% do total e ocupam 46% da área total.

Um número que chama a atenção em São José de Piranhas é de que, na faixa de estabelecimentos abaixo de 200 hectares, que são considerados de agricultura familiar, a grande maioria dos estabelecimentos (84,84 % do total) se concentra abaixo da faixa de 50 hectares, ocupando 36,9 % da área total. A maior parcela de estabelecimentos fica

abaixo de 5 hectares, correspondendo a 31,95% dos estabelecimentos agropecuários do município e a apenas 2,59% da área total. Ou seja, há uma quantidade razoável de estabelecimentos agropecuários em uma pequena área de terra.

A concentração de terras em São José de Piranhas é menor em relação à concentração de terras no conjunto da Região do Semiárido. Todavia, devido a diversos elementos, dentre eles as adversidades naturais e climáticas, há uma concentração de pessoas em pequenas propriedades, o que pode ser um fator de impedimento para que o lote seja suficiente para garantir renda a todos os membros da família. Este pode ser um dos limites a fazer com que membros destas famílias necessitem migrar para garantir a complementação da renda familiar.

Observemos agora, a partir dos dados do Censo Agropecuário, como se configura o quadro de utilização das terras no município.

Quadro 13 – Utilização das Terras em São José de Piranhas – Censo Agropecuário 2006

Tipo de Ocupação	Número de estabelecimentos agropecuários- Unidades	Área dos estabelecimentos agropecuários Hectares
Lavouras Permanentes	278	245
Lavouras Temporárias	1.284	3.830
Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	74	83
Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	3	77
Pastagens Naturais	792	6.755
Pastagens (plantadas degradadas)	83	811
Pastagens (plantadas em boas condições)	715	7.029
Matas e/ou florestas - naturais (destinadas à preservação permanente ou reserva legal)	131	1.772
Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	439	7.014
Matas e/ou florestas (florestas plantadas com essências florestais)	1	Não Disponível
Sistemas agroflorestais (área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais)	416	8.222
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	316	464
Construções, benfeitorias ou caminhos	703	1.103

Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	29	139
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	248	1.071

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Existem lavouras permanentes em 278 estabelecimentos agropecuários e isso ocupa uma área de 245 hectares. As lavouras temporárias estão em 1248 estabelecimentos e ocupam 3830 hectares.

As pastagens naturais estão presentes em 792 unidades, ocupando uma área de 6755 hectares. As pastagens plantadas em boas condições estão em 715 unidades, ocupando uma área de 7014 hectares.

O quadro abaixo demonstra de maneira concisa a utilização das terras de São José de Piranhas, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96.

Quadro 14 – Utilização das Terras em São José de Piranhas.

Ano	Área total (ha) (1)	Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
1995/1996	28 448	3 190	10 078	3 104	10 478

Fonte: Censo Agropecuário, 1995 – 1996.

Como podemos perceber, as áreas de pastagem tanto no Censo de 1995/96 como no Censo de 2006 ocupam três vezes mais área em relação às lavouras permanentes e temporárias, o que configura a produção pecuária como uma atividade que demanda de uma considerável área para ser desenvolvida. No entanto, nas áreas destinadas a lavouras temporárias e permanentes, são desenvolvidas atividades com diferentes culturas agrícolas, como descreveremos após a seção a seguir que tratará da atividade pecuária. Nesta seção, apresentamos os dados sobre a produção pecuária, as lavouras permanentes e temporárias do município.

4.2.1 – O aumento do efetivo de rebanhos

A Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), realizada anualmente pelo IBGE, fornece dados anuais do efetivo de animais no município e também informa a produção anual. Nos quadros abaixo, mostramos o efetivo de rebanhos em cada período. Recortamos períodos de cada 5 anos. Aos quadros completos estão nos anexos 6,7,8 e 9 desta tese.

Quadro 15 – Efetivo de Rebanhos em São José de Piranhas. 1975 – 2009.

Ano/Espécie	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Bovino	11378	16990	13006	10636	9849	8654	8500	15520
Equino	831	570	236	419	366	304	200	190
Bubalino	2	-	-	-	-	-	-	-
Asinino	974	818	126	140	190	410	180	171
Muar	765	682	318	327	450	361	280	245
Suíno	5535	6640	5017	4317	3257	1700	1600	1316
Caprino	2157	1820	1308	1420	1266	1284	1200	860
Ovino	983	1621	627	1523	1866	2226	1800	2200
Galos	-	-	5896	12236	9117	12456	15008	17000
Galinhas	21120	42745	24408	7840	4825	10315	10000	9450
Codornas	14	-	-	-	-	-	-	-
Coelhos	10	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE/ Efetivo de Rebanhos.

Em termos de pecuária, pode-se perceber que a criação de bovinos, ovinos e galos tiveram um crescimento de produção nas últimas duas décadas. As demais atividades pecuárias tiveram decréscimo. O quadro demonstra que ainda existe uma diversidade de produção animal no município, onde se sobressaem a criação de bovinos, ovinos e galos. Os animais utilizados como meio de transporte, como os equinos, bubalinos e muars, têm o efetivo reduzido. Uma das possíveis explicações pode ser o fato do aumento de veículos motorizados.

A circunstância da produção bovina se sobressair também é detectada nos produtos de origem animal. Nota-se um crescimento da produção de leite, como podemos ver no quadro 16.

Quadro 16 – Produção de Origem Animal em São José de Piranhas. 1975 – 2009.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE.

Produto/Ano	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Leite (Mil litros)	1494	1254	156	642	780	730	1440	3465
Ovos de galinha (Mil dúzias)	71	71	55	47	29	62	60	57

O mesmo não pode ser detectado na produção de ovos, que teve uma ligeira queda nos últimos anos. Em relação ao número de vacas ordenhadas, também verifica-se um crescimento no efetivo do rebanho, como está no quadro 17.

Quadro 17 – Vacas Ordenhadas em São José de Piranhas 1975-2009.

Ano	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2009
-----	------	------	------	------	------	------	------	------

Vacas	2766	3058	514	1980	2167	2028	2000	3160
-------	------	------	-----	------	------	------	------	------

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE

A Pesquisa Pecuária Municipal nos oferece uma noção da relevância que a atividade pecuária ocupa no município. O crescimento da atividade pecuária na Região do Semiárido tem despertado o interesse de pesquisadores, como é o caso de Nunes (2011), que considera que está em marcha um processo de “re-pecuarização do semiárido”, fruto de diversos fatores. Dentre esses fatores, temos: a “vocação do sertanejo” para desenvolver a atividade pecuária, em outras palavras, seria um fator cultural, e; o redirecionamento de políticas públicas de financiamento e estruturação da pecuária na região.

Nunes (2011), em pesquisa realizada no Sertão do Pajeú - Pernambuco, constata que este processo de (re)pecuarização está inserido em um quadro de mudanças sociais que tem ocorrido na região de clima Semiárido após a crise do sistema *algodão/pecuária/latifúndio/moradia/culturas alimentares*. Na visão do autor, “o processo de (re)pecuarização se expressa numericamente pelo aumento dos rebanhos e pela expansão das áreas de pastagem sobre as áreas destinadas às lavouras temporárias” (NUNES, 2011, p. 183).

Nunes (2011) mostra que vem acontecendo aumento das atividades pecuárias e do número do rebanho entre os agricultores familiares, que têm preferido criar gado a trabalhar com outras atividades agrícolas. Esta opção pela pecuária está relacionada com a difusão de políticas públicas baseadas em uma perspectiva de que o criatório de gado é uma atividade adequada ao Semiárido. O aumento da produção pecuária, nos últimos anos, também dialoga com símbolos históricos e culturais, como as vaquejadas, as romarias de vaqueiros, cavalgadas religiosas. De acordo com o autor, estas atividades têm tomado cada vez mais destaque na região.

Essa pesquisa de Nunes (2011), acima citada, auxilia na análise do destaque obtido pela pecuária no município de São José de Piranhas, uma vez que há um aumento de rebanhos e de áreas destinadas às pastagens em detrimento das áreas destinadas a lavouras temporárias, como visto nos dados anteriores. A seguir, abordaremos o quadro existente das lavouras temporárias e permanentes.

4.2.2 – O recuo de áreas destinadas às lavouras temporárias e permanentes

A partir da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE), pudemos compreender alguns aspectos da produção agrícola do município, no que se refere às lavouras temporárias e às lavouras permanentes. As tabelas estão em anexo (do anexo 10 ao 17), no final desta tese. Abaixo seguem os comentários.

Em São José de Piranhas, em termos de lavouras temporárias, foi registrada a produção das seguintes culturas: Algodão herbáceo (em caroço), Arroz (em casca), Batata-doce, Cana de açúcar, Fava (em grão), Feijão (em grão), Mandioca, Milho (em grão) e Tomate.

Em termos de ocupação das terras, as lavouras de algodão herbáceo ocupavam 346 hectares de terra, em 1990. A produção chegou a ter um pico de ocupação de 700 hectares, em 1994. De lá para cá, a ocupação territorial com lavouras de algodão foi apenas diminuindo, caindo para 400 hectares, no ano seguinte, 150 hectares, no ano de 2000, 15 hectares, em 2008 e 2009, e nenhum hectare, em 2010.

A ocupação territorial com lavouras de arroz também seguiu uma tendência parecida com o algodão. Em 1990, eram 207 hectares. Em 1996, chegou a ter um pico de ocupação de 423 hectares, caindo para 350 hectares no ano seguinte. A tendência foi de redução da área plantada, tendo 200 hectares plantadas, no ano 2000, 70 hectares, em 2008, 40 hectares, em 2009, e nenhum hectare, em 2010.

A produção de batata doce ocupava 8 hectares, em 1990. Em 1999, eram 3 hectares. De 2000 até 2010, não há registros de área ocupada com plantação de batata doce. A produção de cana de açúcar ocupava 6 hectares, em 1990. Subiu para 30 hectares, em 1994, e 35 hectares, em 1998. A tendência foi de redução anual, chegando, em 2010, com 10 hectares de área plantada no registro do IBGE.

Em relação à fava em grãos, não há registro de ocupação territorial com fava em grãos no período de 1990 até 1995. Em 1996, esta cultura agrícola atingiu a marca de 80 hectares plantados. Em 1997, foram 48 hectares e, em 1998, foram 18 hectares. De 1999 até 2003, não há registros sobre fava. Em 2004, foram 30 hectares plantados, no entanto, a área ocupada por fava foi reduzindo a 3 hectares, no ano seguinte. Em 2010, havia 4 hectares de fava em grãos plantada.

A produção de feijão em grão ocupava 822 hectares, em 1990. Em 1992, esta produção ocupou 1500 hectares, oscilando nos anos posteriores entre 600 hectares, em

1995, até 1200 hectares, em 2002. Desta data até os dias atuais, houve uma redução na área plantada. Tendo 500 hectares, em 2008, e 280 hectares, em 2010.

A produção de milho percorreu uma rota parecida. Eram 822 hectares, em 1990. Houve altos e baixos, tendo picos de 1500 hectares, em 1992, 1300 hectares, em 2002, e 432 hectares plantados, em 2010. A proximidade em termos de área ocupada de feijão e milho é explicada pelo fato de que são culturas plantadas na mesma área.

A plantação de mandioca oscilou entre de 6 a 8 e 2 hectares de 1990 até 2002, último ano que se tem registro. A produção de tomates ocupava 5 hectares, em 1991, foi oscilando entre 6 a 3 hectares nos anos seguintes. Em 2009 e 2010, foram registrados 5 hectares de tomate plantados no município.

Em termos de lavoura permanente, a Pesquisa Agrícola Municipal registra que existem, em São José de Piranhas, as seguintes culturas agrícolas: Algodão Arbóreo (em caroço), Banana (cacho), Castanha de caju, Coco-da-baía, Goiaba, Laranja, Limão e Manga.

O Algodão Arbóreo ocupava 297 hectares, em 1990. Em 1995, restavam 125 hectares, em 1998, eram 35 hectares e não há registros posteriores. O surgimento de uma praga chamada bicudo tornou inviável a produção de algodão em toda região semiárida brasileira.

Em termos de ocupação territorial com lavouras de Banana, havia 18 hectares em 1990. O pico foi registrado, em 1997, com 28 hectares. Em 1999, eram 20 hectares. Já em 2003, eram 9 hectares e, em 2008, foram 6 hectares. Não há registros em 2009 e 2010.

A produção de Castanha de Caju tem uma trajetória ascendente na ocupação territorial no município. Em 1991, eram 3 hectares. Em 1995, eram 25 hectares. Em 2000, eram 29 hectares. De 2001 até 2010, a área plantada com Castanha de Caju permaneceu em 40 hectares.

A produção de Coco-da-Baía teve uma ocupação territorial de 6 hectares em média no período de 1990 a 2010. A produção de goiaba saltou de 2 hectares, em 1990, para 8 hectares, em 2010.

Há registros de um hectare de limão de 1990 até 1997. Após isso, não há registros sobre esta variedade agrícola. Em 1990, havia um hectare de laranja. Nos anos

posteriores, não há registro. E, por fim, a área plantada com Manga tangenciou a marca de 3 hectares plantados, de 1990 até 2010.

Como vimos, há redução de área das lavouras plantadas tanto nas lavouras temporárias, ou seja, aquelas culturas agrícolas que precisam ser plantadas todos os anos, como também nas lavouras permanentes, que são culturas agrícolas que duram alguns anos sem necessitar de ser renovadas, como as frutas por exemplo.

A redução de área das lavouras está conectada com o período posterior à decadência da cultura agrícola do algodão, já que junto com este eram plantados também milho e feijão. Outro fator também que pode ser considerado, como já comentado anteriormente, é o fato de ter crescido a área destinada às pastagens, para dar conta de atender às demandas alimentares dos rebanhos, que também cresceram.

A redução de área plantada de lavouras temporárias também pode estar relacionada com o aumento do número de trabalhadores rurais que passaram a migrar para o corte de cana. A colheita da cana de açúcar na Região Sudeste acontece entre março e dezembro e o plantio no Sertão Paraibano acontece de dezembro a março. Aparentemente haveria a possibilidade da combinação das épocas do ano. É possível organizar a roça com a família e depois “tirar a safra” em São Paulo. No entanto, há outros fatores que também devem ser pesados. As famílias que possuem trabalhadores migrantes não necessariamente têm na agricultura a atividade econômica central, entretanto, não há um completo abandono da atividade agrícola. Estes fatores podem contribuir para compreender o quadro de redução de lavouras temporárias, além de explicar que as lavouras temporárias estão perdendo espaço para as pastagens.

É necessário observar também que a redução da área utilizada por lavouras implica também na redução de empregos ou da necessidade de trabalho. Como comentado anteriormente, em uma mesma área, a produção agrícola demanda mais trabalhadores do que a criação de gado. Desta maneira, a redução da oferta de trabalho ocasionada pelo avanço da pecuária pode ser um dos fatores que pressionou para que, a cada ano, mais trabalhadores aderissem à migração sazonal para o corte de cana.

Em termos de discutir a reprodução social das famílias de agricultores, outro elemento importante a considerar e que também faz parte do quadro de mudanças sociais do período estudado são os programas governamentais de transferência de renda, que analisaremos a seguir.

4.3- Programas Governamentais e Transferência de Renda

Compreender o processo de reprodução social das famílias de agricultores implica em também observar as fontes que constituem a renda destas unidades domiciliares. Neste processo de mapeamento das fontes de renda das famílias, é importante considerar a presença de alguns programas governamentais que auxiliam no incremento de renda e que vêm sendo implementados com mais destaque a partir da década de 1990. Dentre estes programas, destacamos a Aposentadoria Rural, o Bolsa Família, o Seguro de Pescador Artesanal e o Garantia Safra. No quadro a seguir, descrevemos o número de benefícios emitidos pelo INSS no município.

Quadro 18 – Benefícios emitidos pelo INSS em São José de Piranhas.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS EM DEZEMBRO													
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
3.529	3.616	3.923	3.907	4.031	4.120	4.150	4.189	4.244	4.308	4.391	4.579	4.759	4.853

Fonte: INSS⁵⁵, 2013.

Dentre os benefícios emitidos pelo INSS, estão a aposentadoria rural por tempo de trabalho e a aposentadoria permanente e temporária decorrente de acidentes de trabalho. A lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975⁵⁶, estabelece a previdência rural para os trabalhadores rurais. A partir da Constituição Federal de 1988, o benefício pode ser acessado quando o homem completar 60 anos e a mulher 55.

De acordo com o Censo de 2010, existem 1232 homens com mais de 60 anos e 1737 mulheres com mais de 55 anos, o que soma um total de 2971 pessoas aptas a receberem o benefício da aposentadoria por idade pelo INSS. Como vimos no quadro, em 2010, havia 4391 benefícios emitidos para pessoas de São José de Piranhas, o que nos permite ver que, além dos idosos, existem 1440 pessoas no conjunto das outras faixas etárias que recebem o benefício, seja por acidentes de trabalho, decorrente de viuvez, aposentadoria por tempo de trabalho ou aposentadoria por invalidez.

Considerando que a população do município é de 19096 habitantes e 4853 recebem algum benefício do INSS, ou seja, 25% da população, é possível trabalhar com a hipótese de que a maioria das unidades familiares do município tem algum membro que recebe benefício do INSS.

⁵⁵ Informação obtida no Site Oficial do Ministério da Previdência Social. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/estatisticas-municipais-2000-a-2013/> . Acesso em 12 de novembro de 2014.

⁵⁶ Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6260.htm. Acesso em 12 de novembro de 2014.

A previdência rural é um ponto que impacta positivamente no incremento da renda das famílias do campo, sobretudo entre as mais pobres.

Nesse contexto, a previdência rural universal para idosos e inválidos, ainda que tardia, cumpre uma função de proteção social moderna, que é essencial à sociedade democrática. Permite, ainda, no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para o de assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres. (DELGADO; CARDOSO JR, 2003, p. 295)

Além de incrementar na renda das famílias, a aposentadoria rural é um fator que valoriza o papel dos idosos na família. O estudo de Delgado e Cardoso (2003) sobre a aposentadoria rural no Brasil apontam que, em muitas unidades familiares, este benefício é a principal fonte de renda. Os autores argumentam que:

Essa é uma situação que pode, por si só, demonstrar a centralidade do segurado da previdência nas condições de sustentação da renda domiciliar rural, cujo padrão de inserção ocupacional dos beneficiários apenas reforça os argumentos até aqui elencados. Seja operando meramente como seguro de renda vitalício, situação na qual o benefício responde por praticamente toda a renda domiciliar, seja servindo também como seguro agrícola, em que aparece como fundamental nas estratégias de ampliação da renda rural, ou meramente viabilizando a geração de uma renda extra de subsistência, cabe ressaltar a importância das relações existentes entre o beneficiário e as atividades econômicas à sua volta. (DELGADO; CARDOSO JR, 2003, p.311)

De acordo com estes autores, que realizaram uma pesquisa exploratória sobre aposentadoria rural na Região Sul e Nordeste do Brasil, observando os dados de 1993 até 2002, a aposentadoria rural opera em certos casos também como um recurso para investimento na produção agrícola familiar. Os autores afirmam que certos indicadores de impacto podem ser utilizados para avaliar essa política social de maneira positiva, pois, com o direito das aposentadorias, nota-se um aumento expressivo dos idosos rurais no sistema de proteção social, uma inclusão expressiva de mulheres no sistema de proteção rural e uma elevação de renda domiciliar, notando que os benefícios da aposentadoria incidem ainda mais entre os extratos mais pobres.

Uma segunda entrada de recursos provenientes de programas sociais é o programa de transferência de renda Bolsa Família. Os programas de transferência de renda foram implementados no Brasil⁵⁷ a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e foram aprimorados nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011- até o presente). De acordo com a Lei 10836 de 9 de janeiro de 2004⁵⁸, o Bolsa Família é destinado às

⁵⁷ Programas de Transferência de Renda foram estimulados em diversos lugares do mundo. A respeito deste tema, ler Rego e Pinzani (2014) Ferguson (2015).

⁵⁸ Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em 12 de novembro de 2014.

“unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza”. A lei ainda estabelece que

Art.2 - II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) - III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) ((LEI 10836 – 09/01/2004)

São consideradas famílias em extrema pobreza as que têm renda familiar igual ou inferior a R\$ 70,00 por mês. A lei também estabelece os valores pagos aos beneficiários:

Art.2 – III - § 2º - O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais). (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008).
 § 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008). I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008) (LEI 10836 – 09/01/2004)

Nos termos desta lei, em São José de Piranhas, temos o seguinte número de beneficiários, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 19 – Quantidade de Beneficiários do Programa Bolsa Família no município de São José de Piranhas e Valor Total do Programa em São José de Piranhas, no Estado da Paraíba e no Brasil (2004-2014)

Ano	Quantidade de Beneficiários em São José de Piranhas	Valor Total - São José de Piranhas (R\$)	Valor Total – Estado da Paraíba (R\$)	Valor Total – Brasil (R\$)
2004	2.761	1.696.114,00	244.271.199,00	5.533.257.937,91
2005	3.035	1.790.700,00	279.780.317,00	6.873.978.415,00
2006	3.223	2.151.347,00	323.103.664,00	8.145.378.044,07
2007	2.749	2.357.311,00	362.103.664,00	9.222.092.911,00
2008	2.672	2.727.541,00	428.659.125,00	10.811.168.987,00
2009	3.219	3.094.368,00	477.455.184,00	12.417.041.638,00
2010	3.194	3.623.344,00	529.853.753,00	14.366.015.610,00
2011	3.383	4.403.599,00	630.550.390,00	17.283.104.720,00
2012	3.326	5.069.382,00	738.085.404,05	20.288.877.787,33

2013	3.572	7.873.170,00	941.564.574,00	24.890.107.091,00
2014	3.389	7.624.082,00	967.384.623,00	24.822.706.072,00

Fonte: Portal da Transparência, 2015.

Os dados foram obtidos no Portal da Transparência do Governo Federal, que disponibiliza os dados do Programa Bolsa Família a partir do ano de 2004. Como podemos observar, em 2014, havia 3.389 pessoas que recebiam o benefício. Trata-se de 18% da população do município que é diretamente beneficiada pelo Bolsa Família. Em média, no ano de 2013, cada beneficiário recebeu R\$ 2.204,13.

Um terceiro Programa de Repasse de Renda é o Bolsa Pesca ou Seguro do Pescador Artesanal, criado com a Lei 10779 de 25 de novembro de 2003, que “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”.

Em São José de Piranhas, existem 1111 beneficiários do Pescador Artesanal, que receberam, no período de 1 dezembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, um total de R\$ 5.342.689,95. Na média anual, cada beneficiário recebeu R\$ 4.808,90.

Quadro 20 – Quantidade de Beneficiários do Programa Pescador Artesanal no município de São José de Piranhas e Valor Total do Programa em São José de Piranhas, no Estado da Paraíba e no Brasil (Período de 01/12/2013 à 28/02/2014).

Ano	Quantidade de Beneficiários em São José de Piranhas	Valor Total - São José de Piranhas (R\$)	Valor Total – Estado da Paraíba (R\$)	Valor Total – Brasil (R\$)
2014	1.111	5.342.529,69	132.328.689,95	6.681.302.123,66

Fonte: Portal da Transparência, 2014.

O açude de Boqueirão, em São José de Piranhas, possibilita a atividade de pesca artesanal. O número de beneficiários do Programa Pescador Artesanal corresponde a 6% da população do município.

Um quarto programa de transferência de renda operado em São José de Piranhas é o Garantia Safra. Instituído pela Lei 10420 de 10 de abril de 2002⁵⁹, o Benefício Garantia Safra é destinado a “agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem”. Trata-

⁵⁹Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10420.htm. Acesso em 12 de novembro de 2014.

se de um repasse de R\$ 155,00 por mês (Lei 12999 de 18 de junho de 2014⁶⁰) para cada família que teve perdas na lavoura por causa de estiagem.

Os últimos 4 anos foram atravessados por fortes e longas estiagem na Região do Sertão Paraibano e, por isso, os agricultores familiares que se inscreveram no programa tiveram acesso a este benefício. Apesar do programa existir desde 2002 e do Portal da Transparência disponibilizar os dados desde 2004, no que se refere a São José de Piranhas, localizamos informações a partir do ano de 2010, conforme podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 21 – Quantidade de Beneficiários do Benefício Garantia Safra no município de São José de Piranhas e Valor Total do Programa em São José de Piranhas, no Estado da Paraíba e no Brasil (2010-2014)

Ano	Quantidade de Beneficiários em São José de Piranhas	Valor Total - São José de Piranhas (R\$)	Valor Total - Estado da Paraíba (R\$)	Valor Total - Brasil (R\$)
2010	873	636.650,00	60.459.990,00	460.825.535,00
2011	636	95.400,00	19.398.650,00	95.135.290,00
2012	624	251.100,00	62.766.710,02	597.023.210,91
2013	1029	1.003.110,00	137.783.410,69	1.284.115.048,40
2014	773	488.610,00	51.091.258,72	547.998.564,47

Fonte: Portal da Transparência, 2014.

Como podemos observar, o número de beneficiários varia desde 2010. No entanto, em 2013, 1029 agricultores familiares foram beneficiados pelo programa. Considerando que no município existem 1.364 estabelecimentos de agricultura familiar, pode-se observar que 75% dos estabelecimentos tiveram perdas em sua plantação e puderam acessar o benefício no ano de 2013. Já em 2014, o número baixou para 773 beneficiários, que correspondem a 57% dos estabelecimentos familiares.

Os programas sociais de transferência de renda têm uma abrangente capilaridade entre os habitantes de São José de Piranhas. No quadro abaixo, organizamos alguns dados

⁶⁰Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12999.htm. Acesso em 12 de novembro de 2014.

para ter uma noção em números percentuais sobre os beneficiários destes programas na população em Idade Ativa, ou seja, acima dos 15 anos de idade.

Quadro 22 – Quadro Resumo de Beneficiários x População em Idade Ativa

Programa Social (Ano)	Número de Beneficiários	Percentagem da População em Idade Ativa (Acima de 15 anos).	Percentagem da População sem contar os aposentados Homens (15-59) Mulheres (15-54)	Percentagem Total de Mulheres que recebem o Bolsa Família (15-54)
Benefícios do INSS (2013)	4853	33%	-	-
Bolsa Família (2014)	3389	23%	29%	62%
Pescador Artesanal (2014)	1111	7%	9%	-
Garantia Safra (2014)	773	5%	6%	-

Fonte: IBGE (2010), INSS e Portal da Transparência (2014).

Um terço da população em idade ativa recebe benefícios do INSS. Em relação ao Programa Bolsa Família, constatamos que 23% da população em idade ativa são beneficiários deste programa. Se excluirmos também as pessoas em idade para a aposentadoria rural, notaremos que 29%, ou seja, quase um terço da população em idade ativa está inserida no Bolsa Família. Como sabemos, quem recebe o Bolsa Família é a mulher, a mãe da família. Contudo, no momento em que esta mulher passa a receber o benefício do INSS, é automaticamente excluída do Bolsa Família. Assim, se recortarmos o número de mulheres em idade ativa, notaremos que 62%, ou quase dois terços, recebem o Bolsa Família.

O programa Pescador Artesanal atinge 7% da população em idade ativa e o Programa Garantia Safra atinge 5% da população em idade ativa. Este dado se refere à população em idade ativa de todo o município. A percentagem aumentará se passarmos a observar somente a população no meio rural, como já denotamos anteriormente.

É inegável, portanto, a importância dos programas sociais na composição de renda destas famílias. De acordo com as regras destes programas, para acessar os benefícios, as

peças necessitam comprovar a necessidade⁶¹. Este é um ponto a ser considerado. As pessoas são beneficiadas pelo programa social porque necessitam deste recurso.

Em termos gerais, é possível afirmar que vem acontecendo um processo de redução de desigualdades sociais no município. Esta percepção é verificada também no Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013:

A renda per capita média de São José de Piranhas cresceu 244,88% nas últimas duas décadas, passando de R\$93,23 em 1991 para R\$161,99 em 2000 e R\$321,53 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 73,75% no primeiro período e 98,49% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 60,55% em 1991 para 39,53% em 2000 e para 17,56% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,56 em 2000 e para 0,50 em 2010. (PNUD, 2013).

O fato de que houve um aumento da renda *per capita* e uma redução da desigualdade social fortalece o argumento de que os programas de transferência de renda implementados no Brasil, a partir dos anos 2000, e os salários obtidos nas colheitas de cana de açúcar contribuíram para incrementar a renda das famílias.

Em termos de elaborar uma reflexão sobre as transformações territoriais ocorridas com os agricultores do Sertão Paraibano a partir da década de 1980, pode-se pensar em alguns elementos que nos ajudam a compreender o atual cenário.

Um elemento que merece destaque é o declínio do plantio de algodão. Em torno da produção de algodão, organizava-se uma lógica social que continha uma forma específica de explorar o trabalho, através da relação de moradia e, uma forma específica de organizar a produção agrícola, baseada no tripé algodão, gado e lavoura. O fim da produção do algodão representou também o fim de um sistema que foi estável por certo período. Esta ruptura estimulou a busca por trabalho, por parte das famílias mais pobres, na Região Sudeste, em empregos urbanos em um primeiro momento e posteriormente no assalariamento sazonal na colheita da cana de açúcar.

Em decorrência do declínio da produção de algodão, a lógica agropecuária foi alterada, tendo um aumento na criação de animais e de áreas para pastagens e uma redução na produção agrícola. Outra ruptura que também está relacionada com o declínio da produção de algodão, mas que tem suas características próprias, é o desmantelamento da relação de moradia. É claro que a legislação trabalhista, a partir da entrada em vigor do

⁶¹ De acordo com os dados de fiscalização do Ministério Público Federal, os recursos desviados do Programa Bolsa Família não chegam a 1,5%.

Estatuto do Trabalhador Rural, foi um fator que colaborou para a redução do uso da relação de morada.

Em relação à estrutura fundiária do município, é necessário considerar que houve um aumento no número de imóveis rurais, assim como de área registrada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ocorreu também uma leve redução no índice de concentração fundiária. Em outras palavras, mais famílias tiveram acesso à terra. Isso não significa que a quantidade de terras de um pequeno proprietário, dadas as condições de clima e de tecnologia agrícola utilizadas na região, seja suficiente para o sustento da família. Desse modo, o trabalho assalariado nas lavouras de cana vem sendo apresentado como uma opção importante na constituição da renda familiar.

Na década de 1990, o surgimento do programa de Aposentadoria Rural, seguido de outros programas como o Bolsa Família, Garantia Safra, Auxílio para Pescadores Artesanais, incrementou a renda das famílias, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida.

As mudanças acima listadas não eliminaram a diferenciação social destas famílias, pois atualmente podemos observar a existência residual de moradores e a presença de assalariados rurais, de agricultores sem-terra, de rendeiros, de pequenos, médios e grandes proprietários rurais.

Em linhas gerais, a composição da renda das famílias que vivem na zona rural é relacionada ao trabalho na terra, ao trabalho na diária, aos programas sociais do estado, aos empregos da administração pública na prefeitura e no governo do estado e às atividades assalariadas fora do município.

A partir deste apanhado histórico e sincrônico, tendo como base o período posterior ao declínio do algodão, foi possível perceber que a migração para o corte da cana de açúcar, seja como forma de renda principal ou como complemento da renda agrícola, é um dos fatores que faz parte do contexto das transformações territoriais acontecidas neste período. O próximo capítulo faz um recorte diacrônico, baseado no tempo presente, com o objetivo de observar a atual situação de famílias de agricultores da zona rural de São José de Piranhas.

CAPÍTULO 5 - CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS NO MEIO RURAL

Para compreendermos o processo de reprodução social de famílias de agricultores no Sertão Paraibano, optamos por observar as condições sociais em que as mesmas estão inseridas no contexto atual. Desta maneira, apresentaremos três localidades da zona rural de São José de Piranhas, com o objetivo de aprofundar a descrição destas condições sociais, observando fatores como o acesso à terra, a produção agrícola e pecuária, o trabalho assalariado decorrente da migração, a escolaridade e o acesso a programas de transferência de renda.

A zona rural do município de São José de Piranhas contém 116 localidades, onde vivem 8.301 habitantes (IBGE, 2010). No decorrer desta pesquisa, visitamos algumas destas localidades da zona rural de São José de Piranhas, como Sítio Antas, Sítio Malhada das Flores, Sítio Carcaré, Boa Vista, Serra do Braga, Peba dos Vicentes, Sítio Irapuá, Sítio Morros, Sítio Enjeitado, Sítio Peba dos Liras, Sítio Tamanduá e Piranhas Velha. Essas visitas foram realizadas para fazer entrevistas com cortadores de cana, arrematadores, beneficiários do P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas Rurais⁶²), agentes de saúde e agricultores, o que deu uma noção da amplitude da zona rural do município.

Selecionamos as localidades de Boa Vista, Serra do Braga e Peba dos Vicentes pelo fato de que elas contemplam situações distintas, o que nos possibilita perceber a diversidade de condições de reprodução social mesmo em uma unidade geográfica municipal.

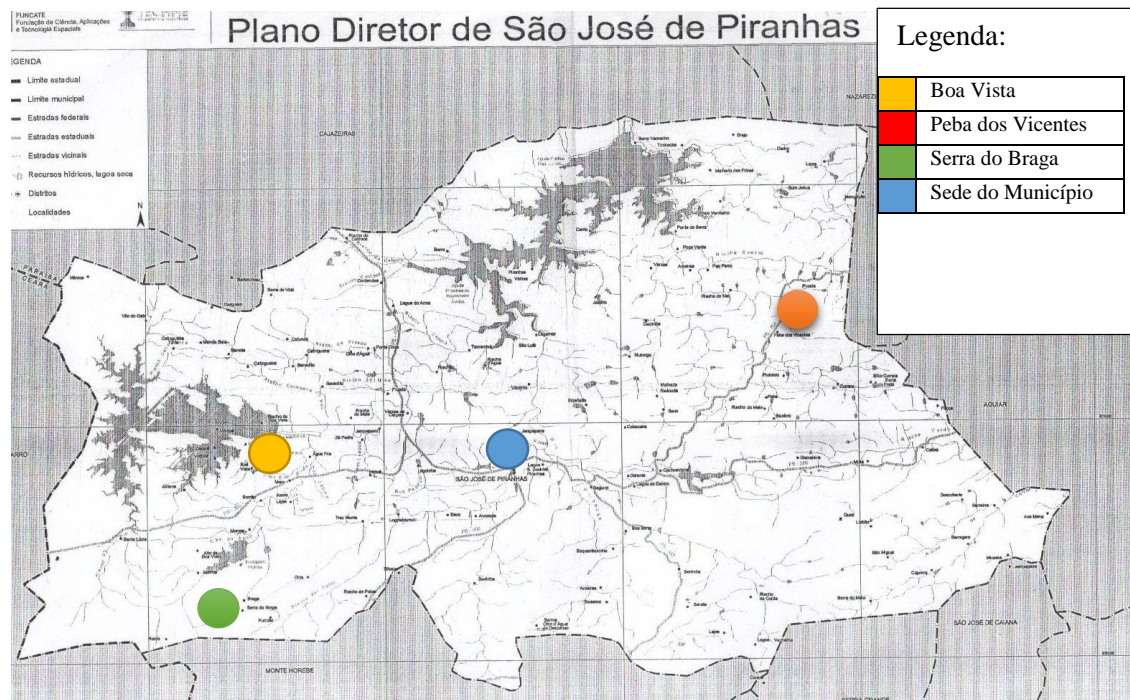
O povoado de Boa Vista está localizado a 12 km da sede municipal. Foi a localidade que mais visitamos no decorrer destes seis anos de pesquisa. É habitado majoritariamente por famílias que não são proprietárias de terras.

O sítio Serra do Braga está localizado a 24 km da sede municipal. É habitado por pequenos proprietários rurais em sua maioria, mas tendo também a presença de famílias que não são proprietárias de terras.

⁶² Durante o período de 2010 a 2011, fiz parte do Projeto de Pesquisa “Avaliação do Programa Um milhão de Cisternas Rurais” coordenado pelo Professor Edgard Malagodi, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande.

O sítio Peba dos Vicentes está localizado a 15 km da sede municipal. Tem a característica de ser uma das poucas ou quem sabe a única localidade do município onde não havia pessoas que migravam para cortar cana ou vender roupa, sendo também uma localidade de pequenos proprietários. As três localidades estão dispostas no mapa a seguir.

Figura 2 - Mapa de São José de Piranhas com a demarcação das localidades pesquisadas.



Fonte do Mapa: Prefeitura Municipal de São José de Piranhas, 2007.

A diversidade de situações de acesso à terra foi o principal critério metodológico para a escolha destes três *sítios*. Provavelmente em São José de Piranhas e no Sertão Paraibano, poderão ocorrer outras situações distintas a estas que analisamos neste estudo. Para fins de nossa pesquisa, pelo recorte feito, as diferentes situações aqui observadas e analisadas já trazem um rico material para comentar o debate sobre a reprodução social destas famílias. Temos, então, em termos gerais: o povoado de Boa Vista marcado pela presença de ex-moradores, hoje reideiros; o sítio Serra do Braga caracterizado por um misto de pequenos proprietários e reideiros; e o sítio Peba dos Vicentes composto por pequenos proprietários.

Além do critério metodológico de observar diferentes situações de acesso à terra, há outros fatores que nos fizeram privilegiar estas três localidades. Conhecemos alguns trabalhadores de Boa Vista no alojamento de uma usina canaveira no estado de São Paulo, durante a pesquisa de mestrado. Mantivemos o contato com muitos deles, realizando diversas visitas a esta localidade. Esta relação com esses trabalhadores

facilitou a pesquisa nesta localidade. Quanto à Serra do Braga, já havia familiaridade desde 2010, por termos realizado uma outra pesquisa sobre o impacto do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Na Serra do Braga, em 2012, entrevistamos um trabalhador que havia participado de uma greve (discutida no capítulo 3). O fato de ter estado anteriormente neste sítio, permitiu-nos ter um conhecimento prévio para selecioná-la para esta análise. Em relação ao sítio Peba dos Vicentes, o primeiro contato que tivemos também foi em 2010, por vias da pesquisa sobre o P1MC, pelo fato de ter sido ali construída a primeira cisterna de placa do município. Em Peba dos Vicentes, mora um dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, um grande interlocutor e apoiador da nossa pesquisa.

A coleta dos dados se deu por três técnicas: a observação participante, a realização de entrevistas não estruturadas e a aplicação de um questionário na grande maioria⁶³ das casas destas localidades. O questionário foi aplicado na última visita de campo, em dezembro de 2014. Os dados aqui apresentados dizem respeito a diversas facetas da realidade dos indivíduos e famílias dos sítios observados como: acesso à terra, escolarização, mercado de trabalho, condições de moradia, constituição histórica das localidades, acesso a programas sociais, desenvolvimento da agricultura e migração. Todas estas informações são, em nosso ponto de vista, relevantes para compor um quadro explicativo sobre as condições de reprodução social destas famílias.

Um ponto que conecta as experiências dos habitantes das três localidades pesquisadas como do meio rural de São José de Piranhas é a relação das pessoas com a agricultura, seja trabalhando diretamente ou tendo contato com familiares que trabalham na terra. Como já mencionamos, o município se localiza em uma região de clima semiárido marcado por duas estações bastante distintas: o inverno, período de chuvas, que geralmente acontece de dezembro a março e o verão, período da seca, que acontece entre abril e dezembro. Nos quadros a seguir, podemos ver o extrato de chuvas acumuladas por ano, no período de 2004 até 2014, e selecionamos também por mês, entre janeiro de 2011 até dezembro de 2014.

Quadro 23 - Chuvas Acumuladas por ano no município de São José de Piranhas – 2004-2014

Ano	Quantidade (mm)
2004	1075

⁶³ A única localidade em que foi possível aplicar o questionário em todas as casas foi de Peba dos Vicentes. Em Boa Vista, não conseguimos aplicar em 2 casas, pois as pessoas não estavam e, em Serra do Braga, não aplicamos em 7 casas, pois também as pessoas ou não estavam em casa ou estavam na colheita da cana de açúcar no estado de São Paulo. Os questionários foram aplicados entre os dias 1 a 10 de dezembro de 2014.

Colheita do Milho					X	X						
Colheita do Feijão			X	X								

Fonte: Pesquisa de Campo (2011-2014).

O sistema de agricultura utilizado pelos agricultores pesquisados segue uma lógica de agricultura tradicional, sem o uso de máquinas de grande porte como tratores ou colheitadeiras, com baixo uso de fertilizantes químicos. É uma agricultura baseada no trabalho manual, com ferramentas como a foice, enxada, arado, roçadeira, facão.

O trabalho agrícola é dividido em três partes: o preparo, o plantio e a colheita. O preparo da terra consiste em duas tarefas: *brocar* e *queimar*. Brocar é o ato de cortar as árvores no local onde haverá o plantio. A vegetação predominante da região do Sertão Paraibano é a caatinga, um bioma caracterizado pela presença de arbustos com galhos retorcidos e raízes profundas - como aroeira, angico, juazeiro – e cactos. São espécies vegetais que sobrevivem a longos períodos de seca. Após o corte, há um período de espera de um ou dois meses para que a vegetação cortada seque. Em seguida, o mato cortado e seco é queimado. Estas atividades começam a ser realizadas no mês de junho e são mais intensificadas pelos meses de novembro e dezembro.

O plantio é realizado no período das chuvas, no inverno, que se inicia pela metade do mês de dezembro até o mês de fevereiro. Nestes meses, são plantadas a maior parte das culturas agrícolas como o milho, feijão, fava, arroz, abóboras como também é semeado o capim, que servirá para alimento do gado no período posterior. No mês de março, inicia-se a colheita: primeiro da fava, depois do feijão e o milho é colhido nos meses de maio e junho. No período entre o plantio e a colheita, acontece a limpa de outras plantas que crescem entre o feijão, o milho e a fava.

De certa forma, o período em que há o maior número de atividades agrícolas é o de novembro a março. No período de seca, reduz-se o número de atividades agrícolas, o que não implica em redução de trabalho, visto que é um período no qual outras atividades entram em cena, principalmente para as famílias que lidam com gado. Coincidência ou não, o fato é que a colheita da cana de açúcar na Região Sudeste geralmente se dá entre os meses de março a novembro, ou seja, o mesmo período em que há menos atividades agrícolas em nível local.

No decorrer deste capítulo, trataremos que o assalariamento, para algumas famílias, pode ser uma forma de complementação da renda agrícola em um período em que há menos atividades agrícolas para serem realizadas, ao passo que, para outras

unidades familiares, o assalariamento é a principal fonte de renda. Na próxima seção do capítulo, iremos tratar de cada localidade, para apresentar como se dão as condições sociais de reprodução destas famílias em termos de trabalho, acesso à terra, assalariamento, produção agrícola e pecuária e acesso a benefícios de programas sociais do governo.

5.1 – O Povoado de Boa Vista

O povoado de Boa Vista se localiza a 12 km da sede do município nas margens da Rodovia PB 366, que liga São José de Piranhas/PB a Barro/CE. De acordo com nosso levantamento, existem 80 casas no povoado, além de quatro bares, uma padaria, um açougue, uma Unidade Básica de Atendimento de Saúde, uma escola municipal de ensino fundamental, um cemitério, um campo de futebol, uma quadra de esportes e dois templos da Igreja Católica.

A maioria das casas do povoado, cerca de 90%, localiza-se em uma área pertencente à Igreja Católica, doado por uma proprietária de terras em 1943⁶⁴, como forma de pagamento de uma promessa religiosa em devoção a São João Batista. As demais casas ficam na parte leste do povoado. As residências que estão sobre o terreno da Igreja pagam uma taxa anual, o Laudêmio⁶⁵, à Paróquia de São José de Piranhas.

Os primeiros habitantes do povoado eram trabalhadores rurais, os chamados moradores, recém-saídos de fazendas nas localidades vizinhas. As famílias construíam a casa na “Terra do Padroeiro”, na “Terra do Santo⁶⁶”, e trabalhavam como rendeiros, meeiros, diaristas e vaqueiros para os proprietários das redondezas. De acordo com um habitante de Boa Vista, a maioria das famílias que começou o povoamento de Boa Vista tinha estado na condição de moradores de um proprietário da vizinhança, tanto que Boa Vista era identificado como um povoado onde ficavam os “moradores de Joaquim Ribeiro”. A foto de satélite tirada pelo Google Earth fornece elementos para descrever melhor a localidade.

Figura 3 - Vista Aérea do Povoado de Boa Vista.

⁶⁴ De acordo com as escrituras da propriedade.

⁶⁵ Trata-se de uma espécie de aluguel que é pago à paróquia anualmente. Os valores pagos ficam em torno de 20 reais por casa/ano.

⁶⁶ Doações de terrenos para a Igreja Católica como forma de pagamento de promessa a santos foi uma atitude presente em diversas localidades do Brasil. Sobre o assunto, ver Almeida (1989).



Fonte: Google Earth – Data da Imagem 23/10/2011. Baixada do Google Earth em 20/01/2015.

As casas estão construídas na beira da rodovia PB 366. O quadro branco que está sobre a foto representa a área que é propriedade da Igreja, a chamada “terra do padroeiro” ou “o patrimônio”. As casas que estão no lado de fora do quadrado foram construídas no período mais recente e são de pessoas que moravam nos locais em que passará um reservatório de água do Projeto de Transposição do Rio São Francisco⁶⁷.

Sobre os domicílios de Boa Vista, apresentamos os dados do quadro a seguir.

Quadro 26 – Situação, tamanho e quantidades de pessoas por domicílio em Boa Vista.

Situação do Domicílio	Próprio	Alugado
	68 (88%)	9 (12%)
Tamanho do Domicílio	Quantidade de Domicílios	
4 Cômodos	8	
5 Cômodos	16	
6 Cômodos	27	
7 Cômodos	12	
8 Cômodos	10	
9 Cômodos	3	
12 Cômodos	1	
Moradores no Domicílio	Quantidade de Domicílios	
1 membro	15	
2 membros	21	

⁶⁷ De acordo com o Ministério de Integração Nacional: “O Projeto de Integração do Rio São Francisco é a mais relevante iniciativa do governo federal dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. O objetivo é garantir a segurança hídrica para mais de 390 municípios no Nordeste Setentrional, onde a estiagem ocorre frequentemente” (MI, 2015). Disponível em <http://www.integracao.gov.br/o-que-e-o-projeto>. Acesso em 6 de junho de 2015. O projeto prevê a criação de canais e lagos artificiais, com o objetivo de tornar a água do Rio São Francisco - que nasce em Minas Gerais, atravessa a Bahia, passa por Pernambuco, Alagoas e Sergipe – acessível também para outros estados como a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, bem como para outros municípios que não são atravessados pelo rio. São José de Piranhas está na rota de um dos canais que transportará a água do Rio São Francisco para o Ceará e para o Rio Grande do Norte. No município de São José de Piranhas, está sendo construída a Barragem de Cuncas (referência a uma localidade do interior do município de Barro/CE). Esta barragem já desalojou mais de 300 famílias dos Sítios Carcaré, Riacho de Boa Vista, Sítio Antas e Sítio Jurema. Parte destas famílias foi indenizada e se mudou para outras localidades, como em Boa Vista e na sede do município.

3 membros	11
4 membros	15
5 membros	9
6 membros	3
7 membros	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Apenas nove unidades familiares moram em casas alugadas, as demais são donas de suas próprias casas. Ainda observando a foto anteriormente apresentada e extraída do Google Earth, podemos ver que, atrás de cada casa, há um cercado onde fica o quintal.

A maioria das casas tem uma área de frente para a rua. Na parte de trás, são cultivadas algumas variedades de hortaliças e fruteiras, como também são criadas galinhas. Em termos de árvores, detectamos em diferentes casas a presença de pés de mamão, banana, seriguela, laranja, acerola, manga, romã, lima, urucum e caju. Em termos de hortaliças e ervas medicinais, as pessoas entrevistadas afirmaram cultivar coentro, menta, erva doce, erva cidreira, capim santo, hortelã, malva, cebola e jerimum.

O tamanho da casa geralmente varia de acordo com o número de habitantes. Existem 15 casas com apenas uma pessoa morando. Neste caso, são 14 mulheres e um homem, ambas adultas, algumas solteiras, outras viúvas, a maioria delas são aposentadas. Em 21 casas moram apenas duas pessoas. Na maioria dos casos, são casais jovens que ainda não tem filhos ou casais de aposentados, tendo também casos nos quais moram dois familiares como mãe e filha ou filho. No quadro a seguir, apresentamos um breve histórico da ocupação territorial do atual povoado de Boa Vista.

Quadro 27 - Década em que os atuais domicílios se instalaram em Boa Vista.

Período	Domicílios	De onde vieram.
Desde que nasceram	10	-
Anos 1960	2	De sítios vizinhos a Boa Vista de Carrapateira/PB
Anos 1970	4	De sítios vizinhos a Boa Vista
Anos 1980	6	De sítios vizinhos a Boa Vista
Anos 1990	8	De sítios vizinhos a Boa Vista
Anos 2000	8	De sítios vizinhos a Boa Vista e de Mauriti/CE
Após 2010	39	De sítios vizinhos a Boa Vista, de São José de Piranhas (sede), de Barro/CE, de Mauriti/CE e de Piracicaba/SP

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Pelo resgate realizado nesta pesquisa, podemos perceber que atualmente 10 domicílios são originários do povoado desde seu princípio. A partir da década de 1960, é possível se observar um crescimento de novas famílias a cada década, tendo destaque o período recente, após 2010, quando o número de domicílios no povoado praticamente duplicou, devido às obras da construção de uma das barragens da transposição das águas

do Rio São Francisco. Uma parte destas famílias se alocou em Boa Vista para trabalhar nos canteiros das obras, que se encontram próximos à localidade. A outra parte é de famílias desalojadas de suas terras que se mudaram para o povoado. A maioria das famílias que se estabeleceu em Boa Vista é oriunda de sítios localizados na vizinhança do povoado.

Em termos populacionais, podemos observar, no quadro abaixo, o perfil dos habitantes de Boa Vista, a partir da faixa etária, do sexo, da escolaridade e do índice de analfabetismo.

Quadro 28 – Pirâmide Etária – Sexo – Escolaridade – Índice de Analfabetismo em Boa Vista.

Faixa Etária	Feminino		Masculino		Total	Analfabetos	
	Quantidade	Média de Anos na Escola	Quantidade	Média de Anos na Escola		Total	Taxa de Analfabetismo
0-4 anos	4	-	7	-	11	-	-
5-9 anos	9	2,6	8	2,25	17	0	0
10-14 anos	8	5,62	10	5	18	0	0
15-19 anos	8	8,75	8	10,12	16	0	0
20-24 anos	12	9,66	5	9,80	17	0	0
25-29 anos	6	7,50	11	6,90	17	0	0
30-34 anos	16	7,68	10	3,4	26	3	11%
35-39 anos	4	6,25	5	3,00	9	1	11%
40-44 anos	5	6,60	6	2,33	11	2	18%
45-49 anos	8	5,37	3	2,66	11	1	9%
50-54 anos	9	3,88	8	1,87	17	1	5%
55-59 anos	6	6,00	5	3,60	11	2	18%
60-64 anos	8	1,37	8	1,87	16	5	31%
65-69 anos	7	0,57	3	2,66	10	4	40%
70-74 anos	9	1,33	5	1,40	14	2	14%
75-79 anos	2	0,5	4	1,5	6	3	50%
80-85 anos	3	2,33	3	0,66	6	1	16%
85-89 anos	1	0	0	0	1	1	100%
Total	125	4,75	109	3,07	234	26	11%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Na localidade de Boa Vista, vivem 234 pessoas, sendo 125 do sexo feminino e 109 do sexo masculino. A faixa etária com o maior número de membros é de 30 a 34 anos. Nas demais faixas etárias, a quantidade de pessoas é praticamente a mesma, variando pouco. Acima dos 75 anos, a quantidade de pessoas é menor em relação às outras faixas etárias.

Um ponto que consideramos importante observar é a escolaridade. A média de anos na escola é de 4,75 para mulheres e de 3,07 para os homens. Os índices de analfabetismo se concentram na população acima dos trinta anos de idade, sendo que os

maiores índices se concentram entre as pessoas com mais de 60 anos. No quadro abaixo, detalhamos a escolaridade dos adultos acima de 18 anos.

Quadro 29 - Escolaridade entre adultos acima de 18 anos em Boa Vista.

Nível	Feminino		Masculino		Total	
		%		%		
Analfabeto	13	13%	14	17%	27	15,1%
Cursou somente a 1ª. série do Ensino Fundamental	14	14%	17	21%	31	17,4%
Cursou a 2ª. Série do Ensino Fundamental	5	5%	7	8%	12	6,4%
Cursou a 3ª. Série do Ensino Fundamental	4	4%	7	8%	11	6,1%
Cursou a 4ª. Série do Ensino Fundamental	25	25%	15	18%	40	22,4%
Cursou a 5ª. Série do Ensino Fundamental	4	4%	1	1%	5	2,8%
Cursou a 6ª. Série do Ensino Fundamental	1	1%	2	2%	3	1,6 %
Cursou a 7ª. Série do Ensino Fundamental	4	4%	1	1%	5	2,8%
Cursou a 8ª. Série do Ensino Fundamental	5	5%	5	6%	10	5,6%
Cursou a 1ª. Sério do Ensino Médio	2	2%	1	1%	3	1,6%
Cursou a 2ª. Sério do Ensino Médio	4	4%	2	2%	6	3,2%
Ensino Médio Completo	15	15%	5	6%	20	11,2%
Ensino Superior Incompleto	1	1%	1	1%	2	1,1%
Ensino Superior Completo	2	2%	1	1%	3	1,6%
Total	99	100%	79	100%	178	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A escolaridade entre os adultos é um ponto que merece atenção porque tem relação com o acesso ao mercado de trabalho. Historicamente a educação no meio rural do Brasil tem se apresentado deficiente, sendo detectável em Boa Vista no quadro acima apresentado. A taxa de analfabetos entre os adultos é de 15%, no entanto, a maioria dos que estudaram até a primeira série tem instrução para escrever o nome. É o chamado analfabetismo funcional. Desta maneira, podemos observar que cerca de 30% da população adulta se encontra nesta situação. Se ampliarmos o foco, veremos que metade dos adultos estudou até a quarta série do Ensino Fundamental. Geralmente quanto maior a idade, menor foi o acesso à escolarização. Podemos ver também que há 2 pessoas na localidade com ensino superior completo, uma que está cursando o ensino superior e quinze pessoas que concluíram o ensino médio. São pessoas mais jovens, que chegaram a alcançar a ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas e universidades a partir dos anos 1990.

A seguir, apresentamos as ocupações dos habitantes de Boa Vista, relacionando com a média de anos na escola e média de idade.

Quadro 30 - Perfil das Ocupações de Trabalho x Média de Anos na Escola e Idade em Boa Vista.

Ocupação	Quantidade de Pessoas	Média de Anos na Escola	Média de Idade
Agricultor/a (Roça)	43	3,2	48
Aposentado/a	33	1,57	64
Trabalhos na Transposição do Rio São Francisco	20	4,8	35
Crianças	12	Em algum nível de escolarização de acordo com a idade.	2,9
Doméstica	11	3,72	40
Estudantes	49	6,32	13
Faxineira	1	Ensino Fundamental Completo	23
Escola	7	10,7	37
Funcionários Públicos	4	6,00	43
Vendedores	9	8,45	25
Lava Roupa	1	4	49
Manicure	1	8	39
Borracheiro	1	Analfabeto	77
Cabelereira	1	Ensino Médio Completo	31
Comerciante	6	4,16	48
Costureira	3	4,66	63
Desempregados	6	7,5	26
Dona de Casa	21	4,57	50
Construção Civil	4	2	43
Técnica em enfermagem	1	Ensino Médio Completo	46

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

No povoado, há vinte diferentes tipos de ocupação. A mais citada é a agricultura, realizada basicamente por um público com idade média de 48 anos. De maneira geral, as mulheres dos agricultores respondiam com a ocupação de dona de casa. Os dados confirmam a observação realizada em campo. Nas diversas visitas realizadas ao povoado de Boa Vista, observamos que, pela parte da manhã, os homens mais velhos saíam cedo de suas casas, munidos de ferramentas e se dirigiam para trabalhar em seus roçados, seja de moto ou caminhando. Era raro ver os mais jovens se dirigindo aos roçados, até porque a maioria ou estava trabalhando em São Paulo no corte de cana, ou estava viajando para vender roupas na Região Norte. As mulheres realizavam atividades domésticas, no interior e ao redor da casa.

Como podemos ver no gráfico acima, a agricultura não é a única ocupação profissional das pessoas que moram no povoado de Boa Vista. Há pessoas que trabalham em outras áreas como limpeza, borracharia, vendas, construção civil, comércio, donas de casa. No entanto, a agricultura é a atividade em que a maioria das pessoas que ali vive tem contato ou já teve com o trabalho agrícola.

Em Boa Vista, apenas 9 famílias têm propriedade de terra. No entanto, 34 famílias informaram que cultivam alimentos. Como vimos acima, 44 pessoas afirmaram ter a agricultura como ocupação principal.

As unidades familiares que não têm propriedade trabalham como rendeiros nas propriedades que ficam ao redor do povoado, alguns dos proprietários moram em Boa Vista mesmo, outros moram em São José de Piranhas. Há dois casos de pagamento do aluguel da terra: o pagamento via produção ou *parceria* e o plantio de capim ou *renda do capim*. No pagamento via produção, há diferentes acordos entre os agricultores, variando de 25 a 50 % da produção. A segunda forma de pagamento acontece da seguinte maneira: o rendeiro planta o legume (milho, feijão, fava) e, ao mesmo tempo, semeia o capim. Quando ele colhe o legume, o capim fica para o gado do proprietário.

O quadro 31 contém alguns dados sobre o acesso à terra, trabalho fora das localidades e acesso a políticas públicas na localidade.

Quadro 31 – Acesso à Terra x ao Trabalho Migrante Assalariado x aos Programas Sociais em Boa Vista.

Tamanho do Estabelecimento	Quantidade de Domicílios	Com membros que já foram para:		Domicílios que acessam:						Não Acessa Programa Social
		Corte da cana	Vendas	PIMC	Pronaf	Bolsa Família	Aluguel Transposição	Garantia Safra	INSS	
Sem propriedade de terra	67	38	14	14	1	28	16	11	28	6
Até 1 hectare	2	1	0	0	0	0	1	1	2	0
Com 3 hectares	3	0	0	0	0	1	3	1	3	0
Com 15 hectares	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Com 30 hectares	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0
Com 60 hectares	3	0	0	1	0	1	0	0	3	0
Total	77	39	16	16	1	31	20	13	37	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A primeira informação que precisa de um detalhamento maior é a relacionada ao acesso à terra. Nota-se que 67 famílias não são proprietárias de terra. Das 10 famílias que são proprietárias, 3 famílias são donas do correspondente a 75% das terras do conjunto destes pequenos proprietários. Uma parte das famílias que não tem terra trabalha nestas propriedades e de outros proprietários da região. Identificamos que 19 não proprietários trabalham em terras de outros. Assim, das 67 famílias que não são proprietárias de terras, 48 delas não têm a agricultura como ocupação principal. Como demonstramos acima, as pessoas do povoado estão envolvidas em 20 diferentes tipos de ocupações.

O fato da agricultura não ser nos dias atuais a principal ocupação para muitos dos habitantes de Boa Vista não quer dizer que a mesma não tenha significados para estas

peessoas. Como podemos notar, dos 77 domicílios, 39 já tiveram homens que trabalharam com o corte de cana. Em relação a este fato, é interessante observar que dos domicílios que têm membros que migram ou migraram para o corte de cana, pelo menos, 38 deles não são proprietários de terras e o único proprietário dentre os cortadores de cana deste local tem menos de 1 hectare de terra. Neste sentido, é evidente a relação entre acesso à terra e migração, ou seja, os domicílios que não têm propriedade da terra encontram no assalariamento no corte de cana uma saída para garantir a sobrevivência. Os domicílios que têm propriedade de terra, pelo menos, em Boa Vista, não têm membros envolvidos com o corte de cana.

Nota-se também uma estreita relação entre o acesso à terra e o acesso a programas sociais. Neste caso, podemos observar que a maioria dos beneficiários dos programas sociais se encontra entre os domicílios que não têm acesso à terra. Com exceção aos benefícios do INSS, que incluem também a aposentadoria rural, em que 9 domicílios de proprietários de terra também têm acesso, os demais estão concentrados na faixa dos não proprietários, inclusive os seis domicílios que não acessam a nenhum benefício social. Estes, por sua vez, são domicílios compostos por casais jovens que trabalham com carteira assinada nas obras da transposição do Rio São Francisco e isso os coloca fora dos critérios de acesso aos determinados programas sociais.

Apresentamos também, no quadro a seguir, a relação entre domicílios beneficiários de programas sociais e que também têm membros envolvidos em algum tipo de trabalho migrante.

Quadro 32 - Relação entre domicílios beneficiários de programas sociais e domicílios com trabalhadores migrantes.

Programa/Domicílios	Total	Corte de Cana	Vendas	Corte de cana e vendas
P1MC (Cisterna)	16	11	7	6
PRONAF	1	0	1	0
Bolsa Família	31	23	9	8
Garantia Safra	13	9	2	2
INSS	37	13	5	2
Aluguel da transposição	20	9	1	0
Não acesso a nenhum programa social nem à aposentadoria	6	3	2	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação ao Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), nota-se que, do total das 16 famílias beneficiárias, 11 já tiveram membros no corte de cana e 7 na “furadinha”, sendo que seis estiveram em ambas atividades. Ou seja, das 16 cisternas

construídas no povoado, 12 estão entre as famílias que contêm trabalhadores migrantes sazonais. Da mesma maneira, o PRONAF, que não é um programa de transferência direta de renda, auxilia no acesso ao financiamento para a agricultura familiar e tem como único acesso, em Boa Vista, um domicílio que possui membros que realizam vendas. O público do Bolsa Família e das famílias de migrantes também se aproxima, visto que, dos 31 beneficiários deste programa, 24 já participaram de algum tipo de migração. Entre os domicílios de trabalhadores migrantes, há também domicílios que acessam o Garantia Safra e o Aluguel da Transposição⁶⁸.

Em relação aos benefícios do INSS, a adesão entre os domicílios que contêm trabalhadores migrantes é relativamente menor que nos demais programas, uma vez que uma grande parte destas famílias ainda não tem membros com idade para acessar a aposentadoria rural.

Em termos mais gerais, nota-se que os domicílios que contêm trabalhadores migrantes estão majoritariamente localizados nos domicílios que não têm propriedade de terra, como também, entre os que mais acessam os programas sociais.

Em relação ao acesso à terra propriamente dito, entre os 10 domicílios que são proprietários, a metade herdou as terras e metade passou da situação de não proprietários para proprietários. Entre os que herdaram as terras, um deles conseguiu adquirir mais terras.

Quadro 33 – Tipo de acesso à terra em Boa Vista.

Tipo de Acesso	Quantidade de Famílias
Herdada	5
Herdada e Comprada	1
Comprada	5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação aos que trabalham em terras de outros proprietários, podemos notar, de acordo com o quadro abaixo, que a minoria trabalha em terra de familiares, o que nos leva a considerar que os domicílios que não são proprietários também fazem parte de

⁶⁸ Aluguel da Transposição é o nome dado pelos habitantes da localidade para se referir a um auxílio moradia que os atingidos pela Barragem de Cuncas recebem até o momento em que seu reassentamento ficará pronto. Para as famílias desalojadas pela barragem, uma das formas de compensação oferecidas pelo Governo Federal, sobretudo para os que não tinham título de terra, foi a criação de Vilas Produtivas Rurais, em que cada unidade familiar receberá uma casa e uma quantidade de terras irrigadas, entre 1 a 3 hectares, que varia de acordo com o número de membros na unidade familiar. Como são pessoas atingidas pelas obras da transposição do Rio São Francisco, o auxílio tomou este apelido de Aluguel da Transposição.

famílias que não são proprietárias, assim sendo, são famílias que há várias gerações não tem acesso à terra.

Quadro 34 – Unidades Familiares que trabalham em terras de terceiros.

Situação	Quantidade de Famílias	
Famílias que trabalham em terras de outras famílias	21	
Não proprietários que trabalham em terras de outros	19	
	Trabalham em terra de familiares	2
	Trabalham em terras de não familiares	17
Proprietários que trabalham em terras de outros	2	
	Trabalham em terra de familiares	0
	Trabalham em terras de não familiares	2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Uma categoria de trabalhadores presente no meio rural da Região Nordeste e também em Boa Vista foram os moradores. Em relação aos moradores, 42 domicílios responderam que já estiveram nesta condição e, destes, três conseguiram adquirir propriedade de terra.

Quadro 35 – Domicílios que estiveram na condição de Morador.

Domicílios que estiveram na condição de Morador.	42
Domicílios que estiveram na condição de Morador e atualmente têm propriedade da terra	3
Domicílios que estiveram na condição de Morador e têm trabalhadores migrantes do corte de cana	22
Domicílios que estiveram na condição de Morador e têm trabalhadores migrantes em vendas.	7
Domicílios que estiveram na condição de Morador e têm trabalhadores migrantes no corte de cana e nas vendas.	5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Diante do exposto acima, podemos constatar que existe uma relação entre os domicílios que eram de moradores e os que atualmente possuem trabalhadores migrantes. Um dado que chama a atenção é que praticamente metade dos moradores atualmente é migrante. Somado a isso, no que se diz respeito aos programas sociais, observamos que os domicílios de moradores apresentam uma alta taxa de adesão. Em outras palavras, enquadram-se dentro dos critérios de renda para a obtenção dos referidos programas, como visto no Quadro 36 a seguir.

Quadro 36 – Domicílios que estavam na condição de Moradores e acessam os Programas Sociais

Programa Social	Quantidade de Domicílios
INSS	22
Cisterna	7
Pronaf	1
Bolsa Família	19
Aluguel da Transposição	11

Garantia Safra	11
----------------	----

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Dentro os programas de benefícios, o Bolsa Família é o que tem maior incidência entre as famílias que eram de moradores, sendo metade delas beneficiadas. Com relação à aposentadoria rural, percebe-se que mais da metade das famílias de moradores recebe o benefício. Como dito anteriormente, existem 37 domicílios cujos membros recebem algum tipo de benefício do INSS. Abaixo traçamos um perfil destes beneficiários.

Quadro 37 - Perfil de sexo e idade dos beneficiários do INSS de Boa Vista.

Faixa Etária	Beneficiários do INSS			
	Feminino	Masculino	Total	%
25-29 anos	0	1	1	1,6%
30-34 anos	1	0	1	1,6%
35-39 anos	0	0	0	0
40-44 anos	1	1	2	3,2%
45-49 anos	0	0	0	0
50-54 anos	0	1	1	1,6%
55-59 anos	5	0	5	8%
60-64 anos	7	8	15	24%
65-69 anos	7	3	10	16%
70-74 anos	8	5	13	21%
75-79 anos	2	4	6	9%
80-84 anos	3	3	6	9%
85-89 anos	0	1	1	1,6%
Total	34 (55%)	27 (45%)	61	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação aos beneficiários do INSS, podemos notar que a grande maioria se encaixa na faixa etária que corresponde à idade da aposentadoria rural, ou seja, homens acima de 60 anos e mulheres acima de 55. Há certo equilíbrio entre o número de beneficiários homens e mulheres. Cinco pessoas não são aposentadas e recebem os benefícios do INSS, em Boa Vista, pelo fato de terem problemas de saúde e estarem inaptas para o trabalho.

No que tange à produção agrícola do povoado, como já havíamos mencionado, apenas uma parte dos domicílios pratica a agricultura. Dentre os que produzem, apenas uma pequena parcela vende uma porção da produção, destinando a maior parte desta para o autoconsumo das famílias.

Quadro 38 - Culturas Agrícolas de Boa Vista

Cultura Agrícola	Milho	Feijão	Fava	Arroz
Número de produtores que plantam	34	32	9	2

Produtores que usam semente própria	8	7	2	0
Produtores que usam semente comprada	26	25	7	2
Produtores que vendem a produção	5	1	1	0
Área Plantada (Tarefas)	107	307	13	6
Produção (Sacas)	105	154	21	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

O milho, o feijão e a fava são plantados de maneira consorciada na mesma área. No caso de Boa Vista, a maioria dos produtores optou por consorciar milho e feijão e um número menor resolveu plantar fava. A produção de arroz ficou restringida para somente dois produtores. O fato é que, para produzir arroz, é necessário que o terreno seja úmido. Com a escassez de chuvas nos últimos 4 anos, poucos produtores tiveram áreas para plantar arroz.

Em relação à criação de animais, 44 famílias criam algum tipo de animal e 33 famílias não. Dentre os criadores, a maioria tem galinhas, um animal de pequeno porte, que demanda menos espaço e alimentação. O número de domicílios que criam bovinos, suínos, equinos e bubalinos é menor, pois são demandantes de um espaço maior como também de terra para produzir pasto.

Quadro 39 – Produção Pecuária em Boa Vista

	Gado de Corte	Touro	Vacas de Leite	Porco	Galinhas	Cavalos	Jumentos	Patos	Perus
Número de Criadores	2	1	7	7	44	3	3	2	1
Número de Cabeças de Animais	7	1	19	31	404	4	3	6	1
Famílias que não criam nenhum tipo de animal									33

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A agricultura e a pecuária são práticas historicamente desenvolvidas no meio rural do Sertão Paraibano bem como nas localidades que fizemos esta pesquisa. No entanto, existem outras ocupações laborais como empregos no serviço público, na construção civil, no setor de transportes, em manufaturas.

Passamos agora a observar alguns dados sobre os domicílios e as pessoas envolvidas com a migração para o corte de cana e para a venda de roupas.

Quadro 40 – Domicílios envolvidos e pessoas envolvidas no trabalho migrante em Boa Vista.

Atividade Migratória	Domicílios Envolvidos	Pessoas envolvidas
----------------------	-----------------------	--------------------

Vendas	16	16
Corte de Cana	38	42
Vendas e Corte de Cana	11	47
Total de Domicílios envolvidos	27	47

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em termos de escolaridade e faixa etária, o quadro dos homens migrantes se apresenta da seguinte maneira:

Quadro 41 - Escolaridade e Faixa Etária – Trabalhadores Migrantes no corte de cana em Boa Vista.

Faixa Etária	Quantidade	Média de Anos na Escola	Analfabetos	Taxa de Analfabetismo	Do total da faixa etária
20-24 anos	1	8	0	0	20%
25-29 anos	6	7,3	0	0	54%
30-34 anos	8	2,12	2	25%	8%
35-39 anos	3	2,33	1	0	60%
40-44 anos	3	3	0	0	50%
45-49 anos	3	2,66	1	33%	100%
50-54 anos	7	1,85	1	14%	87%
55-59 anos	3	2	0	0	60%
60-64 anos	4	0,5	2	50%	50%
65-69 anos	1	3	0	0	30%
70-74 anos	2	2,5	0	0	40%
75-78 anos	1	0	1	100%	100%
Total	42	2,90	8	19%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

No povoado de Boa Vista, 42 homens já estiveram no corte de cana, desde que se iniciou essa rota migratória no final dos anos 1980. A partir do questionário, montamos este perfil que distingue faixa etária, anos de escolaridade e taxa de analfabetismo.

O primeiro ponto é que, entre os mais jovens, ou seja, abaixo dos 24 anos de idade, apenas um já foi para o corte de cana. Isso mostra um dos reflexos da redução de vagas de trabalho neste setor, como comentaremos no capítulo 5. O maior número de homens que já foi para o corte de cana está na faixa etária entre 25 a 54 anos, que corresponde também ao período do auge do número de vagas para trabalhar no corte de cana, entre as décadas de 1990 e 2000. A redução do número de vagas começa a se dar a partir de 2010.

A média de escolaridade destes trabalhadores é menor a 3 anos, sendo que 19% são analfabetos. A média de escolaridade é maior entre os homens com menos de 29 anos. No entanto, entre os homens que estão acima de 30 anos é que se localizam os casos de analfabetismo e de menor média de escolaridade.

A média de escolarização dos trabalhadores migrantes vendedores é ligeiramente maior em relação aos cortadores de cana, como podemos ver no quadro a seguir. A taxa

de analfabetismo também é menor, assim como a média de idade também é menor. O fato é que, para fazer este tipo de atividade, é necessário lidar com a realização de contas, anotações de pedidos de clientes, controle de estoque, atividades que demandam habilidades como saber ler e escrever.

Quadro 42 - Perfil dos trabalhadores migrantes vendedores em Boa Vista.

Faixa Etária	Quantidade	Média de Anos na Escola	Analfabetos	Taxa de Analfabetismo
15-19 anos	1	4	0	0
20-24 anos	2	10	0	0
25-29 anos	8	8	0	0
35-39 anos	1	4	0	0
45-49 anos	2	0,5	1	50%
55-59 anos	2	2,5	0	0
Total	16	6,12	1	6,25%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Como podemos notar no Quadro 42, apenas um dos 16 homens que já viajaram para vender roupas é analfabeto e um dos poucos que provavelmente tenha ocupado a tarefa de cozinheiro, já que os trabalhadores se organizam em equipes de vendedores, cobradores e cozinheiros. O destino das atividades destes trabalhadores migrantes vendedores são os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Em relação ao uso dado pelo dinheiro conseguido no trabalho assalariado, apresentamos a quadro a seguir.

Quadro 43 – Investimentos realizados pelos trabalhadores migrantes do corte de cana em Boa Vista.

Comprou Terra	11%
Comprou Casa	36%
Reformou Casa	29%
Comprou Moto	38%
Comprou Veículo	6%
Comprou Eletrodoméstico	43%
Comprou Móvel	11%
Comprou Gado	4%
Utilizou apenas para sobrevivência da família	18%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Vemos que a maior parte dos investimentos se volta para a casa, seja compra ou reforma, seja para investir em bens de uso doméstico. Uma significativa parte investiu na compra de motos e uma parte menor investiu em comprar terras ou gado.

A relação gado e terra é muito estreita. Um dos trabalhadores migrantes do corte de cana de Boa Vista comentou que ele até compraria gado se tivesse terra. Sem a posse da terra, torna-se inviável a possibilidade de criar gado.

Em relação aos trabalhadores migrantes da furadinha, o cenário não diferente muito do uso do dinheiro do corte da cana.

Quadro 44 – Investimentos realizados pelos trabalhadores migrantes das vendas em Boa Vista.

Comprou Terra	0
Comprou Casa	12,5%
Reformou Casa	12,5%
Comprou Moto	12,5%
Comprou Veículo	25%
Comprou Eletrodoméstico	25%
Comprou Móvel para a casa	0
Comprou Gado	0
Utilizou apenas para sobrevivência da família	31,25%
Gastou com Doenças na Família	6,25%
Investiu em compra de estoque de roupas para vender	6,25%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

O destaque é o uso deste dinheiro para sobrevivência da família. O próprio tipo de atividade exige ter um veículo para poder transportar as mercadorias. Uma pequena parcela reinveste no próprio negócio, comprando mercadorias e financiando as viagens. Não há investimentos voltados para o campo da agricultura, pecuária ou compras de terra por parte deste público. Trata-se de um público mais jovem em termos etários e, até onde temos informações, com projetos de vida que não se encaminham para trabalhar na terra como seus pais, pelo menos nesta atual conjuntura.

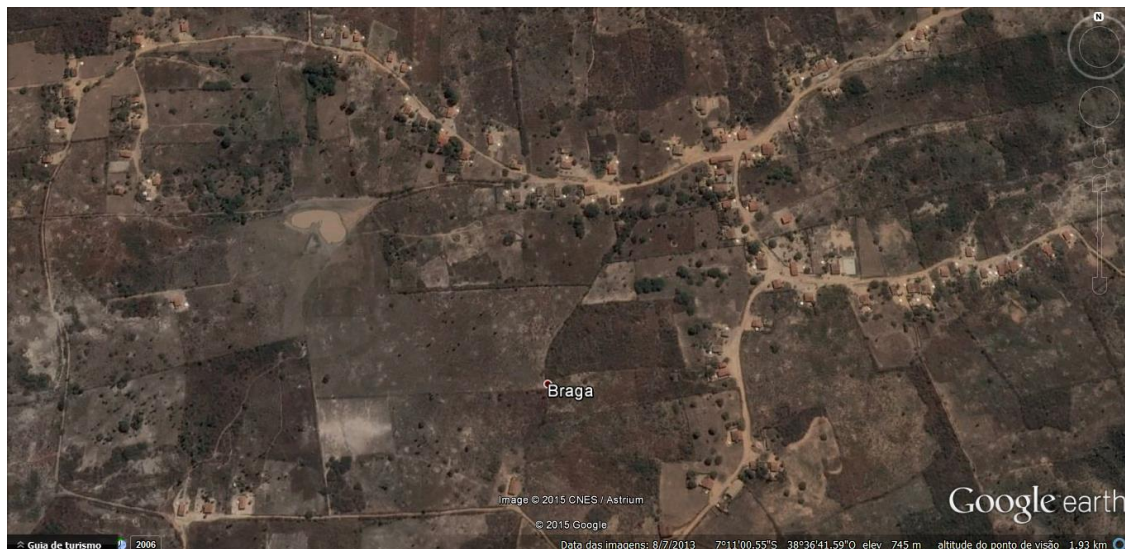
Em termos gerais, Boa Vista é caracterizado por ser povoado inicialmente por famílias de moradores, que estavam em transição de condição, de moradores para rendeiros. O quadro assim se manteve até 2010, quando, devido à alteração na conjuntura local, muitas famílias passaram a morar em Boa Vista por terem sido desalojadas das terras que serão inundadas pela Barragem de Cuncas e outras famílias passaram a morar ali para trabalhar nesta obra.

A maioria das famílias não é proprietária de terras e também não tem a agricultura como fonte principal de renda. Como observamos, há diversas formas de trabalho, dentre elas, destacam-se as atividades migratórias para o corte de cana e para a venda de roupas, as quais envolvem uma considerável parte dos domicílios. Os programas sociais de transferência de renda têm uma significativa presença na composição da renda das famílias.

5.2 – O Sítio Serra do Braga

A localidade de Sítio Serra do Braga está localizada a 24 km da sede do município de São José de Piranhas e a 8 km da sede do município de Monte Horebe. A seguir podemos observar a foto aérea da localidade.

Figura 4 - Vista Parcial da Serra do Braga.



Fonte: Google Earth – Data da Imagem 07/08/2013. Baixada do Google Earth em 21/01/2015.

Como podemos observar na foto acima, as casas ficam distribuídas nos dois lados das estradas que atravessam o povoado. Há uma distância de alguns metros entre as casas, que tem uma área defronte para a estrada e, na parte traseira da casa, fica o “munturo”, um espaço entre a casa e o roçado que é usado para o plantio de hortaliças, fruteiras e criação de pequenos animais. Na localidade, há: uma igreja, duas quadras de forró, um galpão da associação comunitária, uma escola de ensino fundamental, dois mercados e dois bares.

A maior parte das famílias, 57%, é de pequenos proprietários de terra. A localidade é constituída por famílias que há muito tempo vivem ali. 64% das famílias já nasceram ali e o restante mora no mínimo há 30 anos. A agricultura é a atividade que envolve a maior parte dos habitantes de Serra do Braga. As pessoas são socializadas em trabalhos agrícolas no cultivo de milho, feijão, fava e arroz como também na criação de gado, porco, galinhas e caprinos. A migração para o corte de cana e também para a venda de roupas e tapetes é uma atividade que envolve os homens jovens. Passamos agora a ver a pirâmide etária dos habitantes deste sítio.

Quadro 45 – Pirâmide Etária – Sexo – Escolaridade – Índice de Analfabetismo em Serra do Braga.

Faixa Etária	Feminino		Masculino		Total	Analfabetos	
	Quantidade	Média de Anos na Escola	Quantidade	Média de Anos na Escola		Total	Taxa de Analfabetismo
0-4 anos	15	0,26	9	0,1	24	0	0%
5-9 anos	17	2,26	24	2,16	41	0	0%
10-14 anos	31	5,96	21	4,85	52	0	0%
15-19 anos	14	8,71	16	7,50	30	0	0%
20-24 anos	13	6,23	12	7,33	25	4	16%
25-29 anos	16	5,68	10	4,4	26	1	3%
30-34 anos	11	3,09	19	3,05	30	6	20%
35-39 anos	22	3,95	23	3,00	45	7	15%
40-44 anos	10	2,40	11	1,72	21	6	28%
45-49 anos	6	3,19	9	2,00	15	5	33%
50-54 anos	6	1,16	3	2,00	9	4	44%
55-59 anos	3	1,33	6	0,33	9	5	55%
60-64 anos	8	1,62	5	0,60	13	8	61%
65-69 anos	5	1,40	7	0,85	12	8	66%
70-74 anos	1	0	7	0,57	8	6	75%
75-79 anos	2	0,5	1	0	3	2	66%
80-85 anos	1	0	0	0	1	1	100%
85-89 anos	0	0	0	0	0	0	0%
90-94 anos	1	1,00	0	0	1	0	0%
95-99 anos	0	0	1	0	1	0	0%
Total	182	3,92	184	3,19	366	63	17%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

De acordo com nosso levantamento, existem 110 domicílios e vivem 366 pessoas, sendo 182 do sexo feminino e 184 do sexo masculino. Apenas uma família vive em uma casa emprestada, as demais vivem em casas próprias.

Em relação à escolaridade, a média é de 3,92 anos para as pessoas do sexo feminino e 3,19 anos para as pessoas do sexo masculino. O índice de analfabetismo é de 17%, sendo recorrente a pessoas com idade superior aos 20 anos. Na faixa dos 35 aos 84 anos, o índice de analfabetismo é crescente, quanto maior a quantidade de anos, maior o índice de analfabetismo. Entre os mais jovens, abaixo dos 19 anos, pode-se observar um maior índice de escolarização. A seguir vamos observar a escolaridade entre os adultos.

Quadro 46 - Escolaridade entre adultos acima de 18 anos em Serra do Braga.

Nível	Feminino		Masculino		Total
	Total	%	Total	%	
Analfabeto	25	22	38	31	63
Cursou até a 1ª. série do Ensino Fundamental	10	9	19	15	29
Cursou até a 2ª. Série do Ensino Fundamental	7	6	11	9	18
Cursou até a 3ª. Série do Ensino Fundamental	10	9	9	7	19
Cursou até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	24	21	18	15	42
Cursou até a 5ª. Série do Ensino Fundamental	7	6	2	1	9

Cursou até a 6ª. Série do Ensino Fundamental	6	5	2	1	8
Cursou até a 7ª. Série do Ensino Fundamental	2	1	4	3	6
Cursou até a 8ª. Série do Ensino Fundamental	8	7	6	5	14
Cursou até a 1ª. Série do Ensino Médio	4	3	3	2	7
Cursou até a 2ª. Série do Ensino Médio	2	1	1	0,8	3
Ensino Médio Completo	12	10	3	2	15
Ensino Superior Completo	0	0	3	2	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

O quadro de escolarização entre os adultos nos mostra que a maior incidência do analfabetismo é sobre os homens. No outro extremo, vemos que, entre os que possuem o ensino médio completo, o maior índice está entre as mulheres. A seguir, vamos observar a ocupação das casas neste sítio.

Quadro 47 – Situação, tamanho e quantidade de pessoas por domicílio em Serra do Braga.

Situação do Domicílio	Próprio	Alugado (Emprestado)
	102	1
	99%	1%
Tamanho do Domicílio	Quantidade de Domicílios	
3 Cômodos	3	
4 Cômodos	19	
5 Cômodos	36	
6 Cômodos	27	
7 Cômodos	16	
8 Cômodos	2	
Moradores no Domicílio	Quantidade de Domicílios	
1 membro	7	
2 membros	21	
3 membros	24	
4 membros	24	
5 membros	13	
6 membros	12	
7 membros	2	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

No Sítio Serra do Braga, existem cerca de 110 domicílios, destes, conseguimos aplicar questionários em 102. No que diz respeito ao tamanho das casas, podemos perceber, conforme o quadro acima, que a maioria das casas oscila de 4 a 7 cômodos, como também a maioria dos domicílios contém de 2 a 6 membros. Isso nos dá uma noção de como moram as pessoas. A seguir, observemos a constituição atual do sítio, a partir da chegada de novas famílias.

Quadro 48 – Desde qual década a unidade familiar está em Serra do Braga.

Período	Famílias	De onde vieram.
Desde que nasceram	66	-
Anos 1950	2	De outras localidades do município de São José de Piranhas

Anos 1960	2	De outras localidades do município de São José de Piranhas
Anos 1970	2	Do Ceará e Pernambuco
Anos 1980	4	De outras localidades do município de São José de Piranhas
Anos 1990	12	De outras localidades do município de São José de Piranhas e de Monte Horebe
Anos 2000	12	De outras localidades do município de São José de Piranhas, de Monte Horebe e Imbiara.
Após 2010	3	De outras localidades do município de São José de Piranhas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Dos atuais domicílios, as pessoas que vivem em 66 deles moram no Sítio Serra do Braga desde seu nascimento. São descendentes de pessoas que ali viviam no período anterior à década de 1950. Posteriormente, como podemos observar no quadro, a cada década houve um incremento de novas famílias na localidade. Em relação às ocupações de trabalho em Serra do Braga, temos a seguinte situação:

Quadro 49 - Perfil das Ocupações de Trabalho em Serra do Braga.

Ocupação	Quantidade de Pessoas	Média de Anos na Escola
Agricultor/a (Roça)	182	3,1
Aposentado/a	6	0,3
Cantora	1	Ensino Médio Incompleto
Crianças	20	Em escolarização
Doméstica	28	3,53
Estudantes	116	4,57
Motorista	1	Ensino Médio Completo
Escola	3	13,3
Segurança	1	Ensino Superior Completo
Vendedor de Tapete	2	5,00
Portadores de Necessidades	5	S/I

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

As pessoas do Sítio Serra do Braga estão envolvidas em sete diferentes profissões. A grande maioria trabalha na agricultura dentro desta categoria estão incluídos também os homens que migram para o corte de cana. No que se diz respeito à escolaridade, podemos observar que, entre os que se consideraram agricultores, o índice de escolarização é de 3,1 anos. Na outra ponta, estão os profissionais que atuam nas escolas, em que a média é de 13,3 anos estudados.

A agricultura foi a profissão mais citada como ocupação de trabalho em Serra do Braga. Isso também tem a ver com o número de proprietários rurais, ou seja, mais da metade tem a posse de alguma quantia de terra.

Quadro 50 – Relação entre acesso à terra, migração e acesso a programas sociais em Serra do Braga.

Tamanho do Estabelecimento	Quantidade de Domicílios	Com membros que migram para		Domicílios que acessam						Não acessam nenhuma política social
		Corte de cana	Vendas	PIMC	Pronaf	Bolsa Família	Seguro Pesca	Garantia Safra	INSS	
Sem propriedade de terra	44	36	7	31	8	30	0	21	6	7
Até 1 hectare	19	12	2	14	2	10	1	11	4	1
De 1 a 2 hectares	3	3	1	3	0	2	0	2	1	0
De 3 a 5 hectares	7	4	0	7	1	4	0	4	3	0
De 6 a 10 hectares	5	3	0	3	0	2	0	5	3	0
De 11 a 15 hectares	6	5	0	5	2	3	0	4	4	0
De 16 a 20 hectares	8	7	0	8	1	4	0	4	3	0
Com 30 hectares	4	3	1	3	2	1	0	1	3	0
De 50 a 60 hectares	3	2	0	3	1	2	0	2	0	0
De 70 a 80 hectares	2	2	0	2	0	1	0	1	2	0
Com 100 hectares	2	2	0	2	0	0	0	0	1	0
Total	103	79	11	81	17	59	1	55	30	8
Proprietários					Não Proprietários					
59 (58%)					44 (42 %)					

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A maior parte dos domicílios, ou seja, 59, tem propriedade de terra. No entanto, uma parcela relativamente grande, de 44 domicílios não são proprietários, mas trabalham em terras de familiares ou outros proprietários como rendeiros.

Os domicílios com membros que foram para o corte de cana estão localizados em todos os extratos de acesso à terra, tanto nos que não têm terra até aos que têm 100 hectares de terra. Com relação aos domicílios com membros que são trabalhadores da furadinha, a maioria tende a se concentrar entre os não proprietários.

Relativo aos programas sociais, podemos notar que praticamente todas as famílias são beneficiárias. Apenas 7 não recebem nenhum tipo de recursos destes programas. Em relação ao PIMC, 81 famílias são beneficiárias, em todos os extratos de acesso à terra. Das 59 famílias que recebem o Bolsa Família, a maioria se encontra entre as que não têm acesso à terra, no entanto, muitos que são proprietários também recebem o benefício. O Programa Garantia Safra está mais associado aos domicílios que são proprietários, mas boa parte dos não proprietários também são ou foram beneficiários, já que, para ter o benefício, não é necessário ser proprietário. A baixa adesão ao Seguro Pescador se explica porque não há açudes na localidade. Observemos agora a relação entre os domicílios que têm trabalhadores migrantes no corte de cana e os que também acessam algum tipo de programa social.

Quadro 51 – Relação entre Domicílios que têm trabalhadores migrantes do corte de cana e que acessam programas sociais em Serra do Braga.

Programa	Número Total de Domicílios	Domicílios com Cortadores de Cana
P1MC (Cisterna)	81	64
PRONAF	17	15
Bolsa Família	59	48
Seguro Pesca	1	1
Garantia Safra	55	40
Não acessam nenhum tipo destes programas (exceto aposentadoria)	11	6
Não acesso a nenhum programa social nem aposentadoria	9	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A relação entre os domicílios beneficiários de programas sociais e pessoas que já foram para o corte de cana nos indica que, de maneira geral, houve um índice de adesão bastante significativo a estes programas. Pode-se observar que uma considerável parte dos domicílios que têm cortadores de cana acessou os programas de construção de cisterna de placas, do Bolsa Família e do Garantia Safra. Passamos agora para ver os benefícios concedidos pelo INSS.

Quadro 52 – Perfil etário e de sexo dos beneficiários do INSS em Serra do Braga.

Faixa Etária	Aposentados		
	Feminino	Masculino	Total
10-14 anos	1	0	1
25-29 anos	2	0	2
30-34 anos	1	2	3
35-39 anos	1	0	1
40-44 anos	0	1	1
45-49 anos	0	1	1
55-59 anos	3	0	3
60-64 anos	8	5	13
65-69 anos	5	6	11
70-74 anos	1	7	8
75-79 anos	2	1	3
80-84 anos	0	0	1
85-89 anos	0	1	1
90-94 anos	1	0	1
95-99 anos	0	1	1
Total	26	24	50

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

No que diz respeito aos benefícios do INSS, podemos notar que a maior parte dos beneficiários está em idade para a aposentadoria rural. No entanto, é considerável também o número de pessoas entre 30 a 50 anos que recebem auxílios do INSS. Os benefícios do INSS são acessados por 30 domicílios. Passamos agora para ver a questão do acesso à terra.

Quadro 53 – Tipo de acesso à terra.

Tipo de Acesso	Quantidade de Domicílios.
Herdada	13
Herdada e Comprada	5
Comprada	41

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Entre os 51 proprietários, 13 herdaram a terra, 5 herdaram uma parcela e posteriormente compraram mais parcelas. A grande maioria, 41 domicílios, comprou a propriedade de terra. O dado nos mostra que, no decorrer do processo de constituição do atual Sítio Serra do Braga, as famílias foram adquirindo parcelas de terra. Passamos agora para ver os domicílios que não são proprietários e que trabalham em terras de terceiros.

Quadro 54 – Relação de domicílios de não proprietários que trabalham em terras de terceiros em Serra do Braga.

Situação	Quantidade de Famílias	
Não Proprietários que não trabalham na terra	5	
Famílias que trabalham em terras de outras famílias	76	
Não proprietários que trabalham em terras de outros	39	
	Trabalham em terra de familiares	23
	Trabalham em terras de “patrões”	16
Proprietários que trabalham em terras de outros	37	
	Trabalham em terra de familiares	5
	Trabalham em terras de “patrões”	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A prática de trabalhar em terras de outros proprietários, como rendeiro, é muito usada em Serra do Braga, já que 76 domicílios atuam desta maneira, sejam proprietários ou não. O número maior de domicílios que são rendeiros está entre os que não têm propriedade de terra. Destes, 23 trabalham em terras de familiares e 16 em terras de “patrões”. Já entre os proprietários, 5 trabalham em terras de familiares e 4 em terras de “patrões”. Os “patrões” são médios e grandes proprietários que têm fazendas em torno de Serra do Braga.

Em relação à terra de familiares, conforme detectado, a grande maioria dos domicílios tem relação de parentesco. De acordo com os relatos de alguns pesquisados e pesquisadas, existem três diferentes famílias na localidade, ou seja, três sobrenomes iniciaram o povoamento de Serra do Braga, no começo do século XX, e posteriormente os descendentes deles, os filhos e netos foram casando no interior destas três famílias e hoje todos têm algum laço de parentesco de certa forma.

No que se refere ainda ao acesso à terra, observemos o seguinte quadro:

Quadro 55 – Domicílios que estavam na situação de Morador e atual acesso à terra.

Proprietários	Não-Proprietários	Total
10	7	17

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em Serra do Braga, também houve a relação da morada. 17 domicílios afirmaram que alguns membros em algum momento de sua trajetória estiveram envolvidos com este tipo de relação. Atualmente, 10 deles conseguiram obter um pedaço de terra. Em relação à produção agrícola e pecuária, temos os seguintes quadros:

Quadro 56 - Culturas Agrícolas em Serra do Braga.

Culturas Agrícolas	Milho	Feijão	Fava	Arroz
Número de produtores que plantam	101	99	92	2
Produtores que usam semente própria	94	97	91	2
Produtores que usam semente comprada ou da EMATER	7	2	1	0
Produtores que vendem a produção	2	6	5	0
Área Plantada (Tarefas)	336	323	301	8
Produção (Sacas)	664	341	116	5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Do universo de 103 famílias pesquisadas, 101 lidam com a agricultura. As culturas agrícolas mais plantadas são o milho, o feijão e a fava, que são plantados na mesma época e no mesmo espaço. Por sua vez, o plantio de arroz é menos recorrente devido à necessidade de terras úmidas, algo que é menos comum na região. Em relação à criação de animais, temos o seguinte quadro:

Quadro 57 - Produção Pecuária em Serra do Braga.

Tipo de Animal	Gado de Corte	Touro	Vacas de Leite	Porco	Galinhas	Caprinos	Ovinos	Cavalos	Jumentos
Número de Criadores	33	4	25	65	86	3	1	6	46
Número de Cabeças de Animais	176	5	65	234	1334	8	3	7	48
Famílias que não criam nenhum tipo de animal									9

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A criação de animais é presente na maioria dos domicílios, apenas 9 deles não têm animais. O fato de mais da metade dos domicílios serem proprietários de terra permite com que eles possam criar bovinos, equinos, suínos, bubalinos e equinos, que são animais

que demandam mais espaço para ficar como também de áreas para o plantio de capim. A criação de galinhas está em grande parte dos domicílios, devido ao fato de ser um animal de pequeno porte e que demanda menor espaço e se alimentam de grãos. A criação de animais, mesmo de galinhas, necessita de espaço para os animais ficarem, como também de áreas para o plantio de culturas agrícolas para a alimentação, seja capim ou milho. Passemos agora a ver a situação dos domicílios com trabalhadores migrantes.

A migração sazonal é uma prática presente em Serra do Braga. Há 82 domicílios e 84 pessoas que estão ou já foram alguma vez para o corte da cana ou para a furadinha. O fluxo migratório que envolve mais pessoas e domicílios é o corte de cana, estando em 78 domicílios, envolvendo 80 pessoas, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 58 – Domicílios e pessoas envolvidas com o trabalho migrante do corte da cana e da venda de roupas em Serra do Braga.

Atividade Migratória	Domicílios Envolvidos	Pessoas envolvidas
Vendas	11	11
Corte de Cana	78	80
Vendas e Corte de Cana	7	7
Total de Domicílios envolvidos	82	84

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

No que diz respeito aos homens que migram para o corte de cana, podemos observar os seguintes dados que relacionam faixa etária e escolaridade.

Quadro 59 - Escolaridade e Faixa Etária dos trabalhadores migrantes do corte de cana em Serra do Braga.

Faixa Etária	Quantidade	Média de Anos na Escola	Analfabetos	Taxa de Analfabetismo
15-19 anos	1	9	0	0%
20-24 anos	6	7,5	1	16%
25-29 anos	9	3,55	1	11%
30-34 anos	16	2,93	4	25%
35-39 anos	21	2,47	3	14%
40-44 anos	9	1,88	3	33%
45-49 anos	6	2,16	2	33%
50-54 anos	3	2,00	0	0%
55-59 anos	3	0,33	2	66%
60-64 anos	1	0	1	100%
65-69 anos	2	0	2	100%
70-74 anos	3	0	3	100%
Total	80	2,77	22	27,5%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A média de escolaridade dos homens que já foram para o corte de cana é de 2,77 anos. Dentre os 80, 22 são analfabetos, o que configura uma taxa de 27,5% de analfabetismo. O analfabetismo é mais forte na faixa etária dos 55 aos 74 anos, no entanto, também há analfabetos entre os mais jovens, a partir dos 20 anos de idade. No mesmo

sentido, a taxa de escolarização é maior entre os mais jovens e menor entre os mais velhos. Passemos agora a observar a relação entre as unidades familiares que estiveram na condição de morador e que também tiveram membros se assalariando no corte da cana:

Quadro 60 – Relação entre domicílios que estiveram em condição de Morador e com trabalhadores migrantes no corte de cana em Serra do Braga.

Proprietários	Não Proprietários	Total
10	7	17
8 já foram pro corte de cana	5 já foram para o corte de cana	13 já foram para o corte de cana
4 tem menos de 2 hectares		
1 tem 6 hectares		
1 tem 11 hectares		
1 tem 13 hectares		
1 tem 33 hectares		

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Dos atuais 10 moradores que viraram proprietários de terra, 8 já foram para o corte de cana. Entre os não proprietários, 5 já foram para o corte de cana, totalizando, entre 17 domicílios de ex-moradores, uma quantia de 13 que já foram para o corte de cana. Estes dados fortalece o argumento que já desenvolvemos anteriormente dizendo que a migração sazonal para o corte de cana foi uma possibilidade dos moradores se assalariarem e saírem da condição de morada, em muitos casos, conseguindo aplicar o recurso obtido no corte de cana na compra de lotes de terra para se estabelecer como pequenos proprietários rurais. O quadro a seguir relaciona os investimentos realizados com o dinheiro obtido no corte de cana pelos migrantes de Serra do Braga:

Quadro 61 – Investimentos realizados com o dinheiro recebido assalariamento no corte de cana em Serra do Braga.

Comprou terra	21
Comprou casa	31
Reformou casa	43
Comprou moto	50
Comprou veículo	5
Comprou Eletrodoméstico	51
Comprou gado	2
Sobrevivência - Sustento família	15

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação ao tipo de investimentos realizados com os recursos obtidos no assalariamento no corte de cana, podemos observar que 21 adquiriram terras, 31 compraram casas e 43 reformaram casas, 50 compraram motos, 5 compraram carros, 51 compraram eletrodomésticos, 2 compraram gado e 15 utilizaram o recurso para sustentar a família. Quando estávamos aplicando o questionário, ouvimos muito a explicação de

que, através do corte de cana, a vida das famílias tinha melhorado, que muitos passaram a ter terra, casa e moto por causa deste dinheiro proveniente do assalariamento nas usinas canavieiras.

Podemos observar uma incidência maior, em relação ao Boa Vista, de trabalhadores que optaram por comprar terras. De maneira geral, de acordo também com Silva (2006), a moto é um dos primeiros investimentos realizados pelos mais jovens.

A atividade de vendas de roupa em domicílios também é empreendida por jovens de Serra do Braga. O quadro abaixo mostra o perfil etário e de escolarização destes homens:

Quadro 62 - Perfil etário e escolaridade dos trabalhadores migrantes em vendas de Serra do Braga.

Faixa Etária	Quantidade	Média de Anos na Escola	Analfabetos	Taxa de Analfabetismo
15-19 anos	4	8,5	0	0%
20-24 anos	3	8,3	0	0%
25-29 anos	4	4	0	0%
Total	11	6,81	0	0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação aos vendedores, podemos observar que a faixa etária do público envolvido é mais jovem, circulando entre os 15 aos 29 anos. Isso tem a ver com o fato de que a “furadinha” é uma atividade mais recente, posterior aos anos 2000. O índice de escolarização também é maior, em relação ao dos cortadores de cana, pelo fato também de ser mais jovens e terem maiores oportunidades de estudar. Os destinos destes vendedores são os estados do Pará, Maranhão, Paraíba, Bahia, Brasília, Minas Gerais.

Quadro 63 - Investimentos dos trabalhadores migrantes envolvidos com vendas de Serra do Braga.

Tipo de Investimento:	Trabalhadores que fizeram:
Comprou Terra	1
Comprou moto	2
Comprou Eletrodomésticos	1
Com despesas	5
Com doenças	1
Investe na compra do estoque de roupas para vender	10

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação aos investimentos realizados por estes vendedores, podemos observar que a maioria reinveste na compra de roupas para a venda e também nas próprias despesas com viagens e alimentação. Mesmo assim, um destes conseguiu comprar uma quantia de terra e dois investiram na compra de motos. Um deles utilizou o dinheiro para pagar despesas decorrentes de problemas de saúde na família.

Pequenos proprietários e rendeiros são dois termos que nos ajudam a caracterizar o perfil do Sítio Serra do Braga. O número de domicílios que não tem propriedade de terra é significativo, no entanto, a maioria das famílias tem a agricultura como ocupação principal. Os que não têm propriedade trabalham na terra de outros familiares.

Os programas sociais têm um papel significativo na composição da renda das famílias. O assalariamento, seja para o corte de cana, seja nas migrações para vendas, também tem uma importância na renda destas famílias pelo fato de possibilitarem a compra de terra, investimentos em casas, motos, carros e no sustento da família. Passemos agora para observar alguns dados sobre o Sítio Peba dos Vicentes.

5.3 – O Sítio Peba dos Vicentes

O Sítio de Peba dos Vicentes está localizado a 15 km da sede do município de São José de Piranhas, às margens da rodovia PB 384, que liga São José de Piranhas à Carrapateira/PB. Em Peba dos Vicentes, há 10 domicílios e vivem 42 pessoas, sendo 15 do sexo feminino e 27 do sexo masculino. A localidade conta também com uma igreja e uma escola de ensino básico. Os dez domicílios fazem parte de duas famílias, ambas proprietárias de terra. Cada casa tem um quintal nos arredores onde são plantadas ervas medicinais, temperos, hortaliças e árvores frutíferas.

Figura 5 - Vista Aérea de Peba dos Vicentes.



Fonte: Google Earth – Data da Imagem 01/10/2011. Baixada do Google Earth em 21/01/2015.

Há dois núcleos familiares na localidade como podemos observar na foto acima. A região demarcada por um quadrado corresponde às quatro casas pertencentes a uma mesma família. A região demarcada por uma forma oval é referente a seis casas da outra família. O nome Peba dos Vicentes tem alusão ao mais velho habitante da localidade que se chamava Vicente. Os moradores também informam que Peba dos Vicentes também é chamado de “peba dos negos”, pelo fato das pessoas serem de famílias afrodescendentes, como também para se diferenciar de outra localidade vizinha, chamada de Peba dos Liras, mas conhecida também como “peba dos brancos”.

Na localidade, não há trabalhadores que se deslocam para o corte da cana ou para venda de roupas. A primeira explicação que diversos membros dão para o fato é de que os homens da localidade não têm “coragem” para cortar cana ou ir à furadinha. Em apenas uma ocasião, um jovem viajou para a venda de roupas, no entanto ficou apenas alguns dias e logo voltou. Segundo um dos homens com que falamos, “o cabra voltou chorando com saudade da mãe”.

Já em Boa Vista e Serra do Braga, existem mais pessoas envolvidas com a migração temporária. Por mais que as localidades estejam próximas, dentro do mesmo município e com condições de reprodução social parecidas, há particularidades como estas que denotam como a diversidade camponesa pode ser maior do que aparenta ser.

Em termos populacionais, Peba dos Vicentes conta com 42 pessoas, sendo 15 do sexo feminino e 27 do sexo masculino. A seguir, podemos observar a relação de idade, sexo e escolaridade dos habitantes de Peba dos Vicentes.

Quadro 64 – Pirâmide etária x sexo x escolaridade em Peba dos Vicentes.

Faixa Etária	Feminino		Masculino		Total	Analfabetos	
	Quantidade	Média de Anos na Escola	Quantidade	Média de Anos na Escola		Total	Taxa de Analfabetismo
0-4 anos	3	0	1	0	4	-	-
5-9 anos	1	2	4	1,5	5	-	-
10-14 anos	0	0	3	5,6	3	0	0
15-19 anos	2	10,5	3	9	5	0	0
20-24 anos	2	7,5	3	8,6	5	0	0
25-29 anos	1	5	1	6	2	0	0
30-34 anos	0	0	0	0	0	0	0
35-39 anos	1	4	1	1	2	0	0
40-44 anos	1	1	4	0	5	4	80%
45-49 anos	1	4	1	4	2	0	0
50-54 anos	2	3	0	0	2	0	0
55-59 anos	0	0	2	1	2	0	0
60-64 anos	0	0	0	0	0	0	0
65-69 anos	0	0	3	1,3	3	1	33%
70-74 anos	0	0	1	1	1	0	0
75-79 anos	0	0	0	0	0	0	0
80-85 anos	0	0	0	0	0	0	0
85-89 anos	1	3	0	0	1	0	0
Total	15	4,13	27	3,48	42	5	11%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

O índice médio de escolarização das pessoas do sexo feminino é de 4,13 anos, ligeiramente maior que os do sexo masculino, que é de 3,48 anos. O índice de analfabetismo é de 11%, localizado entre os adultos, acima de 40 anos. Abaixo segue o quadro com dados da escolarização dos adultos.

Quadro 65 - Escolaridade entre Adultos acima de 18 anos em Peba dos Vicentes.

Nível	Feminino		Masculino		Total
		%		%	
Analfabeto	0	0	5	29%	5
Cursou até a 1ª. série do Ensino Fundamental	1	10%	5	29%	6
Cursou até a 2ª. Série do Ensino Fundamental	1	10%	0	0	1
Cursou até a 3ª. Série do Ensino Fundamental	1	10%	1	6%	2
Cursou até a 4ª. Série do Ensino Fundamental	3	30%	2	12%	5
Cursou até a 5ª. Série do Ensino Fundamental	2	20%	0		2
Cursou até a 6ª. Série do Ensino Fundamental	0		1	6%	1
Cursou até a 7ª. Série do Ensino Fundamental	0		0		0
Cursou até a 8ª. Série do Ensino Fundamental	0		0		0
Cursou até a 1ª. Série do Ensino Médio	1	10%	2	12%	3
Cursou até a 2ª. Série do Ensino Médio	0		0		0
Ensino Médio Completo	1	10%	1	6%	2
Ensino Superior Incompleto	0		0		0
Ensino Superior Completo	0		0		0
Total	10		17		27

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Como podemos observar no quadro, os 5 analfabetos são homens e adultos. Dois adultos têm ensino médio completo. Um tem o ensino médio incompleto e a grande maioria dos adultos estudou no máximo até a quinta série. Em relação à situação de ocupação das casas, temos os seguintes dados:

Quadro 66 – Situação, quantidade e pessoas por domicílio em Peba dos Vicentes.

Situação do Domicílio	Próprio	Cedido
Absoluto	9 (90%)	1 (10%)
%		
Tamanho do Domicílio	Quantidade de Domicílios	
4 Cômodos	2	
5 Cômodos	1	
6 Cômodos	5	
8 Cômodos	2	
9 Cômodos	3	
Moradores no Domicílio	Quantidade de Domicílios	
1 membro	1	
3 membros	2	
4 membros	3	
5 membros	2	
6 membros	1	
7 membros	1	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em relação às casas, 90% vivem em casa própria e o restante vive em casa cedida por um familiar. O tamanho das casas varia de 4 a 9 cômodos e a quantidade de habitantes por casa varia de 1 a 7 membros. Todas as famílias que moram em Peba dos Vicentes são naturais da própria localidade.

Quadro 67 - Desde que década mora na localidade Peba dos Vicentes.

Período	Domicílios	De onde vieram.
Desde que nasceram	10	Nasceram em Peba dos Vicentes.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Ambas as famílias nasceram em Peba dos Vicentes. No entanto, em termos históricos, os antecedentes da família “Vicente” chegaram ao local primeiro. Posteriormente é que se estabeleceu o patriarca da família “Gomes”. Na medida em que os filhos foram crescendo, através do trabalho de reideiros, eles conseguiram ir comprando parcelas de terras, até amontoar a quantidade atual de patrimônio fundiário.

Quanto ao perfil das ocupações de trabalho dos habitantes de Peba dos Vicentes, obtivemos as seguintes informações.

Quadro 68 - Perfil das Ocupações de Trabalho em Peba dos Vicentes.

Ocupação	Quantidade de Pessoas	Média de Anos na Escola	Média de Idade
----------	-----------------------	-------------------------	----------------

Agricultor/a (Roça)	19	3,1	39
Aposentado/a	3	2	74
Crianças	2	Em idade certa	3
Doméstica	1	4	50
Estudantes	10	2,8	8,4
Desempregados	1	5	20
Limpeza	1	4	22
Vendedores (Comércio)	2	12,5	20
Professora	1	13	19
Sindicalista	1	4	48

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Levantamos seis diferentes ocupações profissionais em Peba dos Vicentes. A maioria é agricultor, no entanto, há pessoas que moram na zona rural e vão trabalhar na sede do município como vendedores, trabalhadores domésticos, no sindicato e em uma escola. A média de escolaridade dos agricultores é de 3,1 anos e a média de idade é de 39 anos. A média de escolaridade de profissões como professor ou vendedor é de 12 a 13 anos de estudo e a média de idade é de 22 e 20 anos. Em outras palavras, os jovens que estudam buscam profissões fora do campo.

Quadro 69 – Situação do acesso à terra em Peba dos Vicentes.

	Família 1	Família 2
Domicílios	6 casas	4 casas
Quantidade de Terras	70 hectares	180 hectares
Quantidade de Pessoas	24	18

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Dos 10 domicílios, 7 são proprietários e os outros 3 não proprietários trabalham na terra de familiares, sem pagar renda. Em verdade, são duas famílias que vivem em 10 diferentes domicílios. Cada família tem a propriedade de terra. A primeira família - dos descendentes de Vicente - está em seis domicílios e trabalha em uma propriedade de 70 hectares de terra. A segunda família, que está em quatro domicílios, trabalha em um total de 180 hectares de terra. Passamos agora a olhar o acesso aos programas de transferência de renda do governo em Peba dos Vicentes.

Quadro 70 – Acesso a Programas Sociais em Peba dos Vicentes

Programa	Domicílios Beneficiários
PIMC (Cisterna)	9
PRONAF	5
Bolsa Família	7
Garantia Safra	8
INSS	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Todas as famílias acessam algum tipo de recursos oriundo de programas sociais: 9 domicílios têm cisterna, 5 acessam o Pronaf, 7 acessam o Bolsa Família, 8 acessaram o Garantia Safra e 3 têm beneficiários do INSS, com a aposentadoria rural. Em termos de beneficiários do INSS, temos o seguinte quadro em Peba dos Vicentes:

Quadro 71 – Perfil de idade e sexo dos beneficiários do INSS em Peba dos Vicentes.

Faixa Etária	Aposentados			
	Feminino	Masculino	Total	%
55-59 anos	0	1	1	17%
65-69 anos	0	3	3	50%
70-74 anos	0	1	1	17%
85-89 anos	1	0	1	17%
Total	1 (17%)	5 (83%)	6	100%

Fonte: Pesquisa de Campo.

No que diz respeito aos beneficiários do INSS, são todos referentes à aposentadoria rural, que conta com 6 aposentados, sendo 5 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Em relação à produção agrícola e pecuária, temos os seguintes quadros:

Quadro 72 - Culturas Agrícolas Peba dos Vicentes

Culturas Agrícolas	Milho	Feijão	Arroz	Manga	Macaxeira	Batata Doce	Queijo
Número de produtores que plantam	9	9	4	1	1	1	1
Produtores que usam semente própria	4	6	4	1	1	1	-
Produtores que usam semente comprada	5	3	0	0	0	0	-
Produtores que vendem a produção	0	0	0	1	1	1	1
Área Plantada (Tarefas)	42	39	5	0,5	1	0,5	-
Produção	16 sacas	18 sacas	70 sacas	12 caixas	1000 kg	1000 kg	500 kg

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Em termos de produção agrícola, podemos notar que o milho e o feijão são plantados pela maioria dos domicílios. O arroz é plantado por quatro domicílios. Manga, macaxeira, batata doce e queijo são produzidos por domicílios da família 2, os que possuem mais terra, têm média de idade mais jovem. A manga é produzida em um dos domicílios. No outro, são produzidos macaxeira, batata doce e queijo, que são vendidos no Programa de Aquisição de Alimentos⁶⁹ e destinados à merenda escolar dos colégios

⁶⁹ Em São José de Piranhas, de acordo com as informações dadas pelos próprios agricultores, 13 famílias fornecem alimentos para as escolas, em nossa pesquisa, encontramos uma em Peba dos Vicentes e outra na Serra do Braga. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e tem por objetivos garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em

do município. De acordo com os dados dos próprios produtores, 13 domicílios participam deste programa, sendo que um destes se localiza em Peba dos Vicentes.

Quadro 73 - Produção Pecuária em Peba dos Vicentes.

Tipo de Animal	Gado de Corte	Touro	Vacas de Leite	Porco	Galinhas	Bodes e Cabras	Jumentos
Número de Criadores	3	2	6	5	7	1	3
Número de Cabeças de Animais	26	2	27	14	63	1	3
Domicílios que não criam nenhum tipo de animal							2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A criação de animais é presente na maioria dos domicílios. A criação de gado de leite e corte é mais comum entre os domicílios da família “Gomes”, pelo fato de terem a propriedade de terra maior e também por disponibilizarem de mão de obra mais jovem quando comparada a da família dos “Vicentes”.

O Sítio Peba dos Vicentes foi escolhido para esta análise pelo fato de ser um dos poucos, quiçá o único sítio no município que não tem homens que migram para cortar cana ou para vender roupas.

Em nosso levantamento, percebemos que é um Sítio em que as famílias têm acesso à terra. A renda destas famílias é construída pela produção agrícola para o autoconsumo e também como forma de poupança, no caso do gado; pelo trabalho assalariado de alguns membros na sede do município; pelo acesso aos recursos provenientes de programas sociais de combate à pobreza. Em relação à escolarização, percebemos que, quando mais velhos, menor é o índice de escolaridade. Nestes termos, é que se configuram as condições de reprodução social das famílias de Peba dos Vicentes.

A busca de informações para compreender o processo de reprodução social destas famílias de agricultores nos oferece elementos para uma análise e, considerando estas três localidades, possibilita-nos dissertar sobre alguns questionamentos: 1) Qual o significado

situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral (MDS, 2015).

da migração para estas pessoas? 2) Que papel cumprem os programas sociais na composição da renda destas famílias? 3) Que significado tem a agricultura nestes sítios?

Estas questões fazem parte de um conjunto de pensamentos que nos direcionam a entender melhor a dinâmica destas famílias, e, acima de tudo, destes homens, que “andam pelo meio do mundo” e “moram no sítio”, ou seja, pessoas e famílias que, de uma forma ou de outra, têm uma experiência de mobilidade territorial, atrelada a uma experiência de sentimento de pertencimento a um lugar.

Um primeiro ponto a tocar refere-se ao fato de que a renda destas famílias é composta por uma série de fatores como o trabalho agrícola no sertão, o trabalho assalariado no corte de cana ou na venda de roupas, o trabalho não-agrícola e o repasse de recursos via programas sociais. Este é o quadro de composição de renda das famílias que se configurou nos últimos trinta anos.

Como já observamos no capítulo 4, a década de 1980 é marcada pelo fim da produção do algodão e pelo início e intensificação da migração sazonal e consequentemente pelo assalariamento destes trabalhadores no corte de cana. Na década de 2000, intensifica-se, em certa medida, a inserção de pessoas na rota de venda ambulante de roupas na Região Norte. São atividades que demandam mobilidade territorial por parte de alguns membros da família, geralmente os homens jovens. As mulheres e as crianças ficam pelo fato de que o trabalho migrante é oferecido aos homens e tem como característica ser um trabalho temporário, seja sazonal tal qual o corte de cana ou informal como no caso de venda de roupas.

Um ponto que caracteriza estes dois tipos de trabalho migrante é de que eles não proporcionam uma estabilidade financeira que dê a segurança da família se mudar por inteiro. Assim, a saída encontrada tem sido das mulheres e crianças ficarem no “sítio”, pois há a possibilidade de produzir algo para comer e de colocar os filhos nas escolas do município, além da sensação de segurança de estar próximos aos familiares e conhecidos.

Um elemento que se insere, neste contexto nos anos 2000, é a gama de programas de transferência de renda, que colaboram na composição da renda familiar. Estes programas exigem que as crianças estejam matriculadas nas escolas e o recurso é destinado às mulheres. Este fato também não deve ser considerado como um determinante, mas como um fato que não pode ser ignorado no momento de analisar o cenário destas famílias.

Por mais que este cenário de mobilidade territorial ou de migrações sazonais apresente-se como um fato comum para muitas famílias no Sertão Paraibano, permitindo-nos arriscar dizer que este cenário se repete em outras microrregiões dentro da Região Nordeste do Brasil, há que se considerar que a experiência da migração pode ter diferentes significados, de acordo com a localidade.

Em Boa Vista, o assalariamento via corte de cana permitiu a estruturação da casa de algumas famílias, através de construção ou reformas, e o investimento no empreendimento de vender roupas em domicílio por parte de outras famílias. Poucas famílias de Boa Vista investiram na compra de terras.

O cenário de Serra do Braga apresenta-se um pouco diferenciado. Além das famílias investirem na construção ou melhoria das casas, houve um maior número de pessoas que adquiriram um pedaço de terra.

Em Peba dos Vicentes, não há homens que migram, entretanto, a realidade da migração não está fora de suas experiências sociais. O fato de eles explicarem que “os cabras não vão pro corte da cana e pra furadinha porque não têm coragem”, ou que “são uns cabras fracos e não têm coragem de enfrentar” a atividade migratória, revela uma leitura que eles fazem de si mesmos e dos que migram.

A partir do cenário em que a migração sazonal para as usinas canavieiras é mais antiga e mais expressiva em número, constrói-se a representação de que os migrantes são homens de coragem e capazes de enfrentar o trabalho árduo, a distância da família, as condições de exploração e subordinação às usinas e etc.

Durante o trabalho de campo, ouvimos duas comparações de cortadores de cana, que podem ser lidas como uma forma de representação ou a auto representação sobre o trabalho no corte de cana que relacionam este trabalho com a coragem. A primeira foi de um trabalhador que falou que o trabalho das prostitutas é mais digno do que o trabalho do cortador de cana, porque as prostitutas trabalham em um ambiente mais limpo e fazem menos esforço físico. No entanto, segundo este trabalhador, ambos os trabalhos exigem coragem para serem feitos. Ele argumentava que, no caso da prostituta, a coragem era necessária para enfrentar qualquer homem e para conviver com a marca social, com o estigma de mulher com menos valor. No caso do cortador de cana, a coragem se faz necessária para enfrentar o trabalho duro e a distância de casa.

A segunda comparação que outro trabalhador falou foi a seguinte: “pra quem tem coragem de ir pro corte de cana, não custa nada assaltar um banco”. Este comentário foi dito em um churrasco entre amigos, durante um sábado à noite, em janeiro de 2013, mês de uma estiagem muito forte e que três rapazes do município de São José de Piranhas foram presos no interior de Pernambuco, por assalto a uma relojoaria no interior da Bahia. Estes três rapazes já tinham sido cortadores de cana e eram amigos e parentes dos cortadores de cana que estavam neste churrasco no povoado de Boa Vista.

Estas duas comparações fazem parte do imaginário social, que relaciona o trabalho do corte de cana como um ato de coragem. Por mais que ninguém de Peba dos Vicentes vá para o corte de cana, isso não quer dizer que o corte de cana, enquanto representação social – usando uma força de expressão – “vá até eles”. Ou seja, mesmo sem ter a experiência direta da migração, existe a auto representação tendo o corte de cana como interlocutor.

A segunda questão a se pensar é em que medida os programas sociais de transferência de renda contribuem na constituição da renda destas famílias. Em relação a esta questão, a primeira afirmação a mencionar é de que a inserção deste tipo de programa social, de política pública, beneficiou e teve a adesão de muitas famílias do meio rural do Brasil e da Região Nordeste especificamente. Como já apresentamos no capítulo 4, no município de São José de Piranhas, os índices de acesso aos programas sociais são bastante representativos. No caso dos três sítios que estamos analisando neste capítulo, foi possível observar algumas nuances em relação à adesão destes programas sociais.

Em relação ao Programa Bolsa Família, nota-se uma adesão maior de famílias que não possuem a propriedade da terra e que já foram moradores. Por mais que tenham ocorrido mudanças nos últimos trinta anos, que proporcionaram a saída da condição de moradores de muitas famílias para a condição de rendeiros, tendo um incremento na renda, através do assalariamento, isto não foi suficiente para superar uma condição de pobreza historicamente consolidada.

O Programa Bolsa Família atende agricultores que são proprietários de terra, embora tenha sido constatado que, quando a quantidade de terra aumenta, diminui os beneficiários deste programa. Isto nos leva a seguinte análise: diante das condições de desenvolvimento agrícola na região semiárida, ter menos de 100 hectares de terra não significa ter condições de produzir com a finalidade de gerar renda que tire a família da

condição de pobreza, ou seja, permanece dentro do critério de renda que a família deve ter para participar do Programa Bolsa Família.

O fato é que a combinação da renda obtida no desenvolvimento de uma agricultura de auto consumo, no trabalho assalariado no corte de cana e na venda ambulante de roupa, com a complementação dos programas sociais permite que estas famílias possam melhorar suas casas, ter suas motos, deixar seus filhos estudarem, e até comprar parcelas de terra.

Em relação à terceira questão, sobre o significado da agricultura na vida cotidiana e nas atuais condições de reprodução social destas famílias, observa-se também certas nuances em relação aos três sítios.

Em Boa Vista, nota-se que perto da metade dos domicílios produz algum tipo de legume (milho, feijão ou fava). A agricultura é uma atividade exercida majoritariamente pelos velhos, já que os jovens estão trabalhando “no meio do mundo”.

Em Serra do Braga, praticamente todas as famílias produzem algum tipo de legume, muitas delas criam uma pequena quantidade de gado, pelo fato de disporem de terra para atividades agrícolas e pecuárias.

Em Peba dos Vicentes, as famílias dispõem de certa quantia de terra e isso possibilita desenvolver mais a agricultura e a pecuária. Uma parte dos jovens mora no sítio e trabalha na cidade.

Das transformações territoriais que tratamos, dentre elas, o avanço da pecuária, nota-se que isso é presente também entre os pequenos agricultores destes três sítios, pois, na medida em que alguns foram adquirindo terras, foi sendo possível criar algumas cabeças de gado.

A agricultura não é a principal forma de renda da maioria das famílias. Primeiro porque muitas delas não são proprietárias e historicamente não tiveram acesso à terra, ou seja, são famílias que sempre necessitaram trabalhar ou para os outros, como moradores, ou na terra dos outros, como rendeiros. Outra considerável parte tem uma quantidade de terra insuficiente para garantir a satisfação das necessidades básicas das famílias.

A agricultura é uma atividade de risco. As constantes secas estão marcadas na memória coletiva. Plantar uma roça implica em correr o risco de não colher. Dessa maneira, as famílias necessitam adotar outras estratégias de busca de trabalho. As recentes

políticas de reposição de renda, como o Garantia Safra, ajudam a complementar a renda e a reduzir assim o risco de perder tudo o que plantou na seca e passar necessidades.

Assim, a agricultura tem um significado mais na constituição da identidade destes trabalhadores e famílias do que propriamente na constituição da renda. A agricultura se mostra frágil do ponto de vista de geração de trabalho e economicamente não consegue absorver a força de trabalho dos que não tem acesso à terra.

Ao buscar trabalho fora, nota-se que estes agricultores, dada a sua baixa escolarização e a sua experiência com os trabalhos agrícolas, direcionam-se para atividades agrícolas como o corte de cana, que demandam pessoas socializadas no trabalho agrícola e não exigem escolarização.

Em todo o caso, percebe-se que o acesso a programas sociais de transferência de renda, de aposentadoria rural, de financiamento da produção e seguro agrícola acontece nos diferentes extratos de acesso à terra e envolve tanto os domicílios que têm migrantes como os que não têm.

O assalariamento realizado através da migração sazonal para o corte de cana se constitui como uma importante fonte de renda de uma parte considerável das famílias. Nos últimos trinta anos, o “corte da cana” tem se apresentado como uma experiência que envolve a todos no domicílio, tanto aos que vão quanto aos que ficam. O “corte da cana” também é uma importante fonte de renda, que possibilitou a compra de terras, casas, motos, melhoria das condições de vida.

A inserção em rotas de trabalho para fora do município para vender roupas, como atividade recente, também se apresenta como uma possibilidade de trabalho que permite que apenas um ou dois membros do domicílio saia(m) por um período, permanecendo a base da unidade familiar.

Entre as transformações no cenário da agricultura familiar na região, nota-se que a migração sazonal cumpriu um papel relevante no processo de reprodução social destas famílias. As transformações na agricultura familiar do Sertão Paraibano também impactaram na constituição da diversidade do campesinato, observada nessa pesquisa através das condições de reprodução social das três localidades estudadas.

No capítulo a seguir, vamos observar como que a migração sazonal demarcou a trajetória de vida dos sujeitos envolvidos a partir do relato de cinco trabalhadores oriundos

de duas famílias de moradores, que, desde a condição da morada, alçaram-se para outras situações de trabalho, algumas inclusive dentro do próprio âmbito do campesinato.

CAPÍTULO 6 – DAS MARGENS DA TERRA AO MEIO DO MUNDO

Buscar trabalho fora da região ou do estado, por vezes, a centenas de quilômetros de casa, é uma experiência compartilhada por uma grande parte dos homens entre as diferentes categorias do campesinato que vivem na zona rural do município de São José de Piranhas como também na Região do Sertão Paraibano. “Andar pelo mundo”, expressão usada para indicar o ato de migrar em busca de trabalho, pode se apresentar, em determinadas situações, como possibilidade de buscar trabalho e, em outras, como a única saída diante do limitado quadro de acesso a trabalho.

Uma das estratégias para compreender a experiência da migração foi de ouvir histórias de vida de agricultores. Utilizamos o seguinte procedimento metodológico: primeiro, partimos da atual geração de homens que participam ou participaram da atividade migratória do corte da cana. Para dar conta de ampliar o levantamento de informações, ouvimos também os pais destes trabalhadores e, em um dos casos, foi possível ouvir o avô.

O conceito de geração que adotamos para esta pesquisa se baseia na perspectiva de Karl Mannheim (1928): para quem pessoas que experienciam os mesmos problemas históricos concretos, pode-se dizer, fazem parte da mesma geração. Como bem argumentam Feixa e Leccardi (2010),

o que forma uma geração não é uma data de nascimento comum – a “demarcação geracional” é algo “apenas potencial” (Mannheim, 1952) – mas é a parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe de fato compartilham (a geração atual). Há dois componentes centrais nesta partilha (do qual surge o “laço geracional”): por um lado, a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o “antes” e o “depois” na vida coletiva; de outro, o fato que estas descontinuidades são experienciadas pelos membros de um grupo etário em uma conexão constitutiva particular, quando o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos ou – como coloca Mannheim – quando essas experiências históricas são “primeiras impressões” ou “experiências juvenis”. (FEIXA; LECCARDI, 2010, p.189-190)

A geração, argumentam estes autores, além da data de nascimento em comum, é demarcada também por uma experiência compartilhada por estes indivíduos. No caso que estamos analisando, os dois homens ouvidos, Mateus e Tomás, têm idades diferentes. Mateus nasceu em 1964. Tomás nasceu na década 1980. Por mais que tenham nascido em períodos diferentes, ambos têm a experiência comum de ter se deslocado até o estado de São Paulo para trabalhar no corte de cana. O “laço geracional”, do qual os autores

falam, pode ser demarcado por eventos que quebram a continuidade histórica. O final da produção de algodão, na década de 1980, pode ser considerado um evento que quebrou uma rotina que tinha uma continuidade. O “corte da cana” passa a ser uma atividade que vem “depois” do “tempo do algodão”. A questão da qual estamos tratando é que há uma unidade geracional, mesmo envolvendo pessoas com diferentes idades, mas que vivenciaram processos históricos comuns e compartilharam dos mesmos problemas concretos.

A opção por ouvir filhos, pais e avôs foi para tentar captar as nuances de diferentes décadas e perceber as mudanças contadas a partir de agentes que acabam se posicionando em diferentes lugares no interior das famílias, ou seja, a visão do filho, do pai e do avô.

A história oral foi adotada porque é uma metodologia qualitativa que permite captar, a partir do relato pessoal, “uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em dada sociedade” (ALBERTI, 2000, p.2). O uso desta metodologia possibilita coletar informações dos agentes sociais, dos sujeitos, das “pequenas testemunhas”, como se refere Voldman (2006), em contraposição às “grandes testemunhas” tradicionalmente exploradas pela história oficial como as autoridades, reis, empresários, intelectuais, etc. Ferreira e Amado (2006 p. xi) definem que “o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma; são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos...”. Neste caso, as “pequenas testemunhas” são os camponeses migrantes, os cortadores de cana. Menezes (2005) aponta o valor de captar o sentido que o sujeito atribui ao que está contando.

A história oral, também, busca fazer uma interpretação da fala do outro, reconstruindo não apenas os eventos, as experiências e os processos sociais, mas o sentido atribuído pelo seu praticante. Os trabalhos baseados nos relatos orais tentam incorporar as vantagens da subjetividade dos documentos bem como das relações de subjetividade entre o pesquisador e o seu informante (MENEZES, 2005, p. 03).

Captar este sentido que o sujeito está narrando é sem dúvida um desafio metodológico grandioso. O esforço de compreensão foi tentado, o que não quer necessariamente dizer que foi conseguido, mas ficamos com a consciência de que se trata de uma busca permanente.

Ao se trabalhar com a metodologia da história oral, é interessante a ponderação de Bourdieu (2006) sobre o risco da *ilusão biográfica*. O autor parte do pressuposto de que a trajetória dos sujeitos é perpassada pela estrutura social em que os mesmos a

constroem e são construídos por ela. Neste sentido, os eventos narrados não são ocasionados, simplesmente, por vontades individuais, mas, também, pela orquestração de diversos fatores de ordem social, como, por exemplo, o final da produção de algodão, o limitado acesso à terra, etc. Assim, o esforço de refletir sobre elementos da trajetória de vida destes agentes é feito com a intenção de captar “o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1998, p.36).

Buscamos observar casos que abrangessem situações para perceber estratégias de sobrevivência, de busca de trabalho, de acesso à terra e a bens que propiciem o sustento das famílias. De acordo com Stake (2005), o estudo intensivo de caso trata-se de uma investigação da particularidade e da complexidade de um caso singular. Com o estudo intensivo de caso, busca-se destacar diferenças sutis, a conexão entre os acontecimentos em seu contexto, a globalidade das situações pessoais. Álvaro (2008) nos ensina que, ao mesmo tempo em que nos permite localizar generalizações menores, os estudos intensivos de caso nos possibilitam modificar ou reforçar as generalizações maiores.

Todos os entrevistados são do distrito de Boa Vista. Todos têm origem em famílias de ex-moradores, ou já foram moradores, ou são filhos de ex-moradores, pertencem a famílias que se caracterizam por trajetórias à margem da terra. A aposta metodológica de observar ex-moradores e seus descendentes tem a intenção de refletir sobre questão de famílias de agricultores que não tiveram o acesso à terra e se desenvolveram num meio social marcado por relações de dependência personalizada e de acesso assimétrico ao recurso natural terra, que por vezes os joga numa dinâmica de buscar trabalho no “meio do mundo” sem necessariamente sair por inteiro do sítio.

A apresentação das entrevistas se dará por unidades familiares, começando por elementos da história do mais velho ao mais novo. Este procedimento foi assim colocado a fim de privilegiar uma contagem da história partindo do passado para chegar até o presente. Na primeira unidade familiar, observaremos o caso de Carlos e Mateus e, na segunda, Elias, Lucas e Tomás.

6.1 – Carlos e Mateus

O primeiro caso que tomamos para a análise é da Família Barbosa, onde analisaremos trechos da história de Carlos, o pai, e Mateus, um dos filhos. Nosso primeiro

contato com esta família ocorreu através de Mateus, que trabalha como arregimentador de uma Usina e mora no distrito de Boa Vista.

Carlos⁷⁰ nasceu em 1935 no Sítio Almão, zona rural de São José de Piranhas. Era filho de um proprietário, que vendeu as terras em 1942, quando se mudaram para o Sítio São Felix, zona rural do município vizinho de Barro/CE, como conta no trecho.

(A terra) era nossa mesmo, aí depois papai vendeu a terra nossa em 42 (1942). Venderam, aí a gente foi tudo junto. Aí nois passamos 10 ano em São Felix. Depois trabalhamos lá. Passamos lá 10 anos. Aí depois eu me casei [com Dona Carol, natural do Sítio Jurema, São José de Piranhas]. Aí nois vei simbora pra Jurema uma fazenda ali, passei na Jurema 29 anos, aí vim pra cá e faz 23 que nois tamo aqui, [Distrito de Boa Vista] aí eu dexei de lidar com o gado, aí voltei a trabaíá na roça. (Carlos, vaqueiro e agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

O lote de terra era de propriedade do avô de Carlos. Quando este morreu, a propriedade foi dividida entre doze filhos. O pai de Carlos ficou com 200 tarefas, que ele vendeu para um dos grandes proprietários da região, que também tinha um comércio. A terra foi vendida para pagar as dívidas que o pai de Carlos tinha com este fazendeiro e comerciante. Neste trecho, Carlos conta os aspectos da produção agrícola e relata o porquê se deu a venda da terra para o fazendeiro.

Pesquisadora: Mas assim, o que contam sobre o legume, sobre o algodão?

Entrevistado: Legume, legume, colhia legume. Mas naquele tempo tinha muito pra vender aqui. Era barato, tudo era barato naquele tempo, [Década de 1940] os algodão eles vendia aqui.

Pesquisadora: ai vendia aqui pra ele, [o grande proprietário] ele descarçava aqui.

Entrevistado: Escarçava aqui, ele [o grande proprietário] já queria tudo pronto aqui num saco.

Pesquisadora: E o caroço eles vendiam?

Entrevistado: Os caroço ele dava pros bicho dele, vendia pro povo plantar, dava pro gado dele, aí depois já comprava, vendia as máquinadele aí, e do jeito que comprava vendia no saco, do jeito que tava, tudo de saco, os caminhão vinha buscar.

Pesquisadora: Nesse lugar que ele escarçava, ele tinha uma venda também?

Entrevistado: Tinha uma loja grande lá na rua naquela casa, uma buodega.

Pesquisadora: Que casa?

Entrevistado: Naquela casa ali por trás, essa casa ali também era dele, aqui, aqui tudo era campo aqui, parque de algodão.

Pesquisadora: Aí isso que aconteceu com seu pai né, que teve que vender a terra?

Entrevistado: Isso, ele [o pai de Carlos] só num acabou, por ele comprou uma casa em São Felix. Naquele tempo, ele devia 200 conto a Joaquim e ele pagou. (Carlos, vaqueiro e agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

⁷⁰ A entrevista com Carlos e Carol aconteceu em março de 2012, na casa da família, na localidade de Boa Vista. Participaram da entrevista também a professora Marilda e as colegas Giovana e Renata.

A dívida que o pai de Carlos contraiu no comércio foi quitada com a venda da propriedade. A família não tinha mais propriedade de terra, mas ainda tinha uma casa. Na fala de Carlos, ele deixa claro que seu pai “só não acabou porque ele comprou uma casa em São Felix”. O fato de ter uma casa permitia à família poder trabalhar como rendeiros, não sendo necessário voltar à condição de morador. O significado da expressão “só não acabou” pode ser lida como a condição social que a família sustentava, de ser proprietários. “Acabar” é outra forma de dizer “voltar a ser morador”, que implicava em assumir uma condição de dependência de outro proprietário de terra.

A experiência narrada de Carlos, sobre o caso de seu pai, mostra-nos que a entrada na condição de morada podia acontecer de diferentes formas. Talvez a mais comum seja a forma hereditária, em que os filhos de moradores tendiam a ser moradores por não obterem o acesso à propriedade da terra. No entanto, havia casos também de pequenos proprietários que, por um motivo ou por outro, perdiam a posse das terras e como opção restavam-lhes a possibilidade de “pedir morada” para algum proprietário.

Dos 7 aos 17 anos, portanto, de 1942 até 1952, ainda solteiro, Carlos morava com seus pais e se socializava no trabalho agrícola. Neste período, como conta: “papai botou uma professora para ensinar nós um mês, somente um mês”. Depois Carlos estudou mais até o segundo ano no município de Barro/CE: “eu estudei até o segundo ano, não estudei todo não, mas as contas eu sei fazer”.

O acesso à escolarização era difícil nestas décadas em que Carlos era criança e adolescente. O analfabetismo é o problema social que marcou e, em certa medida, ainda marca a população rural do Brasil. Como demonstramos no capítulo cinco, tanto no distrito de Boa Vista, como nos outros sítios que pesquisamos, há uma elevada taxa de analfabetismo e uma conseqüente baixa taxa de escolarização entre os adultos com mais de cinquenta anos, como é o caso de Carlos.

De 1942 até 1960, ele trabalhou apenas no roçado. Em 1960, trabalhou de vaqueiro para o grande proprietário da Fazenda Jurema, localizada no município de São José de Piranhas. Carol, esposa de Carlos, comenta que:

Naquele tempo, [período de 1942 até 1989] eles [o marido e o pai de Carol] trabalhavam demais. Trabiava demais presses patrão, eles pagavam do jeito que que queria pagar, eles num tinha direito a nada, só tinha direito quando Jesus mandava um bom inverno, que tirara muito legume, muito dinheiro pra comprar umas coisinha, pra fazer as coisa, fazer uma ferinha num sábado. Sofriam demais, acho que sofria, papai contava, aí é por isso que eu digo: bom

é esse tempo que nois tamo, né? (Carol, agricultora aposentada. Entrevista realizada em março de 2012)

A condição de morada era marcada pela dependência do patrão, que determinava o pagamento. O morador trabalhava para o patrão e, em troca, recebia uma casa para morar e um pedaço de terra para plantar os alimentos básicos para a família. Diferentemente da relação assalariada formal, em que, ao iniciar o trabalho, tanto o patrão quanto o empregado fazem um acordo sobre o pagamento mensal, a relação de morada dependia muito da vontade do dono das terras. Ao comparar o tempo passado com o tempo presente, Carol prefere o tempo presente, pelo fato de que as relações de trabalho, inclusive no meio rural, são mediadas pela legislação trabalhista, que prevê a regulamentação de contrato e pagamento dos direitos trabalhistas no momento da demissão. Carol também era filha de uma família de moradores.

Em 1989, o casal se mudou para o povoado de Boa Vista, onde construíram a própria casa e passaram a trabalhar como rendeiros nas terras de proprietários circunvizinhos. A condição de rendeiro reduz a dependência dos agricultores em relação ao dono da terra. O fato de ter a própria casa faz com que a família não necessite dever favores para o dono da casa, podendo assim, dentro da situação que se oferece, trabalhar nas terras de outros proprietários pagando a renda, uma espécie de aluguel sobre o uso da terra. Esta renda varia de acordo com a localidade e o tipo de produto a ser cultivado, sendo por vezes de 20, 30 ou 50%.

Na trajetória de vida de Carlos, ele se mudou 4 vezes. Nasceu no Sítio Almão. Ainda criança, mudou-se com a família para o Sítio São Felix, município de Barro/CE. Em seguida, começou a trabalhar no Sítio Jurema, como vaqueiro, e, por fim, mudou-se para o distrito de Boa Vista. É filho de uma família de pequenos proprietários, que tinham 200 tarefas de terra e perderam a terra, tornando-se rendeiros. Quando casou, trabalhou de vaqueiro, na condição de morador, e, quando saiu do Sítio Jurema para o distrito de Boa Vista, passou a ser rendeiro pelo fato de morar em sua própria casa.

A trajetória de Carlos indica deslocamentos geográficos, em uma escala de distância próxima, já que, entre os pontos mais extremos dos locais onde ele morou, são cerca de 30 km. São deslocamentos ocasionados pela condição de acesso à terra. A vida dele também é marcada por deslocamentos da condição social. De filho de pequeno proprietário, passou a ser morador e depois rendeiro. São três condições sociais

características do campesinato, mas que guardam diferenças entre si, sobretudo no que diz respeito à relação de dependência personalizada com os donos de terra.

Carlos e Carol têm três filhos e uma filha. Um dos filhos mora em Laranjal Paulista, no estado de São Paulo; dois moram no distrito de Boa Vista e são agricultores que trabalham com o corte de cana, dentre eles, está Mateus; a filha mora na sede do município de São José de Piranhas.

Mateus nasceu em 1964, quando sua família morava no Sítio Jurema, São José de Piranhas. Estudou até a primeira série: “Eu fiz só o primeiro ano, da primeira série, depois do ABC, eu fiz só o primeiro nível, fiz mais não, naquele tempo [Década de 1960 e 70] o pessoal trabalhava, não tinha tempo pra estudar não”. O limitado acesso à educação escolar é uma constante entre uma parte significativa dos homens que nasceram na década antes de 1990, como já apresentamos no capítulo anterior.

Mateus casou-se com Dolores, em 1985, e tem um filho e uma filha, que nasceram na década de 1980, ambos também já são casados. A filha vive na sede do município de São José de Piranhas e é dona de casa. O filho vive no distrito de Cuncas, município de Barro/CE, e trabalha como vendedor de roupas. Durante o período de sua adolescência e juventude, Mateus morou e trabalhou com a família de seu pai, na condição de morador e posteriormente de rendeiro. Em 1988, migrou, pela primeira vez, para cortar cana no estado de São Paulo. Nos primeiros anos, era cortador de cana e, no ano 2001, passou a ser “encarregado de turma” ou “turmeiro” como é popularmente chamada a função do arregimentador de turmas. No trecho a seguir, Mateus⁷¹ relata como começou e cresceu a adesão de homens para o corte de cana:

Ele [Sandro] foi quem levou esses meninos aí, então depois a usina gostou dos serviços dos meninos daqui, aí no outro ano foi que colocou o Mandarim [um dos primeiros habitantes de Boa Vista a migrar para cortar cana] para levar um pessoalzinho. Levou 22, e foi aumentando, aumentando, chego que quando terminou já tava em 50 ou 55. A usina parou de... por conta do pessoal que fazia um serviço ruim, você vai com um cara hoje, com pouco acha o serviço ruim aí tem que cortar [demitir o trabalhador] até que cortaram para ele e não levou mais. Eu trabalhava, aqui mais em outra turma, com o José. Eu trabalhei com ele 3 anos aí foi, chegou em 2000, eles [a Usina] pediram para José levar 2 turmas, aí José ficou assim assado, para me colocar fora, eu também não falei nada, toda vida eu sabia que [José] é ruim, nunca prestou aí. Aí fui em 2001 [passou a trabalhar como arregimentador] e fiquei até hoje, quando foi, em

⁷¹ A entrevista com Mateus foi realizada em março de 2011, em sua casa, na presença de Dolores, sua esposa. A colega de pesquisa Giovana também ajudou a conduzir a entrevista.

2006, a turma de José entrou em greve. (Mateus, arregimentador. Entrevista realizada em março de 2011).

Este trecho traz informações sobre o início do processo de migração para o corte de cana em São José de Piranhas. Mateus comenta que, até 1987, só ouvira falar que Sandro, um homem que morava no Sítio Serra do Vital, em São José de Piranhas, havia ido trabalhar no corte de cana: “rapaz, ia, daqui [e referindo a Boa Vista] não ia não, ia mais destes lugares dali de cima [referindo-se à Serra do Vital], tinha uns “cabras” ali que iam. A gente nem sabia que eles iam. Diziam que iam para a lagoa de cana”. A partir do final da década de 1980, a cada ano, mais pessoas passaram a buscar trabalho nestas usinas, pois “a usina gostou do trabalho dos meninos”, fazendo alusão evidentemente aos responsáveis por gerenciar a força de trabalho no setor de corte de cana das usinas. Como já explicado por Menezes e Silva (2008) e Novaes (2007), a opção das usinas paulistas por trabalhadores oriundos do sertão nordestino se dá por fatores como produtividade e assiduidade, o que significa menor participação em greves.

Mateus trabalhou por doze anos como cortador de cana, no entanto, além de cortador, ajudava o turmeiro a organizar uma turma. No trecho a seguir, ele relata a ocorrência de uma greve, que resultou na demissão do turmeiro José e, desta maneira, passou a ser o único turmeiro para a referida Usina no município de São José de Piranhas.

Pesquisador-Eles entraram em greve?

Entrevistado -Ali mesmo, não mais a gente.

Pesquisador -Vocês não entraram?

Entrevistado -Não, nós éramos 2 turmas, ali eram 120 pessoas, 128, eles entraram em greve, 64 pessoas e a gente ficou parado, o que era que nós fazíamos, colocávamos minha turma no carro e explicava qual era nosso objetivo, a gente explicava que a gente foi para trabalhar e nós estávamos trabalhando em 6 turmas na nossa frente, porque foi só uma turma só que parou, na época, tinha 15 turmas.

Pesquisador-Só a turma do José?

Entrevistado - Só uma turma só parou. 64 pessoas pararam por conta, queriam receber acerto e tudo, eu digo, olhe, naquele tempo nem tinha seguro desemprego, porque na usina não dava, vocês estão errados, porque vocês estão correndo por uma coisa que não, que está fora da lei você assinou um contrato de safra. E esse contrato sem tempo indeterminado vocês estão perdendo o emprego, aí foi isso, eles passaram uma semana parados, aí depois começaram a trabalhar novamente, aí no instante tirou a safra, aí quando terminou a safra, o José foi e discutiu com o pessoal da usina. Aí foi, e eliminaram ele, até eu pensei porque a gente morava junto, tudo da região, que iam cortar a gente também, mas não a gente, ficou até hoje, no ano retrasado, eu cheguei em um dia e no outro quebrei essa perna. Quebrei essa perna e não pude ir, aí o restante foram com o pessoal(...). (Mateus, arregimentador. Entrevista realizada em março de 2011).

O fato de Mateus e sua turma não entrarem em greve fez com que ele fosse preferido pela usina. A não participação em greves, a obediência às regras da usina e a

produtividade de trabalho são fatores considerados importantes no momento de contratar os trabalhadores, como já discutimos no capítulo três deste trabalho. A fidelidade de Mateus com a usina para a qual trabalha lhe garante, pelo menos até o momento, levar uma turma todos os anos. A tarefa do turmeiro é relativamente nova e aparece no Sertão Paraibano com a migração para o corte de cana, na década de 1990. O “turmeiro” ou “chefe de turma” cumpre várias funções sociais no sistema de trabalho migrante como de recrutar a turma, selecionar os trabalhadores, ser a ponte entre os trabalhadores e a usina; e ser o fiscal dos trabalhadores durante o período da safra (MENEZES et.al, 2012).

Nos últimos anos (2010-2014), devido à mecanização das lavouras, o número de trabalhadores por turma vai reduzindo. Na safra de 2014, a turma de Mateus tinha 16 trabalhadores, quantidade bem menor em relação ao ano de 2000, quando uma turma tinha 64 trabalhadores. No trecho a seguir, Mateus conta como virou turmeiro:

Pesquisador -Na primeira vez em que o senhor foi para o corte de cana, o contrato era na Usina Barbam?

Entrevistado-Iso, da Usina Barbam.

Pesquisador-Até hoje é da Usina Barbam?

Entrevistado- É, até hoje.

Pesquisador -Só trabalhou em São Paulo?

Entrevistado -Só trabalhei em São Paulo.

Pesquisador-Antes de ser turmeiro, o senhor era cortador de cana?

Entrevistado – Era. Cortei cana acho que por uns 12 anos.

Pesquisador-Então, em 2001, o senhor foi como...

Entrevistado - De 2001 para cá, já fui como encarregado de turma

Pesquisador-Quando foi que você começou a juntar turma aqui na Paraíba?

Entrevistado -Em 2001

Pesquisador - Mas antes o senhor não ajudava o José?

Entrevistado-Não. Em 2000, ele juntou e levou as turmas sozinho. Eu trabalhei para ele nesse tempo assim [como cortador de cana]. No outro ano, foi que o homem [um dos chefes da usina] pediu que eu ficasse com a minha turma e ele com a dele, para cada um trabalhar da maneira que podia trabalhar, que ficou mais fácil, ficou melhor. Até hoje eu não...todo ano trabalhei, só no ano passado que eu não fui. [Porque machucou a perna].

Pesquisador -E como foi que você se tornou turmeiro?

Entrevistado-Igual eu disse a você, em 2001, o homem mandou, pediu para que escolhesse uma pessoa que fosse capaz de se dá com isso aí.

Pesquisador -Aí o José te escolheu?

Entrevistado - Foi.

Pesquisador - Aí tu trabalha com o quê, aqui o senhor agencia, leva o pessoal e lá é com o quê, fiscal?

Entrevistado - Lá é como fiscal, fiscal de roça de casa de tudo, da minha turma.

Pesquisador-Quem é que mantém contato com vocês lá de São Paulo?

Entrevistado- São o pessoal da usina mesmo

Pesquisador-O pessoal dos recursos humanos?

Entrevistado -Da diretoria lá, são eles que entram em contato para [organizar as turmas]. (Mateus, arregimentador. Entrevista realizada em março de 2011).

No episódio da greve, o posicionamento de Mateus pró-usina fez com que o mesmo se legitimasse como turmeiro, continuando até os presentes dias nesta função. Desde que começou a trabalhar na usina, passou a viver em dois lugares. De dezembro a março, ele fica em São José de Piranhas, na localidade de Boa Vista, com seus familiares. Neste período, ele seleciona sua turma. Em março ou abril, eles viajam para São Paulo, onde ficam até novembro. Mateus relata também os desafios da tarefa de coordenar a turma:

Pesquisador - Já houve algum problema entre os trabalhadores, alguma confusão?

Mateus Entrevistado - Graças a Deus não. Nunca teve nada, nesses 10 anos que eu trabalho. Assim problema teve, nunca deixou de ter, mas tudo a gente controla entendeu. Toda turma dá trabalho, mas tem que procurar controlar, a gente sempre conseguiu até hoje, não sei esse ano. Cinco meses de safra, é bom demais, mas quando passa para seis, sete, oito, chega a pessoa pira, cansado, estressado, longe de casa, saudade da mulher, da namorada, de tudo quanto é coisa, é difícil. A gente diz que é forte, mas você que é bem casado, tá namorando, que gosta dela e tudo aí fica lá esse tempo inteiro, é ruim, é muito ruim. Aí você tem que entender esse lado aí também. Às vezes a pessoa vai desabafar, vai tomar uma cachaça para desabafar, aí quando chega em casa chega ruim porque quer desabafar e se você não tiver paciência, chega a brigar com ele, aí você deixa desabafar e depois você conversa, explica que a situação não é essa, é assim. A turma é bem fácil de controlar, se você tiver um bom equilíbrio para isso aí, mas se você quiser ou ajeitar um e ajeitar outro ou querer levar tudo na moleza é difícil, tem que arrumar uma maneira e colocar todo mundo numa coisa só. (Mateus, arregimentador. Entrevista realizada em março de 2011).

A expressão usada por Mateus “dá trabalho” é comumente utilizada por arregimentadores para se referir aos problemas que surgem no ato de conduzir as turmas, como discutiu Marcelo Saturnino Silva (2011). O turmeiro, o arregimentador, é a presença da instituição Usina no controle da força de trabalho durante o período da safra. Sua função, usando suas palavras, é “controlar” a turma a fim de que esteja apta a trabalhar e produzir durante a jornada.

A remuneração de Mateus é via salário fixo, diferente dos cortadores de cana, que recebem por produção. Nestes 25 anos de migração para o corte de cana, Mateus sustentou sua família: sua esposa, um filho e uma filha. A filha mora em São José de Piranhas, é casada e trabalha como dona de casa. O filho já foi cortar cana e atualmente atua como vendedor ambulante de roupas no Pará.

Na trajetória de vida de Mateus, detectamos deslocamentos geográficos como também deslocamento de posições sociais. Em termos geográficos, acompanhou os deslocamentos da família paterna, que eram moradores no interior de São José de

Piranhas. Como adulto, depois que começou a trabalhar na colheita da cana, passou a se deslocar em todos os anos, indo e voltando de São José de Piranhas/PB para Santa Bárbara d'Oeste/SP. No que se refere às posições sociais, notamos que, filho de moradores, passou a ser assalariado no corte de cana e posteriormente turmeiro, chefe de turma.

Passamos agora para descrever a segunda unidade familiar, para posteriormente tecermos uma análise sobre estes casos.

6.2 – Elias, Lucas e Tomás⁷²

A segunda unidade familiar que tomamos para descrever tem membros de três gerações: o avô foi pequeno agricultor, chacareiro e atualmente é agricultor aposentado; o pai foi morador, cortador de cana e hoje é pedreiro ;e, por fim, o filho atuou no corte de cana e hoje é vendedor de roupas.

Elias nasceu em 1936, no Sítio Serra do Braga, e atualmente é aposentado e vive no distrito de Boa Vista. Seu pai tinha uma propriedade de terra de 150 tarefas (50 hectares). O pai dele teve vinte filhos, doze do primeiro casamento, dentre os quais está Elias, e oito do segundo casamento. A mãe de Elias morreu no trabalho de parto.

Elias casou com 17 anos, no Sítio Serra do Braga, e ficou por mais dez anos trabalhando na propriedade de terra de seu pai, até 1963. Depois morou mais um tempo na terra do seu sogro. Teve 10 filhos, mas seis morreram. Dos vivos, três moram em São Paulo e um mora ao lado de sua casa.

Pesquisador– Então o senhor se casou com 17?

Entrevistado – Foi porque eu fiquei sem minha mãe né. Ai meu pai casou, fui morar com minha madrastra, mas não me dava muito bem com ela. Ela queria bater nos meus irmãos e eu não deixava. Aí eu saí de casa, fui morar com um irmão meu, aí também não deu certo. Porque casa dos outros você sabe como é né.

Pesquisador – Aí o senhor casou e ficou morando na terra do seu pai?

Entrevistado – Foi na terra do meu pai, mas eu fiz uma casinha né. Naquele tempo era casa de taipa. (Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

Depois de ficar 10 anos na terra de seu pai, ele se mudou para trabalhar na terra do sogro, que comenta no trecho a seguir.

⁷² Realizei as entrevistas primeiro com Lucas, depois com Elias e por fim com Tomás. As entrevistas foram realizadas em março de 2012, somente por mim, na casa de cada um dos entrevistados, com a presença de Messias, um de meus interlocutores. Eu já conhecia Tomás do trabalho de campo realizado em 2010, numa usina de Santa Bárbara d'Oeste – SP.

Pesquisador Ainda quando o senhor morava na terra do seu sogro era como se fosse morador dele?

Entrevistado – Era como eu morava com ele. Então, o morador era eu.

Pesquisador – O senhor produzia um tanto pro senhor e outro pra ele?

Entrevistado – Não. O que eu produzia era meu.

Maciel – Não tinha que pagar pra ele?

Pesquisador – Não, não pagava nada. Ele me deu a terra para trabalhar.

Maciel – O senhor criava gado também ou não?

Entrevistado – Não. Só criei filho.

(Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

Neste período, Elias, sua esposa e seus filhos cultivavam a terra do sogro. Trata-se de um caso de concessão de terras entre familiares, algo que acontece quando há uma quantia de terras disponíveis para o sustento das famílias. É um fato típico de sociedades camponesas, ou da empresa camponesa, tomando emprestado o termo de Chayanov (1974), que tem como prioridade o uso da terra para a satisfação das necessidades da família.

Elias estudou até a quarta série, o que lhe possibilitou ser professor por um curto período de sua vida, quando jovem.

Pesquisador Seu filho me falou que o senhor foi professor também?

Entrevistado – Eu fui. Naquele tempo quem tinha a quarta série podia ensinar até a quarta. Era lá mesmo no Braga. Não tinha grupo. Era nas casas particular. Eu ensinei lá uns três anos.

Pesquisador – O senhor parou por quê?

Entrevistado – Hoje a professora escreve no quadro e a pessoa escreve o que tá no quadro. Naquele tempo dava só uma lição. Era mais difícil porque a gente tinha que lidar com 30 alunos e fazer os dever que eles não sabiam.

Pesquisador – E os alunos eram desobedientes?

Entrevistado – Naquele tempo tinha a palmatoriazinha, eles obedeciam.

Pesquisador – E o professor podia bater?

Entrevistado – Podia bater. Era ordem dos pais. Se desobedecer [sic], podia bater. E era para doer.

Pesquisador – E o senhor dava aula para que idade?

Entrevistado – Eu ensinava criança, adulto. Tudo analfabeto, não sabia de nada. Começava do ABC.

Pesquisador – Ensinava o ABC e ensinava as contas também?

Entrevistado – Ensinava.

(Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

O trabalho de professor durou por três anos, na década de 1950. Elias conta também como eram os momentos de seca, onde ocorriam os saques:

Entrevistado – Naquele tempo, [décadas de 1950 a 1980] se chamava os *esvadíos*. Esse pessoal fazia isso para o governo colocar a emergência. Aí eles reuniam aquele pessoal. Iam para São José de Piranhas num dia de feira e o que tivesse pela frente eles levavam. Aí pessoal com fome, fazia isso. Naquele tempo, se chamava *evasão*.

Pesquisador – O senhor participou de muitos momentos assim?

Entrevistado – Eu participei vendo, mas nunca fiz. Eu vi duas vezes.
 Pesquisador – Aonde?
 Entrevistado – Em São José de Piranhas. Foi duas secas que houve. [Em 1965 e 1977] Aí o povo fazia isso.
 Pesquisador – E o senhor chegou a trabalhar em emergências?
 Entrevistado – Trabalhei muito tempo.
 Pesquisador – Em quais emergências?
 Entrevistado – Em serviços de rodagem, açudes em roça, no tempo que tinha associação.
 Pesquisador – Aí o governo pagava uma diária para vocês?
 Entrevistado – Era, ele sustentava a associação, um dia trabalhava para um, outro dia para outro.
 (Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

Os saques foram um ato comum em toda a região do Sertão Nordestino nos períodos de seca no século XX (NEVES, 2001). Há registros de saques até o começo dos anos 2000. Na medida em que os programas de transferência de renda chegaram para estas populações, a tática dos saques às feiras foi sendo abandonada. Em 1992, Elias se mudou para São Paulo para trabalhar de chacareiro.

Pesquisador – Como veio a oportunidade de ir morar em São Paulo?
 Entrevistado – O meu genro casou com a minha filha e foi pra lá morar numa chácara. Aí surgiu uma outra chácara e o ano foi seco aqui em 1992. Aí eu trabalhava de roça e ele ligou pra mim. Perguntando se eu queria ir pra lá. Nessa que eu fui, passei 5 anos e na outra passei 13.
 (Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

Nos 18 anos que passou trabalhando em São Paulo, Elias voltou 4 vezes para visitar os parentes no município de São José de Piranhas. Trabalhando como chacareiro, ele conseguiu juntar dinheiro para comprar sua casa no distrito de Boa Vista, onde mora hoje. Seu filho, Lucas, já havia se mudado do Sítio Serra do Braga para o distrito de Boa Vista anteriormente.

Atualmente Elias é aposentado e trabalha com agricultura, como nos relata.

Pesquisador – Então o senhor tem uma rocinha hoje?
 Entrevistado – Tem.
 Pesquisador – Onde é?
 Entrevistado – Aqui. Na terra de Cássio.
 Pesquisador – Quem é Cássio?
 Entrevistado – É meu amigo, mora com a gente. [No sentido que mora no distrito de Boa Vista].
 Pesquisador – É quanto uma tarefa, duas?
 Entrevistado – Uma tarefa e meia só. Tem pouquinha, porque eu não posso mais trabalhar.
 Pesquisador – Aí o senhor planta feijão, milho?
 Entrevistado – Milho e feijão.
 Pesquisador – Dá alguma parte?
 Entrevistado – Nada, a gente cerca também. Ele dá o arame.
 (Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

Não existe pagamento em dinheiro ou em produto pelo uso da terra, no entanto, ele constrói a cerca que servirá para o gado do proprietário da terra. Esta é também uma forma de pagamento. O rezeiro planta milho e feijão e, em troca, semeia o capim ou ajeita a cerca para o proprietário. É a chamada “renda do gado”, também verificada por Menezes (1985).

A vida cotidiana de Elias na localidade de Boa Vista não difere muito dos demais senhores com mais de 60 anos de idade. Nas vezes em que visitamos a localidade observei que os homens idosos se ocupavam de tarefas na agricultura de subsistência ao passo que os jovens, em idade entre 18 e 30 anos, iam cortar cana, vender roupa ou buscavam outras formas de trabalho como de pedreiro, servente, motorista ou algum emprego nas obras de transposição do Rio São Francisco.

Pesquisador – Como é o dia dia do senhor, aqui na Boa Vista?

Entrevistado – Eu acordo 5 horas da manhã. 6 horas vou pra roça, de 10 ou 11 horas venho embora, quando sol esquenta. À tarde eu fico por aqui.

Pesquisador – À tarde o senhor fica por aqui?

Entrevistado – Fico.

Pesquisador – E à noite o senhor dorme de que horas?

Entrevistado – Umas 9 horas.

Pesquisador – E de manhã é sempre a mulher que varre o terreiro?

Entrevistado – É.

Pesquisador – A Dona Rita acorda às 5 horas também?

Entrevistado – Não acorda mais tarde, 8 horas. Mas é a minha nora que cuida da casa.

Pesquisador – É a sua nora que varre o terreiro?

Entrevistado – É.

(Elias, agricultor aposentado. Entrevista realizada em março de 2012)

No relato acima, percebemos alguns deslocamentos territoriais: nasceu no Sítio Serra do Braga e até os dezessete anos ficou com sua família. Após o casamento, mudou-se da casa paterna para morar nas terras do sogro, no mesmo Sítio. Já adulto, com cinquenta anos, na década de 1990, foi trabalhar de chacareiro no estado de São Paulo e voltou para São José de Piranhas, agora para o distrito de Boa Vista, para viver a aposentadoria e cultivar a terra. Entre os filhos de Elias, está Lucas, que passaremos para observar sua história agora.

Lucas nasceu em 1963 na Serra do Braga. É o quarto entre os dez filhos de Elias. São sete mulheres e três homens. Além dele, estão vivos outros dois irmãos e uma irmã. Todos moram no município de São José de Piranhas.

Aos 20 anos, Lucas casou-se com Joana, que também era habitante da Serra do Braga. Assim que se casou, ficou morando na mesma casa do seu pai, pertencente ao seu avô. A casa foi construída em um terreno próprio pelo pai, este passando a trabalhar com o sogro, o avó materno de Lucas.

Pesquisador: Quando casou você ficou lá com seu pai ou já foi pra outro lugar?

Entrevistado: Não, foi assim, meu pai construiu uma casinha lá, tinha uma casinha de taipa né. Meu pai construiu uma casinha de tijolo, na época ele construiu uma casinha dele e eu fui pra casinha onde me criei já, nasci noutra casa diferente já, e hoje não tem mais nem o torrão dela mais. (Entrevista com Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

Lucas explica que começou a trabalhar por volta dos oito anos de idade, ajudando seu pai com os afazeres da roça. Quando casado, passou a trabalhar com outros proprietários, como relata a seguir.

Pesquisador: E o senhor trabalhou pra quem lá no Braga?

Entrevistado: Eu trabalhei mais pra Chico Caetano, mais pra Adelino Caetano. Trabalhei mais assim pra ele, fui morador pra ele, seis anos que lutei com gado.

Pesquisador: O senhor lidava com gado. Como é que era o pagamento do senhor, ou não tinha pagamento?

Entrevistado: Ah rapaz, não tinha pagamento, a gente, ele dava um agrado por semana né, na época mesmo, era uns 30 reais por semana, que ganhava na época.

Pesquisador: Vocês ganhavam nessa época?

Entrevistado: Uns trinta conto por semana.

Pesquisador: E a possibilidade de colher o feijão e o milho pra vocês comer?

Entrevistado: A gente lutava com gado e trabalhava de roça pra fazer o de comer né?

Pesquisador: E este gado vocês tinham acesso, podiam matar gado pra vocês comer?

Entrevistado: Não,

Pesquisador: O gado era tudo do Bento Gil.

Entrevistado: Tudo era dele, de Solange e Bento Gil, que eram sócios na terra deles dois né?

Pesquisador: Quantas tarefas tinha esse Gil aí?

Entrevistado: Eu acho que a mesma faixa do meu avô, que era parte de herança do meu bisavô né? Aí depois que ele morreu foi dividido né, a Tia Solange ficou com uma parte e o meu avô ficou com outra, depois que o marido da Tia morreu, aí foi que o Bento Gil comprou a parte deles tudinho, aí ficou sócios deles dois né, a Tia Solange e Bento Gil, e hoje que é dona da terra é só a Tia Solange.

Pesquisador: E ela tem 100 tarefas?

Entrevistado: Eu acho que é dali pra lá viu, mais de 100 tarefas.

Pesquisador: Aí o senhor ficou seis anos trabalhando de vaqueiro?

Entrevistado: É, pode ser.

Pesquisador: Morador?

Entrevistado: Morador lutando com gado né, eu não lutava só com gado, eu tava trabalhando e lutando com gado também. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

Estas eram as condições de trabalho combinadas entre Lucas como morador e os proprietários para quem ele trabalhou cuidando do gado. Ele cuidava do gado do patrão

e podia plantar feijão, milho e arroz para alimentar a família e ainda ganhava um “agrado” por semana de trinta reais. É interessante notar que o pagamento em dinheiro era visto também como um presente. A relação de trabalho era permeada por uma relação de reciprocidade. A entrada na condição de morada se deu pelo fato de que o patrimônio fundiário do pai não era suficiente para sustentar uma nova família. Assim, Lucas precisou pedir morada para “Tia Solange e Bento Gil”, que lhe concederam um pedaço de terra para trabalhar em troca de cuidar do gado. Foram nestas condições que Lucas constitui a família. Ele tem três filhos e duas filhas. O fato de ficar em uma localidade longe da sede do município pesou para que ele se mudasse para o distrito de Boa Vista.

Pesquisador: Aí depois que o senhor saiu do Bento Gil você foi pra onde?

Entrevistado: Aí vim pra cá.

Pesquisador: Por que o senhor saiu lá do Bento Gil?

Entrevistado: É porque não deu certo né, era muito cansativo o lugar. Falta de água, de transporte que não tinha na época, e meus filhos viviam doente, tinha sempre que ir pro hospital. E achei que aqui era mais fácil pra isso aí né, pro transporte. Tudo era mais fácil, a água também era mais fácil do que lá.

Pesquisador: Do que lá?

Entrevistado: Hoje quer dizer, eu digo assim, mas acaba é meio difícil, mas é mais fácil do que lá, porque pelo menos a água aqui é mais próxima. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

O Sítio Serra do Braga localiza-se em um ponto de difícil acesso. Por mais que Serra do Braga fique próximo a Boa Vista (ver o mapa do capítulo 5), o problema é que há uma serra entre estas duas localidades e não tem estrada para veículos. São dez quilômetros de estrada de chão, onde se pode passar de cavalo ou caminhando, em uma serra bastante íngreme. A outra saída de Serra do Braga é via o município vizinho de Monte Horebe. São outros dez quilômetros com ondulações íngremes de estrada de chão, com possibilidade de suportar veículos.

Estando mais perto do acesso aos hospitais (tanto de São José de Piranhas quanto de Cajazeiras) e do acesso à água, Lucas encontrou no distrito de Boa Vista um local para morar. Ali construiu sua casa e passou a trabalhar de reideiro e também a migrar para o corte de cana.

Pesquisador: Aí o senhor se mudou pra cá em 1994?

Entrevistado: Foi. Foi em 1994.

Pesquisador: Aí o senhor se mudou pra cá e fazia o que aqui, trabalhava na roça também?

Entrevistado: Depois que eu cheguei aqui, minha viagem era mais pra São Paulo. Trabalhei cinco anos no corte de cana, e daí pra cá eu trabalhava mais na parte de pedreiro, construção civil. Construção Civil, por conta. Mas sempre colocava uma rocinha aqui, um pouquinho, mas colocava um pedacinho de

roça. Eu brocava, plantava e dava a primeira limpa, e os meninos davam de conta. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

No período de entressafra da cana, Lucas passou a desenvolver a atividade de pedreiro, a qual trabalha até hoje, sem nunca abandonar a agricultura para o autoconsumo. Nos períodos em que cortou cana, foi sempre para mesma usina, fazendo parte de uma turma organizada por Mandarin, outro senhor que vive em Boa Vista.

Pesquisador: Como é que o senhor conseguiu vaga pro corte de cana, como é que foi naquela época?

Entrevistado: Ah, eu consegui porque, o homem ali do lado ali carregava turma pra lá e eu fui.

Pesquisador: Quem é o homem ali do lado?

Entrevistado: É Mandarin.

Pesquisador: Ah, tu foi [sic] com o Mandarin.

Entrevistado: Fui com o Mandarin, dois anos né. Aí num segundo, num terceiro ano, já fui já pra trabalhar com turmeiro, pra Zezinho Mota. Você já deve ter ouvido falar nele né (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

No período em que trabalhou no corte de cana, Lucas também começou a desenvolver a profissão de pedreiro. Ele já tinha atuado como servente e pedreiro no Sítio Serra do Braga. Ele sempre viajou sozinho a São Paulo, a esposa ficava para cuidar das crianças.

Pesquisador: Aí o senhor foi cinco anos cortar cana em São Paulo e depois foi trabalhar de pedreiro, aqui ou lá em São Paulo?

Entrevistado: Eu comecei lá. Aqui eu fazia alguma coisinha.

Pesquisador: Lá o senhor começou a trabalhar de pedreiro com quem?

Entrevistado: Eu comecei a trabalhar com um cabra, ele é do Rio Grande do Norte. O nome dele é Chicão, acho que Chicão o nome dele. O pessoal de lá não era aqui da Paraíba, era do Rio Grande do Norte,

Pesquisador: Aí o senhor começou a trabalhar de pedreiro com ele, pra fazer prédios lá em Santa Bárbara?

Entrevistado: Assim sabe, lá vizinho de onde ele morava na Chácara, ele trabalhava de posto de gasolina, e ele trabalhava de pedreiro, ele tinha uma casa lá.

Pesquisador: Que cidade lá?

Entrevistado: Era Piracicaba, ali perto do Milester ali do lado. Ele foi, ele falou, ele sabia que eu manjava um pouquinho de pedreiro, ele me chamou pra trabalhar com ele né. Aí eu fiquei trabalhando com ele lá, mais ou menos uns dois meses. Ai pronto, vim pra cá comecei a trabalhar em uns outros lugar [sic]. Já trabalhei parece que foi três ou quatro anos em firma mesmo.

Pesquisador: Aí o senhor ia pra lá com a sua esposa?

Entrevistado: Não, eu ia só. Ia lá, ficava um tempo lá e voltava de novo pra cá. Ficava naquela correria. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

Atualmente Lucas atua de pedreiro tanto em São Paulo, quanto em São José de Piranhas e região. Na fala abaixo, ele explicita que só irá a São Paulo caso não encontre trabalho na região.

Pesquisador: E o senhor pretende ir pra São Paulo neste ano? [2012].

Entrevistado: Rapaz, se a coisa der fraca vou ter que ir lá. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012).

A nosso pedido ele faz algumas comparações entre o trabalho de cortador de cana e o trabalho de pedreiro, ambos exigem um alto gasto de energia física como também têm em comum o fato de serem renumerados pela produção, no clássico sistema de salário por peça, como relata a seguir.

Pesquisador: Ganha mais o pedreiro ou o cortador de cana?

Entrevistado: Rapaz, depende de produção, porque tem cortador de cana que ganha o salário de dois pedreiros. Tem cortador de cana que não ganha nem a metade de um pedreiro.

Pesquisador: Tipo pro senhor que já tem 48 anos, é melhor trabalhar como pedreiro ou como cortador de cana?

Entrevistado: É melhor de pedreiro porque a cana ela força muito a coluna da pessoa.

Pesquisador: Uma coisa é o cara que tem 20 anos cortar cana, outra coisa é o cara que tem 50?

Entrevistado: E então, é verdade. O corte de cana machuca muito a pessoa né, assim a coluna. Pedreiro também machuca, mas não é todo serviço também, parte de alvenaria, só mais parte de assentamento de cerâmica essas coisas, trabalhar fazendo piso também machuca a coluna da pessoa. O que não machuca tanto é fazer alvenaria, trabalhar com alvenaria. E acabamento de reboco essas coisas. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012).

É raro encontrar no corte de cana algum homem com mais de 40 anos. As condições de trabalho e remuneração exigem muita energia física. A história de Lucas nos mostra uma trajetória de um filho de pequeno agricultor, que passou a ser morador, atuou como cortador de cana e por fim desenvolve atividades de pedreiro. O salário de cortador de cana foi utilizado para sustentar a família. Posteriormente como pedreiro é que Lucas conseguiu construir a própria casa.

Pesquisador: Neste período [sic] que o senhor foi cortar cana, o senhor fez investimentos, o senhor investiu no que?

Entrevistado: Rapaz eu, pra falar a verdade, o que dava pra fazer era a feirinha, pra dentro de casa.

Maciel: O senhor já tinha essa casa aqui?

Entrevistado: Ai depois eu comprei essa partezinha pra trás e fui construindo, o que eu tenho é isso mesmo, é de lá.

Maciel: Do trabalho de pedreiro lá?

Entrevistado: Com o trabalho de pedreiro é que a gente construiu. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

Na visão de Lucas, a vida das pessoas de Boa Vista tem melhorado nos últimos anos.

Pesquisador: Nos últimos anos, o senhor percebe que teve mudanças aqui na Boa Vista?

Entrevistado: Bastante.

Pesquisador: Mudou pra pior ou pra melhor?

Entrevistado: Mudou pra melhor né? Antigamente o pessoal não tinha do que viver, hoje o pessoal tem uma vida mais financeira.

Pesquisador: Tem mais entradas?

Entrevistado: Tem mais entradas né, não é que nem antigamente que a pessoa não tinha nem com que comprar um quilo de carne pra comer. E hoje todo mundo tem pra sobreviver né, mesmo não ganhando, mas tem, arrumando daqui, dacolá arruma. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012).

É interessante observar que novamente é mencionado o “quilo de carne” como marcador de melhoria nas condições de vida. Como já abordamos no capítulo 4, comer carne tem um valor simbólico para as famílias pobres do meio rural, sobretudo para os moradores, como era o caso de Lucas, que cuidava do gado, mas não podia criar seu próprio gado na terra do patrão. Em muitos casos, os proprietários de terra não permitiam que os moradores criassem gado pelos próprios limites de tamanho da propriedade, de dificuldade de cultivar o pasto, etc.

Em sua trajetória de vida, Lucas nunca acessou políticas como o Pronaf e o Bolsa Família.

Pesquisador: O senhor já acessou alguma política do governo, tipo PRONAF, Bolsa Família, coisa assim?

Entrevistado: Associei não.

Pesquisador: Nunca fez financiamento pra comprar gado coisa assim?

Entrevistado: Não, nunca fez não.

Pesquisador: Nem pra comprar terra?

Entrevistado: Também não.

Pesquisador: Sempre lutou com o corte de cana, depois como pedreiro.

Entrevistado: Só com os meus braços mesmo como eu sou.

Pesquisador: Entre cortar cana, trabalhar na roça e ser pedreiro, qual é o serviço melhor?

Entrevistado: Rapaz, pra falar a verdade todo o serviço é ruim. Trabalhar de roça não vou dizer que é ruim, é bom. Mas hoje não compensa mais devido ao tempo, né, hoje as chuvas é devagar também, fica até assustado de colocar uma roça com medo de perder né. É por isso que a gente fica até na dúvida sem saber o que é que fala. (Lucas, pedreiro. Entrevista realizada em março de 2012)

A percepção de trabalho de Lucas é marcada pela experiência que teve como pedreiro, cortador de cana e agricultor. Dentre todos, ele prefere o trabalho na roça, no entanto, devido às instabilidades climáticas, apenas o roçado não é suficiente para sustentar a família.

Em relação ao acesso aos programas sociais citados, a família de Lucas não poderia acessar o Bolsa Família pelo fato de que não tem crianças na escola. Em relação ao Pronaf, nunca acessou porque não dispõe de terra para trabalhar e suas atividades profissionais estão voltadas para a construção civil.

Lucas e Joana têm cinco filhos. As duas filhas são casadas com rapazes de Boa Vista, ambos são vendedores de roupa na furadinha, mas já foram cortadores de cana. Na época da entrevista, em 2013, uma das filhas estava grávida e a outra cuidava do filho dela de 3 anos.

Dois filhos de Lucas trabalham como vendedores de roupa e um trabalha como cozinheiro em uma empresa que presta serviços na obra de transposição do Rio São Francisco. Os três rapazes já foram para o corte de cana, como é o caso de Tomás, que ouvimos aspectos de sua trajetória e relataremos a seguir.

Tomás nasceu em 1987, no Sítio Serra do Braga. Aos sete anos de idade, em 1994, mudou-se junto com sua família para morar no distrito de Boa Vista. Ele relata como foi o processo de mudança do Sítio Serra do Braga para o distrito de Boa Vista.

Pesquisador -E o teu pai se mudou pra cá porque?

Entrevistado -Porque teve que sair de lá mesmo.

Pesquisador -Mas tinha trabalho aqui?

Entrevistado -É porque o dono da casa pede a casa, ai ele veio morar na casa do avô dele. (Tomás, cortador de cana. Entrevista realizada em março de 2012).

Um dos demarcadores do fim da relação de morada é quando o patrão “pede a casa”, ou seja, usará a casa para acomodar outra família e pede para que o morador saia. Tomás viveu esta situação com sua família, que, após ser comunicada para sair desta propriedade, mudou-se para a casa do avô de seu pai, até construir um local para morar em Boa Vista.

Tomás foi socializado no trabalho agrícola junto a família. Estudou no colégio de Boa Vista até a 4 série. Da 5ª até a 8ª série, ele estudou no colégio do Sítio Carcaré, próximo à Boa Vista, que reunia todas as crianças desta região do município. Chegou a começar a cursar o primeiro ano do ensino médio no colégio de São José de Piranhas, mas interrompeu seus estudos para começar a trabalhar no corte de cana.

Pesquisador-Além de cortar cana, tu tinhas alguma outra possibilidade de emprego, naquela época?

Entrevistado -Não. Se eu tivesse trabalho aqui, eu tinha ficado.

Pesquisador–E hoje tem outras possibilidades?

Entrevistado –Eu poderia trabalhar como ajudante de pedreiro com meu pai. Mas não trabalha todos os dias e nem é de carteira assinada.

Pesquisador –A cana é mais garantido?

Entrevistado –É porque a gente trabalha de carteira assinada. Tem seguro, fundo de garantia. Dá para ganhar mais. Por isso que eu saí de “furadinha”, porque não tem carteira assinada.

Pesquisador –Na “furadinha”, não tem carteira assinada?

Entrevistado –Não. Ninguém trabalha de carteira assinada em “furadinha”.

Pesquisador –Teu irmão fica difícil para se aposentar?

Entrevistado –Ele só tem uma ficha na carteira, que foi em 2006. Que ele trabalhou em Piracicaba. Trabalhou num shopping. Mas quando começou a trabalhar na furadinha nunca teve carteira assinada. (Tomás, cortador de cana. Entrevista realizada em março de 2012).

O caso de Tomás não difere da narrativa de outros jovens de sua faixa etária e de sua geração, que se escuta cada vez que se conversa sobre o fato de largar os estudos e as possibilidades de trabalho que se apresentam. “Se tivesse trabalho aqui, tinha ficado”, sentenciou Tomás, para posteriormente explicar que ajudar o pai como servente de pedreiro não seria uma saída, devido ao fato de nem sempre ter serviço.

Deixar os estudos para trabalhar é uma característica comum entre jovens migrantes do meio rural, como já demonstram as pesquisas de Strapasolas (2006) sobre os jovens rurais de Santa Catarina e também Marques e Malagodi (2007) em estudo sobre os jovens do Brejo Paraibano. Marques e Malagodi (2007) constatam que os rapazes tendem a desistir dos estudos antes das moças, devido ao fato de começarem a migrar. Como vimos também nesta pesquisa, tanto em Peba dos Vicentes como em Serra do Braga e Boa Vista, o índice de escolarização é ligeiramente mais elevado entre as jovens do que os jovens. Isto pode ser atribuído ao fato de ter que parar os estudos para começar a trabalhar fora, como foi o caso de Tomás.

Para Tomás, havia a possibilidade de trabalhar com o pai, no entanto, isso implicaria em não ter a carteira assinada e o acesso aos direitos trabalhistas, como o seguro desemprego, que, no fim das contas, resultam em um montante a mais de recursos financeiros sem contar que o trabalhador estará assistido pelo INSS caso se machuque.

Ter a carteira assinada é um dos pontos que faz com que Tomás prefira cortar cana do que realizar as outras opções de trabalho que se apresentam, mas que estão no âmbito da economia informal. A “furadinha” ou a venda ambulante de roupas é um trabalho que também não conta com a possibilidade de ter a carteira assinada.

Nestes anos em que foi cortar cana, Tomás conseguiu juntar dinheiro para construir sua casa, para onde foi morar logo depois que casou em 2011. A casa também fica no distrito de Boa Vista. Sua esposa é natural do distrito vizinho de Cuncas e fica cuidando da casa quando Tomás viaja para o corte de cana.

Em relação aos projetos de futuro, Tomás faz a seguinte avaliação:

Pesquisador—Estão falando que, para os próximos anos, a tendência é aumentar o número de máquinas. O que é que tu pensas para o futuro?

Entrevistado—Já está fechando.

Pesquisador—Aí tu estás pensando em investir na profissão de pedreiro?

Entrevistado—Aí depende do futuro.

Pesquisador—Tu não pensas em investir, comprando terras?

Entrevistado—Não.

Pesquisador—O retorno é pequeno?

Entrevistado—É caro.

Pesquisador—Mas tem um projeto do governo para financiar a compra de terras, tu sabes disso?

Entrevistado—Mas se aparecer, como vai ser, porque já tem muita gente.

Pesquisador—Mas tu não quer ser agricultor?

Entrevistado—Não.

Pesquisador—Tu pensa em estudar?

Entrevistado—Estudar penso não.

Pesquisador—E lá em São Paulo tu já pensou em ser maquinista, tratorista?

Entrevistado—Lá já tem demais também.

Pesquisador—Lá no corte de cana, tu percebeu algumas mudanças, nesses anos?

Entrevistado—Sempre aparece.

Pesquisador—Mudou para melhor, ou para pior?

Entrevistado—Para melhor.

Pesquisador—Para melhor mudou o quê?

Entrevistado—Para melhor, porque o Ministério do Trabalho pega no pé do pessoal lá. Questão de alimentação, horário de trabalho. Antes não tinha horário certo de começar nem de parar o dia não

(Tomás, cortador de cana. Entrevista realizada em março de 2012).

Tomás percebe que as vagas de trabalhadores para a colheita manual de cana de açúcar reduzem a cada ano. Tomás não se enxerga trabalhando como pedreiro, nem como agricultor, nem como tratorista ou maquinista nas usinas canavieiras, caminho que, por vezes, é seguido por alguns dos ex-cortadores de cana. O fato é que a concorrência para trabalhar como maquinista é maior e demanda de morar definitivamente no estado de São Paulo, mudança que talvez não esteja dentro do plano de Tomás.

A possibilidade de comprar um pedaço de terra e atuar na agricultura também foi descartada por Tomás. O programa de financiamento de compras de terras – PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário) é pouco conhecido entre os trabalhadores com quem conversei nesta pesquisa.

Em São José de Piranhas, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, há dois projetos de crédito fundiário que beneficiam dez famílias. Tivemos a oportunidade de conversar com alguns beneficiários que conseguiram acessar os recursos e comprar seu pedaço de terra. Um deles, inclusive, é um senhor de Boa Vista que dispõe de parte de suas terras para outros agricultores plantarem como rendeiros, dentre os quais, está seu Elias. Na visão de Tomás, acessar este tipo de programa é demorado e difícil.

Mantivemos contato com Tomás no período posterior a entrevista. Em 2012, ele foi cortar cana. Em 2013 e 2014, passou a trabalhar como vendedor ambulante no Pará, junto com o irmão dele e seu cunhado. Encontrou uma saída de trabalho “no meio do mundo” e de morar no “sítio”.

Os cinco entrevistados contribuíram com seus relatos sobre a experiência de suas vidas para que possamos desenvolver uma interpretação deste processo de mudança social pelo qual atravessa o Sertão Paraibano. É claro que suas histórias de vida não podem ser resumidas aos trechos que trouxemos aqui para o debate, são provavelmente maiores e mais ricas. Selecionamos aqui alguns trechos que nos ajudassem a compreender essa dinâmica de “andar pelo meio do mundo e morar no sítio”.

Os entrevistados fazem parte de um conjunto maior de trabalhadores rurais e de famílias que estão à margem do acesso à terra. Como apresentamos no capítulo cinco, ao detalhar os dados sobre Boa Vista, Serra do Braga e Peba dos Vicentes, uma considerável parte das famílias ou não tem propriedade de terra, ou tem uma quantia pequena, insuficiente, dadas as condições técnicas, para garantir sua reprodução social.

As transformações que ocorreram nos últimos trinta anos dizem respeito a vários aspectos como: fim do ciclo de produção do algodão, início da migração para o corte de cana e para a venda de roupas, aumento da produção pecuária e redução de produção agrícola, presença de programas governamentais de estímulo à produção agrícola, a segurança hídrica e a transferência de renda. Estas transformações estão no leque do laço geracional que tocam na experiência de vida dos cinco entrevistados, por mais que tenham idades diferenciadas.

Há nuances entre as gerações, como podemos notar. O acesso à educação era mais difícil no período de infância e juventude de Carlos e Elias, que nasceram nas décadas de 1930 e 1940. Diferente de Tomás, que nasceu na década de 1980 e teve a possibilidade

de estudar alguns anos a mais, o que lhe permite trabalhar como vendedor, trabalho que demanda do domínio da escrita e da matemática.

“Pedir morada” era uma atitude mais comum quando Lucas e Mateus eram jovens, na década de 1980. Nos dias atuais, a condição da morada é algo residual e, mesmo quando acontece, está sob a jurisdição da lei trabalhista, que permite ao morador acionar a justiça e exigir os direitos que este tiver.

O conjunto de transformações realizadas no período analisado mantém um quadro diverso de reprodução social camponesa e as diferentes categorias têm dificuldade de acesso à propriedade da terra e buscam outras estratégias de inserção no mercado de trabalho. Inserem-se assim em uma dinâmica de “morar no sítio”, mas de trabalhar “no meio do mundo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A proposta desta tese foi de analisar as condições de reprodução social dos agricultores do Sertão Paraibano, buscando compreender em que medida a mobilidade territorial se configura como um fator relevante para estas condições. Para orientar nossos achados, optamos pela realização de um recorte sincrônico e diacrônico, tentando combinar elementos históricos com elementos da situação mais atual para interpretar tal questão. Também decidimos observar situações referentes ao “meio do mundo”, ou seja, no contexto e espaço de trabalho migrante, como no “sítio”, território em que as famílias se localizam, socializam- se e possuem o sentimento de pertencimento.

Buscamos problematizar e responder à questão observando os estudos da área que analisam a questão da mobilidade territorial e da condição camponesa. Aprendemos, em tais processos, que se grupos se deslocam sobre os territórios para trabalhar em empreendimentos capitalistas, o uso de redes sociais é constante e a presença de intermediários para a contratação destes trabalhadores migrantes é um dispositivo constantemente utilizado pelas empresas para recrutar e controlar a força de trabalho. Vimos isso através do processo de contratação dos trabalhadores, como também nos momentos de conflitos ou greves, em que as redes de amizade e parentesco tanto servem para organizar a mobilização como, por outro lado, servem para controlar os trabalhadores, através dos “turmeiros” e intermediários que são da mesma localidade de origem, muitas vezes parentes e amigos dos demais trabalhadores.

Consideramos também que o momento atual é perpassado por transformações nos diferentes territórios que estes agricultores circulam. Tais transformações informam também as condições sociais de reprodução destas famílias. Por um lado, temos as transformações territoriais que se realizam no Sertão Paraibano, nos últimos trinta anos, onde se inscrevem o fim da produção algodoeira, o desmantelamento da relação de morada, o avanço do uso de terras para a pecuária, a implementação de programas governamentais de transferência de renda para a eliminação da miséria e a inserção de muitos agricultores em rotas de migração sazonal para a colheita da cana de açúcar.

Por outro lado, temos o setor canavieiro paulista que passa a mecanizar essa colheita da cana de açúcar, que implica em redução da oferta de trabalho e redirecionamento de estratégias de inserção no mercado de trabalho. Paralelo a estes dois

fatos, temos um terceiro elemento que é chave: trata-se do acesso à terra por parte destas famílias.

Como vimos no decorrer do texto, muitas famílias não são proprietárias e outra considerável parte tem um patrimônio fundiário que foi sendo repartido entre os familiares, o que gera um contexto em que um elevado número de famílias passam a dispor de uma quantidade insuficiente de terra para atender suas demandas.

Diante deste cenário, os achados desta pesquisa nos indicam que: primeiro, as condições sociais de reprodução destas famílias de agricultores são marcadas pela diversidade de situações em relação ao acesso à terra e que as transformações territoriais não eliminaram tal diversidade.

No Sertão Paraibano, as famílias de agricultores, ou os grupos sociais rurais, ou o campesinato, é marcado por duas categorias de trabalhadores sem-terra: os assalariados rurais ou moradores, que, em sua maioria, trabalham cuidando do gado e os rendeiros, que não têm a posse da terra e trabalham em terras de terceiros, pagando com uma parte da produção agrícola ou plantando capim. Entre as famílias que possuem a propriedade de terra, há diferentes níveis de acesso: a maioria detém pouca quantidade de terras. Este quadro demonstra a diversidade de situações ou de condições de reprodução social das famílias de agricultores neste meio rural paraibano.

Segundo, a reprodução social destas famílias ocorre em um contexto de acesso limitado à terra, que, a partir do conjunto de técnicas e recursos disponíveis, o espaço de terra é insuficiente para atender às necessidades de consumo. Como já exposto acima, o patrimônio fundiário disponível para as famílias que têm terra é reduzido e, ainda sobre estas terras, destinam-se muitas vezes parcelas para rendeiros, que são famílias que têm parentesco. Claro, há uma outra parte dos rendeiros que fazem seus roçados sobre a propriedade de famílias que têm mais terra e criam gado. Neste sentido, pelos dados que levantamos, constatamos que, pelo menos em Serra do Braga e Boa Vista e majoritariamente em Peba dos Vicentes, a agricultura é destinada ao autoconsumo da família e seus produtos não são, em sua maioria, comercializados.

Terceiro, percebe-se contornos de uma territorialidade camponesa, observada na forma de se organizar para buscar trabalho e na forma de organizar a resistência, como no caso de greve, em que a saída indicada na expressão “queremos voltar para nossa terra” indica o pertencimento a um lugar. A sociabilidade destes trabalhadores carrega marcas

de uma territorialidade ou de uma forma de ser sobre o território, que tem a ver com o jeito que historicamente se desenvolveram estas famílias.

Quarto, trata-se de uma narrativa dos que estão à margem da terra. Estes trabalhadores carregam a marca de quem esteve excluído do acesso à terra, acesso à escolarização e hoje são excluídos de trabalho decente. As opções que lhes restam são as degradantes condições do corte de cana ou a informalidade da venda de roupas.

A questão do acesso à terra não pode ser ignorada quando fazemos este tipo de debate. É uma questão que não pode ser perdida de vista, em virtude da relevância do tema para uma agenda de pesquisa que possibilite o debate sobre as condições de reprodução social das famílias de agricultores no Sertão Paraibano.

Um dos aprendizados que desenvolvemos nesta pesquisa foi o de compreender que a migração tem um papel relevante nestas comunidades, mas não necessariamente a vida social gira em torno destas. A migração é pauta direta na vida das famílias e principalmente na dos jovens. No entanto, existe uma gama de outras atividades que acontecem e não podem ser desprezadas. Ao mesmo tempo em que há jovens, filhos de pequenos agricultores ou de famílias sem-terra, que encontram na migração uma forma de trabalhar, há outros, em número menor, que conseguem continuar os estudos, inclusive fazendo cursos universitários.

Em termos de implicações da discussão teórica deste assunto, convém falar também que um conjunto de autores brasileiros tem se dedicado a refletir sobre as condições econômicas das famílias de agricultores, observando o quadro de implementação do conjunto recente de políticas de transferência de renda e de estímulo à produção na chamada agricultura familiar. Há uma concordância entre diferentes autores como Alves e Rocha (2010), Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2013), Schneider e Cassol (2014) no que se refere à importância dos programas de transferência de renda para a composição da renda das famílias de agricultores familiares, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste. Os dados apontados por esta tese caminham nesta mesma direção. É inegável a importância destes programas para a melhoria de renda destas famílias.

No entanto, seria apressado demais dizer que as famílias mais pobres de agricultores no Brasil são improdutivas. A partir da análise das condições de reprodução social das famílias que observamos nesta pesquisa, fica evidente que, se a atividade agrícola, devido às limitadas condições de acesso à terra e à tecnologia, não gera uma

renda extra para garantir o sustento das famílias, isso não quer dizer que tais famílias não estejam inseridas em uma rota de produtividade. Os membros destas famílias se inserem em rotas de trabalho altamente degradantes, como é a colheita da cana de açúcar, e de economia informal, como é a venda ambulante de roupas.

No caso do assalariamento nas usinas de cana de açúcar, um interessante ponto para uma agenda de pesquisa é de observar em que medida os recursos provenientes dos programas sociais, que garantem parte das condições de reprodução social destas famílias, contribuem para uma possível redução no padrão de salários a serem pagos pelas usinas. Até onde observamos, não há dúvidas que são famílias de agricultores inseridas em um mercado de trabalho que lhes exige produtividade.

Neste sentido concordamos com a análise de Rego e Pinzani (2014) de que as famílias que recebem recursos de programas de transferência de renda estão inseridas em atividades de trabalho, a questão é que são trabalhos que demandam um alto grau de esforço físico com baixa remuneração. Da mesma maneira, concordamos com a análise de Schneider e Cassol (2014), quando sustentam que, para as famílias rurais com limitado acesso à terra e com membros com pouca qualificação escolar, as alternativas que lhes restam são de se empregar em outros trabalhos agrícolas de empreendimentos comerciais e que os postos de trabalhos da cidade já não absorvem essa parcela de trabalhadores. Assim, para estes autores, o esforço que devemos fazer é de pensar alternativas para o desenvolvimento do próprio meio rural.

Este esforço de pensar alternativas de desenvolvimento do próprio meio rural já vem sendo feito por diferentes setores da academia, dos movimentos sociais e por parte de setores dos governos. Certamente, este é um dos pontos que deve aparecer em nossas agendas de pesquisa que tratam do tema do campesinato, da agricultura familiar, do desenvolvimento rural. É interessante também se atentar para o próprio movimento das famílias de agricultores. Como percebemos e aprendemos com os trabalhadores que pesquisamos, há um movimento de “andar pelo meio do mundo” para investir nos espaços de morada que estão nos “sítios”. O foco da ação destas famílias, por mais debilitadas que suas condições de reprodução social em termos históricos se apresentaram e por mais limitado seja seu acesso à terra nos dias atuais, é marcado por elementos de uma territorialidade camponesa, com laços de pertencimento ao local, como também de investimentos para viver melhor desde os sítios. Eis a pista dada pelas famílias de agricultores.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.

ALEXANDER, Peter; LEKGOWA, Thapelo; MMOPE, Botsang; SINWELL, Luke; BONGANI, Xezwi. **Marikana: A view from the mountain and a case to answer**. Cape Town: Jacana, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito.” Belém, **Cadernos do Naea**, n.10, p.163-96, 1989.

ÁLVARO, Maria. **Informe prefinal Tesis Doctoral em Ciencias Sociales y Humanas**, UNLu. 2008. Mimeo.

ALVES, E.; ROCHA, D.P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES J. G.; VIEIRA FILHO, J.E; NAVARRO, Z. (Orgs). **A agricultura brasileira. Desempenho, desafios, perspectivas**. Brasília, 2010. p. 275-290.

ALVES, F.J.C **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Unicamp/Campinas-SP.1991. Tese (Doutorado)

ALVES, F. Porque morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

ALVES, Francisco (2007). Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? Em: José Roberto Novaes e Francisco Alves, orgs. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: UFSCAR, pp. 21 54.

ALVES, Francisco. Políticas Públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **RURIS I** Volume 3, nº1. Campinas/SP, 2009.

ANDRADE, Manuel. C. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

AUGRAS, Monique. História Oral e Subjetividade In: Von Simsom, Olga. R. M. (Org.) **Os Desafios Contemporâneos da História Oral**. Ed. Unicamp, SP, 1997.

AVALLONE, G. El campo neoliberal y su crisis. Agricultura, sociedad local y migraciones en la Europa del Sur. **Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales**. Nº6, 2013 pp. 39-55.

BACCARIN, José G. & JUNIOR, Júlio C.B. **Boletim da ocupação formal socioalcooleira em São Paulo**. Jaboticabal/SP: UNESP, 2010. Disponível via internet em <http://www.fcav.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo->

baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/boletins---2010/ Acesso em 30/06/2015.

BACCARIN, José Giacomo e GEBARA, José Jorge. **Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalhos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil.** Disponível in: www.fcav.unesp.br/baccarin/Artigo%2012%20ALAST.doc. Acesso em 14 de Novembro de 2010.

BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; BORGES JUNIOR, Júlio Cesar. **Expansão canavieira e ocupação formal em empresas sucroalcooleiras do Centro-Sul do Brasil, entre 2007 e 2009.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2011, vol.49, n.2, pp. 493-506. ISSN 0103-2003.

BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge. **"Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalho dos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil."** (2012).

BACCARIN, José; CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; FERREIRA, João Victor Barretto Nogueira. **Boletim sucroocupação centro sul.** Jaboticabal (SP), Número 59, dezembro de 2014.

BANDEIRA, Luis A. M. **O Feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões a Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social.** Rio de Janeiro, UFRRJ, 2014. (Tese de Doutorado).

BAUMEISTER, Eduardo; FERNANDEZ, Edgar; ACUÑA, Guillermo. **Estudio sobre las migraciones regionales de los nicaraguenses.** Guatemala, Editorial de Ciencias Sociales, 2008

BBC. (2013). **Seasonal agricultural migration scheme scrapped.** Disponível em <http://www.bbc.com/news/uk-politics-24064774>. Acesso em: 04.08.2014.

BENDINI Mónica Isabel, STEIMBREGER Norma Graciela RADONICH, Martha e TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián. Trabajadores transitórios frutícolas con proyectos migratórios. In: BENDINI Mónica Isabel, STEIMBREGER Norma Graciela RADONICH, Martha e TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián. **Trabajo rural y travessias migratórias.** Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2012, p. 97-154.

BENDINI, M.I e STEIBREGER, N. Trabajadores golondrinos y nuevas áreas frutícolas. Las mismas temporadas, otros territorios. In: LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial.** México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010. p. 281-306.

BENDINI, Mónica Isabel, RADONICH, Martha e STEIMBREGER, Norma Graciela. De golondrinas y otros migrante. **Trabajo rural y movilidad espacial en el norte de la**

Patagonia argentina y regiones chilenas del centro-sur. Cuaderno del GESA II. Editorial La Colmena, Buenos Aires, 1999.

BENENCIA, Roberto e GEYMONAT, Marcela. Migración transnacional y redes sociales en la creación de territorios productivos en la Argentina. Río Cuarto, Córdoba. **Cuadernos del Desarrollo Rural.** Número 55. 2005. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia, p. 9-28

BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. IN: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.) **Desvendando máscaras sociais.** São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1987.

BERRIANE, Mohamed. Las nuevas dinâmicas de la emigración marroquí hacia Europa. LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial.** México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010. p. 123-148

BOISSEVAIN, J. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coesões”. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.

BONFIM, Danilo (2008). **Cortadores de cana em Paraguaçu - Paulista mantém paralisação.** Sítio da UITA. 27 de junho de 2008. Disponível em http://www6.rel-uita.org/sindicatos/cortadores_cana_paraguacu.htm. Acesso em: 13.08.2013

BORDIEU, P. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **A profissão de sociólogo – Preliminares epistemológicas.** Petrópolis – RJ, Vozes, 1999.

BOURDIEU Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral.** 8ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 2006.

BRASIL AGRO (2008). **Termina a greve de cortadores de cana.** 28 de agosto de 2008. Disponível em http://www.brasilagro.com.br/conteudo/termina-greve-de-cortadores-de-cana.html#.VZLSM_IVikp. Acesso em 30.06.2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola,** junho de 2013 – ano XXII, número 2.

BURAWOY, M. The functions and Reproductions of Migrant Labour: Comparative Material of Southern Africa and the United States. **American Journal of Sociology.** Volume 81, Number 5. 1048 – 1086.

CANALES, Alejandro I. Inserción laboral con exclusión social. Los inmigrantes latinoamericanos en Estados Unidos. In: LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial.** México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010, p.193-217

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir. Escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1996, v.39 n°1.

Carvalho, Marisa (2007). **Greve de cortadores de cana chega a São Paulo**. Sítio Oficial do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. 16 de junho de 2007. Disponível em <http://www.pstu.org.br/node/12604>. Acesso em: 13.08.2013

CENSO AGROPECUÁRIO IBGE (1995/96). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

CENSO AGROPECUÁRIO IBGE (2006). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la Teoría de los Sistemas Económicos no Capitalistas. In: Chayanov y la teoría de la economía campesina. **Cuadernos de Pasado y Presente**. México: Siglo XXI Editores, 1981.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: UNICAMP, 1998.

COSTA, Daniel e Araújo, Fernando (2010). **Cofercatu dispensa cortadores em greve**. Gazeta do Povo. 17 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=974809>. Acesso em: 13.08.2013

COVER, Maciel. **O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011, 186 p.

CRUSH, Jonathan; DODSON, Belinda; GAY, John; GREEN, Thuso; LEDUKA, Clement. **Migration, Remittances and ‘Development’ in Lesotho**. Southern African Migration Programme – Queen’s University Canada, 2010.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO JR, José Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente na universalização. **Texto para discussão n. 688**. 25 IPEA. Rio de Janeiro, 1999.

DESHINGKAR, Priya; START, Daniel. **Seasonal Migration for Livelihoods in India: Coping, Accumulation and Exclusion**. London: Overseas Development Institute, 2003.

DOMENACH, Hervé e PICOET, Michel. **Las migraciones**. Córdoba. Dirección General de Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba. 1995.

DURAN, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FARET, Laurent. Movilidades migratorias contemporáneas y recomposiciones territoriales: perspectivas multi-escala a partir del caso México – Estados Unidos. In: FLORES, Sara M. L. (org). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: CONACYT, 2010.

FARRÉ, Alberto. A broken link: two generations in a rural household in Massinga district, Southern Mozambique. **Anthropology Southern Africa**, 2013, 36, 124-129pp.

FAVORETTO, Thaís Mesquita. **Máquinas de empobrecimento: impactos da mecanização do corte da cana sobre trabalhadores canavieiros em Barrinha – SP**. Campinas/SP – UNICAMP, 2014 (Dissertação de Mestrado)

FEIXA Carles & LECCARDI Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25. Número 2. Maio / Agosto 2010

FERGUSON, J. **Give a Man a Fish: Reflections on the New Politics of Distribution**. Durham: Duke University Press, 2015.

FERRANTE, Vera L. S. Botta (1988). Repensando um ciclo de greves. Em: **Anais do XII Encontro do PIPSA**. Botucatu: UNESP, vol. 1, pp. 1459-1522.

FERRANTE, Vera L.S. Botta (1989/90). Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. **Perspectivas**, 12-13, pp. 73 102.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos & abusos da historia oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 2006.

FIRST, Ruth. **Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant**. Brighton: The Harvester Press Limited, 1983.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Cultura, 1959.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1989.

GARCIA JR., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio

GEBARA, J., & BACCARIN, J. Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. **Boletim Paulista de Geografia**, 60, 45-56.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna, IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petropolis-RJ: Vozes, 1973

GOMES, Monalisa Borges. **Organizadores de Turma para o Corte de cana no Município de Pindaí-BA**. Campina Grande; UFCG, 2013. (Dissertação de Mestrado).

GOMES, R. De Sitiantes a irrigantes: construção identitárias, conversão e projetos de vida. In: In: GODOI, E. P; MENEZES, M & MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. NEAD, UNESP, 2009.

GUANAIS, Juliana B. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. UNICAMP/SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968. Haesbaert, 2007

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

HERMAN, Patrick. **La roue ou la noria des saisonniers agricoles**. Marseille: Khiasma Sud – Limitrophe, 2007, 88 p.

HERMAN, Patrick. **Travailleurs saisonniers, la ronde infernale**. (Jornal Le Monde Diplomatique, Fevereiro de 2013). Disponível em <http://www.monde-diplomatique.fr/2013/02/HERMAN/48736>. Acesso em: 04.08.2014.

HERNANDES, Daniele(2011). **Cortadores de cana entram em greve em General Salgado. TV TEM**. 22 de agosto de 2011. Disponível em http://tn.temmais.com/noticia/9/52799/cortadores_de_cana_entram_em_greve_em_general_salgado.htm. Acesso em: 13.08.2013.

HERNÁNDEZ, María del Socorro Arana e MALDONADO, Rogelio Rodríguez. “De Tlaxcala a Canadá: complejidad del proceso migratorio de trabajadores agrícolas”, **Regiones, suplemento de antropología...** Morelos/México. Número 51, abril de 2014, pp. 15-20.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>

IBGE. **Censo Agropecuário (2006)**. Disponível via internet em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> Acesso em 30/01/2011.

IBGE. **Censo Populacional (2010)**. Disponível via internet em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.o.shtm Acesso 29/01/2011

IBGE. **Divisão Territorial do Brasil (2008)**. Disponível via internet em ftp://geofp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2008/DTB_2008.zip Acesso 29/01/2011.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. Disponível via internet em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/ Acesso 29/01/2011.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal 1975-2009**. Disponível via internet em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 23.07.2015.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 1975-2009**. Disponível via internet em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 23.07.2015.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 1970-2015. Disponível via internet em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 23.07.2015.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). **Monitoramento da colheita de cana-de-açúcar**. Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/laf/canacrua/index.html>. Acesso em março de 2012.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. **Estatísticas Municipais**. Disponível na internet em <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/estatstcas-municipais-2000-a-2013/> acessado em 12-11-2014.

IPEA. **Comunicado do Ipea nº 61** - Agosto de 2010. Disponível via internet em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2716 Acesso 28/01/2011.

LAMBERT, J. **Os dois Brasís**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1959.

LARA FLORES, Sara M. L. (org). *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: CONACYT, 2010.

LARA FLORES, Sara María. “El lugar de los trabajadores agrícolas en la geografía de las migraciones en América Latina.” In: BENDINI Mónica Isabel, STEIMBREGER Norma Graciela RADONICH, Martha e TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián. **Trabajo rural y travessias migratórias**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2012, p. 27-68.

LARA FLORES, Sara María. Los “encadenamientos migratorios” en regiones de agricultura intensiva de exportación en México. In: LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010. p. 251-279.

LARA FLORES, Sara María. Los territorios migratorios como espacios de articulación de migraciones nacionales e internacionales. Cuatro casos del contexto mexicano. **Política y Sociedad**, 2012, Vol. 49 Núm. 1: 89-102

LARA FLORES, Sara María. Mercado de trabajo rural, nuevos territorios migratorios y organización de migrantes. **V Congreso de la Asociación Nacional de Estudios del Trabajo**. Oaxtepec. México. 2006.

LATERZA, Vito. Waves of unrest: wildcat strikes and possible democratic change in Swaziland. In: HART, Keith; SHARP, John. **Economy For and Against Democracy**. Human Economy Series No. 2, Berghahn Books, Oxford and New York, 2015.

LEITÃO, Deusdedit. **São José de Piranhas: notas para sua história**. João Pessoa, UNIGRAF, 1985.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 432 p.

LIMA, Messias F. **São José de Piranhas: um pouco de sua história**. Cajazeiras/PB: Ed. REAL, 2010.

LOPES, J.R.B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971

LOPES, José S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUCAS, Marília V. **Mulheres Canistas: um estudo sobre relações de gênero em famílias de migrantes**. UFCG – Campina Grande/PB, 2013. (Dissertação de Mestrado)

MAIA, Kaliane. **O "Agronegócio sertanejo": (re)pecuarização e grande propriedade rural na Microrregião de Catolé do Rocha (PB), Semiárido nordestino** (Tese de Doutorado) PPGCS - Campina Grande-PB: UFCG, 2013.

MANNHEIM, K. 1993. "El problema de las generaciones", Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168 ["Das Problem der Generation", in Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk, hg. von Kurt H. Wolff, Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1964, pp. 509-565; "The Problem of Generations", in **Essays on the sociology of knowledge**, edited by P. Kecskemeti, Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 251-273] [1928]

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Fundação Seade. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Seade, 1990.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATHIAS, Pedro (2012). **Paralisação dos cortadores de cana faz uma semana; usina vê "má vontade"**. Portal Ifronteira. 21 de junho de 2012. Disponível em <http://www.ifronteira.com/noticia-regiao-37526>. Acesso em: 30.06.2015

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível via internet em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 23.07.2015.

MENEZES M. A. e SILVA, M. S. Trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar: recrutamento e redes sociais. Simpósio: Mobilidade e Construções Identitárias. Experiências da África do Sul e do Brasil. **Projeto Pro-África/CNPq**. São Paulo, UNICAMP, dezembro de 2008.

MENEZES, M. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott, in *Raízes* vol. 21 (01) 2002a, p. 32-44.

MENEZES, Marilda A. & MALAGODI, Edgard A. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Campina Grande, 2009. Disponível via internet em http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.pdf Acesso 26/01/2011.

MENEZES, Marilda A. (2004) Migrations Patterns of Paraíba Peasants. In: **Latin American Perspectives**, Issue 135, vol.31 n.2 March 2004 112-134.

MENEZES, Marilda A. (2004 b) Migrations Patterns of Paraíba Peasants. In: **Latin American Perspectives**, Issue 135, vol.31 n.2 March 2004 112-134.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais. Campina Grande/PB. **Editais Universal MCT/CNPq 02/2006**. (Relatório Acadêmico Sintético – Fevereiro, 2009).

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dará/ João Pessoa: UFPB, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana. (Orgs.) **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.p. 21-40.

MENEZES, Marilda Aparecida; SILVA, Marcelo S. e COVER, Maciel (2012). Migrant workers in sugarcane mills: a study of social networks and recruitment intermediaries in Brazil. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, 1(2), pp. 161 180.

MENEZES, Marilda, (et.al). Construindo narrativas orais : interações sociais no trabalho de campo. In: **Cadernos de Campo**. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Ano 13. n.12 2004.

MENEZES, Marilda. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho**. UFCG, 1985 (Dissertação de Mestrado).

MENEZES, Marilda. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. N. 28. **Vivencia** 2005. p 1 -13.

MANSAN, Paulo R.A. **A emergência da identidade de juventude camponesa no interior dos Movimentos Sociais da Via Campesina Brasil**. Campina Grande-PB UFCG, 2008. (Dissertação de Mestrado).

MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco**. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/o-que-e-o-projeto> acesso em 6 de junho de 2015

MONSMA, Karl (2000). James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 49, 1º semestre, pp. 95-121.

MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. **Capítulos da Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.

NEVES, Frederico C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.** vol.21 no.40 São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, Verena S. **Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa**. Campinas/SP: Unicamp, 2010. (Tese de Doutorado)

NOVAES, José Roberto Pereira. **Relações de Trabalho e Poder: Um estudo das transformações na agroindústria canavieira do Nordeste**. UNICAMP/SP, 1993. (Tese de Doutorado).

NOVAES, José Roberto Pereira. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS**, Volume 3, nº1, Campinas-SP, 2009.

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do Sertão do Pajeú: reconversões produtivas, reelaborações discursivas e mudança social na agricultura familiar do semi-árido nordestino**. Campina Grande, UFCG, 2010. (Texto de qualificação de dissertação)

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do Sertão do Pajeú: reconversões produtivas, reelaborações discursivas e mudança social na agricultura familiar do semi-árido nordestino**. Campina Grande, UFCG, 2011. (Dissertação de Mestrado)

O DIÁRIO (2008). **Usina demite 205 cortadores de cana grevistas em SP**. 18 de junho de 2008. Disponível em <http://www.odiarario.com/economia/noticia/194028/usina-demite-205-cortadores-de-cana-grevistas-em-sp/>. Acesso em: 13.08.2013

O ESTADO DE SÃO PAULO (2007). **Cortadores de cana entram em greve**. 3 de dezembro de 2007. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cortadores-de-cana-entram-em-greve,89599> Acesso em: 30.06.2015

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: Crítica a razão dualista**. São Paulo. CEBRAP, 1972.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.** 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford A. (et.al.). *Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas.vol.1 (História Social do Campesinato).* São Paulo: UNESP, NEAD, 2009. p 145-180.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais da *plantation* canavieira tradicional (1977). In: WELCH, Clifford A. (et.al.). *Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas.vol.1 (História Social do Campesinato).* São Paulo: UNESP, NEAD, 2009.p.203-216.

PALMEIRA, Moacir. **Apresentação.** In: LOPES, José S. L. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.* 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PALMEIRA, Moacir. **Apresentação.** In. CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria joven rural.** Rio de Janeiro: Contracapa, Faperj, 2013.

PALMEIRA. M. Modernização. Estado e questão agrária. **Estudos Avançados.** vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989

PEDREÑO CANÓVAS, Andrés. Convergencias globales: apuntes para una sociología de trabajo de la nueva condición jornalera en las agriculturas intensivas. In: BENDINI Mónica Isabel, STEIMBREGER Norma Graciela RADONICH, Martha e TSAKOUMAGKOS, Pedro Damián. **Trabajo rural y travessias migratórias.** Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2012, p.155-177.

PEDREÑO CANÓVAS, Andrés. Familias inmigrantes: el trabajo de los padres y las estrategias de trabajo de los hijos en las áreas mediterráneas de agricultura intensiva. In:LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial.** México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010. p. 333- 367.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Soc. estado.** vol.26 no.3 Brasília Sept./Dec. 2011

REGO , Walquiria Domingues Leão e PINZANI, Alessandro .**Vozes do Bolsa Família Autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

PESSOA, Ângelo E. S. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família, propriedade no Nordeste Colonial** .São Paulo: USP, 2010. (Tese de Doutorado)

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano.** Brasília, IPEA, 2013.

PNUD. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil.** Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

2000 - Disponível via internet em [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) Acesso dia 29/01/2011.

PORTAL CTB (2009). **Continua greve dos cortadores de cana na Usina Tamoio. 26 de outubro de 2009.** Disponível em <http://www.portalctb.org.br/site/brasil/7456-continua-greve-dos-cortadores-de-cana-na-usina-tamoio>. Acesso em: 13.08.2013

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Consultas Temáticas.** Disponível via internet em <http://portaldatransparencia.gov.br/PortalTematicas.asp> Acesso em 23.07.2015.

PORTAL MÍDIA INDEPENDENTE (2011). **Cortadores de cana em greve na Usina Decasa.6** de novembro de 2011. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/11/432945.shtml>. Acesso em: 13.08.2013

PORTAL PRUDENTINO (2013). **Sindicato diz que greve de trabalhadores da Decasa “é iminente”.** 5 de janeiro de 2013. Disponível em <http://www.portalprudentino.com.br/noticia/noticias.php?id=31230>. Acesso em: 13.08.2013

PORTAL VERMELHO (2008). **Em SP, PM confronta cortadores de cana; seis são feridos** [online]. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/39850-8>> [acesso 13/8/2013].

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945

PREIBISCH, Kerry. Migrant Workers and Changing Work-place Regimes in Contemporary Agricultural Production in Canada. **Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food**, Vol. 19, No. 1, (2011) pp. 62–82

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** EdUSP, 1998.

QUARANTA, Germán, e BLANCO, Mariela. “Formas actuales de circulación y conformación de patrones migratorios de hogares rurales en la provincia de Santiago del Estero, Argentina.” **Ruris.** Campinas/SP. Volume 6. Número 1 (Março 2012): p. 127-158.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com Historias de Vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1998.

REIS, Leonardo Ferreira. **Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana no CAI canavieiro no estado de São Paulo.** UFSCAR/SP, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ROSA, Marcelo. **Engenho dos Movimentos Sociais: Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/Faperj, 2011.

RUTHERFORD, Blair e ADDISON, Lincoln. Zimbabwean Farm Workers in Northern South Africa. **Review of Africa Political Economy**. 34:114, 619-635.

SÁ JR. F. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. In: **Estudos CEBRAP**. S. Paulo, 3. Pg. 87-148, janeiro de 1973.

SAKAMOTO, Leonardo (2009). Demissão de grevistas azedou lavouras de cana-de-açúcar [online]. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/01/20/demissao-de-grevistas-azedou-lavouras-de-cana-de-acucar/>> [acesso 7/8/2013].

SCHNEIDER, S. e CASSOL, A. **Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e implicações para as políticas públicas**. Texto apresentado no Seminário da Agricultura Familiar. NEAD/MDA. Brasília. 13 a 15 de agosto de 2014.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (2000). Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. *Revista de Administração Contemporânea*, 4(1), pp. 93-112.

SCOTT, James C. (1976). **The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia**. New Haven: Yale University Press.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol.21, n° 01, p.10-31, jan/jul. 2002.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2000.

SCOTT, James. **The domination and the art of resistance: hidden transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, James. **Weapons of the weak: the everyday practices of resistance**. Yale University, 1985.

SCOTT, Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativo” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P; MENEZES, M & MARIN, R. A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. NEAD, UNESP, 2009.

SCOTT, Parry. **Between Captivity and the Middle of the World: Migration and Household Organization Among Rural Laborers in Pernambuco, Brazil**. Austin: University of Texas, 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes & RIBEIRO, Jadir Damião. **Violação dos direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas**. Texto apresentado no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010. (mimeo).

SILVA, M. A. M & MENEZES, M. A. **Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Mimeo. (12 pg.). 2006.

SILVA, Marcelo S. & MENEZES, Marilda A. Entre o trabalhar e “dar trabalho”: as formas de resistência dos migrantes paraibanos nos canaviais do estado de São Paulo. Trabalho apresentado no **3º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro de 2008, Campina Grande – PB.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2006.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, Marcelo Saturnino; NUNES, Danielle Milenne Príncipe e COSTA, Polyana Felipe Ferreira (2013). Trabalho e adoecimento no agronegócio canavieiro: um estudo das narrativas dos trabalhadores-migrantes nordestinos. Em: VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde: circulação e diálogos entre saberes e práticas no campo da saúde coletiva. Anais. Rio de Janeiro: **ABRASCO**, p. 111.

SILVA, Maria Aparecida de M. Cortadores de cana e os (não) direitos. In: **Travessia**. São Paulo, CEM Maio-Agosto 2008 p. 26-36

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Maria Aparecida Moraes (2006). A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, 33(2), pp. 111 142.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; BUENO, Juliana Dourado e MELO, Beatriz Medeiros (2014). Quando a máquina desfila, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR**, 4(1), pp. 85-115.

SILVA, Paulo Cândido (2011). **Paradeiros e revoltas dos canavieiros alagoanos entre 2007/2009**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, Brasil.

SINGER, Paul .**Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

STAKE, Robert. **Investigación con estudio de casos**. Ediciones Morata. Madrid, 2005.

SUDENE. **Semiárido**. Disponível na internet em <http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao-da-sudene/semiarido> e em http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/Portaria_inter_01.pdf acesso em 10 novembro 2014.

TARRIUS, Aliain. Migrantes pobres y la globalización de las economías: el transnacionalismo migratório en Europa Meridional. In: LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010, p.101-122.

THEBE, Vusiliswe. “New realities” and tenure reforms: land-use in worker-peasant communities of South-western Zimbabwe (1940s-2006). **Journal of Contemporary African Studies**. Vol.30.No.1, January 2012, 99-117.

UITA (2008). **Rurais da região de Ribeirão Preto iniciam greve em três usinas de açúcar e álcool** [online]. Disponível em: <http://www6.rel-uita.org/sindicatos/rurais_riberao_preto.htm> [acesso 25/6/2014].

UNICA (2008). **UNICA considera irresponsável reportagem da Bloomberg TV** [online]. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/33980888920331483908/unica-considera-irresponsavel-reportagem-da-bloomberg-tv/>> [acesso 25/6/2014].

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision**, (ST/ESA/SER.A/366).

VALE, Santelisa(2009). **Trabalhadores rurais entram em greve hoje em Sertãozinho**. Folha de São Paulo – Ribeirão Preto. 14 de agosto de 2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1408200913.htm> Acesso em: 30.06.2015

VARGAS-LUNDIUS, Rosemary; LANLY, Guillaume; VILLARREAL, Marcela e OSORIO, Martha. **International migration, remittances and rural development**. IFAD/FAO, Roma, 2008. 83 p.

VERSOÇA, Lucio. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência**. São Carlos/SP. UFSCAR/2012 (Dissertação de Mestrado).

VETTORASSI, Andréa. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007

VLADIMIROVA, Katia. Migración en Europa: importancia, consecuencias y política. El caso de los países del Este. In: LARA FLORES, Sara María (Org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: CONACYT, Miguel Ángel Porrúa. 2010, p.149-171

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B(Orgs.)
Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (**História Social do
Campesinato**). Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009

WOORTMANN, E. O sítio camponês. In: **Anuário Antropológico**. Brasília: Editora
Universidade de Brasília, 1981. p. 164-203

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral.
In: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília,
1990. p. 11-73.

WOORTMANN, Klass. Migração, Família e Campesinato (1990). In. WELCH, C.A;
MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B(Orgs.) Camponeses
brasileiros: leituras e interpretações clássicas. (**História Social do Campesinato**). Vol.
I. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ANEXOS

Mapas:

Anexos 1 a 4.

Estrutura Fundiária do Município de São José de Piranhas:

Anexo 5.

Tabelas da Pesquisa Pecuária Municipal de São José de Piranhas– IBGE:

Anexos 6 a 9

Tabelas da Pesquisa Agrícola Municipal de São José de Piranhas– IBGE:

Anexos 10 a 17

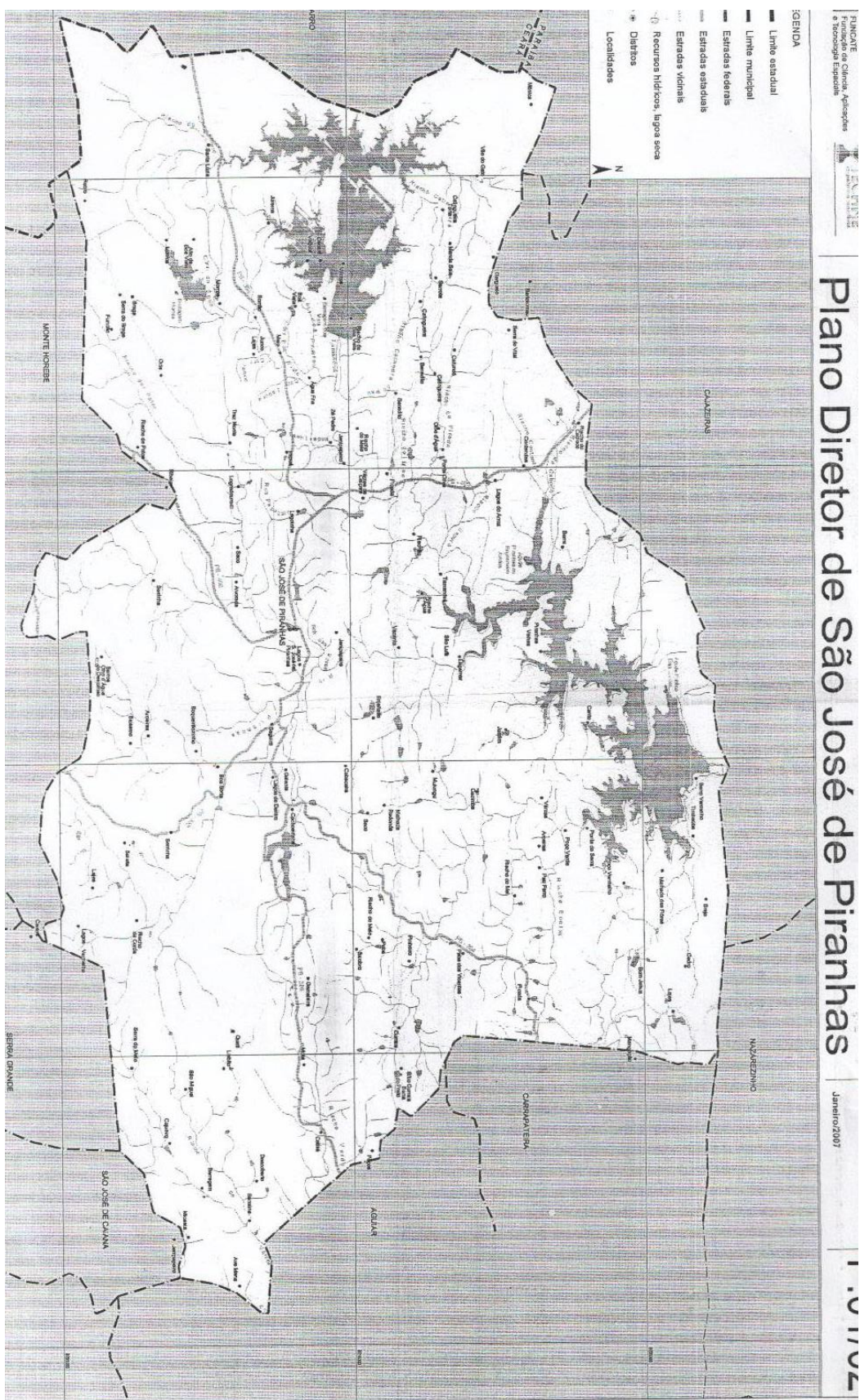
Produtos Agrícolas que as famílias deixaram de produzir em Boa Vista,
Serra do Braga e Peba dos Vicentes, município de São José de
Piranhas/PB.

Anexos 18 a 20

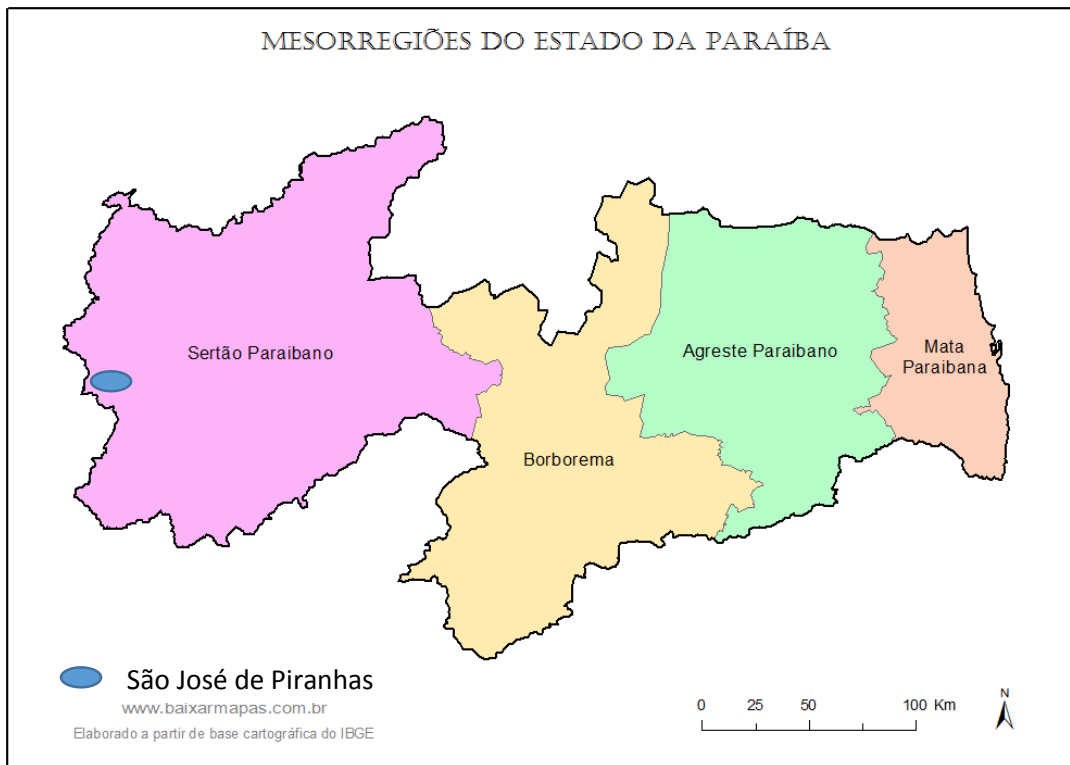
Questionário Aplicado em Boa Vista, Serra do Braga e Peba dos Vicentes:

Anexo 21

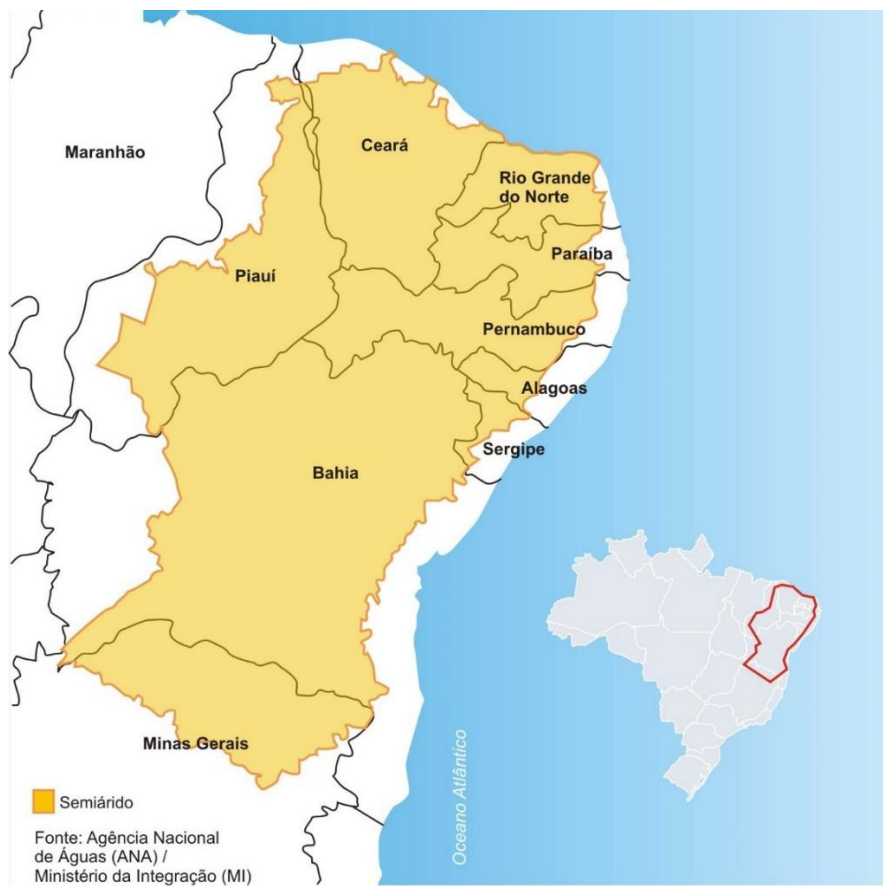
Anexo 1 - Mapa de São José de Piranhas.



Anexo 2 - Mapa das Mesorregiões do Estado da Paraíba.



Anexo 3 - Mapa da Região de Clima Semiárido – Brasil.



Anexo 4 – Cidades de Itapetininga no Mapa do Estado de São Paulo.



**Anexo 5 - Estrutura fundiária do município de São José de Piranhas/PB
(1998-2014)⁷³**

Dados Cadastrais – INCRA - 1998

Dados Cadastrais – INCRA – 2003

Dados Cadastrais – INCRA – 2005

Dados Cadastrais – INCRA – 2009

Dados Cadastrais – INCRA – 2010

Dados Cadastrais – INCRA – 2011

Dados Cadastrais – INCRA – 2012

Dados Cadastrais – INCRA – 2013

Dados Cadastrais – INCRA – 2014

Fonte: Estatísticas Cadastrais dos Imóveis Rurais no Município de São José de Piranhas - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁷³ Solicitei ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária os dados cadastrais dos imóveis rurais de São José de Piranhas durante os anos de 1970 até 2014. Obtive os dados referentes aos anos de 1998, 2003, 2005, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com os quais foi possível de montar a tabela 11 desta tese. Agradeço pela disposição e atenção dos funcionários do INCRA, Sede Nacional, em Brasília, pela colaboração.

Dados Cadastrais – INCRA - 1998

----- MUNICÍPIO=SAO JOSÉ DE PIRANHAS CÓDIGO DO MUNICÍPIO=206172 UF=PARAÍBA -----								
ESTATÍSTICAS CADASTRAIS - SITUAÇÃO EM 1998								

TABELA 1.1 ÁREA TOTAL E DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS EXPLORÁVEIS								
CLASSES DE ÁREA TOTAL (ha)	TOTAL	ÁREA	EXPLORÁVEL					
			CLASSES DE PERCENTUAL DE GUT	DE	TOTAL	TOTAL		NÃO UTILIZADA
E	IMÓVEIS	-ha-				IMÓVEIS	ÁREA	IMÓVEIS
			CLASSES DE NÚMERO DE MÓDULOS FISCAIS DE ÁREA EXPLORÁVEL	IMÓVEIS	-ha-		-ha-	
TOTAL GERAL.....	1.169	45.228,1	1.167	41.765,9	1.091	27.883,2	920	13.882,7
MENOS DE 1.....	20	11,3	19	9,2	18	8,2	3	1,0
1 A MENOS DE 2.....	40	54,3	40	48,8	34	34,2	18	14,6
2 A MENOS DE 5.....	133	463,2	133	412,6	117	304,3	64	108,3
5 A MENOS DE 10.....	194	1.431,3	194	1.309,2	170	824,8	152	484,4
10 A MENOS DE 25.....	310	5.040,3	309	4.654,0	293	3.023,8	259	1.630,2
25 A MENOS DE 50.....	231	8.173,9	231	7.570,1	225	4.960,2	207	2.609,9
50 A MENOS DE 100.....	138	9.539,2	138	8.809,8	135	5.837,2	127	2.972,6
100 A MENOS DE 200.....	67	8.977,0	67	8.390,2	66	5.762,8	58	2.627,4
200 A MENOS DE 500.....	34	10.343,3	34	9.565,7	31	6.573,7	30	2.992,0
500 A MENOS DE 1000.....	2	1.194,3	2	996,3	2	554,0	2	442,3
1000 A MENOS DE 2000.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2000 A MENOS DE 5000.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5000 A MENOS DE 10000.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
10000 A MENOS DE 20000.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
20000 A MENOS DE 50000.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
50000 A MENOS DE 100000.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
100000 E MAIS.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MENOS DE 20.....	212	6.382,9	210	5.827,4	134	2.147,4	187	3.680,0
20 A MENOS DE 40.....	165	8.658,6	165	7.983,7	165	4.715,5	151	3.268,2
40 A MENOS DE 60.....	236	9.911,5	236	9.288,4	236	5.691,5	216	3.596,9
60 A MENOS DE 80.....	259	11.565,7	259	10.723,6	259	8.002,1	230	2.721,5
80 A MENOS DE 100.....	167	6.092,4	167	5.760,3	167	5.144,2	136	616,1
IGUAL A 100.....	130	2.617,0	130	2.182,5	130	2.182,5	0	0,0
ATÉ 1.....	976	17.890,3	974	16.345,1	903	10.531,1	748	5.814,0
MAIS DE 1 A 2.....	120	10.077,0	120	9.432,3	118	6.527,4	107	2.904,9
MAIS DE 2 A 3.....	26	3.734,3	26	3.407,5	26	2.333,5	22	1.074,0
MAIS DE 3 A 6.....	36	8.636,4	36	8.007,5	33	5.317,2	33	2.690,3
MAIS DE 6 A 10.....	10	4.298,8	10	3.996,2	10	2.921,0	9	1.075,2
MAIS DE 10 A 25.....	1	591,3	1	577,3	1	253,0	1	324,3
MAIS DE 25 A 50.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MAIS DE 50 A 100.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MAIS DE 100 A 600.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MAIS DE 600.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

IMÓVEIS INCONSISTENTES EXCLUÍDOS: 50

Dados Cadastrais – INCRA - 2003

SITUAÇÃO JURÍDICA DOS IMÓVEIS RURAIS

2514503 - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

CLASSES DE ÁREA TOTAL (ha) CATEGORIA DE IMÓVEL E CLASSES DE Nº DE MF DE ÁREA TOTAL	PROPRIETÁRIO		PROPRIETÁRIO E POSSEIRO		POSSEIRO	
	IMÓVEIS	ÁREA REGISTRADA	IMÓVEIS	ÁREA REGISTRADA + POSSE	IMÓVEIS	ÁREA DE POSSE
TOTAL	1.150	41.665,2	35	2.143,4	59	585,9
MENOS DE 1	14	8,9			5	1,8
1 A MENOS DE 2	37	51,8	1	1,5	9	10,3
2 A MENOS DE 5	131	457,1	4	14,0	15	48,8
5 A MENOS DE 10	197	1.434,2	2	17,2	9	69,9
10 A MENOS DE 25	320	5.272,1	8	142,3	14	212,9
25 A MENOS DE 50	231	8.193,9	5	179,3	7	242,0
50 A MENOS DE 100	130	8.812,8	9	737,1		
100 A MENOS DE 200	62	8.242,7	5	689,0		
200 A MENOS DE 500	26	7.997,4	1	363,0		
500 A MENOS DE 1000	2	1.194,3				
MINIFUNDIO	957	16.832,5	21	408,6	59	585,9
MÉDIA PROPRIEDADE PRODUTIVA	1	480,0				
MÉDIA PROPRIEDADE***	24	8.082,3	1	363,0		
PEQUENA PROPRIEDADE	168	16.270,4	13	1.371,8		
ATÉ 0,5	738	8.255,0	15	175,0	52	343,9
MAIS DE 0,5 A 1 MF	222	8.742,5	6	233,6	7	242,0
MAIS DE 1 A 4 MF	165	16.105,4	13	1.371,8		
MAIS DE 4 A 10 MF	23	7.368,0	1	363,0		
MAIS DE 10 A 15 MF	2	1.194,3				

Dados extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR. (out/2003)

IMÓVEIS INCONSIST EXCLUIDOS 65
TOTAL IMÓVEIS: 1.244
TOTAL ÁREA: 44.394,5

Dados Cadastrais – INCRA - 2005

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA
COORDENAÇÃO GERAL DE CADASTRO RURAL - DFC**

2514503 - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA	TOTAL IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
TOTAL MÉDIA PROPRIEDADE	30	10.312,50
PROPRIEDADE PRODUTIVA	1	480,00
NÃO PRODUTIVA	29	9.832,50
TOTAL PEQUENA PROPRIEDADE	201	18.475,30
PROPRIEDADE PRODUTIVA	23	2.044,80
NÃO PRODUTIVA	154	15.181,20
NÃO CLASSIFICADA (1)	24	1.249,30
TOTAL MINIFUNDIO	1.140	18.581,90
MINIFUNDIO	1.140	18.581,90
TOTAL NÃO CLASSIFICADA	23	14,60
NÃO CLASSIFICADA (2)	23	14,60
TOTAL	1.394	47.384,30

Fonte: INCRA - Apuração Especial nº 00588 - SNCR - Dez/05

Legenda:

- (1) Imóveis que não dispõem de dados para classificação quanto à produtividade
 (2) Imóveis que não possuem informações de áreas exploráveis ou com informação de áreas divergentes entre os Formulários Dados sobre Estrutura e Dados sobre Uso.
 (3) Imóveis Rurais não classificados com declaração de projeto técnico, de acordo com o art. 7º da Lei nº 8.629/1993.

Dados Cadastrais – INCRA - 2009



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR

TOTAL POR MUNICÍPIO - PB - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Total de Imóveis rurais	1.518
Total de área cadastrada (em hectares)	50.707,00

CLASSE DE ÁREA	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
1 Mais de 0 a menos de 1 (ha)	66	36,98
2 1 a menos de 2 (ha)	71	100,44
3 2 a menos de 5 (ha)	201	692,64
4 5 a menos de 10 (ha)	255	1.870,90
5 10 a menos de 25 (ha)	404	6.668,80
6 25 a menos de 50 (ha)	263	9.356,70
7 50 a menos de 100 (ha)	147	10.179,20
8 100 a menos de 200 (ha)	74	9.873,43
9 200 a menos de 500 (ha)	35	10.733,60
10 500 a menos de 1000 (ha)	2	1.194,30
11 1.000 a menos de 2.000 (ha)	0	0,00
12 2.000 a menos de 2.500 (ha)	0	0,00
13 2.500 a menos de 5.000 (ha)	0	0,00
14 5.000 a menos de 10.000 (ha)	0	0,00
15 10.000 a menos de 20.000 (ha)	0	0,00
16 20.000 a menos de 50.000 (ha)	0	0,00
17 50.000 a menos de 100.000 (ha)	0	0,00
18 100.000 e Mais (ha)	0	0,00

Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 16/03/2009.
quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Página 1 de 1

Dados Cadastrais – INCRA - 2010



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR

TOTAL POR MUNICÍPIO - PB - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Total de Imóveis rurais	1.552
Total de área cadastrada (em hectares)	51.437,72

CLASSE DE ÁREA	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
1 Mais de 0 a menos de 1 (ha)	67	37,88
2 1 a menos de 2 (ha)	72	101,82
3 2 a menos de 5 (ha)	200	690,74
4 5 a menos de 10 (ha)	262	1.926,08
5 10 a menos de 25 (ha)	415	6.842,25
6 25 a menos de 50 (ha)	272	9.673,75
7 50 a menos de 100 (ha)	151	10.450,85
8 100 a menos de 200 (ha)	76	10.065,14
9 200 a menos de 500 (ha)	35	10.454,90
10 500 a menos de 1000 (ha)	2	1.194,30
11 1.000 a menos de 2.000 (ha)	0	0,00
12 2.000 a menos de 2.500 (ha)	0	0,00
13 2.500 a menos de 5.000 (ha)	0	0,00
14 5.000 a menos de 10.000 (ha)	0	0,00
15 10.000 a menos de 20.000 (ha)	0	0,00
16 20.000 a menos de 50.000 (ha)	0	0,00
17 50.000 a menos de 100.000 (ha)	0	0,00
18 100.000 e Mais (ha)	0	0,00

Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 26/01/2010.
quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Página 1 de 1

Dados Cadastrais – INCRA - 2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR

TOTAL POR MUNICÍPIO - PB - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Total de Imóveis rurais	1.619
Total de área cadastrada (em hectares)	53.145,74

CLASSE DE ÁREA	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
1 Mais de 0 a menos de 1 (ha)	68	38,18
2 1 a menos de 2 (ha)	74	104,14
3 2 a menos de 5 (ha)	198	681,91
4 5 a menos de 10 (ha)	277	2.029,12
5 10 a menos de 25 (ha)	447	7.330,77
6 25 a menos de 50 (ha)	281	9.961,47
7 50 a menos de 100 (ha)	158	10.904,82
8 100 a menos de 200 (ha)	80	10.694,25
9 200 a menos de 500 (ha)	34	10.206,77
10 500 a menos de 1000 (ha)	2	1.194,30
11 1.000 a menos de 2.000 (ha)	0	0,00
12 2.000 a menos de 2.500 (ha)	0	0,00
13 2.500 a menos de 5.000 (ha)	0	0,00
14 5.000 a menos de 10.000 (ha)	0	0,00
15 10.000 a menos de 20.000 (ha)	0	0,00
16 20.000 a menos de 50.000 (ha)	0	0,00
17 50.000 a menos de 100.000 (ha)	0	0,00
18 100.000 e Mais (ha)	0	0,00

Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 07/02/2011.

quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Página 1 de 1

Dados Cadastrais – INCRA - 2012



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR

TOTAL POR MUNICÍPIO - PB - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Total de Imóveis rurais	1.674
Total de área cadastrada (em hectares)	55.231,30

CLASSE DE ÁREA	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
1 Mais de 0 a menos de 1	68	38,18
2 1 a menos de 2	74	104,14
3 2 a menos de 5	202	696,78
4 5 a menos de 10	282	2.053,60
5 10 a menos de 25	471	7.731,33
6 25 a menos de 50	291	10.310,47
7 50 a menos de 100	167	11.483,89
8 100 a menos de 250	93	13.426,80
9 250 a menos de 500	24	8.191,80
10 500 a menos de 1000	2	1.194,30
11 1.000 a menos de 2.000	0	0,00
12 2.000 a menos de 2.500	0	0,00
13 2.500 a menos de 5.000	0	0,00
14 5.000 a menos de 10.000	0	0,00
15 10.000 a menos de 20.000	0	0,00
16 20.000 a menos de 50.000	0	0,00
17 50.000 a menos de 100.000	0	0,00
18 100.000 e Mais	0	0,00

Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 16/02/2012.
quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Página 1 de 1

Dados Cadastrais – INCRA - 2013



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - DF
 COORDENAÇÃO-GERAL DE CADASTRO RURAL - DFC
 NÚCLEO DE ESTUDOS FUNDIÁRIOS - NEF

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR
 Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Detenção Privada

TOTAL POR MUNICÍPIO - PB - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Total de Imóveis rurais	1.742
Total de área cadastrada (em hectares)	56.434,20

CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
1 Mais de 0 a menos de 1	68	38,18
2 1 a menos de 2	74	104,02
3 2 a menos de 5	215	754,17
4 5 a menos de 10	295	2.154,22
5 10 a menos de 25	495	8.126,57
6 25 a menos de 50	305	10.777,65
7 50 a menos de 100	174	12.008,99
8 100 a menos de 250	79	10.604,33
9 250 a menos de 500	35	10.671,77
10 500 a menos de 1000	2	1.194,30
11 1.000 a menos de 2.000	0	0,00
12 2.000 a menos de 2.500	0	0,00
13 2.500 a menos de 5.000	0	0,00
14 5.000 a menos de 10.000	0	0,00
15 10.000 a menos de 20.000	0	0,00
16 20.000 a menos de 50.000	0	0,00
17 50.000 a menos de 100.000	0	0,00
18 100.000 e Mais	0	0,00

Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 03/01/2013.

quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Página 1 de 1

Dados Cadastrais – INCRA - 2014



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - DF
 COORDENAÇÃO-GERAL DE CADASTRO RURAL - DFC
 NÚCLEO DE ESTUDOS FUNDIÁRIOS - NEF

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR
 Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Titularidade Particular

TOTAL POR MUNICÍPIO - PB - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Total de Imóveis rurais	1.800
Total de área cadastrada (em hectares)	57.521,68

Classes de Área Total (ha) Classes de Nº de MF (ha) Categoria de Imóvel Rural	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
1 Mais de 0 a menos de 1	72	41,38
2 1 a menos de 2	74	104,02
3 2 a menos de 5	220	773,59
4 5 a menos de 10	312	2.274,86
5 10 a menos de 25	515	8.448,79
6 25 a menos de 50	313	11.066,22
7 50 a menos de 100	178	12.322,42
8 100 a menos de 250	79	10.624,33
9 250 a menos de 500	35	10.671,77
10 500 a menos de 1000	2	1.194,30
11 1.000 a menos de 2.000	0	0,00
12 2.000 a menos de 2.500	0	0,00
13 2.500 a menos de 5.000	0	0,00
14 5.000 a menos de 10.000	0	0,00
15 10.000 a menos de 20.000	0	0,00
16 20.000 a menos de 50.000	0	0,00
17 50.000 a menos de 100.000	0	0,00
18 100.000 e Mais	0	0,00

Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 30/06/2014.
 quarta-feira, 10 de setembro de 2014

Página 1 de 1

Anexo 6 - Efetivos de Rebanhos em São José de Piranhas 1974-2009.

Ano	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Galo	Galinhas	C N *	C O *
1974	9000	900	2	980	800	3500	2500	890	-	19200	14	10
1975	11378	831	2	974	765	5535	2157	983	-	21120	14	10
1976	12027	803	2	898	685	6163	2214	1034	14800	21667	14	10
1977	12068	840	-	916	585	6225	7879	8491	15701	26029	-	-
1978	11524	789	-	1132	558	6735	2854	2243	17024	49588	-	-
1979	9910	671	-	962	802	7421	2141	1907	20057	27817	-	-
1980	16990	570	-	818	682	6640	1820	1621	-	42745	-	-
1981	16485	427	-	632	578	6941	1224	1148	-	27699	-	-
1982	16068	498	-	589	552	6475	1427	637	-	35450	-	-
1983	11489	398	-	352	486	4532	1170	446	18466	24815	-	-
1984	12407	422	-	373	515	4803	1240	473	8423	26800	-	-
1985	13006	236	-	126	318	5017	1308	627	5896	24408	-	-
1986	15068	348	-	148	372	5420	1472	948	6368	36327	-	-
1987	12910	334	-	142	342	5209	1386	896	6877	22976	-	-
1988	10977	312	-	136	313	6360	1493	1134	13286	25748	-	-
1989	11196	299	-	130	300	6169	1433	1088	9352	26134	-	-
1990	10636	419	-	140	327	4317	1420	1523	12236	7840	-	-
1991	10316	431	-	153	359	4153	1306	1643	12419	7071	-	-
1992	11360	431	-	159	359	4020	1410	1725	14903	6434	-	-
1993	6248	366	-	159	305	3257	1057	1466	13427	4825	-	-
1994	9800	386	-	190	366	4720	1268	1612	12156	5958	-	-
1995	9849	366	-	190	450	3257	1266	1866	9117	4825	-	-
1996	9903	324	-	534	365	2058	740	1750	10050	12690	-	-
1997	9890	310	-	549	380	1950	780	1900	9017	11480	-	-
1998	8001	305	-	390	365	1657	789	1870	14310	10332	-	-
1999	8321	317	-	402	376	1706	1200	2100	13840	10745	-	-
2000	8654	304	-	410	361	1700	1284	2226	12456	10315	-	-
2001	7961	288	-	336	346	1614	1464	2293	13016	9480	-	-
2002	8518	273	-	282	341	1710	1508	2247	12626	10522	-	-
2003	6908	240	-	239	330	1786	1598	2134	12878	11048	-	-
2004	7200	200	-	200	300	1850	1400	2200	14294	11500	-	-
2005	8500	200	-	180	280	1600	1200	1800	15008	10000	-	-
2006	9000	180	-	170	260	1470	1300	2000	16300	9000	-	-
2007	13500	170	-	210	260	1150	1100	1700	14000	9100	-	-
2008	13700	200	-	180	260	1220	900	2000	12600	9000	-	-
2009	15520	190	-	171	245	1316	860	2200	17000	9450	-	-

* CN – Codornas; CO – Coelhos.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 7 - Produção de Origem Animal em São José de Piranhas (1974-2009)

Ano	Leite (Mil Litros)	Ovos de Galinhas (Mil Dúzias)	Mel de Abelha (Quilogramas)
1974	1188	64	280
1975	1494	71	308
1976	1579	75	-
1977	610	89	-
1978	1015	95	-
1979	850	111	-
1980	1254	71	-
1981	240	116	-
1982	252	106	-
1983	181	74	-
1984	208	82	-
1985	156	55	-
1986	191	97	-
1987	104	58	-
1988	89	55	-
1989	90	56	-
1990	642	47	-
1991	776	42	-
1992	736	39	-
1993	425	29	-
1994	614	36	-
1995	780	29	-
1996	1231	76	975
1997	1041	69	-
1998	692	62	-
1999	705	63	-
2000	730	62	-
2001	824	57	-
2002	986	63	-
2003	821	66	-
2004	985	69	-
2005	1440	60	-
2006	1584	54	-
2007	2900	55	-
2008	3300	54	-
2009	3465	57	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 8 - Valor da Produção de Origem Animal 1974-2009. PPM/IBGE

Ano	Moeda	Leite	Ovos de Galinha	Mel de Abelha
1974	Mil Cruzeiros	1426	256	2
1975	Mil Cruzeiros	2987	357	3
1976	Mil Cruzeiros	4737	597	-
1977	Mil Cruzeiros	1830	894	-
1978	Mil Cruzeiros	4059	1423	-
1979	Mil Cruzeiros	6800	2782	-
1980	Mil Cruzeiros	15045	3547	-
1981	Mil Cruzeiros	6011	8152	-
1982	Mil Cruzeiros	10094	10629	-
1983	Mil Cruzeiros	18060	26050	-
1984	Mil Cruzeiros	103845	122810	-
1985	Mil Cruzeiros	125	126	-
1986	Mil Cruzados	478	970	-
1987	Mil Cruzados	522	1050	-
1988	Mil Cruzados	6204	3846	-
1989	Mil Cruzados Novos	118	336	-
1990	Mil Cruzeiros	10264	1646	-
1991	Mil Cruzeiros	77616	10607	-
1992	Mil Cruzeiros	559457	135436	-
1993	Mil Cruzeiros Reais	9139	2171	-
1994	Mil Reais	147	28	-
1995	Mil Reais	289	28	-
1996	Mil Reais	455	73	4
1997	Mil Reais	417	69	-
1998	Mil Reais	277	68	-
1999	Mil Reais	282	82	-
2000	Mil Reais	292	62	-
2001	Mil Reais	330	63	-
2002	Mil Reais	394	107	-
2003	Mil Reais	369	119	-
2004	Mil Reais	591	138	-
2005	Mil Reais	792	126	-
2006	Mil Reais	950	135	-
2007	Mil Reais	1885	153	-
2008	Mil Reais	2310	162	-
2009	Mil Reais	2426	198	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 9 - Vacas Ordenhadas em São José de Piranhas 1974-2009

Ano	Vacas
1974	2200
1975	2766
1976	2924
1977	1109
1978	2487
1979	2081
1980	3058
1981	687
1982	721
1983	516
1984	593
1985	514
1986	597
1987	298
1988	253
1989	260
1990	1980
1991	1960
1992	2272
1993	1312
1994	1706
1995	2167
1996	2320
1997	2314
1998	1921
1999	1969
2000	2028
2001	1831
2002	1873
2003	1520
2004	1650
2005	2000
2006	2200
2007	3300
2008	3000
2009	3160

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 10 - Área Plantada (em Hectares) de Lavouras Temporárias em São José de Piranhas 1990-2010

Ano/Cultura	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Fava (em grão)	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Tomate
1990	346	207	8	6	-	822	6	822	-
1991	259	160	2	6	-	576	8	575	6
1992	350	180	3	24	-	1500	8	1500	6
1993	300	-	1	5	-	-	4	-	-
1994	700	200	3	30	-	1500	2	2000	3
1995	400	350	6	35	-	600	8	1200	3
1996	77	423	3	35	-	1200	8	1890	8
1997	180	370	8	35	80	950	8	1300	5
1998	200	320	8	35	48	1353	5	1500	6
1999	90	320	3	15	18	1200	2	1400	2
2000	150	200	-	15	-	1100	2	1500	3
2001	50	200	-	18	-	1206	2	1200	2
2002	20	180	-	18	-	1200	2	1300	3
2003	25	180	-	20	-	800	-	1200	3
2004	80	180	-	15	30	550	-	950	5
2005	96	120	-	15	3	400	-	400	3
2006	60	100	-	15	3	400	-	450	3
2007	40	60	-	15	3	250	-	250	3
2008	15	70	-	15	2	500	-	550	3
2009	15	40	-	15	4	400	-	500	5
2010	-	0	-	10	2	280	-	432	5

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 11 - Área Colhida (em Hectares) de Lavouras Temporárias em São José de Piranhas 1990-2010.

Ano/ Cultura	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Batata- doce	Cana- de- açúcar	Fava (em grão)	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Tomate
1990	326	207	8	6	-	-	6	-	-
1991	259	160	2	6	-	576	8	575	6
1992	350	180	3	24	-	1500	8	1500	6
1993	300	-	1	5	-	-	4	-	-
1994	700	200	3	30	-	1500	2	2000	3
1995	400	350	6	35	-	600	8	1200	3
1996	77	423	3	35	80	1200	8	1890	8
1997	180	370	8	35	48	950	8	1300	5
1998	80	140	2	21	8	428	3	200	6
1999	90	256	3	15	-	720	2	840	2
2000	150	200	-	15	-	1100	2	1500	3
2001	24	130	-	18	-	796	2	790	2
2002	20	160	-	18	-	900	2	1300	3
2003	25	180	-	15	-	800	-	1200	3
2004	80	180	-	15	30	550	-	950	5
2005	60	90	-	15	3	350	-	350	3
2006	60	100	-	15	3	400	-	450	3
2007	40	60	-	15	-	250	-	250	3
2008	15	30	-	15	2	300	-	400	3
2009	13	30	-	15	4	300	-	400	5
2010	-	-	-	10	2	280	-	432	5

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 12- Produção (em Toneladas) das Lavouras Temporárias em São José de Piranhas 1990-2000

Ano/Cultura	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Fava (em grão)	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Tomate
1990	53	79	48	204	-	-	48	-	-
1991	207	288	20	210	-	173	64	288	180
1992	168	81	30	420	-	150	64	375	180
1993	72	-	10	50	-	-	16	-	-
1994	350	475	30	1050	-	900	10	1900	75
1995	240	850	60	1225	-	360	64	1440	90
1996	62	710	24	700	48	420	48	1458	160
1997	144	490	56	875	29	380	64	585	100
1998	40	110	12	250	1	60	17	18	36
1999	108	384	18	270	-	302	12	588	50
2000	120	400	-	375	-	680	16	1500	90
2001	8	104	-	540	-	196	8	237	60
2002	22	288	-	720	-	540	16	1300	90
2003	35	198	-	800	-	400	-	840	89
2004	72	194	-	600	24	165	-	475	150
2005	27	49	-	450	1	74	-	105	90
2006	66	160	-	450	2	200	-	540	90
2007	9	19	-	450	-	15	-	38	90
2008	12	30	-	375	1	120	-	200	90
2009	10	27	-	375	3	90	-	200	150
2010	-	-	-	250	1	9	-	8	75

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Anexo 13 - Valor da Produção das Lavouras Temporárias em São José de Piranhas
1990-2010.**

Ano	Moeda	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Fava (em grão)	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Tomate
1990	Mil Cruzeiros	2158	1394	333	66	-	-	170	-	-
1991	Mil Cruzeiros	25461	23520	700	3784	-	32985	2560	20304	10260
1992	Mil Cruzeiros	286999	79988	9750	75600	-	253188	49920	238125	69750
1993	Mil Cruzeiros Reais	3038	-	163	347	-	-	320	-	-
1994	Mil Reais	109	105	6	34	-	360	2	285	33
1995	Mil Reais	144	264	12	11	-	158	5	245	39
1996	Mil Reais	36	178	4	6	29	210	1	292	40
1997	Mil Reais	94	83	8	11	17	247	5	99	25
1998	Mil Reais	24	33	2	5	1	78	2	5	14
1999	Mil Reais	65	138	3	5	-	272	1	165	20
2000	Mil Reais	84	176	-	12	-	394	3	315	41
2001	Mil Reais	6	47	-	22	-	196	-	71	30
2002	Mil Reais	16	167	-	22	-	594	1	437	59
2003	Mil Reais	35	110	-	27	-	450	-	371	48
2004	Mil Reais	84	107	-	17	38	193	-	162	75
2005	Mil Reais	24	20	-	13	2	80	-	42	54
2006	Mil Reais	65	72	-	16	4	216	-	227	72
2007	Mil Reais	9	9	-	16	-	19	-	21	72
2008	Mil Reais	13	17	-	14	3	192	-	116	50
2009	Mil Reais	10	12	-	14	8	126	-	80	72
2010	Mil Reais	-	-	-	9	2	27	-	5	26

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 14 - Área Plantada (em hectares) de Lavouras Permanentes em São José de Piranhas 1990-2010

Ano/ Cultura	Algodão arbóreo (em caroço)	Banana (cachos)	Castanha de Caju	Coco- da- baía	Goiaba	Laranja	Limão	Manga
1990	297	18	-	6	2	1	1	2
1991	50	7	3	2	2	-	1	1
1992	50	8	3	3	2	-	1	4
1993	40	15	-	3	2	-	1	3
1994	30	12	14	6	2	-	1	3
1995	125	12	25	7	2	-	1	3
1996	35	28	25	6	2	-	-	3
1997	35	28	25	6	2	-	1	3
1998	35	8	25	6	2	-	-	3
1999	-	20	29	6	7	-	-	5
2000	-	12	29	6	8	-	-	5
2001	-	12	40	4	8	-	-	3
2002	-	9	40	4	8	-	-	3
2003	-	9	40	4	8	-	-	5
2004	-	6	40	4	8	-	-	4
2005	-	6	40	4	8	-	-	3
2006	-	6	40	4	8	-	-	3
2007	-	6	40	6	8	-	-	3
2008	-	6	40	6	8	-	-	3
2009	-	6	40	6	8	-	-	3
2010	-	6	40	6	8	-	-	3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 15 - Área Colhida (em hectares) de Lavouras Permanentes em São José de Piranhas 1990-2010.

Ano/ Cultura	Algodão arbóreo (em caroço)	Banana (cacho)	Castanh a de Caju	Coco- da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Manga
1990	297	14	-	6	2	1	1	2
1991	50	7	3	2	2	-	1	1
1992	50	8	3	3	2	-	1	4
1993	40	15	-	3	2	-	1	3
1994	30	12	14	6	2	-	1	3
1995	125	12	25	7	2	-	1	3
1996	35	28	25	6	2	-	-	3
1997	35	28	25	6	2	-	1	3
1998	35	8	25	6	2	-	-	3
1999	-	20	29	6	7	-	-	5
2000	-	12	29	6	8	-	-	5
2001	-	12	40	4	8	-	-	3
2002	-	9	40	4	8	-	-	3
2003	-	9	40	4	8	-	-	5
2004	-	6	40	4	8	-	-	4
2005	-	6	40	4	8	-	-	3
2006	-	6	40	4	8	-	-	3
2007	-	6	40	6	8	-	-	3
2008	-	6	40	6	8	-	-	3
2009	-	6	40	6	8	-	-	3
2010	-	6	40	6	8	-	-	3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 16 – Produção (em toneladas) das Lavouras Permanentes em São José de Piranhas 1990-2010

Ano/ Cultura	Algodão arbóreo (em caroço)	Banana (cacho)	Castanha de Caju	Coco- da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Manga
1990	5	28	-	15	24	59	200	100
1991	4	14	1	5	60	-	200	80
1992	4	16	1	7	60	-	160	320
1993	1	15	-	4	40	-	130	180
1994	2	40	7	56	60	-	160	300
1995	5	40	10	90	60	-	160	300
1996	2	42	9	72	50	-	-	240
1997	2	45	9	66	50	-	160	240
1998	1	15	6	69	35	-	-	120
1999	-	50	5	60	210	-	-	240
2000	-	30	6	96	210	-	-	300
2001	-	240	4	96	32	-	-	30
2002	-	270	16	96	96	-	-	30
2003	-	269	12	95	95	-	-	50
2004	-	180	16	96	96	-	-	40
2005	-	150	16	80	80	-	-	24
2006	-	150	32	80	56	-	-	24
2007	-	150	40	120	56	-	-	24
2008	-	120	32	108	56	-	-	24
2009	-	120	24	108	56	-	-	24
2010	-	120	12	108	56	-	-	24

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Anexo 17 - Valor Produção das Lavouras Permanentes em São José de Piranhas
1990-2010**

Ano/ Cultura	Moeda	Algodão arbóreo (em caroço)	Banana (cacho)	Castanha de Caju	Coco- da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Manga
1990	Mil Cruzeiros	223	2120	-	49	48	236	200	400
1991	Mil Cruzeiros	492	8428	250	193	222	-	720	2400
1992	Mil Cruzeiros	7322	54967	2000	3873	5000	-	6928	99200
1993	Mil Cruzeiros Reais	43	1992	-	36	100	-	286	572
1994	Mil Reais	1	112	3	7	2	-	3	15
1995	Mil Reais	3	106	3	23	2	-	3	15
1996	Mil Reais	1	76	3	14	1	-	-	7
1997	Mil Reais	1	81	3	13	1	-	4	7
1998	Mil Reais	1	27	2	21	1	-	-	5
1999	Mil Reais	-	85	2	21	11	-	-	13
2000	Mil Reais	-	51	4	24	11	-	-	10
2001	Mil Reais	-	29	2	14	8	-	-	9
2002	Mil Reais	-	105	10	14	21	-	-	8
2003	Mil Reais	-	74	8	14	23	-	-	13
2004	Mil Reais	-	54	16	17	24	-	-	10
2005	Mil Reais	-	50	16	16	18	-	-	6
2006	Mil Reais	-	45	32	21	17	-	-	7
2007	Mil Reais	-	53	40	31	17	-	-	7
2008	Mil Reais	-	54	32	30	22	-	-	7
2009	Mil Reais	-	48	25	29	21	-	-	7
2010	Mil Reais	-	42	12	43	22	-	-	7

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anexo 18 - Produtos agrícolas que as famílias deixaram de produzir no Povoado de Boa Vista

Domicílio	Produtos que deixaram de cultivar	Causas
1	Milho e Feijão	Esse ano não foi produzido devido a problemas de saúde do Francisco que é o chefe da família.
2	Fava e Arroz	O inverno é fraco; O marido começou a trabalhar de pedreiro.
3	Milho e Feijão	O marido parou de colocar roça por que nesse ano adoeceu.
4	Milho, Feijão, Acerola, Coco, Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
5	Nenhum	
6	Nenhum	
7	Milho e Feijão	Não tem chuva e não tem mais terreno.
8	Milho e Feijão e Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
9	Algodão (era o boi deles)	A praga do bicudo impede o cultivo do algodão.
10	Feijão, Arroz, milho e algumas fruteiras	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
11	Bananeira, hortaliças, pé de cajá, manga, goiaba, cavalo, porco, bode, jaca	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
12	Feijão, milho, arroz, girimum, bode, porco, gado, galinha	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
13	Fava e Arroz	O marido produzia com o pai quando era solteiro.
14	Algodão e Arroz	A falta de chuvas impede o cultivo de arroz. A praga do bicudo impede o cultivo do algodão.
15	Milho, arroz, feijão, fava, girimum, porco, bode, capote, peru	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
16	Feijão, Milho, arroz, galinha, porco,	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
17	Nenhum	
18	Milho, Feijão e arroz	Não chove o suficiente para plantar arroz e também foram desapropriados pelas obras da transposição.
19	Banana, macaxeira, feijão,	Parou por que o marido morreu.
20	Nenhum	
21	Nenhum	
22	Milho e Feijão	

23	Milho e Feijão	Deixaram de produzir pela idade que já está avançada e não dá pra trabalhar na roça.
24	Milho e Feijão	Falta de chuvas.
25	Nada	
26	Milho, Feijão, Arroz	Com a transposição, a terra dos patrões foram indenizadas e eles tiveram que parar de plantar.
27	Milho e Feijão	Deixou de produzir por que o marido está trabalhando na transposição.
28	Milho e Feijão	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
29	Milho e Feijão	Ela se aposentou.
30	Milho e Feijão	Ela se aposentou.
31	Nada	
32	Arroz, Algodão, Tomate, Coentro, Pimentão	Inverno Fraco.
33	Arroz	Inverno Fraco.
34	Nenhum	
35	Nenhum	
36	Nenhum	
37	Milho e Feijão	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
38	Nenhum	
39	Nenhum	
40	Nenhum	
41	Milho, Feijão, Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
42	Produz menos	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
43	Arroz	Ele não tem terra própria.
44	Galinha	Não quis mais criar.
45	Porco, Galinha, Milho, Feijão	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
46	Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
47	Nenhum	
48	Nenhum	Quando o marido tá em São Paulo eles não colocam roça.
49	Milho, Feijão, Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
50	Algodão, feijão, milho, arroz	O algodão por causa do bicudo e as outras coisas por que colocou o bar e deixou de trabalhar com a roça.
51	Nenhum	
52	Arroz e Algodão	A praga do bicudo impede o cultivo do algodão.
53	Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
54	Milho, Feijão, Tomate, Gerimum,	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
55	Nenhum	
56	Milho, Feijão, Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.

57	Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
58	Arroz, Batata, Macaxeira, Limão	O inverno é ruim e ele não tem mais terra para plantar.
59	Feijão	Pouca chuva.
60	Nenhum	
61	Nenhum	
62	Nenhum	
63	Nenhum	
64	Arroz	Não produziu mais.
65	Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
66	Arroz	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
67	Nenhum	
68	Milho, Feijão, Arroz, Melancia, Jerimum	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
69	Nenhum	
70	Nenhum	
71	Nenhum	
72	Mandioca	O custo de produção se tornou alto.
73	Nenhum	
74	Milho, Feijão, Arroz e Algodão	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
75	Milho, Feijão	Por causa que foram desapropriados pelas obras da transposição do Rio São Francisco.
76	Algodão	A praga do bicudo impede o cultivo do algodão.
77	Nenhum	

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Anexo 19 - Produtos agrícolas que as famílias deixaram de produzir no Sítio Serra do Braga

Domicílio	Produtos que deixaram de cultivar	Causas
1	Nenhum	
2	Algodão e Mandioca	Não tem mais comércio.
3	Milho, Feijão	O casal envelheceu e deixou de plantar.
4	Arroz	A terra ficou fraca.
5	Algodão	A praga do bicudo impede o cultivo do algodão.
6	Nenhum	
7	Nenhum	
8	Arroz	Vem chovendo menos.
9	Nenhum	
10	Nenhum	
11	Batata e Arroz	O inverno tem sido fraco.
12	Mandioca	O custo de produção se tornou alto.
13	Nenhum	
14	Algodão	A praga do bicudo impede o cultivo do algodão.
15	Leite e fava	Seca.
16	Mandioca	O custo de produção se tornou alto.
17	Arroz, Algodão e Mandioca	Arroz, os invernos foi botanto fraco. Algodão, não tem preço. Mandioca, dá muito trabalho e nós ficamos sozinhos depois que os filhos foram embora.
18	Arroz	As terras não prestam mais, não tem mais força (fertilidade)
19	Arroz	Seca.
20	Nenhum	
21	Nenhum	
22	Mandioca	Seca.
23	Nenhum	
24	Nenhum	
25	Mandioca	Seca.
26	Arroz e Mandioca	Seca.
27	Arroz e Mandioca	Seca.
28	Arroz e Mandioca	Seca.
29	Arroz	Seca.
30	Arroz	Seca.
31	Nenhum	
32	Arroz	Seca.
33	Arroz e Amendoim	Seca.
34	Arroz	Seca.
35	Nenhum	
36	Arroz	Seca.
37	Arroz	Seca.
38	Nenhum	
39	Algodão e Mandioca	Falta de verbas.
40	Estofados (Era artesão)	Falta de verbas.
41	Nenhum	

42	Nenhum	
43	Nenhum	
44	Arroz	Seca.
45	Mandioca	Custo da mão de obra.
46	Nenhum	
47	Amendoim	Seca.
48	Nenhum	
49	Arroz	Seca.
50	Nenhum	
51	Mandioca	Seca.
52	Nenhum	
53	Nenhum	
54	Nenhum	
55	Nenhum	
56	Nenhum	
57	Nenhum	
58	Arroz	Seca.
59	Arroz	Seca.
60	Nenhum	
61	Arroz	Seca.
62	Arroz	Seca.
63	Algodão	Bicudo.
64	Nenhum	
65	Nenhum	
66	Nenhum	
67	Nenhum	
68	Mandioca	Idade, ficou velha e não teve mais forças para plantar e por falta de chuvas.
69	Nenhum	
70	Arroz	Seca.
71	Arroz	Seca.
72	Nenhum	
73	Amendoim	Seca.
74	Arroz	Seca.
75	Arroz	Seca.
76	Mandioca	Aumentou o custo de produção.
77	Mandioca	Seca.
78	Nenhum	
79	Nenhum	
80	Nenhum	
81	Nenhum	
82	Nenhum	
83	Arroz	Seca.
84	Arroz	Seca.
85	Nenhum	
86	Arroz, Mandioca	Falta de chuvas.
87	Arroz	Falta de chuvas.
88	Nenhum	
89	Algodão	Bicudo.
90	Arroz	Seca.
91	Nenhum	
92	Mandioca	Seca.
93	Arroz	Seca.

94	Nenhum	
95	Nenhum	
96	Nenhum	
97	Arroz	Seca.
98	Nenhum	
99	Arroz	Seca.
100	Arroz	Seca.
101	Arroz	Seca.
102	Nenhum	
103	Horta	Seca.

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Anexo 20 - Produtos agrícolas que as famílias deixaram de produzir no Sítio Peba dos Vicentes.

Domicílio	Produtos que deixaram de cultivar	Causas
1	Milho e Feijão	Por causa do inverno.
2	Arroz	Por causa da água (pouca).
3	Cana, algodão, fava, batata,	Inverno muito fraco.
4	Feijão, arroz, milho, algodão	Inverno muito fraco.
5	Milho	Por que não choveu.
6	Cana, algodão, fava, batata	Inverno muito fraco.
7	Algodão, Feijão, Milho e Arroz.	Algodão: por causa do bicudo Feijão e Milho: por causa da seca Arroz: por causa da Tiririca (erva “daninha” que impede o crescimento do arroz.
8	Arroz	Por causa da Tiririca.
9	Feijão e Arroz	Por causa da seca e da Tiririca.
10	Algodão	Por causa do bicudo.

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Anexo 21- Questionário aplicado em Boa Vista, Serra do Braga e Peba dos Vicentes.

Universidade Federal de Campina Grande - Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Questionários com Famílias em Áreas Rurais de São José de Piranhas

Equipe: Verena Sevá Nogueira (Professora do Departamento de Ciências Sociais), Maciel Cover (Doutorando em Ciências Sociais), Leonardo Barbosa (Acadêmico em Economia) Angela de Lima (Acadêmica de Geografia) Dallana Marinho(Professora/Escola de Boa Vista, São José de Piranhas/PB).

ID: _____ Localidade _____ Data _____

Entrevistador _____

A - IDENTIFICAÇÃO

1 - Nome da pessoa entrevistada _____

2 - Ano de Nascimento _____

3 - Posição na família: 1. Pai 2. Mãe 3. Filha (o) 4. Avô (a) 5. Nora/Genro 6. Outro _____

4 – Religião _____

B - INFORMAÇÕES SOBRE A CASA/FAMÍLIA

5 - Mora em:

- a. Casa Própria (Pular para a próxima questão)
- b. Casa Alugada (Se alugada, informe o nome do proprietário da casa, e onde ele mora).

6 - Quantas pessoas moram na casa: _____

7 – Habitantes da casa:

Nome	Grau de parentesco	Idade	Trabalha em que?	Escolaridade
	Entrevistado			

8 - Existe algum aposentado(a) na família? Se sim, quantos? _____

9 – Desde que ano a família mora nesta localidade? _____

10 - Onde a família morava antes de vir para esta localidade? _____

11 – Em que ano essa casa foi construída? _____

12 – A casa se localiza na terra da Igreja? () Sim () Não

13 - Quantos cômodos a casa tem: _____

14 - Tem parentes aqui na localidade. () Sim () Não

Se sim, em quantas casas? _____

C - ACESSO A TERRA.

15 - A família é proprietária de terras?

() Não (Se assinalou não, pular para a questão 17) () Sim. Se sim, quantas tarefas tem? _____

16 - A terra foi herdada?

() Não () Sim. De quem? _____

17 - A terra foi comprada.

() Não. () Sim. De quem? _____

18 - Se a família não tem terra, trabalha na terra de quem?

a. Onde fica essa terra?

b. De quanto é a renda para o dono da terra?

19 - A família já foi morador de alguém? _____

20 - Qual é o meio de transporte para chegar até o trabalho: _____

D - ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA

21 - Que alimentos a família produz para consumo próprio? _____

22 - Que alimentos a família compra para consumo próprio? _____

23 - Onde são comprados os alimentos para consumo da família? _____

24 - O que a família produzia e deixou de produzir? Por que? _____

E - TRABALHO NA AGRICULTURA E PECUÁRIA.

25 - Que tipos de produtos agrícolas a família planta? Qual área? Qual foi a produção da última safra.

Produto	A semente é própria ou comprada?	Área (Tarefas)	Produção (Sacas)	Vendeu algo?	Onde vendeu ou pra quem vendeu
Milho					
Feijão					
Mandioca					
Arroz					
Fava					

26 - Que tipos de animais a família cria? Quantas cabeças.

Animal	Quantidade/Cabeças	Costuma vender	Pra quem?
Boi/Vaca			
Touro			
Vacas de leite			
Porco			
Galinhas			
Bodes e Cabras			
Ovelhas			
Cavalo			
Jumento			

27 – A família produz algum tipo de derivado animal?

- a. Ovos.
- b. Queijo.
- c. Manteiga.

28 - Quantas pessoas da família trabalham na agricultura? _____

29 - Que ferramentas são usadas na roça? _____

30 - Faz uso de adubo químico? Desde quando? _____

31 - Faz uso de herbicidas (ou agrotóxicos)? Que tipo? Desde quando? _____

F - PROGRAMAS SOCIAIS.

32 - A família é beneficiária de quais programas sociais abaixo relacionados e desde quando?

Programa	Ano
Cisterna	
PRONAF (Empréstimo para fazer lavoura)	
Bolsa Família	
Seguro Pesca	
Aluguel da Transposição	
Seguro Safra	

33 – Alguém da família realiza alguma atividade fora da agricultura? O que? _____

G - MIGRAÇÃO.

34 - Algum membro da família já foi para o corte de cana?

Membro 1

Ano	Usina

Membro 2

Ano	Usina

35 - Nos anos em que não foi para o corte da cana, que atividade desenvolveu?

36 - Com o dinheiro do trabalho no corte de cana realizou algum investimento?

1. Comprou terra.
2. Comprou casa.
3. Reformou a casa.
4. Comprou moto.
5. Comprou veículo.
6. Comprou Eletrodomésticos.
7. Outro: _____

37 - Algum membro da família já foi para a furadinha?

() Não () Sim. Se sim, em quais anos? _____

Para onde foi? _____

Com quem foi? _____

38 – Algum membro da família foi para venda de tapetes, ou venda de alumínio (panelas)?

() Não () Sim. Se sim, em quais anos? _____

Para onde foi? _____

Com quem foi? _____

39 -Com o dinheiro do trabalho na furadinha realizou algum investimento?

1. Comprou terra.
2. Comprou casa.
3. Reformou a casa.
4. Comprou moto.
5. Comprou veículo.
6. Comprou Eletrodomésticos.
7. Outro: _____